



**DIÁSPORA**

**CABO-VERDIANA:**

**Temas em Debate**

IOLANDA ÉVORA  
[Org.]

---

CEsA/ISEG  
2016

---



**DIÁSPORA**

**CABO-VERDIANA:**

**Temas em Debate**

Organização de  
Iolanda Évora



## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

Diáspora Cabo-verdiana: *Temas em Debate*

### **Organização/Coordenação**

Iolanda Évora

### **Edição**

CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

### **Capa:**

Foto de Zé Pereira no Espaço *Jazzy Bird* – Mindelo

### **Formato**

Edição Digital/E-book [PDF]

### **ISBN**

978-989-96473-8-1



# ÍNDICE

---

APRESENTAÇÃO.....	11
<b>PARTE I</b> .....	21
1 - <i>Outros viajantes. Considerações conceituais e empíricas sobre a mobilidade dos não-migrantes cabo-verdianos.</i> IOLANDA ÉVORA .....	23
2 - <i>Vida de crioulo. Sobre trajetórias e movimentos na sociedade cabo-verdiana.</i> ANDRÉA LOBO .....	45
3 - <i>Readmitidos e/ou Repatriados? Uma Re-leitura do Acordo de Readmissão de Cabo Verde com a União Europeia.</i> ODAIR VARELA .....	61
4 - <i>A importância da experiência migratória nas trajetórias dos dirigentes cabo-verdianos do P.A.I.G.C. (1956 – 1980).</i> ANGELA COUTINHO .....	73
5 - <i>“Regressar é regredir”: estudantes cabo-verdianas em Lisboa e discursos sobre os projectos de retorno a Cabo Verde.</i> CELESTE FORTES .....	88
6 - <i>Mobilidade na CEDEAO. As condições de entrada e de regularização dos cidadãos comunitários em Cabo Verde.</i> CLEMENTINA FURTADO .....	106
<b>PARTE II</b> .....	129
7 - <i>From Cultural Explanation to Intercultural Dialogue: a Contribution to the Study of Cape Verdean Maternal Health in Portugal.</i> ELIZABETH CHALLINOR .....	131
8 - <i>Cape Verdeans in the Netherlands: population profile, identity and integration.</i> CLÁUDIA DE FREITAS .....	142
9 - <i>A organização da migração cabo-verdiana no estado espanhol.</i> LUZIA OCA GONZALEZ .....	172
10 - <i>Cabo-Verdianos e São-tomenses de ascendência cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe na atualidade: Uma abordagem etnográfica.</i> JOANA AREOSA FEIO .....	200
11 - <i>Imigrantes em Oeiras. Caracterização socio-profissional e percepções sobre a sua inserção na sociedade de acolhimento.</i> MARIA MANUELA MENDES .....	227
Notas Biográficas.....	259





\*

## APRESENTAÇÃO

---

A ideia desta coletânea tem a sua origem no interesse em reter numa mesma obra importantes temas que estão em debate neste momento e que as ciências sociais vêm abordando a propósito da diáspora cabo-verdiana. A partir de campos teóricos específicos e de trabalhos empíricos próprios, os autores elegem a sociedade de diáspora cabo-verdiana como objeto, explorando dinâmicas que, em conjunto, compõem o espaço diaspórico cabo-verdiano e descrevem a complexidade inerente à sua constituição. Tivemos como objetivo reunir contribuições que não se preocupem apenas em mapear a dispersão global atual dos cabo-verdianos (incluindo as segundas e terceiras reinstalações em localizações como, por exemplo, no espaço Schengen, após as inserções dos primeiros cabo-verdianos na Europa) mas, sobretudo, em decifrar os processos complexos da diáspora.

Num amplo sentido, a identidade diaspórica implica uma forma de consciência de grupo historicamente constituída através de cultura, políticas, pensamentos e tradições expressivas que, em certa medida, mobilizam recursos experienciais e representacionais nos imaginários tanto do velho como do novo mundo. As diásporas são comunidades sociais e culturais complexas criadas a partir de genealogias (reais ou imaginadas) e de geografias (cultural, racial, étnica, nacional, continental, transnacional) de pertença, deslocação e recriação. Como mostram os temas aqui tratados, a diáspora é constituída e concebida em múltiplas escalas temporais e espaciais e a diferentes tempos e distâncias da putativa terra de origem. Os capítulos desta coletânea discutem as formas como é moldada, tanto nos contextos muito fluídos e confusos da experiência social e da diferenciação e luta, como através dos circuitos transnacionais de trocas de recursos diaspóricos e repertórios de poder e, ainda, nos discursos das elites intelectuais e políticas. Por fim, importa, numa coletânea deste género, aquilo ao que a mesma nos conduz, novamente, e sempre, ou seja, a questão original sobre o que é Cabo Verde e quem são os cabo-verdianos que, quando dispersos e reconstituídos, constituem a diáspora cabo-verdiana.

Os lugares da diáspora cabo-verdiana apresentam-se, cada vez mais, como a face mais duradoura da mobilidade a partir do arquipélago e como espaços onde os cabo-verdianos também se instalam de forma mais permanente. Este modo de vida mais

sedentário contrasta com o caráter cada vez mais móvel e fluido que os cabo-verdianos vêm imprimindo ao espaço que interliga essas comunidades e lugares entre si e com Cabo Verde. No contexto normalmente denominado como de migração, ou diáspora cabo-verdiana, atualmente acontecem importantes negociações relativas aos lugares e papéis de agentes, como migrante/não-migrante, nacional/não-nacional, anteriormente identificados especificamente com o lugar de origem ou de destino, respetivamente.

Os trabalhos aqui reunidos confirmam que as ciências sociais reconhecem que, contemporaneamente, no contexto (social e sociológico) que inclui a diáspora ocorrem os processos centrais das re-significações da comunidade que se identifica e é identificada como cabo-verdiana. Desde meados do século XIX, após sucessivos empreendimentos migratórios cabo-verdianos, vários grupos criaram novas comunidades, enquanto alguns mantiveram o seu estatuto de migrantes temporários ou profissionais transnacionais. Uma questão crítica mantém-se na literatura sobre o tema e refere-se à conexão entre migração e diáspora, ou seja, às pré-condições pelas quais os novos migrantes se transformam em diáspora, descritas, em primeiro lugar, por uma residência prolongada seguida da reinstalação permanente no novo país. A propósito das migrações e diásporas africanas em geral, tem-se considerado que nem todos os migrantes se transformam em diaspóricos pois, muitos deslocam-se apenas temporariamente como profissionais expatriados, pessoas de negócios, estudantes, turistas e podem retornar depois da realização dos seus objetivos. Por conseguinte, se, por um lado, considera que não parece fazer muito sentido olhar para tais migrantes temporários como membros de uma nova diáspora, ao mesmo tempo, conclui que muito resta ainda por conhecer acerca daqueles que se tornam permanentes mesmo mantendo conexões com a origem através de visitas periódicas.

Sobre a experiência cabo-verdiana, num cenário em que se mantém em controvérsia a aplicação de diáspora ao conjunto das permanências dos cabo-verdianos no exterior, esta coletânea mostra que o campo de pesquisa está em pleno movimento e são diversas as abordagens e tendências emergentes. De fato, são aqui tratados os alicerces das novas orientações de pesquisa que focam em processos, tanto no interior da diáspora cabo-verdiana, ou de Cabo Verde, como também, tomando tais lugares como ponto de partida. A ambição é a de contribuir para o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e metodológicas de pesquisa e ajudar a fortalecer uma capacidade geral de investigação, reflexão e produção constantes de modo a dar conta das

mudanças, recorrentes nos processos e padrões da mobilidade cabo-verdiana pelo mundo. Os temas das pesquisas sobre migrações e diáspora aqui tratados contribuem para a nossa compreensão acerca das mudanças no perfil da mobilidade cabo-verdiana e, desse modo, apoiam a reflexão sobre as lacunas e insuficiências atuais nos esforços da pesquisa e das respostas políticas. Esta é, pois, uma obra que reflete o estado atual do debate constante sobre as estruturas conceptuais e metodológicas e as prioridades de pesquisa.

Os autores debruçam-se sobre processos contínuos pelos quais a diáspora constitui-se, desfaz-se e refaz-se e, ao mesmo tempo, transforma o lugar de origem. Esta coletânea reúne um conjunto de textos que tratam de experiências, tanto no contexto diaspórico (externo), como nas ilhas, apoiados na perspectiva de que diáspora e origem podem servir como significante para o outro e, na sua relação, ambos estão sujeitos à manipulação estratégica recíproca. Com efeito, a par dos reflexos que o enraizamento no exterior provoca nas dinâmicas internas em Cabo Verde, as características tradicionalmente apontadas à homeland também são sistematicamente questionadas pelas novas atribuições que o arquipélago vem recebendo como país também de destino e onde diferentes comunidades também vivem processos de enraizamento. Como mostra o primeiro conjunto de artigos desta obra, de um modo aparentemente paradoxal, as mudanças na forma de abordar o par migrante/não-migrante devem-se a dinâmicas contemporâneas que alteram o papel do arquipélago perante os processos de enraizamento dos cabo-verdianos no exterior, por um lado, e as mobilidades que têm o país como destino, por outro. Neste primeiro momento da obra, os capítulos referem-se ao espaço do arquipélago, através de experiências que incluem pessoas, práticas culturais, recursos produtivos, organizações e movimentos, ideologias e ideias, imagens e representações.

Os capítulos de Iolanda Évora e Andréa Lobo deixam claro que as novas questões trazidas aos cientistas sociais não se esgotam na intensificação do ir-e-vir dos migrantes, mas, ao contrário, dizem respeito ao tema mais amplo das deslocações múltiplas e diversificadas dos cabo-verdianos, cujo conjunto reforça a noção da mobilidade como característica central da sociedade cabo-verdiana. Neste sentido, de acordo com as duas autoras, ganham relevo outros agentes e protagonistas das mobilidades e das presenças em Cabo Verde, ou no seio das comunidades na diáspora, entre eles, os agentes que realizam micro movimentos interilhas, ou aqueles que a partir

de Cabo Verde, e não sendo migrantes, viajam (por períodos curtos de tempo) e participam do ambiente físico e social constituído entre o arquipélago de Cabo Verde e os espaços que compõem a sua diáspora. A reflexão de Iolanda Évora recai sobre as mudanças no padrão do engajamento entre as ilhas e a sua diáspora, interessando à autora o espaço *in between*, que considera marcado por múltiplas formas de presença e movimentos. Sobre o percurso entre “cá” e “lá”, em termos de tempo e de espaço, propõe que a fluidez destes engajamentos deve ser objeto de maior reflexão porque, cada vez mais, são os fluxos de diversos tipos e níveis de intensidade que caracterizam as ligações entre a origem e a diáspora. A este propósito, Andréa Lobo oferece-nos um elemento fundamental ao analisar o fato de ser a mobilidade um valor que se encontra no centro da complexidade e diversidade da sociedade cabo-verdiana. Esta categoria está presente desde o início da formulação de um projeto individual de migração e sustenta os processos de negociação de cada pessoa com o seu grupo. Por conseguinte, estes elementos evidenciam que as relações sociais devem ser mapeadas a partir de medidas que levem em conta o caráter “circulatório” real e imaginado que os cabo-verdianos imprimem às suas vidas dentro e fora do arquipélago.

Neste primeiro grupo de textos, estão incluídos os que se referem aos agentes que têm presença mais duradoura nos lugares de diáspora, mas elaboram estratégias singulares de retorno ou permanência no exterior, como são os casos dos antigos dirigentes políticos e das estudantes abordados por Ângela Coutinho e Celeste Fortes, respetivamente. A análise sobre a importância da experiência migratória dos dirigentes do P.A.I.G. C. (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde) nas respetivas trajetórias políticas mostra como foi aproveitado o capital social adquirido aquando da experiência migratória familiar, ou a transformação do capital cultural em capital económico, no caso daqueles que obtinham emprego no destino. Coutinho enfatiza, ainda, que, por exemplo, para Amílcar Cabral, o fundador do PAIGC, a mobilidade resultou mesmo na obtenção posterior de capital simbólico. Na contribuição de Celeste Fortes, o foco é dirigido à forma como estudantes, em Lisboa, articulam as diferentes argumentações a propósito do seu regresso e, para tal, levam em conta a sua formação superior, o valor atribuído ao capital académico em Cabo Verde e os novos reposicionamentos relativos à sua condição de género (feminino) que a distância e a experiência em Lisboa mobilizam. O retorno é vivido como um momento importante de tomada de consciência da importância do reconhecimento social das

aquisições no campo académico e da visibilização dos ganhos identitários que julgam trazer da estadia no exterior. Trata-se de um período em que é necessário tomar decisões em relação à concretização da maternidade e demonstrar capacidades e competências para optar por uma união matrimonial que se adeque às ambições de mobilidade social pós-emigração, no arquipélago. O estudo mostra que, na atualidade, tal como as estudantes, os grupos formulam expectativas diversas de retorno, ao contrário do migrante tradicional, cujo regresso à origem é decidido de acordo com as expectativas sobre a sua capacidade de realizar investimentos em Cabo Verde.

As transformações no papel de Cabo Verde como ponto de partida da migração e lugar de referência para a diáspora cabo-verdiana acontecem num contexto de dinâmicas internas no arquipélago que, analisa Odair Varela, em parte, estão relacionadas com a reestruturação da posição do país na região geopolítica africana a que pertence e associadas à sua consolidação como lugar de destino para as pessoas de alguns países vizinhos. A ligação histórica com a costa ocidental africana favorece os argumentos oficiais para o estabelecimento de permissões de estadia em Cabo Verde, ao mesmo tempo que o Estado cabo-verdiano deve conciliar a liberdade de circulação concedida no seio da Comunidade dos Países da África Ocidental (CEDEAO) com os compromissos assumidos com a União Europeia (UE). O autor sublinha que Cabo Verde se comprometeu em trabalhar para reforçar o controlo da imigração ilegal da África para a Europa e, deste modo, entre ambos, CEDEAO e UE, o país deve efetuar a gestão da chegada e da presença de migrantes, com o risco de se transformar no capataz ou o guarda-costas da Europa - a semelhança de um gendarme - na África Ocidental. As ambiguidades presentes nos processos que consolidam a posição de Cabo Verde como lugar de destino também são tema da discussão proposta por Clementina Furtado, a partir dos procedimentos exigidos para a obtenção da autorização de estadia. Refere-se a autora às contradições relativas às obrigações de Cabo Verde para com os cidadãos dos outros países da CEDEAO. Ao estudar temas como as atitudes face à presença de cidadãos migrantes, o casamento como estratégia de regularização e, ainda, o papel das instituições no processo de legalização dos imigrantes (igrejas, associações e outras instituições), a autora encontra discrepâncias entre: as expectativas dos migrantes em Cabo Verde e as condições oferecidas; as posições ambíguas dos nacionais residentes, entre a aceitação da regularização dos estrangeiros e a “necessidade” de controlar a sua

presença; e o suporte oferecido pelas instituições na tentativa de facilitar a vida e promover a integração desses cidadãos comunitários.

Os capítulos que tratam das experiências e situações em contexto de diáspora referem-se ao esquema analítico das relações, contexto e carácter do engajamento das pessoas e dos grupos, arenas sociais nas quais as diferentes comunidades interagem, assim como ao conteúdo e processos de interacção entre as pessoas. As contribuições discutem sobre as mudanças nas condições em que as diferentes comunidades vivem e se expressam e os lugares onde a diáspora é moldada e imaginada. Este panorama é analisado pelas autoras Cláudia Freitas, Luzia Oca González e Manuela Mendes, que se debruçam, respetivamente, sobre as comunidades nos Países Baixos, Espanha e Portugal. Ao referir-se à terceira maior comunidade da diáspora cabo-verdiana, Cláudia Freitas analisa as questões decorrentes de um processo já longo de permanência nos Países Baixos, em particular, as condições que favorecem a reprodução da posição social ocupada pela primeira geração de migrantes e que, conseqüentemente, dificultam o enraizamento, a integração e a mobilidade social da geração já nascida no país. As condições de acesso ao serviço de saúde e à educação superior são ilustrativas das dinâmicas de manutenção das percepções, imagens e estigmatizações construídas a propósito de um determinado grupo. Ao mesmo tempo, a autora indica os movimentos pelos quais a comunidade diversifica a sua atuação e busca a participação cívica e o engajamento social, que resultam em mudanças na ocupação de determinados lugares na sociedade. Acerca da história da presença cabo-verdiana em Espanha, Luzia Oca Gonzalez destaca que devem ser examinados elementos específicos de cada experiência migratória, entre eles, a criação dos diferentes núcleos em termos de evolução, organização interna e inserção laboral. Os enclaves históricos cabo-verdianos de León e Galiza servem de exemplos para demonstrar que é necessário levar em conta as particularidades dos processos de entrada no país, a existência de diferentes nacionalidades (portuguesa, espanhola e cabo-verdiana) entre os migrantes e seus descendentes e a situação irregular de permanência no território que envolve muitos migrantes. A análise detalhada que a autora faz das diferentes realidades históricas e sociais dos grupos em Espanha reforça a noção de que os grupos não mantêm uma coincidência absoluta, entre si, em relação aos objetivos da sua migração e aos compromissos que mantêm com as suas comunidades de origem. O capítulo remete o leitor para a necessidade de ser ultrapassada a perspectiva homogeneizante das

comunidades diaspóricas a favor da noção da existência de diásporas dentro de diásporas, ou seja, de diásporas sobrepostas. No mesmo sentido pode ser apresentado o capítulo referente à presença da comunidade cabo-verdiana em Portugal, tema este desenvolvido por Manuela Mendes. A análise articula o caráter macro dos movimentos migratórios para Portugal com a análise micro localizada num dos concelhos da área metropolitana de Lisboa. Ao comparar o grupo de origem cabo-verdiana com outras comunidades, a autora detém-se na caracterização, integração e autoavaliação da comunidade cabo-verdiana, sublinhando o contraste entre o peso numérico significativo e o maior enraizamento, com um decréscimo de visibilidade científica, social e política na sociedade portuguesa desde a década de 1990. De sublinhar a preocupação da autora em delinear a existência de dois cenários específicos e distintos, no tempo e no espaço, da instalação de migrantes no concelho de Oeiras. A inclusão dos cabo-verdianos no primeiro cenário, de maior peso, que consiste nos imigrantes oriundos dos PALOP, constitui uma referência fundamental para compreendermos as atribuições da comunidade em Portugal como uma diáspora histórica no conjunto das diásporas cabo-verdianas. A caracterização da comunidade cabo-verdiana no cenário mais amplo da imigração em Portugal é esclarecedora das práticas prevalentes daquele grupo relativamente à sua socialização, espacialização e representação no país e em relação à origem.

Elizabeth Challinor apresenta-nos uma reflexão sobre experiências de migrantes cabo-verdianas com o sistema de saúde materno-infantil de Portugal. A partir de um estudo de caso, a autora propõe ultrapassar o olhar centrado nas questões das práticas culturalmente sensíveis da relação médico-paciente que, na sua perspectiva, trazem o risco da sobreinterpretação da cultura e do predomínio da visão das pacientes como produtos da sua cultura. Com base num trabalho etnográfico de longa duração, explica as formas de hierarquização do poder presentes na relação médico-paciente e mostra como a atuação dos profissionais se mantém cristalizada em metanarrativas, sem que se promova a explicitação de que se relacionam com as pacientes a partir da (sua) cultura dominante (portuguesa). O argumento é desenvolvido em torno da noção de biomedicina enquanto um sistema cultural em si mesma, sobre o qual está assente a relação médico-paciente. A existência de uma vontade política permite realizar ajustes institucionais, organizacionais e de apoio ao sistema de saúde e, para a autora, a experiência das pacientes migrantes cabo-verdianas mostra que tais modificações

podem melhorar a qualidade e eficácia do acesso, não apenas de grupos migrantes, mas de todos os que se servem do serviço público de saúde.

A experiência migratória e diaspórica em São Tomé e Príncipe nem sempre é referenciada nas análises atuais e mais abrangentes sobre os processos cotidianos e corriqueiros da vida dos migrantes e cabo-verdianos da diáspora. Este facto justifica a relevância da contribuição de Joana Areosa Feio sobre os processos de reforço, reelaboração ou desinvestimento em categorizações étnicas atribuídas aos cabo-verdianos e seus descendentes, nos encontros e lugares do seu dia-a-dia. A autora adotou a abordagem etnográfica de longa duração no seu trabalho para analisar a forma como, em São Tomé e Príncipe, se mantêm atribuições e autopercepções identitárias dos cabo-verdianos da diáspora histórica. No entanto, em geral, os descendentes de segunda e terceira geração procuram afastar-se dessas caracterizações e buscam os “ritmos” de uma modernidade idealizada sob a influência da sua ligação a África, às terras dos seus ascendentes, ao Brasil ou outros países da Europa. O exame realizado a um vasto leque de interações permite concluir que, apesar de um certo esbatimento, a categorização étnica continua a ser importante nas relações e define um quadro de sociabilidades e percursos de mobilidade ainda bastante hierarquizado e estereotipado.

A intenção de reunir nesta colectânea trabalhos cujo foco incide sobre as comunidades cabo-verdianas da diáspora, ou sobre situações atuais que envolvem directamente o arquipélago, leva em conta o facto de que a diversidade de atribuições à diáspora parte da afirmação original e permanente da diáspora como o lugar de expansão da nacionalidade e da terra de origem. Com efeito, diáspora refere-se, simultaneamente, a processo, condição, espaço e discurso, além de englobar cultura e consciência, às vezes difusa e às vezes concentrada no “aqui” separado do “lá”. Como afirma Zeleza (2008), diz respeito, quer a um “aqui” que, frequentemente, é caracterizado por um regime de marginalização, como a um “lá” que é invocado como a retórica da autoafirmação de pertença diferenciada ao “aqui”. O investimento emocional e experiencial no “aqui” e “lá” e suas complexas interseções obviamente mudam em resposta às materialidades, mentalidades e moralidades da existência social e esse aspecto deve ser sublinhado a propósito das contribuições presentes

Os autores mostram como a diáspora cabo-verdiana está envolvida em conexões complexas, entrecruzamentos e composições culturais e, sem surpresas, de diferentes formas, os integrantes das comunidades no exterior têm um papel crucial nas ideologias,

movimentos e tendências que circulam no arquipélago. No entanto, esta obra não pretende eleger coletividades como referência e como descritoras da identidade diaspórica cabo-verdiana, apesar da presença significativa das comunidades a viver na Europa como contextos de estudo. Em geral, nos estudos sobre a diáspora cabo-verdiana, as comunidades nos EUA e nos países europeus aqui representados (Portugal, Holanda, Espanha) são colocadas no pedestal representativo a partir do qual se avalia a identidade diaspórica, mas esta coletânea pretende chamar a atenção para a necessidade de uma espécie de celebração de uma nova e distintiva modernidade cultural diaspórica que doravante deixa de ignorar realidades das comunidades a viver em lugares como São Tomé e Príncipe, por exemplo. E, ainda, sublinha os processos internos, em Cabo Verde, pelos quais o arquipélago, na presença atual de outros migrantes, precisa olhar para si mesmo e para a sua condição simultânea de origem e destino, particularmente vinculada na atualidade.

As análises que os autores fazem das diferentes situações e contextos estudados colocam a diáspora simultaneamente como estado de ser e processo de tornar-se, enfim, uma navegação de múltiplas pertenças e redes de afiliação. Coincidindo com a perspectiva de Zeleza a propósito das diásporas africanas em geral, esta colectânea também mostra que a diáspora também pode ser analisada como um modo de nomear, relembrar, viver e sentir a identidade do grupo moldada para além das experiências, posicionamentos, lutas e imaginações do passado e do presente. Às vezes, inclui, também, o imprevisível futuro que é partilhado, ou visto como partilhado, além dos limites das fronteiras do tempo e espaço que estrutura identidades “indígenas” nas localizações contestadas e construídas do “lá” e “cá” e as passagens e pontos in between.

Em síntese, esperamos que o conjunto das contribuições originais aqui reunidas contribua para as formulações presentes e futuras sobre o que é a sociedade diaspórica cabo-verdiana atual como uma formação social própria e complexa na sua constituição. Procuramos reter o que os cientistas sociais demonstram ser a medida central da diáspora cabo-verdiana atual: uma rede policentrada de influências que emanam de diferentes pontos no interior do espaço diaspórico; uma dialética de inscrições e representações nos lugares de instalação e permanência definitiva; uma dinâmica constante de aproximação e afastamento de Cabo Verde. Com efeito, criada a partir do movimento e dispersão que começa no arquipélago, a diáspora afirma-se através de um

outro movimento e engajamento com a origem, que está a ser construído e é moldado por continuidades, mudanças e ruturas.

Esperamos que este volume contribua para reforçar a atenção dos cientistas sociais em relação às formas como a diáspora cabo-verdiana se constitui em termos temporais e espaciais, do engajamento das comunidades entre si e com Cabo Verde, sabendo que este, por sua vez, também experimente, na sua estrutura temporal e espacial, experimenta novas modalidades de recordar, imaginar e engajar a sua diáspora na atualidade.

*Iolanda Évora*

## **PARTE I**

---



### **Visitantes, novos viajantes**

Neste artigo, abordamos o tema da constituição de paradigmas atuais da relação origem/destino aplicado a Cabo Verde e sugerido pela diversificação das mobilidades associadas à sua migração. A reflexão incide sobre as deslocações experimentadas a partir do arquipélago, mas que têm a particularidade de serem realizadas por pessoas não-migrantes<sup>1</sup> em viagens (temporárias) entre o arquipélago e os destinos migratórios cabo-verdianos mais conhecidos. A literatura não destaca esta mobilidade como uma prática sistemática importante e nem é considerada nos registos estatísticos sobre a actividade migratória dos cabo-verdianos, mas a constatação empírica indica que, na atualidade, outros protagonistas se associam aos designados migrantes, transmigrantes ou membros das diásporas como ocupantes do espaço *entre lugares* constituído pelas ligações com a origem e as relações dos destinos entre si. Propomos este facto como um importante ponto de partida da pesquisa dos modos atuais de circulação das pessoas e dos processos de transformação da migração e da sociedade cabo-verdiana descritos pela conectividade entre origem e destinos. Estas dinâmicas introduzem novos aspetos aos perfis dos migrantes e não-migrantes e, na medida em que trazem as duas sociedades para o mesmo campo social, cabe às ciências sociais explorar as suas contribuições para a reflexão sobre o sistema migratório cabo-verdiano, os efeitos dos processos migratórios atuais e a constituição de fluxos e colectivos específicos associados à experiência migratória cabo-verdiana.

### **As participações no sistema migratório cabo-verdiano**

Seguindo a tendência global dos estudos das migrações internacionais, os conceitos de transnacionalismo e diáspora estão actualmente na primeira linha das discussões sobre a migração contemporânea cabo-verdiana. A leitura das mobilidades contemporâneas dos cabo-verdianos elege o transmigrante como protagonista central e

---

<sup>1</sup> Utilizamos aqui esta denominação para referir as pessoas que têm residência permanente em Cabo Verde e cujas deslocações identificamos como sendo realizadas no espaço que pode ser traçado entre os lugares de migração cabo-verdiana.

debruça-se sobre os seus cruzamentos constantes de fronteiras geográficas e políticas ou as suas experiências de vidas descritas como simultaneamente “aqui e lá”. O transnacionalismo engloba dimensões identitárias e simbólicas que constituem o apanágio das comunidades “sem fronteiras”<sup>2</sup>. De um modo geral, a literatura insiste que o transnacionalismo esclarece melhor sobre a paradigmática figura do migrante desenraizado que está a ceder a outra figura ainda mal definida, mas correspondente à de um migrante em movimento, que se baseia em alianças fora do seu próprio grupo de pertença, sem cortar os seus laços com a rede social em casa (Faist, 2000; Vertovec, 2004; Nyberg-Sørensen, 2007). Este perfil é reconhecido por Meintel (2011), nos seus argumentos, a propósito das festas das comunidades de cabo-verdianos nos Estados Unidos da América (EUA) que, afirma, longe de serem vestígios de uma cultura ancestral, consistem, de facto, em encontros alimentados na era transnacional e fruto da coexistência dos cabo-verdianos com outros grupos nos EUA.

No mesmo sentido do transnacionalismo, também se descrevem as experiências de diáspora como as que, contemporaneamente, dominam as relações entre as comunidades no exterior e os Estados-nação de origem e dos destinos. Sob o termo diáspora, a literatura tem abrigado os principais descritores da articulação entre a migração e os marcadores identitários mais importantes da nacionalidade cabo-verdiana (Évora, 2007), mas transnacionalismo e diáspora são conceitos criticados sob o argumento de não contemplarem, em pleno, a complexidade e diversidade das experiências no campo da migração contemporânea. Um dos motivos seria o facto das descrições das dinâmicas transnacionais ou diaspóricas estarem centradas na atuação do migrante, encarnando este a figura do tipo ideal da gestão de um mundo em movimento. Conforme a perspectiva crítica de Vertovec, por exemplo, uma esfera pública diaspórica gera diversidade e um conjunto de identidades que devem ser referidas, tanto no que diz respeito ao emigrante como aos locais e não-emigrantes (2004) e que, por conseguinte, amplia as exigências relativamente aos campos, sujeitos e dinâmicas a considerar. Um outro elemento crítico, segundo Diminescu (2008), diz respeito à definição de migrante que tem o seu foco numa série de ruturas e oposições inerentes ao seu destino e que são constantemente utilizadas como princípios nucleares de qualquer reflexão teórica sobre populações em movimento: móvel/imóvel, nem aqui nem ali,

---

<sup>2</sup> Denominação esta que contraria a definição do pensamento de Estado que tomou para si a nacionalidade.

presente/ausente, no centro/na periferia, etc.. Esta forma de pensar sobre os movimentos das pessoas, diz o autor, é uma simplificação histórica e sociológica abusiva, pois os conceitos não são capazes de explicar adequadamente um mundo caracterizado pela mobilidade generalizada e por um conjunto de meios de comunicação, cuja complexidade não tem precedentes. Para Diminescu (2008), a abordagem sociológica às migrações mostra, assim, as suas fraquezas conceptuais, pois concebe o migrante no interior de um sistema global de mobilidades e apoia-se ainda em teorias da migração que continuam a separar as mobilidades do migrante das mobilidades dos sedentários, as trajectórias migratórias dos itinerários urbanos ou as circulações transnacionais dos movimentos de proximidade, entre outros. A tendência em manter-se o foco das abordagens no migrante, afirma Castles (2008), reforça as dificuldades das ciências sociais em integrarem as migrações e os processos migratórios nas teorias mais amplas sobre mudança social mesmo quando, como no caso das teorias do transnacionalismo, a atenção recai sobre as viagens temporárias como parte das novas mobilidades.

A constatação empírica dos movimentos de pessoas não-migrantes no espaço migratório constitui importante suporte à leitura atenta à desfocagem que novas mobilidades provocam na divisão tradicional entre migrante, estrangeiro, forasteiro, imigrante, nómada ou sedentário (Diminescu, 2008). Em particular, as visitas dos não-migrantes permitem questionar sobre as articulações descritas como dentro/fora e os tipos de participação previstos para migrantes e não-migrantes no sistema migratório (Évora, 2012) e assim indagam sobre os efeitos das mobilidades nas próprias formações sociais. As situações migratórias, como a dos cabo-verdianos, são permeáveis a novas dinâmicas no seu interior, e deste modo, podem servir de suporte à tomada de posição, diz Castles (2008), a favor de uma teoria geral da migração, ou ao contrário, como apoia o autor, a defesa incontestável da incorporação da pesquisa das migrações na compreensão mais ampla da sociedade contemporânea cabo-verdiana.

### **Ir e voltar. As viagens temporárias dos não-migrantes**

Num processo secular de mobilidades, tradicionalmente, os que não migram recebem a denominação de receptores das remessas e ajudas dos migrantes e, além disso, são reconhecidos como os principais integrantes dos grupos que, na origem, renovam os valores atribuídos às deslocações como modo de vida. Atuam, igualmente, no sentido de manter, quer as etiquetas sociais correspondentes aos papéis e posições

instituídos ao longo do tempo, quer o significado das presenças/ausências em Cabo Verde e nas comunidades no exterior (Évora, 2007). Tais identificações não resultaram numa categoria conceitual específica e, portanto, questiona-se, em primeiro lugar, sobre o potencial de representatividade e de acção do termo não-migrante, uma vez que, tal como referido por Diminescu (2008) a propósito do uso do termo migrante, as categorias não são imanentes, mas objecto de um trabalho de elaboração mais ou menos conflitual ao longo do tempo (Martiniello & Simon, 2005). Estes autores lembram que as categorias de classificação mobilizadas pelos atores sociais e políticos para se definirem e apreenderem os outros formam um objecto de estudo particularmente significativo e a categorização constitui uma questão estratégica de poder nas sociedades pós-migratórias, não apenas para os grupos minorizados que podem investir nas identidades colectivas estigmatizadas, que lhes foram historicamente atribuídas, requalificando-as, ou afastando-as para produzir outras identificações<sup>3</sup>.

As estatísticas não fornecem uma categoria que represente aqueles que se ausentam e regressam ao arquipélago e nem esta circulação é tratada na literatura ou no espaço público como um movimento claramente identificado pelas suas finalidades, destinos preferenciais, duração ou distribuição no tempo e no espaço. Em anos mais recentes, indica a observação empírica, as dinâmicas que envolvem os não-migrantes ganham visibilidade no espaço social da migração e no conjunto das mobilidades<sup>4</sup> incorporadas ao sistema migratório cabo-verdiano actual; verificamos que os não-migrantes em viagem compõem número considerável do público que utiliza os aeroportos internacionais em Cabo Verde e, igualmente, tornou-se evidente a sua presença, em trânsito e no seio das comunidades sobretudo em lugares de migração cabo-verdiana consolidada como Portugal, Estados Unidos da América, Holanda, França ou Luxemburgo, por exemplo.

Ao efectivarem o percurso no sentido inverso do dos transmigrantes (que se deslocam ao lugar de origem), os não-migrantes dirigem-se aos destinos de migração em estadias temporárias e justificadas por razões de negócios, férias, lazer, cuidados de saúde, formação de curta duração ou ensino superior de longa duração, participação em

---

<sup>3</sup> Esta questão de estratégia política impõe-se, igualmente, às ciências sociais, em torno da responsabilidade dos investigadores face à política das identidades e a construção dos seus objectos face às categorizações forjadas para assegurar as hierarquias (Martiniello & Simon, 2005).

<sup>4</sup> Entre as novas modalidades que se consolidam, destacam-se o retorno dos deportados que são “devolvidos” ao país (de origem própria, dos pais ou avós); os descendentes de cabo-verdianos, em visita à terra de origem dos seus ancestrais; ou grupos de pessoas mais velhas que visitam o país pela primeira vez após uma vida inteira no exterior.

eventos familiares ou comunitários importantes (casamentos, festas religiosas, acontecimentos fúnebres), etc.. Referindo-se ao transnacionalismo, Faist (2000) também considera que este diz respeito às estratégias de vida dos migrantes e suas relações sociais que cruzam várias sociedades, e portanto, implica relações transfronteiriças regulares entre indivíduos ou colectivos de pessoas, bem como de migrantes, empresários e comunidades religiosas. No caso aqui relatado, os viajantes em negócios compõem parte importante deste grupo que protagoniza mobilidades e presenças temporárias e têm sido objecto de interesse em trabalhos que versam sobre a dimensão económica da migração e seus efeitos: Grassi (e.g. 2003) debruçou-se sobre as *rabidantes*<sup>5</sup> e, mais recentemente, Akhesson (2009) discute sobre os migrantes (homens de negócios) e as suas dinâmicas de acumulação multisituada de capital através do retorno a Cabo Verde e a criação de pequenos negócios. O interesse dos estudiosos também tem recaído, com particular ênfase, sobre as redes familiares (Lobo, 2012) que se constituíram ao longo da história da migração cabo-verdiana, em particular, os processos de reagrupamento familiar (Gonzalez, 2013) ou as modalidades e resultados dos encontros mãe-filho (Lobo, 2012; Rodrigues, 2007) e do estreitamento dos contactos com quem fica no arquipélago, por meio de visitas constantes dos migrantes à terra de origem.

A circulação dos não-migrantes é uma constante durante todo o ano, mas destaca-se a época natalícia e a das férias escolares, quando há maior afluência de famílias completas (adultos e crianças) nos aeroportos. Também é frequente a presença de crianças que viajam não-acompanhadas, aos cuidados da companhia aérea e que no destino são acolhidas por algum migrante parente ou que pertence ao grupo familiar alargado. Em geral, o fluxo é mais intenso para os países acima referidos que também são os mais visitados nos períodos pré-eleitorais de Cabo Verde, quando candidatos, dirigentes ou militantes dos partidos políticos se desdobram em acções de campanha no seio das comunidades, apoiados pelos núcleos dos partidos no exterior. Constituem também um importante segmento dos viajantes as pessoas (sobretudo mais velhas) que se deslocam em tratamento de saúde ou visitas familiares (filhos, irmãos, primos etc.), cujas estadias podem ser mais prolongadas, consoante a gravidade do seu estado de saúde e as condições que podem ser oferecidas por aqueles que os acolhem. Um outro tipo de viajantes reúne grupos de pessoas, em geral, aposentadas, e que têm

---

<sup>5</sup> Assim são designadas em Cabo Verde as comerciantes que se dedicam ao comércio não formal.

disponibilidade de tempo e recursos para realizarem viagens junto com amigos, a lugares de peregrinação religiosa como Jerusalém ou o Vaticano, por exemplo. A facilidade dos transportes e comunicações tem favorecido o surgimento de um tipo de viajante cabo-verdiano que pode ser incluído no perfil do turista comum que viaja a locais de interesse histórico, artístico ou paisagístico mundial. Este viajante partilha com os demais um elemento comum, que consiste no facto de que, em geral, conta com o apoio prestado pelo migrante em algumas das etapas da viagem. Ao organizar a sua viagem na condição de turista, o cabo-verdiano, porém, toma como referência (ponto de partida ou de trânsito) cidades dos EUA ou de Portugal, que são importantes núcleos de emigração.

Um outro elemento comum é o de que, para todos os casos, uma parte significativa do tempo de estadia no exterior costuma ser dispensada a fazer compras para consumo próprio ou comercialização informal, objetivos estes, em geral, dificilmente distinguíveis. A prática das compras é comum mesmo entre aqueles que se deslocam por razões profissionais, em missão oficial de serviço e, portanto, as viagens servem para alimentar uma rede informal de comércio, cujos contornos se mostram de difícil especificação, pois estão encobertas por razões explícitas associadas a compromissos profissionais, negócios formais ou lazer. Os problemas de saúde têm sido motivo cada mais frequente de deslocações e os tratamentos prolongados – que exigem o recurso quotidiano ao atendimento médico, medicamentoso e hospitalar – justificam permanências cuja duração depende da capacidade dos migrantes em acolherem os seus parentes e, muitas vezes, de poderem incluí-los também beneficiários dos sistemas de saúde e de segurança social a que estão vinculados. O perfil dos viajantes não-migrantes mostra-se diversificado em termos de género ou segmento social de pertença, mas a presença significativa de pessoas pertencentes a grupos menos favorecidos reforça a relevância das redes familiares no exterior, cuja extensão assegura maior capacidade e recursos dos migrantes para garantirem e apoiarem as novas viagens e estadias dos não-migrantes. A existência de uma rede de amigos ou familiares apresenta-se como o elemento determinante das viagens, pois além de assegurar o acolhimento (alojamento), também é fundamental na intermediação dos contactos e relações do não-viajante com a sociedade local e as instituições. Trata-se de um indicador relevante da forma como se faz uso do conhecimento e das competências adquiridas pelos migrantes, ao longo do tempo, no seu contacto com as instituições e serviços.

Estas deslocações e estadias apresentam um carácter cada vez mais constante e descrevem um mundo da migração cabo-verdiana que se torna conhecido e mais próximo e acessível também por iniciativa daqueles que vivem na origem. De facto, as razões da proximidade (do mundo da migração com o lugar de origem) têm sido apresentadas essencialmente como resultado das práticas transnacionais dos migrantes, do aumento da frequência das suas viagens e das facilidades dos transportes e das comunicações (Diminiescu, 2008). A existência de outras práticas de mobilidade, porém, confere maior complexidade à análise da migração e dos processos sociais cabo-verdianos, pois novos protagonistas – como os não-migrantes – somam-se aos designados transmigrantes ou membros da diáspora como ocupantes de um espaço *entre lugares* constituído pelas dinâmicas das comunidades imigradas entre si e com Cabo Verde. Os contextos que se apresentam à análise referem-se tanto às condições de partida, no arquipélago, como à partilha do espaço *entre lugares* com os migrantes transnacionais e, ainda, às condições que estruturam a diáspora cabo-verdiana como uma comunidade enraizada.

A propósito do interesse na participação/mobilidade dos cabo-verdianos, Meintel (2011) refere que os estudos do transnacionalismo ampliam a compreensão sobre a diversidade das formas de mobilidade dos cabo-verdianos somente se forem abordados os seguintes tópicos: o transnacionalismo cabo-verdiano como um campo social; as relações dos emigrantes com a origem; a amplitude do transnacionalismo para além das ligações origem/destino; e as relações intergrupos. A autora também sublinha a necessidade de se estudar a diáspora como uma longa experiência de coexistência social com outros grupos nas sociedades de instalação, mas com um acento muito mais no sentido do “nós” do que na noção de pertencer a um “povo” que partilha uma condição comum, valores ou laços de parentesco. As leituras propostas por Meintel (2002) esclarecem sobre a moldura conceitual e empírica que deve ser considerada quando reflectimos sobre as visitas dos não-migrantes, ou seja, em primeiro lugar, tomando as práticas transnacionais e a experiência descrita da diáspora cabo-verdiana como principais descritoras da condição migratória cabo-verdiana actual; a seguir, verificando complementaridades possíveis e correspondências aplicáveis à realidade da acção das pessoas não-migrantes, propondo-se, portanto, que esta também pode ser abordada como uma expressão importante tanto das mudanças estruturais migratórias mais complexas como da evolução das representações e das questões materiais e simbólicas

associadas às mobilidades atuais e mutações das paisagens migratórias (Simon, 2006) constituídas pelos cabo-verdianos.

### **Aqui e “lá”: o migrante protagonista do transnacionalismo**

A experiência da mobilidade e da presença de cabo-verdianos visitantes nos destinos mais comuns de emigração actualiza questões acerca do sistema e processos migratórios atuais assim como da natureza de fluxos e colectivos específicos associados à experiência migratória cabo-verdiana. As ações do não-migrante apresentam-se em paralelo com as denominadas práticas transnacionais do migrante e, com estas, compõem o conjunto das novas formas de interpenetração simultânea entre Cabo Verde e a sua diáspora, que reforçam a mobilidade como característica central do mundo social cabo-verdiano contemporâneo.

A teoria do transnacionalismo explica os espaços sociais transnacionais das relações constituídos por um encadeamento contínuo de ligações e práticas transnacionais que colocam em acção redes transnacionais de vários tipos (Faist, 2000). As estratégias de vida dos migrantes e as suas relações sociais, que cruzam várias sociedades, são evidenciadas nos estudos das práticas transnacionais e, no caso da mobilidade dos cabo-verdianos, o foco recai sobre o contínuo vai-e-vem que tem vindo a caracterizar a mobilidade actual e coloca a origem como um destino central das viagens. A este propósito, Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) introduzem a definição pioneira de transnacionalismo, referindo-se à emergência de um novo tipo de população migrante, constituído por aqueles cujas redes, atividades e padrões de vida abrangem, em simultâneo, as sociedades de origem e de destino. As suas vidas, dizem as autoras, cruzam fronteiras nacionais e, ao trazerem as duas sociedades para um mesmo campo social, suscitam a exploração de uma nova conceptualização que permita a descrição da experiência e consciência desta nova população. No caso cabo-verdiano, afirma Meintel (2004), apesar de o transnacionalismo ser abordado como uma novidade contemporânea, há boas razões para associá-lo a padrões de mobilidade muito antigos e a autora identifica-o nas primeiras experiências relatadas de migração para os Estados Unidos da América, com particular intensidade no período dos anos 1880-1912 e apresentando oscilações conforme as políticas da migração mais ou menos restritas dos governos (Meintel, 2002). Mais recentemente, desenvolve-se o campo de estudos relativos às experiências transnacionais dos cabo-verdianos (Malheiros, 2001; Góis,

2005) vividas pelos grupos familiares e de parentes, redes de empresários, diásporas e associações de migrantes (Lobo, 2012; Évora, 2009; Akesson, 2009; Carling e Batalha, 2008; Grassi, 2003) que mostram como é comum os migrantes manterem relações distantes, mas activando-as quotidianamente do mesmo modo que as relações de proximidade, por conseguinte, organizando a sua vida de mobilidade por meio do “relational settlement” (Diminiescu, 2008). Este dispositivo social é especialmente visível na organização das saídas/retornos e na ligação intermitente e deste modo diz o autor, a sua análise mostra que o *continuum social* é também significativo na gestão das relações e atividades à distância (2008).

A descrição do modo de vida transnacional esclarece sobre a dimensão circulatória da migração cabo-verdiana contemporânea, propondo a introdução de uma nova visão sociológica das migrações e o abandono da problemática da integração, uma vez que os recentes padrões de migração não mais podem ser atribuídos apenas aos processos sociais descritos nos termos clássicos da integração, assimilação, segregação ou exclusão do migrante no lugar de destino. A associação apontada entre estas formas de inserção e um processo de evolução individual ou articulado com diversas filosofias do multiculturalismo contribuiu, de alguma forma, para deixar na sombra os modos de participação dos imigrados na vida das sociedades por meio de novos envolvimento, entre os quais se destaca a ligação constante que várias comunidades expatriadas, em diferentes destinos, mantêm entre si através de uma referência comum à terra ancestral. E, como argumentamos, acrescentam-se ainda os processos de enraizamento na sociedade de chegada, os múltiplos cruzamentos e as viagens temporárias dos migrantes e não-migrantes.

A qualidade da mudança nos processos migratórios cabo-verdianos é predominantemente atribuída à mobilidade transnacional traduzida pelo senso comum, em Cabo Verde, como aquelas mobilidades atuais que são responsáveis pela substituição das tradicionais relações diáspora/origem por práticas e encontros mais frequentes (Évora, 2012). As pessoas na migração descrevem experiências simultâneas como, por exemplo, a sua acção e conexão simultâneas com Cabo Verde, a partir de lugares diferentes, ou as redes multifacetadas e de trocas através das diversas fronteiras nacionais existentes. Em Cabo Verde, as práticas e os discursos mostram uma sobreposição dos conceitos de diáspora e transnacionalismo, apesar de não serem coincidentes e definirem conjuntos específicos de relações sociais e culturais e

problemas conceituais (Évora, 2011; 2015). No arquipélago, as viagens temporárias também são associadas às novas mobilidades do migrante e descritoras das suas práticas transnacionais (Diminiescu, 2008). Ou seja, as pessoas também apontam o migrante como o protagonista da situação migratória actual, marcada por uma maior conectividade dentro-fora e, tal como as teorias das redes transnacionais, referem-se aos migrantes como atores contemporâneos da cultura do vínculo que os próprios criam e mantêm mesmo quando estão em mobilidade. Embora seja uma característica original de todos os grupos que se deslocam, tem-se considerado que esta cultura do vínculo somente se tornou visível e muito dinâmica quando os migrantes começaram a utilizar massivamente as tecnologias modernas de informação e comunicação. A cultura do vínculo tem sido descrita, sobretudo, pela perspectiva do migrante, pois, apesar da indubitável natureza interrelacional do mundo da migração, mantém-se a identificação dos não-migrantes somente como os beneficiários dos investimentos (materiais e afectivos) dos migrantes na origem. Não são apontadas as possibilidades de assumirem a condição de protagonistas de uma parte considerável das viagens que descrevem a circulação de cabo-verdianos pelo mundo e, neste sentido, as facilidades trazidas pela tecnologia dos transportes e das comunicações são referidas sobretudo como fatores das mudanças identificadas na forma como os migrantes participam do mundo da migração. Considera-se, ainda, que tais mudanças são afetadas pela translocalidade e pelo conjunto de identidades que a mesma gera.

A transnacionalização implica relações transfronteiriças regulares entre indivíduos ou coletivos de pessoas, migrantes, empresas ou comunidades religiosas e é nesse sentido que são avaliadas as dinâmicas dos cabo-verdianos no contexto migratório porque, como referem alguns autores (Malheiros, 2001; Góis, 2005), as dimensões dessas atividades parecem não coincidir com as definições clássicas do transnacionalismo em geral. A caracterização indica que os espaços sociais transnacionais são constituídos por um encadeamento contínuo de conexões e de práticas transnacionais que ativam redes internacionais de natureza diversa e, por conseguinte, a transnacionalidade emerge como um *continuum* de conexões e práticas trans-estáticas de grau mais ou menos intenso (Faist, 2001). O argumento central que sustenta o transnacionalismo como a leitura por excelência das mobilidades é o de que, na atualidade, os migrantes tendem a ter as suas vidas simultaneamente em diferentes Estados-nação, pertencendo “aqui” e “lá”, cruzando fronteiras geográficas e políticas.

Ao sugerirem o abandono da problemática da inserção (nas sociedades de destino), os teóricos colocam-se a favor de um termo que permite contextualizar e definir melhor tais experiências culturais, económicas, políticas e sociais dos migrantes. Assim, desde a definição de Glick Schiller, Basch and Blanc-Szanton (1992), aponta-se para a transformação que o transnacionalismo traz à condição de migrante, as numerosas tentativas de compreender, a partir de diferentes pontos teóricos de partida, aquilo que parece ser um novo modo de migração.

### **Diáspora e negociações com a origem**

Por seu lado, a leitura sobre as diásporas costuma mostrar as tensões e discordâncias dentro/fora, pois sugere que se tome a localização social e geográfica da diáspora<sup>6</sup> como a situação por excelência que pode fornecer pistas importantes sobre a situação nacional geral (Cohen, 1996; Schnapper, 2001). Os estudiosos do nacionalismo têm procurado compreender as práticas desenvolvidas por movimentos na origem e na diáspora, abordando-as como parte das negociações em torno da construção da condição de pertença e das formas como, às vezes, as ligações nacionais são produzidas. Diáspora torna-se, assim, o descritor por excelência da atualidade psicossociológica da migração cabo-verdiana e, no sentido descrito por Lainer-Vos (2010), as práticas envolvidas no processo de construção de laços e na formação de ligações entre comunidades na *homeland* e na diáspora têm um valor heurístico para os estudiosos do nacionalismo, por conseguinte, as diásporas constituem lugares estratégicos de pesquisa, um prisma através do qual se tem explorado sobretudo os processos de construção da nação. Na análise desenvolvida por Soysal (2002), a distância da *homeland* é que motiva os membros diaspóricos a imaginar a nação como homogénea e, imprudentemente<sup>7</sup>, insistir na imutabilidade das condições e definições da terra-mãe, o que significa, para o caso de Cabo Verde, não reconhecer as mudanças sociais ocorridas e permanecer distante da possibilidade de outras presenças (mesmo que temporárias) no espaço da migração. Mas o sentido das críticas tem-se orientado noutra direção. Como mostra Lainer-Vos (2010), em primeiro lugar, começa por refutar o tratamento da 'nação' ou 'diáspora' como

---

<sup>6</sup> Sobre as tentativas de capturar e limitar o uso do termo diáspora, Brubaker (2005) mostra como, no decurso da divulgação, o termo perdeu precisão e a sua adoção analítica está comprometida atualmente, pois quase toda e qualquer coisa é tratada como diáspora, diz o autor.

<sup>7</sup> Mishra (1996) mostram como a cristalização da imagem da nação como homogénea é uma das circunstâncias pela qual a diáspora, imprudentemente, pode fornecer apoio a extremistas nacionais violentos.

entidades limitadas e propõe que sejam exploradas as várias formas através das quais os membros das comunidades da diáspora negoceiam a sua posição vis-à-vis com os movimentos da terra natal, por um lado, e a sociedade de destino, por outro. Esta abordagem crítica está centrada nos processos pelos quais ‘nação’ e ‘diáspora’ são produzidos e os seus encontros constantemente negociados, como mostra o exame das práticas de captação de recursos, a prática do *lobby* da diáspora, a ampliação da cidadania dos membros das comunidades da diáspora e o consumo de imagens através das tecnologias de comunicação (Lainer-Vos, 2010). Por seu lado, Yasemin Soysal argumenta que, ao manter o foco na tensão entre o país de origem e o anfitrião, os estudiosos da diáspora necessariamente deixam de explorar o surgimento de concepções verdadeiramente pós-nacionais de cidadania, direitos e identidades (Soysal, 2002; Wimmer e Glick Schiller, 2002). Os estudos mantêm-se centrados na posição ambígua e distanciada das comunidades da diáspora em geral que as predispõe para servir de prenúncio à era pós-nacional (Mishra, 1996). Os argumentos detêm-se na tensão entre distância social e geográfica objectiva, por um lado, e a compreensão subjectiva (conhecimento) do próprio lugar na nação. Na sua crítica, Mishra (1996) inverte o entendimento anterior das relações entre proximidade e identidade e mostra como esta mesma distância é a condição para a consciência nacional.

A crítica é abrangente e alcança a própria essência da noção, não se limitando a questionar se o modelo Estado-nação é capaz de explicar organizações sociais actuais como a diáspora cabo-verdiana; muito mais, alinha-se com as posições mais críticas, segundo as quais, o modelo Estado-nação não deixou que outras propostas – como o modelo de diáspora – emergissem como explicações plausíveis da organização da migração actual e do seu mundo social. Para Mishra (1996) ou Lainer-Vos (2010), os estudiosos e políticos têm de compreender que o englobamento das pessoas nessa categoria força-as a definirem-se a si próprias em termos de Estado-nação e, ainda mais, a elegerem determinados símbolos e sinais como identificadores de um grupo como, por exemplo, o que expressa as “cabo-verdianidades”. Esta posição enfraquece a análise sobre os problemas de autenticidade e representatividade que a distância social e geográfica pode colocar (Mishra, 1996; Lainer-Vos, 2010), mas muito mais do que ter outra interpretação sobre o que é a nação, interessa saber se não há outros grupos que reivindicam uma definição de Cabo Verde construída a partir de outros elementos como, por exemplo, os que são descritos pelas dinâmicas das redes familiares.

Mobilidades deste género mostram que a definição de Estado-nação é uma construção e, como tal, não é atemporal e pode ser revista na medida em que o território de origem está presente na memória, mas a diáspora apresenta os seus espaços descontínuos, reticulares e policêntricos, onde se privilegia a escala local das comunidades e a escala internacional das redes de circulação (Bruneau, 1994).

Em geral, as críticas à aplicação do modelo do Estado-nação advêm das preocupações – mais uma vez – com as dinâmicas que ocorrem nas sociedades de destino, às quais, o modelo não responde. Por esta razão é que os principais argumentos para ultrapassar o modelo Estado-nação exploram as circunstâncias que colocam as comunidades de diáspora como prenúncio da era pós-nacional ou como portadoras de um importante papel na construção do multiculturalismo nas sociedades de acolhimento, sem considerar, porém, uma leitura que se preocupa com o lugar de origem ou a articulação entre ambos. Na actualidade, é o conceito de diáspora que coloca fortemente a crítica e os limites do modelo Estado-nação, mostrando que, no espaço social preenchido pela diáspora, as pessoas vivem em diversos “*habitats de significação*” territorialmente irrestritos (Vertovec, 2004) e é preciso recolher informação sobre esses múltiplos contextos materiais e simbólicos. Na sua análise das festas nas comunidades de migrantes cabo-verdianos nos EUA e da sua relação com o transnacionalismo, Meintel (2002) alerta para a fraca atenção dirigida à longa experiência de coexistência social com outros grupos nas sociedades de instalação, inaugurando, assim, a necessidade crescente do reconhecimento dos diferentes grupos sociais no interior das redes que ligam a origem e as diferentes comunidades. No entanto, as experiências colhidas em múltiplos “*habitats de significação*” não se restringem ao espaço fora de Cabo Verde e nem o protagonismo se reserva somente aos migrantes, nem os processos envolvem apenas as comunidades no exterior; a atenção deve recair, em simultâneo, sobre os processos e dinâmicas que descrevem o (novo) lugar ocupado pela sociedade cabo-verdiana enquanto sociedade de origem. É neste sentido que o tema da presença não-migrante no espaço migratório se alia à perspectiva (mais ampla) que busca identificar e compreender os diferentes sentidos que em Cabo Verde são atribuídos à dispersão bem como o papel do arquipélago na dinâmica da sociedade diaspórica cabo-verdiana (Évora, 2008). A análise indicou que o processo se descreve, por exemplo, pelas diferentes funções encontradas para a designação *diáspora*, com destaque para aquela que, por um lado, é assumida pelos agentes, cuja

discursividade se liga à proteção das ligações estado/nação/diáspora. Por seu lado, os segmentos populares desconhecem-na e mantêm as denominações de “emigração” e “emigrantes”. E, tal como Chantal Bordes-Benayoun (2012) descreve a propósito da diáspora das Antilhas, ao considerarmos a dimensão diaspórica que se afirma, por exemplo, no espaço virtual da internet, verificamos que ali se multiplicam as páginas dedicadas à diáspora ou às diversas visões da diáspora cabo-verdiana. Em contraste, na realidade das práticas observadas junto aos migrantes, não se pode considerar que a presença desta diáspora é facilmente identificável por marcadores territoriais com forte valor simbólico como monumentos, igrejas, documentos, salas de reunião, etc. (Bruneau, 1994) que registram a história das viagens, do êxodo, do exílio, da passagem e da presença histórica. No caso da mobilidade cabo-verdiana, é mais evidente que os grupos com poder procuram, por um lado, confirmar a diáspora como a extensão da própria nação oficial no exterior, além de orientarem as alianças – para que sirvam melhor aos seus fins – e promoverem, fortemente, as ligações transnacionais a partir da diáspora e em direção ao país de origem. Ao mesmo tempo, predomina a noção de que, em geral, os cabo-verdianos mantêm conexões com Cabo Verde e na definição da sua identidade, as ilhas ainda são por eles conceptualizadas como o símbolo cultural dessa identidade. Ao considerarmos estes resultados à luz da orientação crítica sustentada por Vertovec (2004) ou Lainer-Vos (2010), entre outros, concluímos que as construções identitárias dos cabo-verdianos dispõem de uma grande margem de escolha na qual as influências do meio de residência, da cultura que é dominante e das ofertas ideológicas e políticas que encontram, conservam uma parte preponderante. Porém, é importante salientar que estas significações também dizem respeito àqueles que vivem no arquipélago, por conseguinte, a compreensão dos diversos fenómenos da migração dos cabo-verdianos, que se desenvolvem hoje, aponta para a renovação da identidade coletiva, que na época do enfraquecimento do Estado-nação (Cohen, 1996) pode revelar outros elementos dos repertórios culturais das pessoas.

### **Mudança social e metamorfoses do campo migratório**

A possibilidade dos não-migrantes serem, igualmente, protagonistas importantes no interior do sistema cabo-verdiano de circularidade amplia o valor da sua condição, originalmente vista somente em contraposição à do migrante. Ou seja, este empreendimento tem lugar no espaço da experiência migratória, onde as capacidades de

intervenção são desigualmente repartidas entre os agentes, migrantes, não-migrantes, transmigrantes, nacionais, não-nacionais, etc.. As indagações colocam-se, portanto, em relação ao que constitui o mundo social ligado à migração e que, no que tange à coletividade (que constitui esse mundo social), resulta quer do reconhecimento dos grupos, quer do trabalho de elaboração e reformulação da coletividade em relação a si mesma. Em particular, as questões remetem para as dificuldades que Castel (2008) encontra na constituição teórica dos estudos das migrações internacionais, cuja superação, diz o autor, exige que a estrutura conceptual adote a transformação social como categoria central, de modo a facilitar a compreensão da complexidade, interconetividade, variabilidade, contextualidade e as mediações dos processos migratórios. As metamorfoses do campo migratório estão patentes em experiências como as que são vividas por não-migrantes e suscitam um determinado tipo de explicações e interpretações quando são vistas como expressão de mudanças estruturais migratórias, mutações das “paisagens migratórias” e “sistemas migratórios”, que parecem tornar-se cada vez mais complexos. Entre os temas que os estudos devem aprofundar interessam, por exemplo, os possíveis ajustes que sofrem os papéis de migrante e não-migrante quando este se apresenta no lugar de migração; as adaptações que os migrantes têm de realizar à sua rotina durante as estadias dos não-migrantes; o grau de dependência destes em relação à figura do migrante como intermediário da sua relação com a sociedade no lugar de migração; os custos que a estadia representa e a forma como são repartidos entre os agentes de cá e de lá.

Ao mesmo tempo, a presença do não-migrante lança a hipótese sobre a evolução das representações sobre migração e não-migração cabo-verdianas e a importância e pertinência das questões materiais e simbólicas trazidas pelas mobilidades atuais. Ou seja, não apenas uma longa experiência migratória coletiva altera as percepções e o modo de estar face à mobilidade, como também as mudanças internas e nas condições de vida em Cabo Verde modificam as posições dos segmentos sociais face à migração; em oposição à noção tradicional de que a migração é a única saída para o cabo-verdiano, cresce, em determinados segmentos sociais, a noção de que a busca do progresso e bem-estar (individual e do grupo familiar alargado) pode ser feita a partir de dentro, por conseguinte, ganha ênfase a perspectiva de que deve-se investir as competências para reforçar as capacidades, hierarquias e posições sociais no campo social no interior do arquipélago. Ou seja, paulatinamente, e para alguns segmentos, admite-se que a

atribuição da migração como projeto de vida original e incontornável de cada cabo-verdiano pode ceder espaço a outras formas e perspectivas de progresso pessoal e coletivo. Neste sentido, ser um não-migrante e permanecer no arquipélago não significa necessariamente insucesso e pode ser tomado como uma indicação importante daquilo que conforma a experiência social atual ligada à migração em Cabo Verde. Trata-se, portanto, de um aspeto central tanto para a renovação das abordagens e do olhar dirigido à migração cabo-verdiana, como para a integração de novas ferramentas e de outros modos de análise dos processos de mudança social no arquipélago.

Pelos problemas centrais que lhes são colocados, as ciências sociais têm a exigência substancial de explicar as grandes variações – no espaço e no tempo – das interações entre migração e amplos processos de transformação social (Van Hear, 2010). No passado, as pesquisas das migrações tinham apenas um pequeno impacto nas teorias fundamentais da ordem social e diferenciação, mas nos tempos recentes, dizem autores como Bauman (1998), a globalização tem mudado os modelos das ciências sociais chamando a atenção para os fluxos que cruzam fronteiras e alteram instrumentos e agentes-chave. Neste sentido é que sugerimos que é importante apontar a variabilidade e complexidade das razões e disposições possíveis em relação às mobilidades cabo-verdianas na contemporaneidade: a *rabidante* vai e volta a muitos lugares e pode ter estadias muito curtas em Cabo Verde, apenas para deixar a sua carga e preparar-se para nova deslocação; alguns membros de uma família podem deslocar-se aos EUA para representá-la por ocasião de um evento familiar marcante, e no mesmo ano, um dos familiares deslocar-se-á a algum país na Europa, a Portugal, por exemplo, por motivos de saúde. Cada vez é mais frequente a notícia de grupos de pessoas que conjugam as suas afinidades e interesses comuns e visitam lugares de peregrinação ou participam de um acontecimento relevante nas suas vidas como uma coroação papal, por exemplo. Em Lisboa, por exemplo, no período das férias escolares e de verão, crescem as probabilidades de que amigos ou vizinhos em Cabo Verde se encontrem por acaso nos centros comerciais mais procurados pelos cabo-verdianos na ex-metrópole. No período de férias, as comunidades em Portugal, França, Países Baixos e também a (crescente) comunidade no Reino Unido recebem muitos parentes, por conseguinte, o período das férias de verão que os migrantes, tradicionalmente, destinam às deslocações a Cabo Verde deve ser agora organizado em função, também, das agendas dos que vivem em Cabo Verde e se deslocam ao exterior na mesma ocasião. A saúde é outra razão que traz

os cabo-verdianos sobretudo a Portugal, EUA e Holanda, por vezes para tratamentos prolongados, na maior parte dos casos, apenas viáveis para aqueles que podem contar com o suporte familiar e o apoio dos migrantes. Há, contudo, um segmento restrito de pessoas que se desloca com frequência ao exterior com meios próprios e que, por exemplo, em Portugal, mantém uma estrutura doméstica que dispensa o suporte regular de familiares ou pessoas migrantes próximas.

Situações como estas descrevem a discrepância entre a análise dominante -que aborda as mobilidades das populações mais pobres como um problema que precisa ser consertado com políticas apropriadas- e a experiência da mobilidade vivida como normalidade, por muitas pessoas, que não necessariamente como uma contrariedade que se intromete num cotidiano, supostamente sedentário. No século XXI, diz-nos Bauman (1998), vivemos a utopia pós-moderna de um mundo de mobilidade e sem fronteiras, mas o direito de ser móvel é seletivo e mais específico de classe e não se aplica aos pobres<sup>8</sup>. Por este motivo é que a análise mais apropriada ainda é da migração como um processo baseado na desigualdade e na discriminação e controlado e limitado pelos estados. O fato de o debate sobre migração/mobilidade encontrar-se localizado no discurso político explica porque é que práticas de mobilidade, como as que descrevemos acima, não são tomadas como aspetos normais da vida social e nem a migração é vista como um evento que cresce em períodos de mudança social, por desigualdade ou coerção, ou seja, por discrepâncias de poder e de bem-estar<sup>9</sup>.

Os esforços em construir aparatos para a compreensão da migração e da transformação social, conforme Portes (2003), Bakewell (2010), Castles (2008) ou Van Hear (2010), procuram conciliar um certo número de conceituais binários que se repetem nos estudos das migrações, mas mais amplamente nas ciências sociais. Consideram os autores que os agentes mediadores e as transições precisam de ser contabilizados tal como as intersecções entre classe, género, geração, etnicidade e outras clivagens sociais, aspetos estes que, à exceção do tema do género, ainda recebem pouca

---

<sup>8</sup> Sobretudo os que pretendem viajar do Sul global para Norte global.

<sup>9</sup> Da mesma forma que desenvolvimento não significa necessariamente menos migração para um país. A insistência na ideia de que menos desigualdade, menos pobreza ou insegurança resultam, inequivocamente, em menos migração é que, de fato, quando estas circunstâncias mudam, as deslocações continuam a acontecer mas em circunstâncias diferentes.

atenção ou tratamento específicos como descritores da complexidade da migração cabo-verdiana contemporânea<sup>10</sup>.

Precisamente a centralidade das migrações nas relações sociais contemporâneas explica a ênfase que é colocada na mobilidade humana tanto na teoria social como em algumas abordagens sobre a mudança global. Esta preocupação evidencia as divisões fundamentais no interior dos estudos das migrações, que precisam ser reconciliadas conceitualmente e incluem as relações entre sociedades e comunidades de origem e destino ou os efeitos positivos e negativos das redes e do capital social (Van Hear, 2010). Todavia, a discussão que ocupa os referidos autores dedicados ao tema tem sido orientada para a identificação de convergências teóricas que parecem promissoras: sistemas de análise, estudos da integração migrante e o nexo da migração com o desenvolvimento. Os autores abordam o grau de transformação social que a migração pode gerar; o papel das redes e dinâmicas sociais na dinâmica ou no desaparecimento da migração; a influência das transatividades nas instituições; e a dialética entre estrutura e iniciativa. Este rol de tópicos deixa claro, mais uma vez, que, quando se trata da formulação e composição da sociedade diaspórica e transnacional, o foco é sempre dirigido ao migrante e às preocupações da sociedade de presença migrante, permanecendo pouco aprofundadas as contribuições, as presenças ou as influências no processo, por parte do não-migrante e da sociedade de origem. Torna-se cada vez mais importante preencher esse vazio, no caso da reflexão sobre Cabo Verde e a sua migração, na medida em que, em tempo de enraizamento das comunidades na diáspora e de consolidação de transformações sociais importantes no arquipélago, a migração e as dinâmicas sociais mostram-se cada vez mais complexas na forma como são actualizados os processos relacionais de negociação, tensão e conflito entre os grupos presentes no campo social da migração. Por exemplo, na medida em que, ao longo do tempo, as dinâmicas de poder e os processos de hierarquização social em Cabo Verde sofrem alterações, assim também a migração e a visão sobre a mesma é revista no próprio espaço de luta e conflitos entre os segmentos sociais atuais.

---

<sup>10</sup> O tratamento genérico das migrações cabo-verdianas em suas causas (seca, pobreza, falta de recursos) e efeitos (melhorias das condições de vida dos que ficam, uma vida de sacrifícios dos que partem, permanecer num lugar e desejar estar na origem) não deixa ver as “idades das migrações”, as particularidades históricas de cada período, as diferenças nas formas de organização da sociedade ao longo do tempo. Sobretudo, dificulta a descrição mais detalhada de como, em cada período, a migração se inscreve como o instrumento de mudança social mais permanente em Cabo Verde.

### **Elementos centrais para uma nova moldura conceitual e empírica**

Na atualidade, e de forma cada vez mais frequente, o não-migrante também utiliza as viagens como meio de aproximação ao mundo da migração nos lugares de destino dos cabo-verdianos e como forma da participação nas redes sociais que atravessam fronteiras. Assim, de (eternos) potenciais migrantes e recetores de remessas em Cabo Verde, reconstituem o seu perfil tradicional ao participar diretamente no espaço migratório. Esta presença, aliada às práticas transnacionais dos migrantes e às dinâmicas de enraizamento da diáspora, contribui para a consolidação de formas renovadas de participação nesse campo social.

O perfil desses viajantes e a diversidade de motivos pelos quais viajam mostram a complexidade dos significados atuais atribuídos à migração, sendo possível reconhecer posições diferenciadas dos grupos, na origem, em relação à mobilidade; a ideia da migração como única solução para o cabo-verdiano enfraquece nos meios onde cresce a percepção de que o progresso e o sucesso resultam muito mais do enfrentamento das condições (adversas) do país por meio de esforços e demonstração de competências localmente. Caberá às ciências sociais examinar se o reconhecimento cada vez maior deste fato passa a vincar ainda mais as especificidades de migrantes e de não-migrantes ou se a presença destes no espaço migratório é um indicador inegável do esbatimento das diferenças dentro/fora, a par da mobilidade transnacional cabo-verdiana.

As iniciativas dos não-migrantes no campo migratório cabo-verdiano confirmam a variabilidade atual dos papéis tradicionalmente assumidos pelos migrantes *vis-à-vis* com os demais atores no cenário migratório. Sobretudo evidenciam que é necessário prosseguir com a descrição cada vez mais refinada das mudanças sociais em Cabo Verde, pois, as especificidades das formas de participação no espaço migratório e a multiplicidade de condições e razões pelas quais viajam guardam correspondências com as clivagens sociais e deixam a nu as próprias desigualdades sociais encontradas no lugar de origem. Ao incorporar tais clivagens, o sistema migratório mostra que não está isolado dos processos mais complexos e variados de mudança societal no arquipélago. Por meio destes questionam-se os padrões sociais existentes, reconfiguram-se as relações entre classes ou segmentos sociais e alteram-se as estratégias dos grupos em relação à migração como meio de sobrevivência e de reprodução própria.

É relevante, sobretudo, que a presença assinalada dos não-migrantes no espaço social da migração contribui, fortemente, para a introdução das hipóteses de que

*homeland* e diáspora podem ser ultrapassadas por uma meta condição, num campo social específico que cabe compreender. Nas condições colocadas por esta realidade, somente podem ser consideradas como explicações plausíveis sobre o mundo social da migração as que abordam, em simultâneo e sem hierarquizar, todos os agentes (migrantes, não-migrantes, pessoas que pertencem ao lugar de destino) que atuam nesse espaço *entre lugares* constituído pelos múltiplos “*habitats de significação*” territorialmente irrestritos.

## Bibliografia

1. AKESSON, L. (2009) "Remittances and inequality in Cape Verde: the impact of changing family organization", *Global Networks* 9, 3, 381-398.
2. AKESSON, L. (2011) "Cape Verdean Notions of Migrant Remittances", *Cadernos de Estudos Africanos*, nº20, jan, 139-159.
3. BAKWELL, O. (2010) "Some Reflections on Structure and Agency in Migration Theory", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36:10, 1689-1708.
4. BAUMAN, Z. (1998) *Globalization: The Human Consequences*. Cambridge: Polity.
5. BORDENAYOUN, C., 2012, "La diaspora ou l'ethnique en mouvement", *Revue européenne des migrations internationales*, 1, Vol. 28, 13-31.
6. BRUBAKER, R., (2005, 'The 'Diaspora' Diaspora', *Ethnic and Racial Studies*, 28(1), 1-19.
7. BRUNEAU, M. (1994) "Espaces et territoires de diaspora", *L'Espace géographique, Les Diasporas*, no.1, 5-8.
8. CARLING, J. and AKESSON, L. (2009) "Mobility at the Heart of a Nation: Patterns and Meanings of Cape Verdean Migration", *International Migration Special Issue on Migration in the Lusophone World*, Volume 47, Issue 3, Aug, 123-155.
9. CARLING, J; BATALHA, L. (eds), (2008) *Transnational Archipelago: Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 298.
10. CASTLES, S. (2007) "Migration and Social Transformation", *Inaugural Lecture for the Migration Studies Unit (MSU)*, LSE, 15 november.
11. COHEN, R. (1996) "Diasporas and the Nation-State: From Victims to Challengers", *International Affairs*, Vol. 72, No. 3, Ethnicity and International Relations (Jul., 1996): 507-520.
12. ÉVORA, I. (2006) "De emigrantes/imigrantes a migrantes transnacionais: possibilidades e limites de uma nova categoria de análise da identidade e da migração cabo-verdianas", *3º Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*, Lisboa (mimeografado).
13. ÉVORA, I. (2007) "Minha terra, minha gente: as atribuições sociais da emigrante em Cabo Verde", In: Grassi, Marzia e Iolanda Évora (orgs) *Género e Migrações cabo-verdianas*, Lisboa, ICS, 63-98.
14. ÉVORA, I. (2011), "Novas práticas no campo social da diáspora cabo-verdiana: as remessas e a mobilidade transnacional de via múltipla", *Revista Internacional em Língua Portuguesa, Número especial sobre Migrações, III Série, nº. 24, AULP, ISSN 2182-4452*, pp. 113-127. ([http://aulp.org/images/stories/documents/livro\\_migracoes.pdf](http://aulp.org/images/stories/documents/livro_migracoes.pdf))
15. ÉVORA, I. (2015) "A migração cabo-verdiana e as ciências sociais: uma leitura crítica", In: C. Furtado; P-J. Laurent; I.Évora (orgs) *Ciências Sociais em Cabo Verde. Tendências, abordagens e perspectivas teóricas*. Praia, Edições Uni-CV, pp.109-126.
16. FAIST, T. (2000) *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*, Oxford, Clarendon Press.
17. FORTES, C., 2013a, "M t' studa p' m k ter vida k nha mãe tem": Género e Educação em Cabo Verde, *Ciências Sociais Unisinos*, 49(1), pp. 80-89.
18. GIBAU, G.S. (2008) "Cape Verdean Diasporic Identity Formation", in L. Batalha and J. Carling (eds) *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Amsterdam, Amsterdam University Press: 255-267.
19. GLICK SCHILLER, N., BASCH, L. AND BLANC-SZANTON, C. (1992). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: New York Academy of Sciences.
20. GOIS, P. (2005) "Low intensity transnationalism: the Cape Verdian case", *Stichproben. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien* Nr.8/2005, 5. Jg.
21. GONZALEZ, L. (2013) "Cabo-verdianas em Burela (1978/2008): migração, relações de género e intervenção social", Santiago de Compostela, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade de Compostela, (mimeografado).
22. GRASSI, M. (2003). *Rabidantes: Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*. Lisbon and Praia: ICS/Spleen Lainer-Vos, D., 2010, "Using Diaspora-Homeland Relations to Study Nation-Building", *Sociology Compass*, 4/10:894-908.
23. LOBO, A. (2012) *Tão Longe Tão Perto. Famílias e Movimentos na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. 1. ed. Cidade da Praia: Edição Uni-CV, 269.
24. MALHEIROS, J. (2001) *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*, tese de doutoramento em Geografia defendida na Universidade de Lisboa (mimeografada).

24. MARTINIELLO, M.; SIMON, P. (2005) “Les enjeux de la catégorisation”, *Revue européenne des migrations internationales* [En ligne], vol.21-n°2 I 2005, mis en ligne le 01 octobre 2008, consulte le 03 septembre 2012. URL: <http://REMI.REVUES.ORG/2484>
25. MEINTEL, D. (2002) Cape Verdean transnationalism, old and new, *Anthropologica* 44. 1 : 25-42.
26. MISHRA, V. (1996). ‘The Diasporic Imaginary: Theorizing the Indian Diaspora.’ *Textual Practice* 10(3): 421.
27. NYBERG-SØRENSEN, (ed.) (2007) *Living Across Worlds: Diaspora, Development and Transnational Engagement*. Geneva: International Organisation for Migration.
28. PORTES, A. (2003) " Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism", *International Migration Review*, v.37, n.3 (fall), pp.874-892.
29. RODRIGUES, I. F. (2007) “As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática”, *Género e Migrações Caboverdeanas*, Lisboa, ICS: 123-146.
30. SCHNAPPER, D. (2001) *De L’Etat-nation au monde transnational*, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 17( 2) : 9-36.
31. SOYSAL, Y. (2002). ‘Citizenship and Identity: Living in Diasporas in Post-War Europe.’ *Ethnic and Racial Studies*, 23(1), 1–15.
32. VAN HEAR, N. (2010) “Theories of Migration and Social Change”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36:10, 1531-1536.
33. VERTOVEC. S. (2004) “Migrant Transnationalism and Modes of Transformation”, *International Migration Review*, 38 (3), Conceptual and Methodological Developments in the Study of International Migration (Fall, 2004): 970-1001
34. WIMMER, A. and GLICK SCHILLER, N. (2002) ‘Methodological Nationalism and Beyond: Nation-State Building, Migration and The Social Sciences’, *Global Networks* 2(4), 301–34.

O objetivo deste artigo é refletir sobre este, que é um fenômeno central para os cabo-verdianos e para a maioria dos estudiosos que se debruçam no estudo desta sociedade: a emigração. Muito tem sido dito sobre a sociedade cabo-verdiana enquanto um centro de diáspora, dos cabo-verdianos espalhados pelos quatro cantos do mundo, das comunidades de imigrantes oriundos das ilhas e suas características nos países que os recebem e da importância das remessas dos emigrantes para a economia local do arquipélago. Porém, alguns aspectos deste fenômeno, a meu ver, têm recebido pouca atenção dos estudiosos, cito aqui alguns deles: pouco tem sido produzido sobre os não emigrantes, ou seja, os membros das famílias que não partem, que ficam nas ilhas; sobre a emigração feminina e suas peculiaridades; e sobre outros tantos movimentos que têm marcado esta sociedade – me refiro aos movimentos inter-ilhas e aos micro-movimentos ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos.

Em minha fala, não pretendo dar conta destes aspectos, trabalho ao qual tenho me dedicado nos últimos anos. Porém, esboçarei algumas destas questões, pois as considero fundamentais para o entendimento da emigração cabo-verdiana em sua complexidade. Para dar conta desta tarefa encaro a emigração como um evento inserido num processo mais amplo. Acredito que olhar para este fenômeno no contexto da trajetória de vida dos indivíduos desde sua infância, incluindo-o num conjunto de movimentos que se inicia muito antes da saída para outro país permitirá uma compreensão do fenômeno migratório em outras bases: entendido num contexto familiar e, em larga medida conservador, e não só como um produto da modernidade. Entendido como um movimento central sim, mas inserido num contexto de múltiplos fluxos que marcam esta sociedade crioula. O que defendo em meu argumento é que, mais do que a emigração, a mobilidade é um valor em Cabo Verde.

Ao longo dos anos de 2004 e 2005, durante 15 meses ininterruptos, realizei pesquisa de campo em uma das 10 ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde, a Ilha da Boa Vista. A pesquisa foi desenvolvida junto à população da Vila de Sal-Rei e o objetivo era trabalhar sobre a temática dos fluxos migratórios femininos e suas influências nas transformações que vêm ocorrendo na organização familiar local (Lobo,

2012). Sal-Rei é a principal vila da Ilha e, na ocasião da pesquisa, acolhia cerca de 2.500 habitantes, do total de 4.209 residentes espalhados pelas sete pequenas povoações que formam a paisagem árida característica do arquipélago.<sup>11</sup> A principal atividade econômica é a agropastoril de subsistência, porém, não é esta que movimenta os recursos financeiros, os quais advêm prioritariamente das remessas enviadas pelas mulheres emigrantes que vivem na Itália<sup>12</sup> trabalhando como empregadas domésticas.

### **Um pouco de Cabo Verde:**

Cabo Verde é um arquipélago localizado no Atlântico e inabitado quando descoberto pelos portugueses em 1460. Sua efetiva ocupação se deu posteriormente e no contexto do comércio negreiro do continente africano para a Europa e as Américas. Seu processo de formação social é, portanto, resultado do encontro entre portugueses e africanos, dando origem a uma sociedade crioula marcada pela heterogeneidade. O país é historicamente caracterizado como uma sociedade de diáspora, dada a sua especialização histórica em exportar gente para os quatro cantos do mundo por meio da emigração.

Apesar de não estar interessada em fazer uma análise do desenvolvimento da emigração cabo-verdiana, algumas palavras sobre a dimensão deste fenômeno são apropriadas.

A ideia da emigração é um fato inevitável na vida dos cabo-verdianos. Com uma história de constantes emigrações, sucessivas gerações têm crescido vendo a circulação ou mobilidade como uma parte intrínseca de sua vida. Dizem-se acostumados com as partidas e chegadas e afirmam que o sentimento de saudade já faz parte do ser cabo-verdiano. Ao mesmo tempo em que a saída do país é associada à separação, saudade e sacrifício, os cabo-verdianos encaram de forma positiva sua abertura ao outro e ao contato com o *mundo lá fora*. Desta forma, a história de emigração, através do tempo e do espaço, não só tem orientado o cabo-verdiano a continuar procurando um futuro melhor no estrangeiro, mas também solidificou os laços com o mundo exterior às ilhas (Carreira, 1983).

---

<sup>11</sup> Sobre o significado da aridez na formação da identidade cabo-verdiana, ver Lobo (2001).

<sup>12</sup> No caso da Boa Vista, a maioria das mulheres segue para a Itália, porém há também um número considerável delas na França e em Portugal. Para maiores informações sobre o destino da emigração na ilha da Boa Vista, ver Lobo (2012).

Como pretendo desenvolver a diante, a emigração não é um projeto individual. Ela mobiliza toda a família, que se organiza estrategicamente para enviar alguns membros e manter outros em casa. Portanto, a decisão de quem emigra e quem fica deve estar de acordo com os interesses e necessidades do grupo familiar uma vez que a emigração tem como finalidade não somente a manutenção do grupo doméstico, mas a maximização de suas potencialidades.

As estratégias de emigração são traçadas por meio de negociações que envolvem diversas pessoas, todos desempenhando um papel importante e podendo contribuir para o sucesso ou fracasso de um projeto emigratório que é individual, mas com obrigações coletivas.

Este caráter ao mesmo tempo individual e coletivo do processo migratório em Cabo Verde pode trazer reflexões interessantes e que não serão esgotadas neste trabalho. Se, por um lado, os que emigram justificam sua saída nas necessidades familiares, por outro, desenvolvem valores individuais expressos na conquista de um novo status social e independência financeira, na ideia de sacrifício pessoal, nas roupas que usam e na experiência individual de ter vivido em outro mundo.

Por hora, cabe lembrar que as práticas em torno da emigração estão associadas a um processo social e histórico no qual elas são reproduzidas. Quando os cabo-verdianos emigram, estão partilhando um sistema complexo de valores, ideias e percepções sobre o que significa emigrar. Porém, o indivíduo não é um mero reprodutor desse sistema. Os desejos individuais de emigração não são somente produtos da história. Ao optar por sair, ele lança mão de experiências de vida, ações e entendimentos que fazem do fenômeno migratório um processo multifacetado, que varia no tempo e no espaço.

Na tentativa de fugir de uma solução rápida que classificaria este fenômeno migratório como um projeto familiar ou individual, como uma decisão ou um processo, como motivado por fatores econômicos ou histórico-culturais ou como produto de categorias que estão na moda em nossa disciplina, a exemplo da transnacionalidade – quero fazer o exercício de buscar na etnografia algumas respostas que me permitam escapar das dicotomias, estas armadilhas que nos esperam a cada esquina das estradas da construção do conhecimento.

Apresento-vos, portanto, uma das muitas histórias que pude conhecer quando em campo:

Cilésia foi criada longe da mãe, que emigrou quando ela tinha 10 anos de idade. Viveu a infância com a avó materna, depois foi estudar na Cidade da Praia, a capital do país e, já mais velha, voltou para Boa Vista, onde morou com uns familiares. Em conversas, Cilésia contou-me que foi graças a emigração da mãe que sua família possui uma casa grande e confortável no centro da vila de Sal-Rei, nunca passaram necessidade e, com o passar do tempo, outras mulheres da família conseguiram sair para a emigração. Cilésia vive na Itália, na mesma cidade em que se encontram a mãe e as irmãs. Ela partiu há alguns anos, deixando cinco filhos na Boa Vista. O pai dos três primeiros também é emigrante e vive na Inglaterra. Ela conta que ele tem *feito sua vida* por lá, inclusive já formou nova família, e nunca deu qualquer ajuda aos filhos que ficaram. Os dois filhos mais novos, cada um tem um pai diferente, mas a história é a mesma, os pais nem se lembram que os filhos existem. Mesmo com a ajuda que recebeu da mãe para cuidar dos filhos, Cilésia sempre levou vida dura na Boa Vista. Relata que nunca teve medo de trabalho e que, quando era preciso, trabalhava como homem. Seu sonho era emigrar, afirma que *na Boa Vista se trabalha como um burro e não se consegue construir nada, mal se consegue o que comer. Lá na Itália não é assim, a vida na terra de gente é mais dura que na Boa Vista, mas com o que ganho, envio para a família e ainda consigo comprar o que quero para mim e para os meus.*

Sua grande tristeza é estar longe dos filhos. O mais novo tinha seis anos e vivia com a companheira do irmão de Cilésia, já tendo vivido com uma tia de Cilésia. Os quatro maiores estão espalhados, dois nas casas das famílias paternas (com as avós), e os outros na casa que foi construída pela mãe de Cilésia e que abriga as famílias de dois dos seus irmãos. Um dos filhos estava seguindo para a Praia, para estudar. Relata que a vida não tem sido fácil para suas crianças, mas que todos têm que fazer sacrifício.

Apesar da distância, Cilésia se considera próxima e presente no dia a dia das crianças. Para aliviar a saudade, telefona todas as semanas, manda encomendas e dinheiro, está sempre preocupada em saber se estão bem. Esclarece-me que eles entendem sua ausência e que sabem que ela faz o sacrifício de viver na terra dos outros por eles. Além disso, está sempre fazendo o esforço de voltar para a ilha no verão.

Desde que emigrou, tirou férias duas vezes. A primeira quando a avó que lhe criou morreu e a segunda no ano de 2004, período em que nos conhecemos. Diz que voltar para sua terra é a maior alegria que pode ter, vive na Itália pensando no dia em que

poderá retornar. Porém, tem que ter paciência. Antes de retornar é preciso construir sua casa com um espaço para abrir um negócio e viver tranquila em sua terra.

Retive-me de maneira mais alongada na trajetória de Cilésia e sua família por sua representatividade no contexto por mim analisado e por acreditar que tal trajetória nos ajudará a refletir sobre alguns aspectos que orientam os objetivos deste artigo. O primeiro aspecto a analisar é a trajetória sua antes da emigração, que muito tem a ver com as trajetórias de seus filhos – este aspecto nos leva a mergulhar no universo familiar, em especial, na mobilidade que marca, desde muito cedo, a vida dos pequenos.

### **Contextos familiares**

As unidades domésticas são fortemente centradas na figura da mãe ou avó. As mulheres têm um importante papel econômico e, além disso, os arranjos conjugais que predominam estimulam a instabilidade e a circulação dos homens por várias unidades domésticas durante a vida adulta. Tudo isso opera no sentido de dar maior peso às mulheres no interior das famílias. A centralidade feminina é reforçada pelas redes familiares que operam entre as casas por meio da troca e partilha de coisas, valores e pessoas.

Neste contexto, a mobilidade aparece como uma característica marcante. Dos jovens e adultos que mantive contato em campo, raros foram aqueles que haviam residido em apenas uma casa ao longo de sua vida. O mais frequente é que uma criança resida mais ou menos permanentemente na casa de um parente próximo à mãe, especialmente com a avó materna, porém, elas transitam entre diversas unidades domésticas, tanto por períodos curtos quanto em estadas mais prolongadas. Os arranjos e motivos para dar uma criança à outra casa são variados, as explicações para mudar de “casa” vão desde a simples vontade da criança até a necessidade de ter uma criança para ajudar nos afazeres domésticos, por questões financeiras, pela proximidade de uma determinada casa com a escola, emigração da mãe etc. A variação também inclui o tempo de residência, a criança pode permanecer numa casa por meses, anos ou toda a vida. Um fator comum aos diversos casos é o significado de receber uma criança de outro: abrigar uma criança, especialmente quando a situação não envolve parentesco consanguíneo, significa ser solidário e faz parte da dinâmica local.

A facilidade que as crianças têm em circular entre as casas compensa várias tendências que poderiam, de outra forma, enfraquecer a solidariedade do grupo familiar

como um todo. Ao cuidar de um neto, por exemplo, uma mulher justifica sua demanda de apoio material e de afeto aos seus próprios filhos. As avós recebem benefícios especiais ao cuidar de um neto: aumentam a chance de receber ajuda filial e consolidam seu direito ao apoio da rede de parentes.

Além de unir gerações numa fase do ciclo doméstico que poderia ser caracterizada pela dispersão, as crianças podem contrapor a tendência masculina a se afastar do novo grupo familiar. Uma mulher, a depender do contexto, abriga filhos de um homem parente seu. Mães podem cuidar dos filhos de seus *filhos* ou mesmo as irmãs abrigam filhos de seu *irmão*. Avós e tias paternas seriam, portanto, mediadoras entre pai e filhos.

Mesmo que a criança não resida com parentes paternos, pela mobilidade entre as casas no transporte de coisas e alimentos, elas aproximam os laços de afinidade. Num contexto em que a relação afetiva entre *mãe-de-filho* e *pai-de-filho*<sup>13</sup> é, num primeiro momento, marcada pela instabilidade, a criança oriunda dessa relação, pela circulação, cria um elo entre as famílias, elo este que pode garantir que o homem retorne ciclicamente àquela mulher, acabando por se fixar em uma relação conjugal que pode culminar no casamento (daí a importância de ser *mãe-de-filho*).

Nos casos de emigração, como é o caso de Cilésia e seus filhos, a depender da relação que se estabelece entre mães e filhos à distância, as mães não sentem que abandonaram seus filhos e estes não dizem se sentir abandonados<sup>14</sup>. O fato de deixar os filhos com outra, mesmo que esta seja sua avó materna (a preferencial), implica a ideia de um sacrifício da mãe em razão do benefício da criança e do grupo familiar. Quem fica com a criança, vê seu ato como solidário e como possibilidade de manter e intensificar relações com a emigrante.

Além disso, a companhia das crianças dá um sentido especial à rotina diária, dá prazer e diversão. As crianças não são um fardo, são uma dádiva. *Aguentar* uma criança preenche o dia, garante interação social com vizinhos, permite o compartilhamento dos afazeres domésticos, é fonte de afeto, é elo entre mulheres e, por extensão, entre

---

<sup>13</sup> Esses são os termos comumente utilizados para se referir aquele ou àquela com quem ego teve um filho. Além disso, quando o casal mantém uma relação conjugal, esse é o termo que se usa para se referir ao companheiro ou companheira, *meu pai-de-filho* ou *minha mãe-de-filho*.

<sup>14</sup> De acordo com os relatos, esse é um sentimento marcado pela ambiguidade. Apesar de não se sentirem abandonados, os filhos ressentem-se de terem crescido longe da mãe, isso é expresso por categorias como solidão e tristeza.

unidades domésticas e entre países, sendo a principal ponte entre as emigrantes e suas famílias locais.

Neste contexto, o pressuposto de que os familiares têm que viver fisicamente juntos dá lugar à outra ideia de família. Minha análise busca demonstrar que o limiar entre um sentimento de pertencimento ou de quebra nas relações familiares depende de um equilíbrio na manutenção dos diversos princípios de filiação social que mantêm as pessoas unidas. Para construir meu argumento busco inspiração no debate sobre *relatedness* sistematizado por Carsten (2004) em outro contexto etnográfico. A autora utiliza tal conceito para pensar as relações genealógicas enquanto formas primárias de estabelecer conexão, um primeiro contato, uma primeira troca de fluídos. Porém, enfatiza que isto não é suficiente, pois há um espaço que precisa ser preenchido por signos de proximidade: dar e receber, dependência mútua, trocas recíprocas de materiais, cognitivas e emocionais. A noção apresentada por Carsten é boa para pensar a organização familiar que aqui apresento, pois nela o domínio do parentesco precisa ser praticado em solidariedade.

Neste contexto, além de viver junto e ser criado na mesma casa, partilhar experiências e coisas são as principais fontes de identificação pessoal de um indivíduo. Sua posição na sociedade está marcada não só pelos laços de família, mas pela relação com as pessoas que acompanharam seu processo de socialização. Dada a importância da mobilidade – entre casas, povoados, ilhas e países – que acaba por gerar o que denomino de “famílias espalhadas”, as formas de criar “proximidade à distância” são os instrumentos aos quais os indivíduos recorrem na tentativa de lidar com as inseguranças resultantes da mobilidade que caracteriza esta sociedade.

De acordo com o padrão ideal, as relações familiares se caracterizam por um comprometimento mútuo, contatos sociais regulares e um fluxo constante de benefícios materiais e não-materiais. Tais requisitos atuam tanto para fortalecer laços pré-existentes, quanto para ampliar o campo de relações assumidas como de parentes.

Partilhar, portanto, é uma categoria fundamental para se entender as relações familiares em Cabo Verde. Pela análise das práticas de partilha, ajuda mútua e solidariedade entre pessoas e grupos domésticos, percebe-se o conceito fundamental de “fazer família”, ou seja, fortalecer laços entre parentes e criar parentesco onde este não existia. Conforme os conceitos locais, a família é resultado de uma produção em torno das experiências de coabitação e cooperação doméstica entre pessoas, isto é, o universo

familiar é percebido enquanto um processo construído cotidianamente. Daí a importância do parentesco social, baseado em ofertas pessoais, compromissos mútuos e partilha.

Paralelamente, assim como as relações de parentesco devem ser obtidas, negociadas e alimentadas, as vidas dos indivíduos e suas posições no contexto familiar são decorrentes de escolhas e negociações, não devendo ser entendidas como devires inevitáveis e preestabelecidos dentro do sistema. Captar este universo como um quadro composto por diversas possibilidades em que as trajetórias dos indivíduos são múltiplas e suas posições são conquistadas a partir das trajetórias de vida é central para entender a emigração como um processo em Cabo Verde.

O ponto de vista que defendo é que a emigração não deve ser entendida como um evento isolado, ou seja, levando em conta as trajetórias individuais, a emigração aparece como um movimento paradigmático e singular, mas inserido num conjunto de movimentos que marcam histórias de vida como a de Cilésia. A própria noção de domesticidade é construída por fluxos constantes de bens, valores e pessoas, especialmente crianças.

Ainda assim, a emigração é um evento que marca profundamente tais trajetórias. Tal como expresso no caso etnográfico que inspira as reflexões desta comunicação, a emigração, dentro de um ciclo de vida marcado por múltiplos movimentos, é vista como remédio inevitável para os problemas inerentes à vida num lugar percebido como pequeno. Argumento, juntamente com outros estudiosos, que é um rito pelo qual caboverdianos devem passar para serem pessoas plenas.

Porém, essa solução não é percebida sem tensões e ambiguidades, a estratégia de emigração é sempre temporária e os projetos construídos mesclam o sonho de ir, um sonho que também é dor de saudade, e o desejo de retornar. A volta é tão sonhada quanto a partida, e ambas guardam uma característica semelhante: a incerteza de realização. Tão importante quanto a decisão de emigrar, é a escolha do momento de retorno. É o caráter coletivo de um projeto que aparenta ser individual que determina, em grande parte, a duração do mesmo.

Os percursos migratórios concebem a saída como um instrumento que objetiva a aquisição de um bom padrão de vida em Cabo Verde, ou seja, o sentido é de trabalhar fora com a intenção de retornar (Carling, 2001). Portanto, os três Rs – recrutamento, remessas e retorno (Papademetriou and Martin, 1991, *apud* Carling, 2004) – são fatores

fundamentais nos processos de saída e em seus impactos no desenvolvimento local. Apesar de recorrentes, tais fatores devem ser analisados de forma ampla, dando conta da dinâmica migratória e, especialmente em situações de gênero, das diferenças na relação entre emigrantes e a comunidade local.

Os projetos de emigração envolvem duas perspectivas sobre o que é a vida na Boa Vista e no estrangeiro: as imagens de quem fica e de quem vai. A análise de suas vidas é sempre feita em comparação com esses dois mundos. Como afirma Lisa Akesson, ao analisar a emigração em São Vicente, a terra e o estrangeiro são vistos como intrinsecamente diferentes, um servindo de antítese ao outro. Acrescento que essa diferença permanece nas perspectivas das emigrantes e dos que ficam, mas a concepção negativa ou positiva vai variar a depender da perspectiva de quem fala. Vamos a dois breves exemplos. O primeiro de uma emigrante que está fora já há 20 e tantos anos. Cito:

Eu posso passar todos os anos do mundo fora daqui, mas quando chego, eu sei que estou na minha terra, não tem lugar nenhum no mundo igual a isso aqui! É o melhor lugar do mundo! Agora, quando eu voltar para Itália, pelo menos durante um ano eu sei que tenho força para suportar tudo, porque já abasteci aqui nesses meses que eu passo com minha gente. No ano seguinte, é para preparar para voltar para cá de novo. Não dá para vir todos os anos porque tem que juntar dinheiro para trazer, mas se pudesse, vinha mais vezes porque não tem vida melhor do que na sua terra, mesmo com todas as dificuldades. Infelizmente é preciso sair. (Mimina, emigrante há 20 anos).

Agora a perspectiva de uma moça que estava dando expediente para emigrar, projeto que se concretizou durante a pesquisa:

Boa Vista não é lugar para se viver! Não sei o que você faz aqui, Andréa. Não entendo como você pode sair de um lugar como o Brasil para vir morar na Boa Vista, aqui não tem nada! Meu sonho é sair daqui, não aguento mais essa vida parada. Estou dando expediente para sair dessa vida! (Sônia, moça de 25 anos que conseguiu emigrar ao longo de seu trabalho de campo).

Para quem está na Boa Vista, a terra natal não tem nada a oferecer, é pobre, parada, estagnada, pequena, as pessoas têm os olhos fechados; enquanto o estrangeiro é símbolo de progresso, novidade, possibilidade de crescimento, movimento e renovação. Já para quem se encontra na emigração a terra natal é lugar de segurança, beleza, solidariedade, família. É *o melhor lugar do mundo*. Nesse caso, o estrangeiro é visto como um mal necessário, lugar de sacrifícios, ilusão, saudade.

Sempre de forma antagônica, as imagens dos dois mundos são contrastadas nas conversas do dia-a-dia e intensificadas pelas trocas constantes entre aqueles que estão na Boa Vista e na emigração. O intercâmbio de informações e de bens acaba por diluir as fronteiras entre os dois polos. Hoje em dia, mesmo quem nunca saiu da Boa Vista tem acesso a conhecimentos sobre outros lugares e formas de vida<sup>15</sup>. Nesse sentido, a emigração não é algo extraordinário e desconhecido. Entretanto, as ideias antagônicas permanecem por intermédio de um jogo de idealizações do mundo do outro. Os boavistenses vivem entre o sonho de ir e o desejo de voltar, num jogo que valoriza mais do que a emigração em si, mas o movimento, a mobilidade.

Então, na prática cotidiana, é preciso diferenciar as imagens sobre o mundo do outro das reflexões que se faz sobre suas experiências. As emigrantes, por meio dos presentes que trazem, do que conseguem construir e das melhorias que proporcionam, alimentam a visão do *mundo lá* fora enquanto um lugar onde se pode ter tudo o que quer. Porém, em seu discurso, relatam a experiência de uma vida de sacrifícios e do estrangeiro como uma *ilusão*. Ao mesmo tempo em que idealizam o retorno para sua terra, que é o *melhor lugar do mundo*, criticam a forma de vida dos locais e os classificam como pessoas sem *nenhum expediente* (parados, sem atitude, acomodados). Tais construções geram respostas e, muitas emigrantes são acusadas de *ingratas*, *basofas*, e de esquecerem das promessas que fizeram antes de partir.

Se por um lado, as emigrantes são um importante elo com o mundo exterior, representam e reproduzem o que chamei de *ethos* da emigração, por outro, sua posição de intermediárias também contribui para o florescimento de tensões e conflitos no meio de origem. Da mesma forma, a valorização de bens e valores externos ao universo boavistense faz da emigração a melhor saída para as mulheres da ilha. Apesar de parecer contraditório, é na condição de emigrante que elas podem exercer de forma plena sua posição de centralidade no universo familiar, pois tem em seu favor o domínio de bens e valores fundamentais para viabilizar uma boa vida familiar para si e para seus parentes.

A trajetória de vida ideal para essas pessoas implica em circulação. Dentre as diversas razões para emigrar analisadas aqui, a valorização da categoria movimento (versus estagnação) aparece como ponto comum. Sair é importante não apenas pelas

---

<sup>15</sup> Hoje, mais do que nunca, essa circulação de informações não é mais privilégio das emigrantes. Boa Vista está cada vez mais ligada ao mundo por intermédio dos meios de comunicação e pelo turismo. Ainda assim, a perspectiva de *quem já foi* é de suma importância para a construção das imagens sobre o estrangeiro. As emigrantes têm a autoridade de quem já *viveu* essa experiência.

possibilidades financeiras de melhoria de vida, mas porque é preciso *abrir os olhos*, ver o *mundo lá fora*. E tão importante quanto sair, é fazer circular bens, informações e valores por intermédio das encomendas e da comunicação com a terra natal. Nesse processo, os retornos periódicos aparecem como momentos privilegiados de troca entre locais e emigrantes e onde estes contribuem para alimentar uma visão do estrangeiro.

A mobilidade é parte integrante da concepção de uma vida boa, é signo de sucesso do projeto emigratório. No ciclo anual da vida na ilha, os retornos periódicos dos emigrantes para as férias de verão revelam que não é importante simplesmente emigrar, mas, ao longo desse processo, é ideal realizar uma série de movimentos no espaço. É no verão que os movimentos espaciais atingem o clímax e que as ideias sobre as transformações ocorridas na vida de quem saiu e quem ficou são atualizadas. Pelos conflitos, consequentes da posição ambígua que as retornantes assumem, essas relações são renovadas e o sentimento de pertencimento é reforçado.

Nos vemos, portanto, diante de um fluxo constante de movimentos que, se não começa com o ato de emigrar, muito menos se encerra neste evento. Daí a necessidade de inserir a compreensão da emigração como um evento de mobilidade em continuidade com tantos outros.

### **Movimento, um valor**

Estudos sobre as dinâmicas locais, especialmente as familiares, em contexto de emigração são bons exemplos que indicam como as redes sociais operam de maneira relevante em situações de distanciamento espacial e temporal. Desta forma, a importância dos parentes aparece com nitidez em grupos em que, diante de difíceis condições de vida e frequentes separações (inclusive separações conjugais), as redes familiares de ajuda mútua tornam-se indispensáveis, sendo atualizadas especialmente pela partilha: nas trocas de bens, valores, informações, alimentos, coisas e entre pessoas.

Muitas vezes se adotou sem críticas a ideia de que a emigração é simplesmente motivada pelo desejo das pessoas por uma vida econômica melhor e um maior *status* social, porém, algumas teorias construíram visões alternativas a esta, enfatizando diferentes aspectos da vida em sociedade e enriquecendo os debates sobre o tema. Dentre outros, os estudos mais recentes sobre a transnacionalidade podem ser bons exemplos de visões mais complexas dos contextos migratórios.

Para Ribeiro (1997), falar de transnacionalidade implica questionar a relação entre territórios e os diferentes arranjos socioculturais e políticos que orientam as maneiras como as pessoas representam pertencimento a unidades socioculturais, políticas e econômicas. Caminhando para os contextos das migrações, Feldman-Bianco (2009) define o transnacionalismo como processos materiais e simbólicos por meio dos quais migrantes constroem e mantêm múltiplas relações que ligam diversos polos de sua existência em mobilidade, e que só podem ser plenamente interpretados se superarmos a tradicional oposição entre “sociedade de origem” e “sociedade de chegada”.

Tais perspectivas colocam ênfase nas experiências dos imigrantes e nas relações que se constroem no novo lugar, oferecendo uma visão mais sofisticada das complexas articulações criadas pela migração entre o lugar de saída e de chegada (Glick Schiller *et al.*, 1995:02) e retirando o foco do fator econômico como impulsionador central dos fluxos migratórios. Porém, como salienta Trajano Filho, o fluxo migratório analisado por essas perspectivas tem como central a figura do imigrante, o viajante híbrido dividido em múltiplos pertencimentos, sendo pouco explorada sua posição de emigrante e do universo daqueles que ficam nas localidades de origem e que também vivenciam um tipo de relação com a “transnacionalidade”.

O caso etnográfico cabo-verdiano aqui explorado visa analisar essa dimensão, de como a migração é vivenciada também por aqueles que ficam, podendo contribuir para o enriquecimento das interpretações do que realmente significa a globalização na prática – suas implicações para a organização familiar e para os próprios significados associados aos conceitos de família e pertencimento num campo de relações complexas que não se restringe ao universo econômico. No caso aqui analisado, os vários fluxos, inclusive de emigrantes, inseridos no contexto familiar mais amplo, podem operar no sentido de manter práticas e valores tradicionais, e não de promover rupturas.

Parte importante da literatura acadêmica voltada às migrações as concebe como projetos coletivos, tentando entender o lugar dos migrantes dentro das redes familiares e sociais no que toca, por exemplo, ao envio de remessas. Herman (2006) denomina esta perspectiva como “migração como negócio familiar” e chama atenção para o fato de que entender os fluxos migratórios como negócios de família pode ocultar a importância das redes transnacionais na construção dos trajetos migratórios pessoais. Tal como salientado nesta apresentação, a relação entre individual e coletivo não necessariamente deve ser entendida como uma oposição. Da mesma forma, o coletivo também não deve

ser entendido como restrito ao âmbito familiar. Isso fica claro quando vemos o fenômeno migratório associado a um discurso identitário de uma nação. Optar por uma solução que privilegie o individual ou o coletivo nos deixaria muito longe dos significados sociais atribuídos aos fluxos migratórios cabo-verdianos.

É por essa razão que penso a emigração a partir das trajetórias individuais e familiares, por acreditar que analisá-la de forma isolada nos levaria a simplificar a complexidade do que implica pensar os fluxos nesta sociedade. Proponho, então, deslocar nossas reflexões para pensar o sentido do movimento na trajetória de vida dos cabo-verdianos e de como a circulação ao longo da vida é valorizada por estes, valor simbolizado pela categoria de “boa trajetória de vida”.

Voltando ao caso de Cilésia como representativo das trajetórias de mulheres e homens adultos, um dado que persiste é o da movimentação – é raro encontrar quem não tenha habitado em unidades domésticas diferentes, povoados diversos, ilhas distintas ou países distantes. Além de ser, por si, só um dado instigante, uma vez que não estamos falando de uma circulação momentânea como uma viagem de férias, de uma visita ou de turismo, mas estamos no universo da habitação; é interessante notar como esse é um dado altamente valorizado e positivado nas conversas ou entrevistas. O que não é vivido sem tensões e dilemas.

Para o caso da emigração, por exemplo, muitos autores têm ressaltado o dilema do cabo-verdiano. Apesar de ser estrutural, a emigração em Cabo Verde sempre foi um fato social permeado por tensões – “menções ao sofrimento dual e terrível que aflige os espíritos dos cabo-verdianos são recorrentes, sendo sumarizadas pela difícil escolha entre partir e ficar. Como salienta Trajano Filho, este dilema tem sido tão profundamente experienciado na vida diária dos ilhéus que se tornou um tropo da cultura do arquipélago (2009:525). O dilema que dá título a esta comunicação está expresso com maestria na música e poesia produzida no arquipélago, produção que cristaliza a imagem do povo cabo-verdiano como aquele que é profundamente dividido entre o partir e o ficar. Ao trazer a mobilidade para outras esferas da vida do cabo-verdiano, pretendo ampliar este argumento, uma vez que os dilemas e tensões persistem em outros contextos.

É o caso da circulação de crianças quando relatada por adultos, ou seja, quando acessada pela memória. Quando o tema era a infância, os relatos que tive acesso valorizavam positivamente o fato de ter vivido em casas diferentes, mas ao mesmo

tempo tais experiências eram percebidas como difíceis. As vivências negativas estavam vinculadas às situações em que viveram em outra ilha, em casa de conhecidos ou parentes distantes que recebiam os jovens para estudar o colegial. Tive acesso a diversos relatos de maus-tratos e reclamações sobre o excesso de afazeres domésticos que tinham que executar em troca da oportunidade de estudo. Entretanto, o relato negativo era permeado pela positividade da experiência de ter passado, já muito jovem, por dificuldades que os tornaram pessoas fortes, como um “crioulo” tem que ser.

O que quero salientar é que, por esses discursos um tanto ambíguos, a mobilidade aparece como categoria presente na construção de uma auto-imagem de alguém interessante e experiente. Não ter vivido em um só lugar significa ser esperto, ter experiência e conhecer a vida, exatamente por terem passado por dificuldades e sacrifícios. E o movimento cria movimento, porque implica em relação. Ter circulado em diversos contextos amplia as redes de relações sociais tornando o indivíduo conhecido e conhecedor de universos e pessoas que podem abrir as portas para um mundo ambicionado por grande parte dos cabo-verdianos, a emigração – um valor nacional, um rito de passagem necessário para se tornar uma “pessoa plena”!

Analisando os movimentos possíveis em polos distintos, da circulação de crianças à emigração, observamos como o movimento cria valor – no sentido de uma boa vida, de uma experiência conquistada, de uma trajetória interessante, de um *status* adquirido e compartilhado – e como ele mantém valor – quando ele é conservador e está por trás de algo que é aparentemente inovador ou desestruturante, ou seja, quando ele faz relações pela partilha e circulação de coisas e pessoas e opera como ferramenta fundamental para a reprodução social.

Ora, ao fim desta narrativa alguém pode estar se perguntando o que difere o contexto cabo-verdiano de tantos outros contextos sociais, nos quais encontramos a oposição entre parado (com um valor negativo) e movimentado (com um valor positivo). Eu mesma me fiz essa pergunta por algumas vezes e talvez tenha encontrado um indício de resposta nas diversas casas que me foram abertas por ocasião da pesquisa. Nestas casas pude não só presenciar indivíduos indo, vindo, morando e “desmorando”, mas pude observar a forma como meus interlocutores guardavam seus pertences, suas roupas e demais acessórios de valor, raramente encontrados em guarda-roupas ou armários, mas em malas, caixas ou “bidões”. Quando me dei conta de que os cabo-

verdianos vivem de “malas prontas”, comecei a entender o que para eles significa circular.

## Bibliografia

1. AKESSON, L. 2004. To make a life: meanings of migration in the transnational homeland of Cape Verde. Tese. Departamento de Antropologia Social, University of Gothenburg.
2. CARLING, J. 2001. Aspiration and ability in international migration: Cape Verdean experiences of mobility and immobility. Tese. Cand. Polit., University of Oslo.
3. CARREIRA, A. 1983. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Instituto Cabo-verdiano do livro: Praia.
4. CARSTEN, J. 2003. *Cultures of Relatedness. New approaches on the Study of Kinship*. University of Edinburgh: Edinburgh.
5. DIAS, J. B. 2000. *Entre Partidas e Regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília.
6. FELDMAN-BIANCO, B. 2009. "Reinventando a Localidade: Globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais". *Horizontes Antropológicos*, 15(31): 19-50.
7. GLICK SCHILLER, N. 1995. *Transnationalism: A new analytic framework for understanding migration*. In BASCH, L.; C. BLANC-SZANTON and N. GLICK SCHILLER (eds.). *Towards a transnational perspective on migration: Race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. New York: New York Academy of Sciences.
8. LOBO, A. 2001. *Seca, Chuva e Luta. Reconstruindo a Paisagem em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília.
9. LOBO, A. 2012. *Tão longe tão perto. Famílias e Movimento na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. Cidade da Praia: Editora da UniCV.
10. RIBEIRO, G. L. 1997. "A condição da transnacionalidade". *Série Antropologia*, 223. Brasília: Anthropology Department, Universidade de Brasília.
11. TRAJANO FILHO, W. 2009. The conservative aspects of a centripetal diaspora: The case of the Cape Verdean *Tabancas*. *Africa*, 79(4): 520-542.

### **Introdução: Quadro Político-Jurídico da Imigração em Cabo Verde**

A importância da tentativa de entender a complexidade das migrações para as ilhas de Cabo Verde, particularmente a partir do continente africano, reside no facto de esse empreendimento poder, em termos globais, contribuir, fundamentalmente, para duas situações: iluminar a importância histórica das ligações motivadas pela mobilidade das pessoas, que desempenhou um papel basilar na divulgação de informações e contactos entre as sociedades pré-coloniais; e realçar as implicações do processo colonial europeu nas dinâmicas migratórias no referido continente, mediante a delimitação das fronteiras, o recrutamento da força de trabalho, ou por meio de estratégias de planeamento do controlo político e administrativo das populações (Andrade, 1996; Amaral, 2001; Carreira, 1983, 2000; Varela, 2013).

Ao nível das migrações da costa ocidental africana para o arquipélago de Cabo Verde dois aspectos expressam uma ligação histórica muito clara:

1. Em primeiro lugar, a relação colonial que se reflecte na ocupação das ilhas e no estabelecimento de uma forte e histórica cultura política e administrativa, especialmente em regiões da Guiné-Bissau (Carreira, 1983, 2000).
2. Em segundo lugar, não se pode olvidar os fluxos da emigração cabo-verdiana para vários países vizinhos do continente africano desde o século XIX. Isto contribuiu para a formação de pontes e redes migratórias que funcionam como suportes para a decisão de migrar e para o processo de fixação. Por exemplo, os cabo-verdianos constituíram família nos países de emigração (Senegal, Guiné-Bissau, etc.), e regressam ao seu país depois de algum tempo. Muito provavelmente, esse processo, uma vez iniciado, vai contribuir para a constituição da «causalidade cumulativa» (Massey et al, 1998: 45-46).

Estes figurinos favorecem o argumento que levou o actual governo cabo-verdiano a estabelecer um procedimento especial para a permissão legal de residência dos nacionais da Guiné-Bissau, através do Decreto-Lei n ° 13/2010. Um outro acordo

bilateral foi assinado entre Cabo Verde e Senegal, e aprovado, para a ratificação, por resolução n.º 151/V/99 de 28 de dezembro, a *Convenção sobre a Liberdade de Movimento e fixação de pessoas e bens*. Tanto no primeiro como no segundo caso, considera-se os laços de amizade entre Cabo Verde e estes países, as consistentes ligações seculares, a determinação geográfica e cultural em atingir os objectivos fundamentais da Organização de Unidade Africana (OUA) e da CEDEAO, bem como o desejo de assegurar os respectivos destinos nacionais no quadro de um *status* especial propiciado pelos laços de fraternidade, pela existente base de reciprocidade, igualdade e interesse mútuos.

Contudo, o nível considerado mais relevante são as relações políticas e económicas entre os Estados. É de destacar também que na década de 1990, há uma maior percepção sobre a emigração para as ilhas de Cabo Verde, no contexto da entrada em vigor do *Protocolo de Livre Circulação de Pessoas e ao Direito de Residência e de Estabelecimento*, no âmbito da CEDEAO [Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental], assinado em Dakar em 1979, e validado pela Lei n.º 18/II/82 em Cabo Verde. No contexto específico dos Estados membros dessa comunidade, as migrações têm sido caracterizadas pela alta densidade da mobilidade, em grande parte facilitada pelo acordo de livre circulação. Essa densidade vai contra dois aspectos importantes:

a) Os vínculos jurídicos e económicos (como a Resolução n.º 151/V/99 de 28 de Dezembro);

b) As ligações que têm por base a linguagem comum que funciona como um dos canais de facilitação do processo de tomada de decisão de migrar (como no caso de Cabo Verde e Guiné-Bissau). No entanto, o Estado cabo-verdiano tem vindo a considerar a possibilidade de impor alguns limites à liberdade de circulação no seio da CEDEAO. Um dos critérios-chave estabelecidos está relacionado com as medidas de segurança interna e o controlo de acesso ao país por parte do estrangeiro, sendo que um dos requisitos para a entrada no país constitui a apresentação de provas de meios económicos de subsistência. O Decreto Legislativo n.º 6/97 de 5 de Maio regula a situação jurídica do estrangeiro no território nacional, e o Decreto Regulamentar n.º 10/99 de 9 de Agosto define a natureza e a quantidade dos recursos financeiros suficientes para a entrada e permanência temporária do estrangeiro no país, os casos de isenção e os meios de aferir a propriedade dos mesmos;

c) Cabo Verde ratificou em Junho de 2003, a *Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias*. Em 2008, o novo Código Laboral entrou em vigor e, desde então, introduziu-se a norma de que só os estrangeiros em situação legal têm o direito de trabalhar. Embora na realidade não seja isso que acontece, teoricamente, esse regulamento contradiz o espírito do protocolo de livre circulação.

A percepção de aumento da imigração em Cabo Verde tem gerado um conjunto de medidas que se tornam parte do corpo legislativo, a fim de regular e controlar os fluxos migratórios para o arquipélago. No entanto, logo após a independência de Cabo Verde, em 1975, o Decreto-Lei n.º 17/76 de 28 de Fevereiro estabelece o quadro jurídico respeitante ao tratamento dos cidadãos estrangeiros e para a concessão de vistos de entrada no território nacional. No mesmo ano foram adoptados os Decretos-Lei n.º 46/76 e 47/76 de 24 de Abril, estabelecendo, respectivamente, as leis sobre os estrangeiros residentes no país e o regulamento da entrada e permanência de estrangeiros no país.

Em 1990, foi assinado o Decreto-Lei n.º 93/III/90 de 27 de Outubro que vai regular a situação jurídica dos estrangeiros no país e revogar os decretos n.º 17/76, 46/76 e 47/76. Em 1991, foram ratificados Protocolos Adicionais: A/SP1/6/89 (Lei n.º 34/IV/91), alterando as disposições do artigo 7.º do Protocolo A/A1/5/79 sobre a circulação de pessoas, direito de residência e de estabelecimento da CEDEAO; e A/SP2/5/90 (Lei n.º 35/IV/91, 30 de Dezembro) sobre a execução da terceira fase (direito de estabelecimento) do Protocolo A/A1/5/79 de livre circulação de pessoas, direito de residência e estabelecimento da mesma organização.

É desta forma sete anos depois, a 05 de Maio de 1997, entra em vigor o Decreto Legislativo n.º 6/97 que regulamenta o estatuto jurídico dos estrangeiros em Cabo Verde, no sentido de disciplinar os processos legais e para dar aumento à capacidade de resposta aos casos de estrangeiros não residentes que entraram ilegalmente no país. Este decreto tem como propósito a actualização, conformação e adequação do texto da lei em vigor até à altura (Lei n.º 93/III/90, 27 de Outubro) às disposições constitucionais e convenções internacionais em matéria de estrangeiros. Na verdade, esse decreto é adoptado com o propósito de fazer um refinamento formal de algumas das suas disposições, esclarecer as dúvidas decorrentes da aplicação da lei, os novos aspectos

regulares impostos pelo movimento de pessoas, a gestão eficaz das fronteiras e o acesso ao território nacional.

Dois aspectos devem ser destacados neste decreto legislativo:

a) A possibilidade de atribuir direitos políticos aos estrangeiros, incluindo a capacidade eleitoral activa e passiva para os municípios

b) O facto de Cabo Verde pertencer à CEDEAO, que contém disposições específicas relativas à circulação de pessoas, direito de residência e estabelecimento. No entanto, cada Estado-Membro fica com a responsabilidade de regular os aspectos fundamentais sobre o regime de entrada e permanência e a concessão do direito de residência dos cidadãos estrangeiros de Estados-Membros, no pressuposto de que existem problemas de soberania e razões de Estado no sentido de evitar o retorno do poder de regulamentar esta matéria exaustivamente pela comunidade. Assim, as medidas para reforçar a segurança interna e o controlo de acesso ao país estrangeiro tornam imperativas tanto a revisão da concessão do visto e autorização de residência como as medidas que visam facilitar o processo de recusa de entrada e de expulsão em caso de entradas ou permanências ilegais no país.

No entanto, é pertinente analisar os dados da *Direção de Estrangeiros e Fronteiras* (DFB), para os estrangeiros detentores de Autorizações de Residência (AR). Na verdade, está-se a falar de uma parte do total da população imigrante em Cabo Verde. Na Tabela 1 é apresentado o número total de pessoas estrangeiras com AR de 1976 a 2008.

Tabela 1 – Autorizações de Residência em Cabo Verde por nacionalidade (2008)

Nacionalidade	Nº imigrantes	%
Total RP	6193	100.00
<b>Guiné Bissau</b>	<b>1229</b>	<b>19.84</b>
Portugal	856	13.82
China	850	13.73
<b>Nigéria</b>	<b>710</b>	<b>11.46</b>
<b>Senegal</b>	<b>701</b>	<b>11.32</b>
Others	1847	29.82

Fonte: Dados do Departamento de Estrangeiros e Fronteiras, trabalhados pela OIM, 2010.

Considerando-se as informações sobre as AR, em 2008 um total de 6.193 pessoas residem em Cabo Verde, soma equivalente ao período de 1976 a 2008. Do total

a prevalência de 74% para sexo masculino e 26% para o feminino (Carvalho, 2010). A mesma instituição, o DEF, apresenta valores considerando as principais nacionalidades representadas. Neste caso, a comunidade da Guiné-Bissau é a maior delas, com cerca de 20%, e a segunda grande comunidade, a portuguesa, com cerca de 14%, seguido pela comunidade chinesa, com perto de 14%. Os nigerianos e os senegaleses representam, em simultâneo, cerca de 11 por cento. No entanto, estes cinco países representavam cerca de 70% as AR concedidas ao longo do período em análise.

Estes dados são geralmente distintos dos do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde:

Tabela 2 – População estrangeira residente em Cabo Verde, por nacionalidade

	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL</b>	14373	100
<b>CEDEAO</b>	8782	61,10
<b>PALOP (S/ GB)<sup>16</sup></b>	1209	8,41
<b>Outros países africanos</b>	320	2,23
<b>América (N/C&amp;S)<sup>17</sup></b>	1104	7,68
<b>Asia</b>	498	3,46
<b>Europa</b>	2445	17,01
<b>Oceania</b>	18	0,13

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas - Cabo Verde, Censo 2010

De acordo com informações obtidas no Boletim Oficial<sup>18</sup>, o número de estrangeiros residentes em Cabo Verde é de 6688. Destes, 49,5% são de nacionalidade bissau-guineense. Estas três fontes de dados oficiais aqui apresentados, indicam o problema de trabalhar o fenómeno das migrações e este caso particular das migrações de e para as ilhas de Cabo Verde não constitui uma excepção. Consequentemente, os dados aqui apresentados mostram uma nítida discrepância entre as AR e o tamanho dos imigrantes que não correspondem ou se ajustam ao nível formal apontado pelo Estado cabo-verdiano.

Portanto, estima-se uma presença considerável de estrangeiros «ilegais» (imigrantes da maioria dos países da costa ocidental africana) que vivem e trabalham no

<sup>16</sup> Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (excluindo a Guiné Bissau).

<sup>17</sup> América (Norte, Centro e Sul).

<sup>18</sup> No. 16, I Série, 26 de Abril de 2010.

país. Os fluxos migratórios originários dos países da África Ocidental, particularmente da Guiné-Bissau, Senegal e Nigéria - que têm mais nacionalidades representadas entre os grupos de migrantes no arquipélago -, estão no fundo da pirâmide das categorias socioprofissionais, como trabalhadores manuais, especialmente na construção civil. Encontra-se muitos outros imigrantes que são vendedores ambulantes e alguns já construíram seus pequenos negócios e empresas. Isto contribuiu fortemente para a visibilidade e conotação dos grupos de migrantes africanos com a economia informal.

### **Da Violação do espírito do «Protocolo de Livre Circulação» da CEDEAO à Assinatura do Acordo de Readmissão com a União Europeia**

Sendo um país considerado de «trânsito» (Duvell, 2006; Ratha e Shaw 2007; Marcelino, 2011; Barbosa, 2011a, 2011b), Cabo Verde já tem alguma experiência de acolhimento de emergência de migrantes que buscam alcançar o continente europeu. Exemplos incluem casos como «Djondad», «Awaid II», «Kabofumo» e «Caixa de 130» que desafiaram o governo de Cabo Verde pois mostraram as dificuldades sentidas em lidar com essas situações, apesar da existência de tratados internacionais ratificados pelo país e de um conjunto de leis nacionais sobre a matéria. Essas experiências de trânsito têm sido exploradas no contexto do continente africano, especialmente nos estudos sobre o movimento de pessoas da África subsaariana para a região do Maghreb (Duvell, 2008; Haas, 2006). Autores como Frank Duvell (2008) e Dilip Ratha e William Shaw (2007: 3) referem-se a Cabo Verde como um dos pontos de trânsito dos migrantes da África Ocidental, que tentam obter documentos falsos como meio de chegar à Europa. O arquipélago também foi mencionado como um ponto de partida que contorna as rotas migratórias do centro do Saara em direção às Ilhas Canárias (Haas, 2006: 4). No entanto, trata-se puramente de um problema de imigração ilegal? De forma mais ampla, quais foram os seus reflexos sobre as fronteiras sociais e políticas em Cabo Verde?

Deve-se ressaltar que apesar de o país estar longe de reverter a sua categorização de «país de emigração», a intensificação das migrações para as ilhas - e a relativa importância que esse fenómeno tem recebido por parte das autoridades públicas - tem paulatinamente transformado esse Estado num país de imigração e destino. O estudo apresentado por Carlos Barbosa (2011a, 2011b) leva em consideração algumas das principais hipóteses que facilitam a compreensão da crescente articulação migratória de Cabo Verde em relação à região da África Ocidental.

Contudo, como já foi dito, as análises quantitativas respeitantes à regulação dos fluxos migratórios para o arquipélago de Cabo Verde, enfrentam uma significativa ausência de dados estatísticos suficientemente fiáveis no terreno. Todavia, com base no relatório produzido pela *Comissão Interministerial para o Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração* (CIMI), intitulado «Imigração em Cabo Verde: Subsídios para a Política Nacional de Imigração», procurou-se fazer uma breve análise dos dados colectados a partir da DEF:

Tabela 3 – Emissões e Pedidos Não Atendidos de Autorizações de Residência (AR) de 2000 à 2010, por nacionalidade

Nacionalidades	Emissões de		Pedidos Não Atendidos		Total	
	Autorizações de Residência					
	N	%	N	%	N	%
<b>África</b>	3876	53,2	2005	87,3	5881	61,4
<b>CEDEAO</b>	3663	50,3	1984	86,4	5647	58,9
<b>Benim</b>	8	0,1	0	0,0	8	0,1
<b>Burkina Faso</b>	5	0,1	0	0,0	5	0,1
<b>Costa do Marfim</b>	15	0,2	3	0,1	18	0,2
<b>Gambia</b>	38	0,5	12	0,5	50	0,5
<b>Gana</b>	124	1,7	20	0,9	144	1,5
<b>Guiné Bissau</b>	1485	20,4	723	31,5	2208	23,0
<b>Guiné Conacri</b>	99	1,4	95	4,1	194	2,0
<b>Libéria</b>	1	0,0	2	0,1	3	0,0
<b>Mali</b>	23	0,3	6	0,3	29	0,3
<b>Níger</b>		0,0		0,0		0,0
<b>Nigéria</b>	844	11,6	534	23,2	1378	14,4
<b>Senegal</b>	890	12,2	555	24,2	1445	15,1
<b>Serra Leoa</b>	112	1,5	32	1,4	144	1,5
<b>Togo</b>	19	0,3	2	0,1	21	0,2
<b>Total</b>	7287	100	2297	100	9584	100

Fonte: CIMI

De acordo com esses dados, no total de 9.584 pedidos foram concedidas cerca de 7287 AR e a CEDEAO representa cerca de 50 por cento das mesmas. No entanto, olhando para os dados fornecidos pelo INE (ver Tabela 2), encontramos uma diferença considerável em termos de presença de pessoas de outras nacionalidades em Cabo

Verde. A comparação desses dados com os do INE e da DEF mostra que mais de 50% da população imigrante não reúne as condições legais para residir em Cabo Verde. É certo que de acordo com o quadro jurídico cabo-verdiano (Decreto n. ° 6/97 de 5 de Maio), exige-se que os estrangeiros apresentem os comprovantes da propriedade dos meios económicos e de subsistência. Aqui encontram-se as evidências de um facto que mais tem bloqueado ou inibido o estabelecimento da maioria das pessoas que ficam para além dos 90 dias permitidos por lei. Consiste na contradição entre a Lei de Estrangeiros e do Código do Trabalho: para obter a AR é necessário um contrato de trabalho e é preciso uma AR para poder trabalhar (e ter um contrato de trabalho). Por isso, entra-se num círculo vicioso que tem ditado a insegurança jurídica de uma grande proporção de imigrantes em Cabo Verde e, portanto, limita a sua integração no mercado de trabalho formal, bem como uma integração adequada no país.

Além disso, essa incompatibilidade dos dados confirma o facto de que em Cabo Verde ainda não existe um campo estatístico em relação à migração. Isso mostra que há uma falta de conhecimento, não só do número real de pessoas que vêm de outros países, mas também a sua distribuição entre as diferentes ilhas e cidades.

De facto, nas últimas duas décadas, Cabo Verde «tornou-se um país atraente não apenas como rota para grupos migratórios chegarem mais facilmente à Europa e América do Norte, mas também como destino, porque é um país democrático, economicamente promissor e sem conflito.»<sup>19</sup> Além da estabilidade económica, política e social que cresce rapidamente e permite que ao país graduar do grupo dos Países Menos Avançados (PMA) em 2003 (desde da década de 1980 Cabo Verde já tinha atingido o nível de países de rendimento médio) - atingindo os níveis de desenvolvimento médio, com um PIB per-capita superior a todos os Estados-Membros da CEDEAO (4000 dólares em 2011)<sup>20</sup> -, também estabeleceu uma parceria especial com a União Europeia (UE) desde 2008.

Estima-se que esta parceria com a UE seja a causa para a vinda de muitas pessoas para Cabo Verde na esperança de obter um visto para entrar na Europa depois de obter a residência. Por isso, o país é também é encarado como um *hub* visando atingir outros destinos alternativos: Europa Ocidental e América do Norte (facilitada pela sua posição geoestratégica na encruzilhada África-Europa-América).

---

<sup>19</sup> Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania - «A questão da imigração ilegal ou irregular: recomendações» (CNDHC/Rec/GTPMR/01/2006:2).

<sup>20</sup> Index Mundi: [Http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=67&c=cv&l=pt](http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=67&c=cv&l=pt) (acedido a 04 de Maio de 2013).

Em conclusão, o país começa a fazer face à chegada de migrantes de várias origens e com uma grande variedade de objetivos. A maioria desses imigrantes não materializa a ideia inicial de trânsito e eventualmente vão instalar-se definitivamente no país, passando ou não a figurar no número de imigrantes ilegais. Isso porque há uma progressiva barreira e controlo no Espaço Schengen e o fortalecimento das fronteiras nacionais, em parceria com a UE. Em Dezembro de 2007, esta organização escolheu Cabo Verde e a Moldávia como países-piloto para uma nova abordagem em relação às questões da imigração, facilitando a entrada de cabo-verdianos na Europa e de europeus no arquipélago.

Desde o início de 2008, Cabo Verde tem vindo a negociar os termos de mobilidade com a Comissão Europeia e com Portugal, Espanha, França e Luxemburgo. O Governo desse país e a União Europeia, assinaram a 24 de Abril de 2012, em Bruxelas, dois acordos no âmbito da Parceria para a Mobilidade: a facilitação da emissão de vistos de curta duração para os cidadãos de Cabo Verde e a UE, e outro para a readmissão de residentes ilegais<sup>21</sup> onde Cabo Verde se compromete em trabalhar para reforçar o controlo da imigração ilegal da África para a Europa.

Defendemos em outro lugar (2012), que a assinatura do acordo de readmissão com a UE, apesar de não serem ainda conhecidos os contornos oficiais de tal acordo, exige o repensar a questão do repatriamento de nacionais de países terceiros. De acordo com Fortes e Lima (2012), devido aos acordos que tem com países como Portugal, Espanha, França e Estados Unidos, Cabo Verde procede à readmissão de nacionais expulsos desses países (muito embora o Direito Internacional - apesar das disputas, exceções e falhas - «obrigue» os Estados a readmitir os seus cidadãos expulsos de outros países). Com a exceção dos EUA, esses acordos estendem-se a cooperação judiciária em matéria penal, servindo, por um lado, como uma ferramenta para a remoção de imigrantes difíceis (que tenham cometido crimes ou são suspeitos de o terem feito) e, por outro, como um meio de acesso a nacionais e imigrantes expatriados que cometem crimes e fogem para os estados de origem (Delgado, 2011).

Em relação a cidadãos estrangeiros, o direito internacional não exige que um Estado readmita ou receba repatriados que sejam nacionais de outros países. No entanto,

---

<sup>21</sup> Contudo, este só foi efectivamente assinado a 18 de Abril deste ano: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/africa/2013/3/16/governo-cabo-verdiano-assinam-acordo-para-readmissao-migrantes-ilegais,746a586e-57d3-4251-9fae-7efac368374b.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2013/3/16/governo-cabo-verdiano-assinam-acordo-para-readmissao-migrantes-ilegais,746a586e-57d3-4251-9fae-7efac368374b.html) (acedido a 18 de Abril de 2013).

como não existe um Direito Internacional das Migrações no verdadeiro sentido do termo, isso abre espaço para acordos de readmissão que podem «obrigar» um Estado a receber os repatriados (readmitidos) de outros Estados. O Acordo de Cotonou, no seu artigo 13.º reconhece essa possibilidade, definindo a abertura de negociações para a readmissão bilateral de nacionais e de outros. Os tratados bilaterais que Cabo Verde celebrou com os países europeus acima mencionados já preveem também essa possibilidade. Sabendo que Cabo Verde integra a CEDEAO, e que os cidadãos desta região têm o direito de residência e estabelecimento em qualquer Estado-membro, a assinatura de um acordo de readmissão com a UE, pelo menos no padrão como tem sido tradicionalmente feito com outros Estados (por exemplo, incorporando a capacidade de expulsar os imigrantes ilegais para o país onde eles se encontravam antes de chegarem, com efeito, ao território da UE), corre o sério risco de enfrentar algumas situações inusitadas:

1) Considerando que, à luz do protocolo relativo à livre circulação da CEDEAO, em situações normais, não é permitido aos países que integram essa Organização, expulsar os cidadãos desta região, Cabo Verde poderá vir a experimentar um aumento do fluxo de migrantes oriundos de outros Estados-membros deste espaço que foram repatriados da UE, mas que em Cabo Verde gozam do estatuto de cidadãos residentes. Assim, esse Estado deve encarar a possibilidade real de ocorrer um aumento global do número de repatriados/readmitidos no país tanto cabo-verdianos como nacionais dos outros países da CEDEAO;

2) Diante da possibilidade e intenção de, por sua vez, de «re-repatriar» esses cidadãos estrangeiros, Cabo Verde pode enfrentar a oposição dos vizinhos e originar um conflito político-diplomático de proporções indefinidas e pode, até mesmo, colocar em risco o processo de integração do país na sub-região, apesar da retórica de um dos pilares da parceria especial com a UE argumentar justamente o contrário;

3) Em vez de Cabo Verde conseguir incrementar a sua política de gestão dos fluxos migratórios e a segurança da sua zona económica exclusiva, perante os vários tipos tráfico internacionais, com o acordo de readmissão esse Estado poderá transformar-se, como o resto do Sul Global, num centro de acolhimento do «exército de reserva» laboral do Norte Global (particularmente da UE) e, como por exemplo a Líbia no tempo de Muammar al-Gaddafi, no capataz ou o guarda-costas da Europa - a semelhança de um «gendarme» - na África Ocidental.

## Bibliografia

1. AMARAL, I. (2001), “Cabo Verde: Introdução Geográfica” in Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (coords.), *História Geral de Cabo Verde (I)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical & Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural.
2. ANDRADE, E. (1996), *As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: Edições L’Harmattan.
3. BARBOSA, C. E. (2011a), “Transits «in» Cape Verde Islands: a look about migrations from West Africa”, paper presented at the panel (096) “*Transnationalism and Illegal immigration from Africa to Southern Europe: a gender perspective*”. 4th European Conference on African Studies, Uppsala, 15-18 de Junho. Disponível em: <http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/81-100/panel-96/Carlos-Elias-Barbosa-Full-paper.pdf> (acedido a 8 de Abril de 2013)
4. BARBOSA, C. E. (2011b), “Arquipélago de Cabo Verde do Colonial ao Pós-Colonial: um Ponto no Tráfego Migratório Regional”, in Bussotti, L. e Severino Ngoenha (orgs.), *O Pós-colonialismo na África lusófona. O caso de Cabo Verde*. Udine: Aviani & Aviani, 183-201.
5. CARREIRA, A. (2000) [3.ª ed.], *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Praia: IPC – Estudos e Ensaios.
6. CARREIRA, A. (1983), *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia: CEE/ Instituto Caboverdiano do Livro.
7. CARVALHO, F. (2009), *Migração em Cabo Verde: perfil nacional 2009*. Genebra: IOM.
8. DELGADO, J. P. (2011), “La regulación internacional de los flujos migratorios entre Cabo Verde y la Unión Europea (en especial hacia España)”, *Revista de Derecho migratorio y extranjería*, nº 28.
9. DUVELL, F. (2006), “Crossing the fringes of Europe: Transit migration in the EU’s neighbourhood”, Working Paper nº 33, Centre on Migration, Policy and Society, University of Oxford. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org> (acedido a 8 de Abril de 2013).
10. DUVELL, F. (2008), “Transit, migration and politics: Trends and constructions on the fringes of Europe”, IMISCOE, nº 12, August 2008.
11. HAAS, H. de (2006), Transit-Saharan Migration to North Africa and EU: Historical Roots and Current Trends. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org> (acedido a 8 de Abril de 2013).
12. LIMA, R.; FORTES, C. (2013), “Emigrantes e deportados em Cabo Verde”, in “*Para além das remessas*”. *A consolidação da sociedade cabo-verdiana da diáspora e as transformações socioculturais e políticas em Cabo Verde*. Dakar: CODESRIA/CEsA (no prelo).
13. MARCELINO, P. (2011) *The New Migration Paradigm of Transitional African Spaces: Inclusion, Exclusion, Liminality and Economic Competition in Transit Countries: A Case Study on the Cape Verde Islands*. Saarbrücken, Germany: Lambert Academic Publishing.
14. MASSEY, D. S. et al., (1998), *Worlds in Motion*. Oxford: Clarendon Press.
15. RATHA, D. e SHAW, William (2007), *Causes of South-South Migration and its Socioeconomic Effects*. Banco Mundial. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org> (acedido a 8 de Abril de 2013).

16. VARELA, O. B. (2012), “Repatriados e/ou Readmitidos? Cabo Verde e os Acordos de Readmissão no âmbito do Acordo para a Mobilidade da Parceria Especial com a União Europeia”, *Para além das remessas: a consolidação da sociedade cabo-verdiana da diáspora e as transformações socioculturais e políticas em Cabo Verde*. Conferência do CEsA/Codesria: Auditório da Uni-CV, 17 de Dezembro.
17. VARELA, O. B. (2013); «Cabo Verde: A Máquina Burocrática Estatal da Modernidade (1614-1990)», in *Cape Verde: Between West Africa, Europe and the Democratic Process*, Observatório Político da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) (*no prelo*).

É objectivo deste artigo analisar em que medida a experiência migratória individual e/ou familiar dos dirigentes cabo-verdianos do P.A.I.G.C. (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde) foi determinante para as suas trajetórias políticas. Para tal, e com base nos elementos recolhidos para elaboração da tese de doutoramento<sup>22</sup>, interessámo-nos pelas trajetórias de vida dos fundadores oficiais do referido partido, nascidos em Cabo Verde. Interessámo-nos também pelas dos dois irmãos Cabral, Amílcar e Luís, que considerámos como bi-nacionais, pois apesar de terem nascido na Guiné-Bissau, eram filhos de cabo-verdianos, efectuaram os estudos primários e secundários no arquipélago, e sobretudo, afirmaram-se como tal.

Foi também objecto do nosso interesse as trajetórias de vida dos dirigentes partidários nascidos em Cabo Verde e que foram membros do *Bureau* Político, mais tarde, Conselho Executivo da Luta, eleitos até à realização do IIIº e último Congresso do P.A.I.G.C., em 1977 em Bissau. Para efeitos de análise, as experiências migratórias individuais ou familiares consideradas são as estadias que implicaram a mudança de residência oficial para um país estrangeiro ou para outro território do espaço imperial português, exceptuando as exclusivamente relativas à prossecução de estudos no ensino superior ou técnico e ainda as ligadas à prestação do serviço militar obrigatório.

### **Breve apresentação histórica**

Foi com a independência da Índia, em 1947, que teve início o processo de emancipação dos territórios colonizados por países europeus. Em 1955, na Conferência de Bandung, na Indonésia, os representantes políticos dos países asiáticos e africanos afirmaram o seu compromisso na luta contra o colonialismo. Na África a sul do Sahara, o Gana foi o primeiro país a tornar-se independente, em 1957. No ano seguinte, em 1958, foi a vez da Guiné-Cobakry e em 1960 15 países deste continente proclamaram a independência política. 1959 foi o ano da Revolução Cubana e em 1962 a Argélia

---

<sup>22</sup> “Os dirigentes do P.A.I.G.C. (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde) da fundação à ruptura – estudo de trajetórias individuais, de estratégias familiares e de ideologias”, Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne, 2005.

tornou-se o primeiro país do continente africano a obter a independência após um conflito armado.

Em Portugal, onde desde 1933 vigorava o regime de extrema-direita do *Estado Novo*, o Império começou a ruir em 1961 com a anexação dos territórios de Goa, Damão e Diu pela União Indiana. Nesse mesmo ano, teve início a chamada «guerra colonial» no território de Angola. Foi no âmbito deste processo, que, de acordo com as fontes oficiais, o P.A.I.G.C. foi fundado na clandestinidade em Bissau, a 19 de Setembro de 1956. No ano de 1963 teve início a luta armada no território da actual Guiné-Bissau. Em 1972 organizaram-se eleições nas chamadas “regiões libertadas”, com vista à constituição da Assembleia Nacional Popular, que devia proclamar unilateralmente a independência. Esta proclamação foi feita a 24 de Setembro de 1973, após o assassinato do líder histórico do P.A.I.G.C., Amílcar Cabral, a 20 de Janeiro do mesmo ano, em Conakry. A independência da Guiné-Bissau foi então reconhecida pela maioria dos países da O.N.U. Foi com o golpe de Estado militar a 25 de Abril de 1974 em Portugal que se viabilizaram as negociações com vista à independência de Cabo Verde. O P.A.I.G.C. dominou então as outras forças políticas existentes no arquipélago, criadas, na sua maioria<sup>23</sup>, após o 25 de Abril, e a independência de Cabo Verde foi proclamada a 5 de Julho de 1975. A partir dessa data, o país passou a viver sob um regime de partido único que apresentava uma originalidade: o mesmo partido dirigia a vida política de dois estados independentes, Cabo Verde e a Guiné-Bissau. Esta situação manteve-se até 1980. No dia 14 de Novembro desse ano, houve um golpe de Estado militar na cidade de Bissau, que acabou por levar à ruptura do P.A.I.G.C. Ainda de acordo com a versão oficial, o P.A.I.G.C. teve 6 fundadores, a saber : Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes, Luís Cabral, Júlio Almeida e Elysée Turpin.

No que diz respeito à estrutura de direcção partidária, aquando da realização do Iº Congresso deste partido, em Cassacá, na Guiné-Bissau, no ano de 1964, ficou definido que o seu principal órgão de direcção política entre 2 Congressos era o Comité Central. Por sua vez, o *Bureau* Político, com um número mais reduzido de membros, podia tomar decisões quando o Comité Central não se reunisse. Ora, a partir de 1970, o Comité Central passou a denominar-se Conselho Superior da Luta e o *Bureau* Político, Conselho Executivo da Luta, este último, com membros eleitos de entre os do Conselho

---

<sup>23</sup> Exceptuando a UPICV (União dos Povos para a Independência de Cabo Verde).

Superior da Luta. Por sua vez, os membros do Conselho Executivo da Luta elegiam um Secretariado Permanente, constituído por 4 membros.

Aquando da realização do IIº Congresso do P.A.I.G.C., em 1973, para além de 2 fundadores, 4 indivíduos nascidos em Cabo Verde foram eleitos para o Conselho Executivo da Luta, composto na altura por 25 membros. No IIIº e último Congresso do P.A.I.G.C., em 1977, mais 3 foram eleitos, totalizando 7 nascidos em Cabo Verde, para além dos fundadores, e num conjunto de 26 membros.

### **Os fundadores do P.A.I.G.C.: emigrantes cabo-verdianos na Guiné**

Os seis fundadores oficiais do P.A.I.G.C. nasceram entre os anos de 1923 e 1931, sendo Aristides Pereira o mais velho e Luís Cabral o mais novo. Todos os nascidos em Cabo Verde e os dois irmãos Cabral frequentaram o liceu Gil Eanes na ilha de S. Vicente, em Cabo Verde.

Apenas Amílcar Cabral<sup>24</sup> frequentou o ensino superior em Portugal. Contudo, é provável que Júlio Almeida<sup>25</sup> tenha também frequentado a célebre « Casa dos Estudantes do Império»<sup>26</sup> em Lisboa aquando do período de formação como regente agrícola. Por altura da data oficial de fundação do P.A.I.G.C., todos eles estavam ou tinham estado empregados na Guiné: Amílcar Cabral e Júlio Almeida nos Serviços

---

<sup>24</sup> Nascido em Bafatá, na Guiné-Bissau, em 1924, de pais cabo-verdianos, Amílcar Lopes Cabral frequentou o ensino primário na cidade da Praia, ilha de Santiago, em Cabo Verde e o secundário no Mindelo, na ilha de S. Vicente. Entre 1945 e 1950 seguiu os estudos superiores na Universidade de Lisboa, em Portugal, onde obteve a licenciatura em Agronomia. A sua vida estudantil em Mindelo e em Lisboa foi rica em experiências associativas. Trabalhou na Guiné-Bissau, em Angola e em Portugal antes de se instalar em Conakry em 1960. Em 1956, aquando da fundação do P.A.I.G.C., deu início a uma vida política activa na clandestinidade. Foi no ano em que se instalou em Conakry que teve início a sua carreira como secretário-geral deste partido, a funcionar já de forma não-clandestina, carreira essa que cessou em 1973, aquando do seu assassinato.

<sup>25</sup> Nascido em 1926 na ilha de S. Vicente, em Cabo Verde, Júlio Antão de Oliveira Almeida fez aí os estudos primários e secundários. Formou-se em Portugal como regente agrícola. Tendo-se notabilizado como jogador de futebol, foi na qualidade de guarda-redes que foi convidado a instalar-se na cidade de Bissau. Aí trabalhou no Serviço de Agricultura e Florestas. Amigo próximo de Amílcar Cabral, foi um dos fundadores oficiais do P.A.I.G.C. em 1956. Desconhecemos as suas actividades políticas no decorrer de todo o período colonial, sendo que permaneceu em Bissau. Em 1968 ele foi preso pela polícia política durante cinco meses e foi longamente interrogado. Os agentes da P.I.D.E. estavam convencidos de que levava a cabo actividades políticas, sem contudo conseguirem reunir provas. Após a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde afastou-se da vida política. Em 1977 instalou-se na sua ilha natal com a sua família. Faleceu em 1982.

<sup>26</sup> Criada em 1944 sob proposta do Ministério das Colónias e do Comissariado da Juventude Portuguesa, esta instituição tinha como principais objectivos prestar apoio material e enquadrar ideologicamente os jovens estudantes oriundos das colónias. Tornou-se, no entanto, no principal local de socialização anti-colonialista na então metrópole, sendo que vários dos seus membros foram mais tarde dirigentes e militantes dos movimentos independentistas em África. Foi encerrada em 1965.

Provinciais de Agricultura e Florestas ; Fernando Fortes<sup>27</sup> e Aristides Pereira<sup>28</sup> nos Correios e Telégrafos ; Luís Cabral<sup>29</sup> e Elysée Turpin<sup>30</sup> na Casa Gouveia, ligada ao grupo CUF, na época a maior empresa comercial naquele território. É provável que tenham atingido os lugares de maior responsabilidade aos quais um colonizado podia

---

<sup>27</sup> Nascido em 1929 no Mindelo, ilha de S. Vicente, em Cabo Verde, Fernando Ferreira Fortes fez aí os estudos primários e secundários. Em 1947, com 18 anos, partiu para a Guiné-Bissau. Tendo-se tornado funcionário dos Correios, trabalhou tanto na capital como no interior do país. Fernando implicou-se em actividades de carácter político na clandestinidade e em 1956, foi um dos seis fundadores oficiais do P.A.I.G.C., sendo que a reunião realizou-se na casa que partilhava com Aristides Pereira. Em 1961 foi preso pela primeira vez pela P.I.D.E., a polícia política do Estado Novo e foi libertado em 1963. Tendo continuado a actividade política clandestina, foi novamente preso em 1966, desta vez condenado a um campo de concentração de prisioneiros políticos em Angola. Sobreviveu a estes períodos de prisão com um forte apoio da sua família, da sua esposa e filhos. Em 1971 foi posto em liberdade condicional, sendo que não podia deixar a cidade de Luanda, em Angola. Aí trabalhou numa companhia de seguros e inscreveu-se na Faculdade de Economia de Luanda, onde terminou o terceiro ano do curso. Desconhecemos a dimensão do trabalho político clandestino de Fernando Fortes, que foi provavelmente intenso e de longa duração. Em 1974, após a Revolução dos Cravos em Portugal, a polícia política foi extinta e Fernando Fortes regressou a Bissau com a sua família. Ele assumiu as funções de membro do Conselho Superior da Luta do P.A.I.G.C. e as de ministro dos Correios e Telecomunicações, até 1980. Em seguida, foi nomeado embaixador de Cabo Verde na URSS. Sofrendo de problemas de saúde desde a sua primeira prisão pela P.I.D.E., ele faleceu em Moscovo em Março de 1983. Entrevista com Irene Fortes (viúva de Fernando Fortes), a 17 de Setembro de 2000, em Amora, Portugal, em sua casa.

<sup>28</sup> Nascido em 1923 na ilha da Boavista, em Cabo Verde, filho mais novo de um padre católico cabo-verdiano, Aristides Maria Pereira fez os estudos primários e secundários na sua ilha natal, e depois em S. Vicente. Trabalhou em seguida na Boavista e em Santiago, numa situação de precariedade. Em 1948, começou a sua carreira como funcionário dos Correios, o que o levou a residir em várias regiões da futura Guiné-Bissau. Após ter participado na fundação do P.A.I.G.C. em 1956, foi em Conakry, a partir de 1960, que passou a dedicar-se inteiramente à actividade política. Foi membro dos órgãos supremos do partido e em 1973, após o falecimento de Amílcar Cabral, foi eleito seu secretário-geral. Assumiu esta responsabilidade até 1981, ano da fundação do PAICV. De 1975 a 1990, assumiu também o cargo de presidente da República de Cabo Verde. Faleceu em Portugal em 2011, sendo que residia na cidade da Praia. Entrevista com Aristides Pereira, a 6 de Maio de 1999, na cidade da Praia, Cabo Verde, no seu escritório.

<sup>29</sup> Nascido em Bissau em 1931, de pai cabo-verdiano e mãe portuguesa, Luís Severino de Almeida Cabral é, juntamente com Aristides Pereira e Fernando Fortes, um dos indivíduos com carreira mais longa no P.A.I.G.C.. Tendo ido para Cabo Verde, ilha de Santiago, com um ano de idade, seguiu aí os estudos primários, e depois os secundários no liceu Gil Eanes de S. Vicente, que terminou em Bissau. Trabalhou na cidade da Praia e em 1953, com 22 anos, regressou a Bissau, onde esteve empregado na maior empresa privada aí instalada. Em 1956 ele foi um dos fundadores oficiais do P.A.I.G.C., juntamente com o seu meio-irmão mais velho, Amílcar, entre outros. Em 1960, fugiu para Dakar. Após uma estadia de alguns anos em Conakry, a partir de 1966 passou a representar o partido no Senegal, em Ziguinchor. Foi sempre eleito para os órgãos supremos do partido, e de 1973 a 1980, foi também o primeiro presidente da República da Guiné-Bissau. Após o golpe de Estado de 1980, foi preso, residiu depois em Cuba e em Cabo Verde, e fixou residência em Portugal, onde faleceu em 2009.

Entrevistas com Luís Cabral, a 23 de Fevereiro de 1995 e a 10 de Fevereiro de 2000 em Miraflores, em sua casa.

<sup>30</sup> Nascido em 1930 em Bissau, Elysée Jean Marie William Turpin fez aí os seus estudos primários. O seu pai, Pierre Nicolas Turpin tinha estudado em St. Louis, no Senegal. Elysée Turpin trabalhou em Bissau numa empresa francesa e também na «Casa Gouveia», tal como Luís Cabral. Os arquivos da P.I.D.E./DGS informam que foi industrial. Foi preso por esta polícia política em duas ocasiões: em Abril de 1960, durante seis meses e em Abril do ano seguinte, por um período de três meses. Foi um dos seis fundadores oficiais do P.A.I.G.C. em 1956, mas desconhecemos as suas outras actividades políticas na clandestinidade. Após a independência da Guiné-Bissau não temos conhecimento de que tenha reiniciado a actividade política.

então aspirar. Contudo, para confirmar esta hipótese, seria necessário dispor de estudos mais aprofundados sobre a sociedade colonial guineense no século XX.

Pela análise da tabela abaixo, podemos constatar que 3 dos fundadores oficiais do P.A.I.G.C. nasceram na Guiné-Bissau e os outros 3, em Cabo Verde.

Tabela 2 – Locais de nascimento dos fundadores

NOMES	LOCAL DE NASCIMENTO	PAÍS DE NASCIMENTO
Almeida, Júlio	S. Vicente	Cabo Verde
Cabral, Amílcar	Bafatá	Guiné- Bissau
Cabral, Luís	Bissau	Guiné-Bissau
Fortes, Fernando	S. Vicente	Cabo Verde
Pereira, Aristides	Boavista	Cabo Verde
Turpin, Elysée	Bissau	Guiné- Bissau

Fontes: entrevistas, textos publicados, arquivos da PIDE/DGS

Os nascidos em Cabo Verde são originários das ilhas do *Barlavento*, sendo a mais representada a de S. Vicente. Esta ilha era então a segunda mais povoada do arquipélago, e também o seu centro económico, cultural e de contactos internacionais. No entanto, desde há algum tempo, ela apresentava sinais de decadência económica e social.<sup>31</sup>

A maioria dos fundadores nascidos na Guiné-Bissau também nasceram na capital económica da então província, Bissau. Esta cidade só se tornou capital política em 1941. Amílcar Cabral nasceu na cidade de Bafatá, então a segunda maior do país.

Ora, sabemos que dois destes três guineenses, os irmãos Cabral, passaram uma boa parte da infância e toda a adolescência em Cabo Verde, nas ilhas de Santiago e S. Vicente. Assim sendo, não só eram descendentes de cabo-verdianos, como tiveram uma vivência no arquipélago, onde se deu uma boa parte da sua socialização. Com efeito, o pai de ambos assim como a mãe de Amílcar eram oriundos da ilha de Santiago, onde a mãe de Luís tinha também crescido, apesar de ter nascido em Portugal. Sendo que, os fundadores nascidos em Cabo Verde eram emigrantes na Guiné-Bissau, estes dados

---

<sup>31</sup> Correia e Silva, António Leão, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português, 2000

levam-nos a colocar muito claramente a questão da emigração cabo-verdiana na Guiné, já que 5 dos 6 fundadores do movimento viveram esta experiência nas suas vidas, a nível individual ou familiar, e é um dos principais pontos que têm em comum em termos de trajectórias de vida.

Carlos Cardoso<sup>32</sup> informa-nos que em 1950 havia 1703 cabo-verdianos na Guiné, que representavam 21,6% da população de nacionalidade portuguesa no território, chamada “civilizada”, por oposição à esmagadora maioria da população, que ao abrigo do regime do «indigenato»<sup>33</sup>, não gozava de direitos de cidadania.

Esta presença era antiga na Guiné: Elisa Andrade evoca os pequenos proprietários cabo-verdianos em meados do século XIX<sup>34</sup> e, citando António Carreira, ela afirma que entre 1920 e 1940 os naturais do arquipélago ocupavam a maioria dos lugares na função pública<sup>35</sup>.

Não tendo ainda sido realizado um estudo aprofundado sobre a presença dos cabo-verdianos na Guiné-Bissau ao longo do século XX colonial, tudo indica que, juntamente com os sírio-libaneses, teriam constituído as duas maiores comunidades estrangeiras no território durante esse período. Em termos numéricos, não se tratava da comunidade de emigrantes cabo-verdianos com maior peso. A dos Estados Unidos, por exemplo, era certamente a mais numerosa desde o início do século XX.

No seu texto sobre as raízes históricas da emigração cabo-verdiana, Cláudio Alves Furtado<sup>36</sup> afirma que, de entre as correntes migratórias para o continente africano, a que se dirigia para a Guiné-Bissau era das mais antigas e que as ligações históricas entre os dois territórios explicam este fenómeno. Assim, havia não somente comerciantes cabo-verdianos na costa da Guiné desde o início dos contactos portugueses na região, no século XV, mas também funcionários públicos, visto que os negócios entre Portugal e a costa da Guiné dependeram durante muito tempo da administração instalada no arquipélago. Podemos então pensar que há uma continuidade relativamente a este fenómeno da presença de trabalhadores cabo-verdianos na Guiné, a

---

<sup>32</sup> Cardoso, Carlos, « A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social: 1926 –1973 », In *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, (14) Jul. 1992, p. 29-63, Bissau, s.e., 1992, p. 51

<sup>33</sup> Sobre o estatuto jurídico dos indígenas ver Durieux, A., *Essai sur le statut des indigènes portugais de la Guinée, de l'Angola et du Mozambique*, Bruxelles, s.e., 1955

<sup>34</sup> Andrade, Elisa de, *Les causes profondes de l'émigration capverdienne à Dakar*, Dakar, s.e., 1971, p. 202

<sup>35</sup> Andrade, Elisa de, *id.*, *ibid.*

<sup>36</sup> Furtado, Cláudio Alves, *A Transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde, Praia-Mindelo*, ICL, 1993, p. 73

nível da função pública e no comércio, mas desconhecemos por completo as motivações destes emigrantes, que de resto podem ter evoluído ao longo do tempo.

Importa também analisar em que medida a experiência migratória do pai de dois dos fundadores, nomeadamente, Juvenal Cabral, professor primário na Guiné-Bissau durante cerca de duas décadas, influenciou a futura trajectória política dos seus filhos Amílcar e Luís. Para isso, iremos recorrer aos conceitos propostos por Pierre Bourdieu de *capital*, do qual os *agentes* dispõem de forma a elaborar as suas *estratégias no jogo social*.

Quando o autor fala em *jogo social*, trata-se de todos os aspectos que englobam a vida em sociedade. Por *agente*, entende-se, obviamente, agente social, isto é, qualquer indivíduo que actua na sociedade. O que se entende por *trajectória* destes agentes? Este conceito implica a avaliação da posição ocupada pelo agente em função da relação entre o capital actual e o capital que se detém à partida. Esta relação descreve uma *linha ascendente* ou *descendente* da trajectória<sup>37</sup>.

Quando se fala de *posição ocupada pelo agente*, trata-se da posição ocupada na sociedade, isto é, relativamente aos outros agentes e sobretudo, *em relação a estes*.

Mas o que significa esta noção de *capital*? De acordo com Alain Accardo, quando se examina a natureza dos bens postos em jogo, apercebemo-nos de que podemos agrupá-los em três grandes categorias de recursos:

- os recursos de natureza económica, como o dinheiro ;
- os de natureza cultural, de entre os quais os diplomas escolares ;
- os ligados à pertença a um grupo, dos quais dispomos sob a forma de uma rede de « relações ».

Estas relações implicam que cada agente esteja disposto a pôr os seus poderes ao serviço de outro que os solicite e que, caso seja necessário, dispõe-se a fazer o mesmo. Assim, podemos considerar os diferentes grupos sociais aos quais pertencemos como redes de troca e de circulação de bens das quais cada agente tira um proveito proporcional à sua própria contribuição. Estes grupos podem ser a família, os círculos de amigos, a igreja, as associações culturais ou desportivas, os sindicatos, os partidos, a nação. Ora, estes três grandes tipos de recursos dos quais os agentes tentam apropriar-se num dado *campo* são as condições de entrada no jogo. Por este motivo se chamou

---

<sup>37</sup> Accardo, Alain, Introduction à une sociologie critique - Lire Bourdieu, Bordeaux, Le Mascaret, 1977, p. 206

*capital* aos vários recursos produzidos pela actividade de um *campo*. Também se distinguiram três variedades deste capital que correspondem aos três tipos de recursos enumerados : o *capital económico*, o *capital cultural*, e o *capital social*, entendido como uma rede de relações *mobilizáveis*<sup>38</sup>.

A distinção do capital em três tipos diferentes é uma das propostas mais ricas de Bourdieu, e permitir-nos-á, efectivamente, analisar as trajectórias dos indivíduos em causa sob uma perspectiva que se tornará mais reveladora.

Na sociologia de Bourdieu existe um quarto tipo de capital: trata-se do capital simbólico.

«(...) le capital symbolique c'est l'*autorité* que confère à un agent (individu ou groupe) la reconnaissance par les autres de l'éminente valeur de ses propriétés, que celles-ci soient réelles ou imaginaires.»<sup>39</sup>

Ora, todos estes tipos de capital podem ser transformados. Um certo tipo de capital pode converter-se noutra. Estes procedimentos ajudam a concretizar a ou as estratégias dos indivíduos ou dos grupos, incluindo as familiares. Accardo exemplifica com vários casos: conseguir um emprego bem remunerado utilizando para isso as suas relações é converter capital social em capital económico; comprar livros, estudar no ensino superior durante muitos anos, é transformar capital económico em capital cultural. Finalmente, ensinar gestão numa universidade de prestígio é um exemplo da transformação de capital cultural em capital económico<sup>40</sup>.

O autor refere-se várias vezes à noção de *campo*, onde os agentes tentam apropriar-se dos diferentes tipos de capital. Que definição mais precisa ele dá desta noção ?

«Un champ est un système spécifique de relations objectives, qui permet être d'alliance et/ou de conflit, de concurrence et/ou de coopération, entre des positions différenciées, socialement définies et instituées, largement indépendantes de l'existence physique des agents qui les occupent. L'agent qui occupe la position d'employé ou de patron, de sous-officier ou d'officier supérieur, d'enfant ou de parent, de dirigeant sportif ou de simple pratiquant peut bien disparaître physiquement, la position n'en continue pas moins d'exister,

---

<sup>38</sup> Accardo, Alain, *op.cit.*, p. 62, 63

<sup>39</sup> Accardo, Alain, *op . cit.*, p. 81 :

«(...) o capital simbólico é a *autoridade* que é conferida a um agente (indivíduo ou grupo) pelo reconhecimento por parte dos outros do valor eminente das suas qualidades, quer estas sejam reais ou imaginárias.» (traduzido por mim)

<sup>40</sup> Accardo, Alain, p. 63

disponible pour un autre agent. Comme le résume excellemment la formule bien connue: «Le roi est mort, vive le roi.»<sup>41</sup>

Podemos então falar de campo económico, de campo político, de campo religioso, de campo cultural, de campo desportivo, etc., cada vez que se reúna o conjunto de características que definem objectivamente cada campo, ou seja, independentemente de tudo o que um actor consciente possa pensar e do que se possa aperceber.

Ora, podemos afirmar que todos os agentes cujos itinerários iremos estudar e analisar investiram os seus capitais e agiram a partir de uma determinada altura no campo político. É esta transição que iremos estudar.

Torna-se, então, necessário apresentar a noção de Bourdieu de *estratégia*, que se encontra no âmago da nossa reflexão:

«comme nous l'avons déjà dit, grâce à notre habitus, à notre système complexe et transposable de prédispositions durables, nous possédons tout un répertoire potentiel de pratiques adaptées d'avance à un grand nombre de situations et capables de nous assurer un rendement satisfaisant de nos investissements en capital dans tel ou tel champ. En somme, l'habitus est un *opérateur de calcul inconscient* qui nous permet de nous orienter correctement dans l'espace social sans avoir besoin d'y réfléchir.»<sup>42</sup>

A noção de estratégia que utilizaremos neste estudo apresenta-se muito claramente: não se trata forçosamente de acções empreendidas de forma consciente ; trata-se, sim, de um «operador de cálculo inconsciente», como Accardo soube explicar tão bem. Por exemplo, é a existência e a acção deste operador inconsciente que explica que existam pessoas que julgam perfeitamente natural continuar os estudos até ao

---

<sup>41</sup> Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 57 : «Um campo é um sistema específico de relações objectivas, que permite que sejam de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, grandemente independentes da existência física dos agentes que as ocupam. O agente que ocupa a posição de empregado ou de patrão, de sub-oficial ou de oficial superior, de filho ou de pai, de dirigente desportivo ou de simples praticante pode desaparecer fisicamente que a posição não deixa por isso de existir, estando disponível para outro agente. Como resume muitíssimo bem a fórmula muito conhecida: “O rei está morto, viva o rei!”» (traduzido por mim)

<sup>42</sup> Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 163 : «Como já o dissemos, graças ao nosso *habitus*, ao nosso sistema complexo e transponível de predisposições duráveis, possuímos todo um repertório potencial de práticas previamente adaptadas a um grande número de situações e capazes de nos garantir um rendimento satisfatório dos nossos investimentos em capital em tal ou tal campo. Em suma, o *habitus* é um *operador de cálculo inconsciente* que permite que nos orientemos correctamente no espaço social sem ter necessidade de reflectir.» (traduzido por mim)

ensino superior, sem porem em causa esta opção, e procedendo, no entanto, a um investimento em capital cultural, sem se aperceberem claramente deste facto.

Esta forma de pensar, de interpretar e de ver a vida está intimamente ligada ao *habitus*, o instrumento intelectual central de entre todos os da Sociologia de Bourdieu:

«Cet ensemble de dispositions à agir, penser, percevoir et sentir d'une façon déterminée constitue ce qu'il est convenu d'appeler un *habitus*. Comme le terme lui-même l'indique, l'*habitus* est l'ensemble de traits que l'on a acquis, des dispositions que l'on possède, ou mieux encore, des *propriétés* résultantes de l'appropriation de certains savoirs, de certaines expériences. Mais ces propriétés ont ceci de remarquable qu'elles nous possèdent tout autant que nous les possédons. Elles sont tellement intériorisées, incorporées, qu'elles sont devenues nous-mêmes et qu'elles ne sont pas plus dissociables de notre être que des caractéristiques physiques telles que la couleur de nos yeux.»<sup>43</sup>

Esta noção de *habitus* permite-nos compreender a dualidade complexa da relação entre o indivíduo, ou agente e a colectividade, ou a sociedade. É devido ao *habitus* que o indivíduo pode viver em sociedade, mas é também por isso que ele não consegue romper totalmente com ela nem modificá-la por completo. Então, quem domina quem ? O indivíduo ou a sociedade ? Se o agente é « pré-modelado » pela sociedade, ele também é criativo e consegue sempre mudá-la, mas dentro de certos limites que ele não consegue ultrapassar completamente.

Trata-se, efectivamente, da problemática fundamental da Sociologia.

Em relação a Juvenal Cabral e aos seus filhos Amílcar e Luís, recorrendo aos conceitos de Bourdieu, podemos afirmar que o capital cultural e social adquirido pelo pai na sua experiência migratória lhes foi útil, visto que o investiram no campo político e até puderam transformá-lo em capital simbólico, tornando-se os arquitectos e os dirigentes do processo de obtenção da independência política.

---

<sup>43</sup> Accardo, Alain, *op. cit.*, p. 117 : «Este conjunto de disposições para agir, pensar, perceber e sentir de uma certa forma constitui o que se convém chamar um *habitus*. Como o próprio termo indica, o *habitus* é o conjunto de traços que adquirimos, de disposições que possuímos, ou melhor ainda, das *propriedades resultantes* da apropriação de certos saberes, de certas experiências. Mas estas propriedades têm algo de extraordinário que é o facto de nos possuírem tanto quanto nós as possuímos. Elas estão tão interiorizadas, incorporadas, que se tornaram nós próprios e que não são mais dissociáveis do nosso ser do que características físicas tal como a cor dos nossos olhos.» (traduzido por mim)

## Os dirigentes cabo-verdianos de *segunda geração*: a importância da experiência migratória nas trajetórias dos pais

Os membros do Conselho Executivo da Luta nascidos em Cabo Verde eleitos nos segundo e terceiro Congressos do partido, que denominámos de «segunda geração», foram sete no total: Abílio Duarte<sup>44</sup>, José Araújo<sup>45</sup>, Pedro Pires<sup>46</sup>, Honório Chantre Fortes<sup>47</sup> e depois Osvaldo Lopes da Silva<sup>48</sup>, Silvino da Luz<sup>49</sup> e Olívio Pires<sup>50</sup>. Tendo os

---

<sup>44</sup> Nascido em 1931 na cidade da Praia, ilha de Santiago em Cabo Verde, Abílio Monteiro Duarte era, como Aristides Pereira, filho de um padre católico cabo-verdiano que assumiu a sua família e educou os seus filhos. Fez os estudos primários na sua ilha natal e os secundários em S. Vicente. Em seguida, foi empregado do Banco Nacional Ultramarino em Bissau, onde participou em acções clandestinas durante os anos 1950. Regressou à cidade do Mindelo em 1959, onde começou desde logo a recrutar jovens estudantes do liceu e trabalhadores para a luta pela independência. Em 1960 conseguiu fugir para Dakar antes de ser preso pela polícia política. Abílio Duarte teve, em seguida, uma longa e diversificada carreira ao serviço do P.A.I.G.C.. Foi membro dos órgãos supremos do P.A.I.G.C. até 1980. Em 1975 tornou-se uma das personagens-chave do Cabo Verde independente, tendo assumido simultaneamente as funções de presidente da Assembleia Nacional Popular (parlamento) e as de ministro dos Negócios Estrangeiros. Faleceu em 1996.

Entrevista com Dulce Almada Duarte (viúva de Abílio Duarte), a 3 de Maio de 1999, na cidade da Praia, Cabo Verde, em sua casa.

<sup>45</sup> Nascido em 1933 na cidade da Praia, ilha de Santiago em Cabo Verde, José Eduardo de Figueiredo Araújo fez aí os seus estudos primários. O seu pai era funcionário da Fazenda (Finanças) e em 1942, com 9 anos de idade, partiu com a família para Angola. Foi com uma bolsa de estudos dos Correios em Angola que custeou os estudos universitários na Faculdade de Direito de Lisboa. Nesta cidade, teve uma actividade associativa intensa e em 1960 tornou-se militante do MPLA na clandestinidade. Em 1961 licenciou-se em Direito e nesse mesmo ano participou numa fuga de um grande grupo de estudantes angolanos, moçambicanos e outros em direcção à França, depois, Gana. Após ter militado no MPLA, juntou-se ao P.A.I.G.C. e em 1963 instalou-se em Conakry, com a sua família. Em 1970, seria já membro do Conselho Executivo da Luta do P.A.I.G.C. e a partir de então passou a participar na direcção partidária. Com a independência da Guiné-Bissau, assumiu as funções de ministro do Secretariado em 1973, e depois, de 1975 a 1980, foi ministro sem pasta. Nesse ano instalou-se em Cabo Verde, onde assumiu as mais elevadas responsabilidades políticas no novo contexto, nomeadamente, o cargo de ministro da Educação. Faleceu na Praia em 1992, na mesma data que Amílcar Cabral, a 20 de Janeiro. Entrevista com Amélia Araújo (viúva de José Araújo), em Maio de 1999, na cidade da Praia, Cabo Verde, em sua casa.

<sup>46</sup> Nascido em 1934 na ilha do Fogo, em Cabo Verde, Pedro Verona Rodrigues Pires fez os seus estudos primários, depois, secundários, nas ilhas do Fogo, Santiago e S. Vicente. Em 1956 partiu para Portugal para dar início aos estudos superiores na faculdade de Ciências de Lisboa, onde foi admitido. Mas em 1957 foi chamado a cumprir o serviço militar obrigatório. Em 1961, integrou um grupo de vários estudantes angolanos e moçambicanos que fugiram de Portugal. Desde então, Pedro Pires dedicou-se ao P.A.I.G.C., assumindo as tarefas mais diversas e preparando, durante alguns anos, um plano de invasão de Cabo Verde a partir de Cuba. Em 1965 ele integrava já os principais órgãos de direcção partidária e em 1970, era já membro do Conselho Executivo da Luta, antigo *Bureau* Político. Em 1973 assumiu o cargo de ministro-adjunto das Forças Armadas na Guiné-Bissau. Em 1975 tornou-se primeiro-ministro da República de Cabo Verde, até 1991. De 2001 a 2011 foi presidente da República de Cabo Verde. Entrevista com Pedro Pires, a 5 de Maio de 1999, na cidade da Praia, Cabo Verde, na sede do PAICV.

<sup>47</sup> Nascido em 1941 na ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, Honório Chantre Fortes seguiu os estudos primários e secundários no arquipélago. Foi estudante na Universidade de Lisboa, em Portugal. Após o início da guerra colonial em Angola, em 1961, foi chamado a prestar o serviço militar em 1962 e no ano seguinte partiu para esta antiga colónia portuguesa. Conseguiu fugir para o Congo Léopoldville em 1964, e após a sua fuga, juntou-se ao P.A.I.G.C.. Em 1977 foi eleito para o Conselho Executivo da Luta. Foi membro do governo em Cabo Verde durante o período do regime de partido único.

<sup>48</sup> Nascido em 1936 na ilha de S. Nicolau, em Cabo Verde, Osvaldo Lopes da Silva fez os estudos primários na cidade da Praia e os secundários na cidade do Mindelo e em Sá da Bandeira (Lubango), em

dois primeiros nascido na ilha de Santiago, Pedro Pires nasceu na ilha do Fogo, Honório Chantre Fortes e Olívio Pires na ilha de Santo Antão, Osvaldo Lopes da Silva em S. Nicolau e Silvino da Luz em S. Vicente. Sendo na sua maioria nascidos na década de 1930, dois deles nasceram na década de '40 (nomeadamente Honório Chantre Fortes e Olívio Pires). Tratava-se sobretudo de estudantes universitários na então metrópole, sendo que alguns tinham sido já chamados a cumprir o serviço militar obrigatório. No entanto, José Araújo tinha já terminado a licenciatura em Direito e Abílio Duarte, tendo sido funcionário do Banco Nacional Ultramarino em Bissau, tinha regressado à ilha de S. Vicente para completar os estudos liceais. De entre eles, três tiveram uma experiência migratória individual ou familiar. Assim, Abílio Duarte viveu na Guiné-Bissau entre 1949 e 1959. José Araújo e Osvaldo Lopes da Silva viveram em Angola, o primeiro desde a infância e o segundo na adolescência, onde os seus pais tinham ido trabalhar na função pública. De entre os pais destes dirigentes políticos, também o de Abílio Duarte tinha emigrado para a Guiné, onde foi missionário e o de Silvino da Luz foi marinheiro na Inglaterra. A maioria dos pais que emigraram ficaram, portanto, no espaço do império português da época, e no continente africano.

Como para a primeira geração, no caso dos irmãos Cabral, esta experiência paterna foi importante e até determinante para a trajectória dos seus filhos. Assim, aqueles cujos pais estiveram em Angola, puderam fugir do espaço político português e

---

Angola, onde a dada altura foi residir com o seu pai. Tendo sido estudante de Engenharia na Universidade de Coimbra, integrou em 1961 o grande grupo de estudantes africanos que fugiu para Acra, via Paris. Em 1966 licenciou-se em Economia na antiga URSS e assumiu vários cargos políticos e militares de responsabilidade no P.A.I.G.C., nomeadamente, na Artilharia. Em 1977 foi eleito para o Conselho Executivo da Luta e durante o regime de partido único em Cabo Verde foi ministro da Coordenação Económica. Entrevista com Osvaldo Lopes da Silva, a 7 de Maio de 1999, na cidade da Praia, Cabo Verde, em sua casa.

<sup>49</sup> Nascido no Mindelo, ilha de S. Vicente, em 1939, Silvino Manuel da Luz fez aí os seus estudos primários e secundários. Tendo partido para Portugal para iniciar os estudos em Medicina, em Coimbra, teve de abandonar o seu projecto quando foi chamado a prestar o serviço militar em 1960. No ano seguinte, foi enviado para Angola, onde a guerra tinha começado. Silvino da Luz conseguiu fugir sozinho em 1963, para a Nigéria, onde entrou em contacto com o P.A.I.G.C.. A partir desse momento dedicou-se à actividade partidária, exercendo várias funções. Com a proclamação da independência de Cabo Verde, assumiu o cargo de ministro da Defesa e da Segurança Nacionais, de 1975 a 1980 e depois o de ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1980 e 1991. Em 1977, foi eleito membro do Conselho Executivo da Luta do P.A.I.G.C..

Entrevista com Silvino da Luz, a 29 de Janeiro de 1998 em Mindelo, Cabo Verde, em sua casa.

<sup>50</sup> Nascido em 1942 na ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, Olívio Melício Pires fez aí os seus estudos primários. Depois, frequentou o liceu do Mindelo, na ilha de S. Vicente. Olívio Pires obteve uma bolsa de estudos para seguir o curso de Engenharia Civil na Universidade do Porto. Em Portugal contactou com estudantes que estavam ligados ao P.A.I.G.C. e fugiu em 1965. Foi eleito membro do Conselho Executivo da Luta do P.A.I.G.C. em 1977. Após a independência de Cabo Verde, foi vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (Parlamento). Entrevista com Olívio Pires, a 30 de Janeiro de 1998, em Mindelo, Cabo Verde, na sede do PAICV.

juntar-se ao P.A.I.G.C. graças aos seus conhecimentos angolanos. Dito de outra forma e retomando os conceitos de Pierre Bourdieu, graças ao seu capital social. Com efeito, Osvaldo Lopes da Silva, José Araújo e também Pedro Pires foram dos poucos cabo-verdianos a integrar um grupo de várias dezenas de jovens africanos, na sua maioria, estudantes em Portugal, que no dia 27 de Junho de 1961 encetaram uma célebre fuga em direcção a França. Da Europa partiram para o Gana já independente de Kwame Nkrumah para se juntarem aos movimentos de libertação dos futuros países. Esta etapa nas suas trajectórias de vida foi fundamental para as respectivas carreiras políticas, na medida em que, como observámos na nossa tese de doutoramento<sup>51</sup>, somente os militantes do P.A.I.G.C. que saíram da clandestinidade é que chegaram a pertencer aos órgãos máximos de direcção partidária. A única excepção verificada foi o caso de Fernando Fortes, que tendo sido impedido de sair do espaço político sob domínio português após a sua detenção pela P.I.D.E.<sup>52</sup> em 1961, foi eleito membro do Conselho Superior da Luta no pós-independência.

A emigração para Inglaterra explica-se pelo facto de que se trata de um pai nascidos em S. Vicente, ilha que tinha fortes laços com este país. Para além disso, este marinheiro emigrado em Inglaterra combateu durante a Iª Guerra Mundial e adquiriu a nacionalidade britânica antes de regressar a S. Vicente, onde mais tarde fundou uma família. Nesta trajectória familiar, o facto de se ter combatido e vencido uma guerra no estrangeiro já não era desconhecido. Para além disso, o pai em causa tinha-se afastado da potência colonial, ao residir num território colonizado mas detendo outra nacionalidade, neste caso, a britânica. Este facto terá certamente facilitado uma tomada de posição independente por parte do seu filho. Assim, as trajectórias profissionais dos pais puderam influenciar de forma determinante as trajectórias políticas dos seus filhos.

### **Conclusão**

Pela análise dos dados apresentados, podemos concluir, primeiramente, que os dirigentes cabo-verdianos do P.A.I.G.C. que emigraram na idade adulta transformaram desta forma o capital cultural adquirido em capital económico, ao obterem empregos noutra colónia. No caso dos fundadores oficiais do partido, foi aí que lhes foi possível

---

<sup>51</sup> Ver nota 2.

<sup>52</sup> Polícia Internacional de Defesa do Estado, denominada a partir de 1968 Direcção-Geral de Segurança, polícia política do regime de Estado Novo (1933 – 1974), que actuou em Portugal, nas suas colónias e em diversos países estrangeiros.

começar a investir no campo político, dado o despertar dos nacionalismos no continente africano sobretudo a partir dos anos '50, sendo que em 1960 a Guiné-Conakry e o Senegal, vizinhos da Guiné-Bissau, já tinham obtido a independência.

Nalguns casos, foi aproveitado o capital social adquirido aquando da experiência migratória familiar no continente africano, e nomeadamente em Angola e na Guiné-Bissau. Assim, no caso da fuga de estudantes africanos em 1961, a capacidade de mobilização do capital social adquirido graças à trajectória familiar foi determinante para a futura carreira política dos dirigentes em causa.

Podemos, assim, concluir, no que diz respeito às trajectórias políticas dos dirigentes cabo-verdianos do P.A.I.G.C., que a capacidade de mobilização e transformação dos diferentes capitais obtidos através da experiência migratória individual ou familiar foi um aspecto fundamental da estratégia destes actores sociais de investimento no campo político e até, no caso de Amílcar Cabral, de obtenção posterior de capital simbólico.

## Bibliografia

1. ACCARDO, A. (1977). Introduction à une sociologie critique - Lire Bourdieu. Bordeaux, Le Mascaret.
2. ACOLP (1997). Liberdade, ainda e sempre...na pisada dos que lutaram pela Independência Nacional. S. Vicente, s.e.
3. AMADO, L. (2011). Guerra Colonial & Guerra de Libertação Nacional 1950 – 1974 – o caso da Guiné-Bissau. Lisboa, IPAD.
4. AMÍLCAR CABRAL, sou um simples africano... (2000). Lisboa, Fundação Mário Soares.
5. ANDRADE, E. (1971). Les causes profondes de l'émigration capverdienne à Dakar. Dakar, s.e..
6. ANDRADE, E. (1973). Les îles du Cap Vert: de l'esclavage à l'émigration 'spontanée' (les migrations capverdiennes à Dakar). Dakar, s.e.
7. BAKARY, T. (1990). Les élites africaines au pouvoir (problématique, méthodologie, état des travaux). Bordeaux, Talence, IEP.
8. COUTINHO, A. (2005). Os dirigentes do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde), da fundação à divisão: estudo de percursos individuais, de estratégias familiares e de ideologias. Paris, Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne. (tese de doutoramento)
9. CABRAL, L. (1984). *Crónica da Libertação*. Lisboa, o jornal.
10. CARDOSO, C. (1992). « A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social: 1926 –1973 ». *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, nº14, pp. 29-63.
11. CARREIRA, A. (1983). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia, Instituto Caboverdeano do Livro.
12. CORREIA E SILVA, A. (2000). *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*. Praia-Mindelo, Centro Cultural Português.
13. DURIEUX, A. (1955). Essai sur le statut des indigènes portugais de la Guinée, de l'Angola et du Mozambique. Bruxelles, s.e.
14. FURTADO, C. (1993). A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde. Praia-Mindelo, ICL.
15. FURTADO, C. (1997). Génese e (Re)Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde. Mindelo, ICL.
16. LOPES, J.V. (1996). *Cabo Verde: os Bastidores da Independência*. Praia-Mindelo, Centro Cultural Português.
17. MATEUS, D. (1999). A Luta pela Independência – a Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Mem Martins, Editora Inquérito.
18. PEREIRA, A. (2003). *O meu testemunho – uma luta, um partido, dois países* – versão documentada. Lisboa, Editorial Notícias.
19. RUDEBECK, L. (1974). *Guinea-Bissau – a Study of Political Mobilisation*. Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies.
20. SOARES SOUSA, J. (2011). Amílcar Cabral (1924 – 1973). Vida e morte de um revolucionário africano. Lisboa, Nova Vega.

### **Contextualizando os argumentos**

Não será exagerado afirmar que historicamente a educação e a migração foram manejadas em diferentes períodos históricos enquanto duas “tábuas de salvação” do arquipélago cabo-verdiano. Por conseguinte a valorização da aquisição de capitais profissionais e académicos /intelectuais por via da frequência do ensino superior, como meio de conquista de mobilidade social ascendente, tem sido um traço marcante desta sociedade.

Este é o quadro nacional identitário de referência em que vivem muitos (jovens) cabo-verdianos, traduzindo imagens e discursos que valorizam a necessidade de constante transformação económica, política, social e cultural do país, pela via do investimento nos seus recursos humanos, isto é, pela aquisição de capitais educacionais / académicos e profissionais.

Os trabalhos de pesquisa que tenho vindo a desenvolver com jovens mulheres cabo-verdianas têm permitido demonstrar que além do objectivo geral de aquisição dos capitais académicos e profissionais a experiência da saída de Cabo Verde tem sido vivida, por estas mulheres, como forma de “tornar-se mulher” (Fortes, 2012; 2013).

A saída é vivida como facilitador da construção da sua identidade de género, a partir da evidência de ganhos e conquistas alcançados e que se traduzem no corte umbilical: de filha dependente a mulher adulta e independente, capaz de decidir e de gerir a sua vida, longe do controlo parental e familiar e sem a presença dos demais membros familiares e de outras pessoas que faziam parte do circuito das suas relações, de controlo, sobretudo (Fortes, 2012).

A partir de narrativas biográficas destas jovens mulheres cabo-verdianas, este artigo:

a) Problematiza o “lugar” do retorno e do país de origem na ciência das migrações, procurando evidenciar a fraca atenção que se tem dado ao retorno por um lado e à relação que os emigrantes mantêm com o seu país de origem, como lugar para onde se quer retornar mas sobretudo o papel do país enquanto um dos elos activos e

fundamentais para a sustentabilidade da diáspora, cabo-verdiana, nesse caso.

b) Analisa esses lugares, reflectindo sobre as ansiedades e os medos do possível retorno a Cabo Verde vivida como possibilidade de uma regressão nos ganhos identitários sobretudo de género que essas mulheres dizem ter adquirido com a saída de Cabo Verde, olhado de longe como um lugar encarcerante<sup>53</sup> para práticas de relações de género mais próximos do idealizado por essas mulheres;

c) Reflecte sobre o conflito existente entre a vontade de adiar o regresso a “casa” e o desejo e a necessidade de tornar visível, no país de origem, esses mesmos ganhos e ter o reconhecimento social, por parte daqueles que ficaram no país. E ainda o conflito entre a pressão grupal para o regresso, ancorando em argumentos de “amor à pátria”, “ajuda no desenvolvimento do país” e o *Eu* vivido durante a experiência de vida fora, como sendo mais liberta das obrigações e expectativas do grupo.

### **O norte como lugar de reconfiguração dos idiomas de género: pesquisa entre “mulheres cabo-verdianas” com “escola” entre Portugal e Cabo Verde**

A agenda de pesquisa nos estudos de género em Cabo Verde e/ou entre os cabo-verdianos, tem vindo a dar mais centralidade ao diálogo inter-sexual (Strathern, 1998, 2006) para a análise das narrativas identitárias de género (Évora, 2012; Fortes, 2013).

Significa dizer que, no contexto da produção desta agenda, tem-se vindo a valorizar as dinâmicas de construção identitária de género no quadro das relações entre homens e mulheres, a partir de olhares que procuram evidenciar a existência de uma constante guerra dos sexos (Évora, 2012, Fortes, 2013).

Com efeito esta estrada de produção de olhares sobre as relações de género em Cabo Verde tem levado a uma ausência de perguntas e respostas sobre dinâmicas de construção destas pertenças, de género, considerando outras possibilidades de diálogo. A pertinência e urgência de introdução destas outras estradas levaram-me à construção de um projecto de pesquisa e a realização de trabalho de terreno entre mulheres cabo-verdianas com escola e mulheres cabo-verdianas com escola.

Valorizando a proposta de diálogo intra-sexual (mulheres-mulheres) trabalho com a hipótese de que as pertenças identitárias de género, enquanto “mulheres cabo-verdianas”, são construídas num campo de reciprocidades (Strathern, 1998, 2006) intra-

---

<sup>53</sup> Expressão emprestada a Arjun Appadurai (2004)

sexual, que permitem caminhos diferenciados de fazerem-se “mulheres cabo-verdianas”, isto é de construir-se enquanto pessoas (Fortes, 2013).

Isto é a posse de capitais educacionais por parte de mulheres jovens, facilitados pelo investimento que as mulheres mães fazem na educação das suas filhas (Fortes, 2013) mostra-nos que as estradas de construção identitárias de género nem sempre se fazem em contextos de antagonismos, mas sim em espaços de socialidades femininas, intra e inter-geracionais.

Trata-se de considerar a posse de capitais educacionais como recurso para a construção de si, enquanto mulher cabo-verdiana com escola, que é sobrevalorizada pelas jovens mulheres, sobretudo num quadro também de acusação de que o contexto sociocultural cabo-verdiano protege os homens, secundarizando o lugar e o papel das mulheres na vida do país.

Ter escola é considerado pelas jovens com quem tenho vindo a trabalhar, um projecto de diferenciação com *outras* mulheres, suas mães, por exemplo, que não têm escola e que por isso têm de “aturar os abusos” dos homens.

Conforme anteriormente frisado, para ter escola, muitas jovens mulheres tiveram de sair de Cabo Verde, para estudarem em Portugal, país que faz parte do mapa das relações históricas e de cooperação com Cabo Verde<sup>54</sup>.

Mais ainda Portugal é colocado, por estas jovens, ao *norte* do sistema mundo identitário, bitolados e vividos como espaços que possibilitam o encontro com dinâmicas de construção identitárias de género, mais ao centro deste sistema, isto é a convivência com modelos de construção de masculinidades e feminilidades, consideradas mais ideais.

Para captar as narrativas identitárias produzidas pelas jovens mulheres, a etnografia multi-situada (Marcus, 1995) tem sido um recurso metodológico central. A opção se justifica pelo facto de que nas suas narrativas evidenciam uma circulação discursiva entre Cabo Verde, país de origem, lugar considerado periférico no sistema mundo identitário de género e Portugal, lugar onde é possível encontrar espaços de “libertação” de um quadro relacional encarcerante. Interessa-me por conseguinte captar as comparações produzidas entre estes dois contextos socioculturais para dar conta dos argumentos que justificam o medo do regresso a Cabo Verde.

---

<sup>54</sup> Outros países que fazem parte do mapa destas relações são por exemplo o Brasil, Rússia, Cuba.

Nesta medida construiu-se um guião de entrevistas abertas, com jovens mulheres, com idade superior a 18 anos<sup>55</sup>, que viajaram para Portugal entre 1998 e 2008, para prosseguirem nos estudos numa das universidades portuguesas com os quais Cabo Verde mantém acordos de cooperação no domínio da educação e formação de quadros superiores.

O guião de entrevista, que suportou a etnografia multi-situada realizada com estas jovens mulheres, procurou captar:

- a) As relações inter-étnicas que mantem com Portugal e com os portugueses para dar conta dos conflitos e entrosamentos culturais experienciados, testando as possibilidades ou não de práticas de exogamia cultural;
- b) As suas relações com os cabo-verdianos e as facilidades e dificuldades de criação de alianças intra-étnicas e de práticas de endogamia cultural, num contexto em que se procura manter as lealdades grupais mas que se quer viver os ganhos identitários facilitados pela exogamia cultural;
- c) A valorização das relações com outros grupos étnicos, tanto dos lugares considerados mais ao centro do sistema mundo identitário, os nórdicos por exemplos, como com grupos étnicos de países considerados periféricos como sejam os grupos que vieram do espaço lusófono, africano sobretudo;
- d) As comparações identitárias produzidas depois das visitas efectuadas a países, por exemplo em férias, que permite que as jovens tenham mais termos de comparação entre Portugal e os outros países, evidenciado a situacionalidade da construção deste sistema-mundo identitário;
- e) As suas relações com as “mulheres cabo-verdianas”, cuja presença em Portugal se deve a outras motivações migratórias, o que permite uma leitura deshomogeneizante da categoria “mulheres cabo-verdianas imigrantes”; com “mulheres cabo-verdianas” suas amigas e colegas, com quem partilham as mesmas referências motivacionais para a viagem a Portugal e com mulheres das suas famílias, tanto em Portugal como com as que ficaram em Cabo Verde, sobretudo as suas mães;

---

<sup>55</sup> Trabalhei com 15 jovens mulheres, sendo que 10 foram entrevistas em duas sessões, uma em Portugal e outra em Cabo Verde.

- f) As suas relações com “homens cabo-verdianos” colegas, amigos e namorados em Portugal, homens da família (sobretudo os seus “pais”) em Cabo Verde em Portugal, e com homens de outras nacionalidades;
- g) As suas relações com Cabo Verde, durante a vida em Portugal e o lugar que ocupa nos seus projecto futuros, sobretudo após a conclusão dos estudos, bem como as reorganizações imagéticas que produzem sobre o país de origem à luz das questões de género, tanto com outras mulheres e com os homens.

### **O retorno e a sua problematização na ciência migratória**

A ciência da migração conforme Sayad a conceptualiza, tem dado mais atenção à imigração, considerando ser uma ciência maior, tendo ficado a ciência da emigração relegada para o segundo plano, tornando-se uma ciência menor.

As razões para esta hierarquização interna prendem-se segundo Sayad (1998, 2000) com o facto de os olhares terem-se centrado no país de destino, desconsiderando a importância do país de origem como ponto central do tornar-se e viver-se enquanto migrante, de viver-se num ambiente onde outros com quem se mantem relações, sobretudo próximas, são emigrantes.

Mais importante ainda, a ciência da migração tem menosprezado o papel e lugar do país de origem como elo de ligação entre os outros nós da diáspora e lugar organizador das práticas do transnacionalismo. Trata-se também de considerar os impactos que a migração de uns tem na vida de outros que são também migrantes e na vida daqueles que ficaram na terra de origem e por outro lado de contemplar a migração não como uma ruptura dos laços com a terra de origem mas como um momento de (re) fortalecimento.

Nessa medida trabalhar a partir do país de origem e dos seus múltiplos papéis na experiência migratória tem de ser mais incentivado na medida em que permite a introdução de um debate mais aprofundado sobre o retorno e como ela é vivida de forma subjectiva e grupal. Salientando as funções simbólicas e estruturais do retorno, considerando que permite dar sustentabilidade e continuidade nos projectos e processos migratórios (Sayad, 1998, 2000; Fazito, 2010).

Segundo Sayad a migração é feita de contradições inerentes e experienciadas pelo migrante e os traços distintivos e definidores resultam na vivência contraditória, de se

querer manter-se como imigrante, vivendo essa experiência enquanto *definitivo* por um lado e de se tentar afastar desta condição, atribuindo a esta experiência o carácter de *provisório* nesse último caso investindo no projecto de retorno (Sayad, 1998, 2000).

Essa contradição não é apenas subjectiva, vivida apenas pelo sujeito (i/e) migrante, é intersubjectiva e colectiva, pelo que Sayad fala numa *ilusão colectiva* (Sayad, 1998:46) partilhada entre o próprio migrante, a sociedade de origem e a sociedade de acolhimento.

Questionar sobre as razões que levam a esta *ilusão colectiva* implica analisar essa participação tripla na sua criação e manutenção e considerar os tipos de relações criadas entre o sujeito que saiu, a sua sociedade de origem e a sociedade que o acolhe.

A sociedade de origem participa na manutenção desta ideia de um projecto provisório para não permitir a ruptura do *seu filho* com a pátria e é possível argumentar que a participação da sociedade de origem também se deve ao facto de não ser do interesse daqueles que ficam, o corte com a possibilidade de saírem. Isto é, o retorno tão aguardado do familiar emigrado poderia significar o fim do projecto migratório para os outros, para aqueles que ficaram e querem também um dia partir. O interesse não é apenas o reencontro, no país de origem, mas facilitar a possibilidade de encontros na sociedade de acolhimento.

Do lado da sociedade de acolhimento importa frisar que existe uma resistência em aceitá-los como uma *“presença permanente”*, não porque de facto se espera que no geral voltem aos seus países de origem mas porque reconhecê-los para além de apenas imigrantes implicaria reconhecê-los também nos seus direitos (Sayad, 1998).

A partilha e o cultivo dessa ilusão colectiva são razões suficientes para que a migração mereça ser analisada como um sistema, que quebra com outras ilusões e expectativas, introduzidas pelas produções clássicas de que a migração é um facto temporário, que serve como resposta a contextos de vida concretos.

Não se trata de afirmar que não existe um desejo e até um cálculo prévio de que o tempo de duração desta experiência seja o *“quanto baste”*, é possível defender e sustentar a hipótese de que é por ter alguma consciência (dada sobretudo pela experiência migratória dos outros) que o potencial migrante sabe que este tempo migratório não se cumpre, em conformidade com os seus desejos.

Se no início, na fase em que ainda se constrói o projecto migratório contempla-se a ideia de que este é um projecto a cumprir num tempo determinado, seria superficial

considerar que este é uma ideia ingénua. Estamos então perante uma necessidade subjectiva e colectiva para que o próprio projecto se efective.

Nas palavras de Sayad: “A ideia do retorno está intrinsecamente circunscrita à denominação e à ideia mesma de emigração e imigração. Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de um outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures.” (Sayad, 2000:11)

As contribuições de Sayad sobre o retorno são centrais para analisarmos os medos e as angústias experienciados com a ideia do retorno entre as mulheres estudantes em Portugal. Se o projecto para a saída não é construído num vazio social e se ela não é vivida apenas como uma experiência individual, o retorno também não pode ser isolado e analisado apenas como uma vontade individual, este é o argumento base que deve ser usado para analisar os significados subjectivos e colectivos do retorno e que dão conta das ambiguidades de todo o projecto migratório.

### **O lugar do retorno na migração cabo-verdiana**

Avaliar o significado do retorno para os cabo-verdianos também implica salientar a importância social e colectiva da saída, não evocando apenas o destino das ilhas, esquecidas pela chuva, como a literatura clássica da migração cabo-verdiana defendia (Carreira, 1983). Trata-se sim de trabalhar a saída como uma das partes de um *ethos* colectivo (Carling, 2002) participando no desenvolvimento de uma cultura migratória.

O que significa dizer que a presença da migração enquanto elemento constituinte de todo o processo de formação da nação cabo-verdiana obriga-nos a ultrapassar estas leituras mais clássicas e meramente económicas da migração cabo-verdiana na medida em que os efeitos da migração secular se tornam visíveis no desenvolvimento de uma cultura migratória que levou à formação de comunidades cabo-verdianas espalhadas pelo mundo.

A identidade cultural cabo-verdiana, a “cabo-verdianidade”, concretiza-se na consciência da pertença a uma diáspora, substanciada em narrativas diaspóricas e em trocas reais e simbólicas entre Cabo Verde, a terra origem partilhada ou imaginada e os outros nós desta diáspora e comunidade transnacional (Akesson, 2004, 2009; Góis, 2006; Carling e Batalha, 2008; Évora, 2010)

Sobre o ponto de vista identitário a saída significando uma mobilidade espacial e

social provoca uma reestruturação e redefinição das relações entre aqueles que partiram e aqueles que ficaram e com o próprio país de origem (Dias, 2000; Akesson, 2004, 2009; Trajano Filho, 2005; Góis, 2006; Carling e Batalha, 2008; Évora, 2010)

A relação daquele que fica com aquele que consegue sair é geralmente ambígua: um misto de inveja, admiração, respeito, mas também de expectativas porque quem sai tem obrigações para com aqueles que ficam. Se estas obrigações não forem satisfeitas pelos migrantes, estes passam a ser vistos, sobretudo nos discursos, como “traidores” da família e da pátria (Dias, 2000; Fortes 2005; Trajano Filho, 2005; Akesson, 2008; Évora, 2010).

Conflitos que podem surgir ainda antes da concretização da migração; durante a estadia em Portugal e sempre que os migrantes regressam a casa para período de férias e por fim quando o regresso definitivo é perspectivado.

Assim se pode constatar que o desejo de não regressar a Cabo Verde é algo que não deve ser verbalizado e sobretudo é algo que é recebido com estranheza pelos outros, porque o retorno é algo que deve ser sempre desejado, por conseguinte a preparação para o retorno deve ser iniciado logo após a chegada ao país de destino, para que nada possa atropelar o projecto migratório, cuja concretização acontece com *a volta do filho próspero* (Dias, 2000).

Os antagonismos do retorno mostram que ao mesmo tempo o não retorno tem como positivo a possibilidade de alimentar o projecto migratório daqueles que ainda não saíram, por outro lado é exigido explicações aos emigrantes que adiam o retorno.

Nessa medida não se pode analisar a migração cabo-verdiana sem considerar a questão da manutenção das relações com o país e que está intimamente ligado às ambiguidades do retorno. Esta interdependência justifica-se pelo facto de que a sustentabilidade do projecto migratório tem de ser garantida pela alimentação do desejo migratório e os emigrantes têm este papel de alimentadores. Veja-se por exemplo a importância das remessas dos imigrantes cabo-verdianos tanto para as famílias dos emigrantes como as suas contribuições para o desenvolvimento socioeconómico do país (Akesson, 2009).

O que se propõe aqui é que conforme anteriormente salientado em Sayad, os cabo-verdianos desejam sempre regressar um dia a Cabo Verde e aqueles que ficam mantêm esse desejo de os rever e sobretudo do ponto de vista emocional é necessário viver com essa esperança do reencontro.

Torna-se então importante e interessante analisar estes sentimentos antagónicos, porque tanto do lado daqueles que ficam como daqueles que estão *na stranger* há um interesse em manter está *ilusão colectiva* (Sayad, 1998, 2000) ou *ethos colectivo* (Carling, 2002) de que o encontro acontecerá, em Cabo Verde.

Conforme anteriormente salientado a proposta é de que o papel daqueles que partem (que resultam das expectativas sociais daqueles que ficam) é que voltem quando o projecto migratório colectivo for satisfeito, isto é, que estes sejam capazes de não quebrar o círculo migratório, fazendo com que outras pessoas entrem no círculo isto é ajudando outros a emigrarem. Mas mesmo que para muitos não exista essa possibilidade ou desejo de emigrar (Carling, 2001) é importante que esses façam parte deste *ethos colectivo*, conforme tenho vindo a salientar, Cabo Verde também faz parte dessa diáspora, como um dos nós centrais.

### **“Regressar é regredir”: discursos sobre os projectos de retorno a Cabo Verde, das mulheres estudantes em Lisboa**

Temos vindo a trabalhar com a hipótese de que apesar do retorno ser adiado as mulheres estudantes em Portugal, vivem a possibilidade do retorno de uma forma mais presente do que as outras mulheres.

Têm maiores “certezas” de que a saída do país é mais provisório do que aqueles que saem enquanto “emigrantes”, pelo que o adiamento do regresso não se justifica pelo facto de o colectivo ter interesse em que se mantenham lá, mas porque estas vivem a saída como um projecto de autonomização pessoal e vivem o medo do regresso com a possibilidade de regressão nos ganhos identitários alcançados.

Creemos que este aspecto merece uma atenção particular para a análise comparativa entre as mulheres que emigraram em busca de “melhores condições económicas de vida para si e para a família” e entre as jovens estudantes que saíram à procura de capitais académicos. No que toca a essa questão do retorno é possível identificar diferenças de expectativas entre estas mulheres, o que o país espera delas é diferente e esse aspecto diferencia todo os seus percursos migratórios e por conseguinte a ideia do retorno.

No geral pode-se afirmar que os ganhos com a saída das mulheres trabalhadoras são sentidas sobretudo durante as suas vidas no *Stranger*, porque é lá que conseguem satisfazer todos os itens que estiveram na base do seu projecto migratório, que conforme

se nota a partir de várias investigações, são a vontade de cumprir expectativas de proporcionar uma melhoria da sua condição económica e da família (Dias 2000; Grassi e Évora, 2007; Lobo, 2012)

Do lado das mulheres que saíram para estudar os itens e as motivações que estiveram na base dos seus projectos migratórios mostram que há uma necessidade do retorno para que possam de facto justificar a saída.

O que quero aqui afirmar é que estas mulheres só conseguem de facto “exibir” os seus ganhos migratórios se voltarem, sobretudo porque enquanto possuidoras de estudos superiores, de terem escola, elas representam uma parte importante do projecto nacional de desenvolvimento dos seus recursos humanos dentro do país.

Os significados sociais e culturais de emigrar estão fortemente ancorados em argumentos económicos, ou seja, aqueles que emigram fazem-no com base em motivações económicas e participam por essa via tanto na melhoria das condições de vida das suas famílias tanto em Cabo Verde como nos outros nós da diáspora cabo-verdiana.

Não raras vezes ouvimos nas notícias, essa distinção clara entre os i/ emigrantes cabo-verdianos em Portugal e os estudantes cabo-verdianos em Portugal.

Um posicionamento colectivo, que não tem interesse em que estas se mantenham no estrangeiro e que vai de encontro ao posicionamento subjectivo dessas mulheres com que tenho vindo a trabalhar, que não se sentem como migrante na medida em saíram para não terem de emigrar (Fortes, 2005)<sup>56</sup>, ou seja se não tivessem escola, que lhes garantisse a possibilidade emprego e de vida estável no país, possivelmente teriam de seguir o caminho da migração.

Nessa medida essas mulheres, enquanto estudantes cabo-verdianas em Portugal, não participam de forma activa como alimentadores do fluxo migratório, porque o colectivo considera que estas não possuem recursos (económicos e pertença a uma rede social de apoio estruturado) para sustentar a sua participação por exemplo na rede social de apoio à migração.

Mais importante ainda e conforme já demonstrado (Fortes, 2012) as estudantes cabo-verdianas em Lisboa, vivem a saída de Cabo Verde como um processo de individualização (Fenton, 2005) e deste modo voltar a Cabo Verde poderá pôr em risco

---

<sup>56</sup> Este tem sido um dos assuntos centrais da minha tese e que será mais aprofundado na escrita da dissertação.

os projectos de construção da pessoa mais centrada em si porque os confrontos que podem surgir a partir das expectativas daqueles que ficaram em Cabo Verde obrigarão o retorno à pessoa que foi antes da migração: aberta e influenciável, que agia sob pressões dos grupos de pertença.

Se com a saída experimentam o *triunfo do individualismo* (Sayad, 2000) estas vão adiando o projecto de retorno, prosseguindo com os estudos para o nível superior ao da licenciatura entrando para o mercado de trabalho português e construindo a sua própria família em Portugal.

Conforme o repto deixado em Fortes (2012) seguir a narrativa biográfica das mulheres com quem tenho vindo a trabalhar desde 2007, a partir da temática do retorno, significa trabalhar os sentimentos e desejos antagónicos experimentados ainda em Lisboa: entre querer voltar e ter de medo de voltar para Cabo Verde, entre querer ficar (em Portugal) ou viajar para outro país e sofrer pressões familiares e colectivos para o regresso, em nome da lealdade e da participação no desenvolvimento da pátria. Assim o retorno a Cabo Verde nem sempre é um assunto fácil de abordar.

*“Aquela coisa de voltar a viver em casa da mãe, voltar a estar dependente... apesar de ser muito difícil voltar para lá e isso não acontecer, mas de certa forma é um regresso no tempo, é uma regressão, porque se parares e pensares, eu sai do meu país, consegui alcançar os meus objectivos... fui eu que consegui e voltar para a casa dos pais implica de certa forma uma regressão, voltar para a ser dependente...é como se voltasses a emigrar para dentro de teu país...”* (Ana, 30 anos, Licenciada em Ciências de Comunicação, trabalha em Cabo Verde para a Telecom)

Para falar do retorno dialogando com a experiência dessas mulheres estudantes cabo-verdianas, tomo como central duas linhas orientadoras. Por um lado a tese defendida por Sayad de que “partiram apenas para voltar, o retorno estando implícito ao próprio ato de emigrar, e, ao menos como intenção e, se possível, como efectivos, pré-existindo à partida” (Sayad, 2000:16) o que significa dizer que aqueles que ainda antes da saída de Cabo Verde idealizam o regresso, fazem-no com base na ideia de que a intenção primária e final de todo o projecto migratório é o retorno ao país de origem (Dias, 2000; Évora, 2007; Trajano Filho, 2005).

Por outro lado de que tanto nos contextos de acolhimento como nos contextos de origem, o peso e as responsabilidades enquanto guardiãs e cuidadoras da família e da cultura de origem, continuam a ser desproporcionalmente atribuídos às mulheres

(Hondagneu-Sotelo e Ávila, 1997; Fenton, 2005) e neste sentido os dilemas para o regresso ao país de origem são mais visíveis nas mulheres (Mills, 1997; Constable, 1999; Kelsky, 1999; Fenton, 2005).

Estas duas linhas orientadoras dão origem a uma questão pertinente e nem sempre de resposta única, fácil e definitiva: Porque as estudantes cabo-verdianas valorizam a saída como momento central para o crescimento pessoal, traduzidos em ganhos identitários e não deixam, ao mesmo tempo, de idealizar o regresso a Cabo Verde?

Se a saída tem sobre essas mulheres estes impactos identitários positivos, vivem o projecto de retorno a Cabo Verde, entre medos e angústias, na medida em que este poderá significar o retorno a um contexto social e cultural que nas suas palavras é encarcerante e limita as caminhadas individuais femininas. Mas por outro lado inseridas no contexto nacionalista e patriótica convivem ainda com posicionamentos colectivos de que o regresso não depende de vontades individuais mas sim de um dever nacional para a participação no projecto de transformação e desenvolvimento de Cabo Verde, conforme anteriormente salientado.

Se cresceram em Cabo Verde, procurando ser alguém na vida através de “ter escola” e tiveram que sair para poderem concretizar esse objectivo, as estudantes cabo-verdianas são ou foram confrontadas em vários momentos, pelos *Outros* cabo-verdianos e outros *Outros* com a questão da possibilidade de regresso depois da conclusão da licenciatura.

As protagonistas dessa pesquisa apesar de idealizarem o regresso a Cabo Verde vivem angústias e dilemas de um provável regresso como a possibilidade de uma regressão e o reencontro com um contexto de vida que pode não oferecer espaços de continuidade no manejo dos “ganhos identitários” facilitados com a saída. Por isso muitas vão adiando o projecto de retorno, prosseguindo com os estudos para o nível superior ao da licenciatura, entrando para o mercado de trabalho português e construindo a sua própria família em Portugal.

*“Nos primeiros anos tinha sempre aquela ideia de que quando acabasse a licenciatura regressaria a Cabo Verde, mas sempre que ia de férias, o meu pai me controlava tanto, eu que já tinha ganho a minha liberdade em Lisboa, fui pensado que se calhar era melhor adiar por mais uns anos o meu regresso a Cabo Verde e por isso*

*ainda estou por cá (risos)...*” (Carla, 32 anos, de São Vicente, licenciada em Sociologia, mestranda em Estudos Africanos, actualmente trabalha numa livraria em Lisboa)

### **E quando já não dá para adiar: o regresso a “casa”**

O meu primeiro contacto com a Carla aconteceu em 2008, tinha ela 32 anos, criamos uma relação de amizade e desde então tenho acompanhado os “outros capítulos da sua vida”, como ela própria diz.

Em 2010, depois de ter estado em Cabo Verde para pesquisa de terreno voltei a Lisboa e encontrei a Carla decidida a regressar a Cabo Verde. Assim e depois de muito adiar o regresso a Carla voltou para Cabo Verde em Janeiro de 2010, para São Vicente. Fui com ela comprar o bilhete na agência da TACV<sup>57</sup> na Avenida da Liberdade em Lisboa, queria partilhar comigo esse momento, descemos as escadas e já na rua, desabafa *“agora sim, já me consciencializei, vou voltar”*.

Mas os medos da Carla fizeram-na comprar o bilhete até Santiago. Saiu de Lisboa ainda em Dezembro mas preferiu passar o natal em Santiago, porque segundo ela *“voltei sem dinheiro nenhum e passando o natal em Santiago não tinha a obrigação de gastar dinheiro para trazer presentes para a minha família”*.

Depois de ter vivido por mais de 12 anos em Lisboa, com um emprego estável, regressa para a casa dos pais e continua a procurar trabalho, para *“poder alugar a minha casa e voltar a entrar e sair quando quiser, sem ter de dar satisfações da minha vida, há algum tempo que não tenho aquela sensação de tirar as chaves da mala e abrir a minha porta”*.

Carla hoje com 36 anos vive em São Vicente, em casa dos pais e não tem emprego “fixo”, como se diz em Cabo Verde. Mas trabalha como produtora cultural, *“não dá para ganhar muito dinheiro, mas eu não quero tornar-me numa funcionária pública, quero viver de projectos porque dá-me sensação de maior liberdade”*. Carla tem alguns conflitos com os pais que continuam a querer “controlar” a sua vida e em várias situações o grupo de amigos do qual faço parte, goza com ela, porque os pais ainda não lhe deram as chaves e quando a acompanhamos a casa, sobretudo à noite, temos de esperar que a mãe (sempre a mãe) abra-lhe a porta e em jeito de gozo há sempre alguém que lhe diz *“Pá já tens idade para ter chaves”*.

---

<sup>57</sup> Transportes Aéreos de Cabo Verde.

Ana, natural de São Vicente, em 2007 vivia as angústias mais intensas porque estava prestes a terminar a licenciatura, em 2009 regressa a Cabo Verde para Santiago, com um proposta de trabalho para uma empresa de comunicação, em inícios de 2011, encontro-me com ela em São Vicente, para um jantar de reencontro, entre balanços e novos projectos desabafa que tem vivido tranquilamente em Santiago porque lá é: *“o meio-termo, entre Lisboa, onde vivi muitos anos e onde vou constantemente e São Vicente onde também posso estar lá em menos de 45mn para visitar a minha família”*.

No brinde ao reencontro desabafa *“brindemos ao reencontro e que possamos repetir mais vezes esses encontros e espero que quando casarmos e tivermos filhos, isso não seja um impedimento para termos as nossas saídas, só de mulheres”*

Ao jantar tinha faltado uma amiga e colega desde os tempos de liceu, que também viajou para estudar no Brasil e que depois do retorno a Cabo Verde casou e tem um filho de quase 2 anos, que segundo as amigas *“está muito depende dela e ela não o consegue deixar para fazer nada, nem com o pai do filho”*.

A Maria natural de São Vicente, fez Enfermagem em Coimbra, tendo concluído a sua licenciatura em 2007 e no mesmo ano foi contratada por um família em Lisboa, para prestar cuidados domiciliários enquanto Enfermeira, em 2008 entra para o Hospital Júlio de Matos e concilia esses dois trabalhos, em finais de 2009 recebe o convite para trabalhar numa das Universidade em Cabo Verde, integrando o corpo de docente no curso de Enfermagem, deixa o Júlio de Matos e regressa a Cabo Verde acompanhada do namorado que também vivia em Lisboa (natural de São Vicente e que entre 2000 e 2008, estudou na Rússia).

Maria diz-se não ter arrependido de ter retornado a Cabo Verde apesar de ter sentido medo até porque mais uma vez estaria longe da família, que vive em São Vicente mas ao mesmo tempo o facto de ter ido viver para Santiago, permitiu que ela não tivesse de enfrentar os mesmo problemas que outras amigas (fazendo referência à amiga Carla) tiveram quando regressaram para São Vicente para viverem em casa dos pais.

Em Março de 2011, Maria decide prosseguir os estudos e viaja para Coimbra onde frequenta o mestrado, mas diz sentir *“saudades de casa, sobretudo porque voltar a ser estudante é uma sensação estranha, tirou um certo ritmo à minha vida, deixei casa e namorado com quem já partilho a minha vida, sinto-me confusa mas sei que o*

*mestrado é essencial para eu subir na carreira*” (Maria, 28 anos, Professora Universitária, Santiago)

Poder-se-á afirmar que as possibilidades de viajar, retiram a carga simbólica de definitivo muito presente quando se pensa sobre o retorno e este facto confere a essas mulheres uma sensação de tranquilidade para criarem outros projectos de saída, conforme faz a Maria ou a Ana. A Carla tem lamentado o facto de não ter conseguido juntar dinheiro para voltar a Portugal e o seu objectivo assim que conseguir juntar dinheiro é ir passar umas férias a Portugal, contudo guarda alguns hábitos trazidos de Portugal e como diz *“são coisas dos quais não abduco porque me fazem sentir mais perto de Portugal e fazem-me lembrar dos bons momentos que passei lá”*.

Passar férias no estrangeiro é uma prática muito comum entre os ex-estudantes que regressaram a Cabo Verde e se muitos não tiveram oportunidades de conhecerem outros países durante o período em que viveram em Portugal, hoje por terem emprego e estabilidade financeira em Cabo Verde, aproveitam as férias para conhecerem outros países tanto na Europa como noutros continentes, sobretudo América.

Por outro lado e mais importante ainda, o retorno é a legitimação de todo o percurso migratório (Évora, 2007; Fortes, 2012) é retornando ao país de origem que poderão tornar visíveis os ganhos identitários que essas mulheres dizem ter conseguido durante o período de vida, lá fora.

A empregabilidade e o reconhecimento social, decorrente de ter uma formação superior, garantias de uma vida diferente e “melhor” do que outras mulheres que não têm escola ou que não emigraram são os ganhos mais evidenciados pelas histórias de vida daquelas que regressaram, conseguiram ter uma vida diferente da vida que as suas mães têm.

As mulheres estudantes que regressam são aquelas cujos capitais que trazem na “mala” não são de imediato materialmente visíveis, distanciando-se da imagem mais “clássica” de emigrante cabo-verdiano, conforme anteriormente salientado, cujo sucesso do projecto migratório é materializado na aquisição de bens em Cabo Verde como a construção de casas, compra de carros, abertura de negócios, etc. Estas trazem na mala, capitais académicos e profissionais (materializados no certificado e diploma de curso).

A pesquisa entre essas mulheres que regressaram a Cabo Verde tem permitido constatar que após o regresso definitivo a Cabo Verde é comum para algumas mulheres ouvirem desabafos acerca do não cumprimento, ainda, da maternidade: “Já tens uma

formação, já tens trabalho, se quiseres podes não aturar chatices de homens porque não tens de lhe pedir dinheiro para tudo, o que estás à espera para teres filhos?”. À questão, segue um conselho: “atenção, não arranjes qualquer pé rapado, arranja alguém com formação, para não atrasares a tua vida, mulher formada tem de arranjar um homem formado”.

Nessa medida o *triunfo do individualismo* experimentado com a saída (Sayad, 2000) é sempre ameaçado, o que significa dizer que se escutarmos o contexto social de origem facilmente detectamos as possíveis fundamentações sociais e locais do medo do regresso a Cabo Verde, que experimentaram, ainda em Portugal.

Depois do jantar com o grupo de amigas da Ana e no momento da despedida, uma das amigas desabafou “*vamos ver até quando teremos força para resistir*”, fazendo alusão ao facto de terem consciência de que “*não poderemos ser eternamente estudantes, teremos de um dia ser mulheres casadas e com filhos, senão estamos tramadas nessa nossa terra*”, desabafa a Ana ao que a outra amiga arremata “*quando éramos apenas estudantes éramos felizes e não sabíamos*”

A problemática de fuga de cérebros que tem afectado vários contextos africanos pode ser melhor analisada e compreendida se às motivações objectivas, de cariz sobretudo económico também considerarmos as motivações subjectivas, que têm sobretudo a ver, conforme fica presente neste artigo, com transformações identitárias que redimensionam o lugar que “voltar e estar no país de origem” tem para aqueles que possuem capitais intelectuais e profissionais, considerados (os potenciais) quadros superiores do país.

## Bibliografia

1. AKESSON, L. (2004) *Making a Life, meanings of migration in Cape Verde*, Phd thesis. Department of Social Anthropology, University of Gothenburg.
2. AKESSON, L. (2009) "Remittances and inequality in Cape Verde: the impact of changing family organization", *Global Networks*, 9, 3, pp.381-398.
3. CARLING, J. (2001) *Aspiration and Ability in International migration: Cape Verdean experiences of mobility and immobility*, Dissertation in Master Degree. University of Oslo, Centre for Development and the Environment.
4. CARLING, J. (2002) "Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28 1), pp. 5-42.
5. CARLING, J. e BATALHA, L. (2008) *Transnational Archipelago: perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amsterdam, Amsterdam University Press.
6. CARREIRA, A. (1983) *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia, Instituto Caboverdiano do Livro.
7. DIAS, J. B. (2000) "A volta do filho próspero: emigrantes cabo-verdianos retornados e seus familiares". In: Teixeira, Carla C. *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
8. ÉVORA, I. (2002) *(Des) atando nós, (re)fazendo laços: aspectos psicossociais da migração feminina cabo-verdiana na Itália*. São Paulo, Universidade São Paulo.
9. ÉVORA, I. (2007) "Minha terra Minha Gente: atribuições sociais da emigrante em Cabo Verde". In: GRASSI, M. E ÉVORA, I. (orgs) *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 63-98.
10. ÉVORA, I. (2010) "Discursos sobre a Diáspora cabo-verdiana. O olhar de quem ficou". *Revista Direito e Cidadania* (Ed. Especial – Política Social e Cidadania), 30, pp.235-256.
11. FENTON, S. (2005) *Etnicidade*. Lisboa, Instituto Piaget.
12. FORTES, C., (2013), "M t'studa p'm k ter vida k nha mãe tem": Género e Educação em Cabo Verde, *Ciências Sociais Unisinos*, 49(1), pp. 80-89.
13. FORTES, C. (2012) "As cabo-verdianas estudantes quando vêm para Portugal tornam-se todas Europeias": Cabo-verdianas em Lisboa, narrativas e práticas nas relações de género e interetnicidade. In Fonseca, Carmelita e Fortes, Celeste (orgs) *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas*. Praia, Edições Uni-CV, pp.255-276.
14. FORTES, C. (2005) *Nu Bem Djobi Nós Inxada – viemos procurar a nossa enxada: Estudantes Cabo-verdianos em Lisboa, (re) construções identitárias*, Dissertação de Licenciatura em Antropologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
15. GÓIS, P. (2006) *Emigração Cabo-verdianas para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa, ACIME.
16. GRASSI, M. e ÉVORA, I. (2007) *Género e Migrações cabo-verdianas*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

17. HONDAGNEU – SOTELO, P. e ÁVILA, E. (1997) “I’m here but I’m there: the reconstruction of gender relations among Mexican immigrant women and men”. *Gender and Society*, 6, pp.393-415.
18. KELSKY, K. (1999) “Gender, Modernity, and Eroticized Internationalism in Japan”. *Cultural Anthropology*, 14, 2, pp. 229 – 255.
19. LOBO, A. de S. (2012) *Tão Longe e Tão Perto: famílias e “movimentos” na ilha de Boa Vista de Cabo Verde*. Praia, Edições Uni-CV.
20. MILLS, M. B. (1997) “Contesting the margins of modernity: women, migration, and consumption in Thailand”, *American Ethnologist*, 24 (1), pp. 37-61.
21. SAINT-MAURICE, Ana de (1997) *Identidades Reconstruídas Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras, Celta.
22. SAYAD, A. (1998) *A imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo, Edusp.
23. SAYAD, A. (2000) O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia: Revista do migrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, ano XIII, nº especial, 3-32.
24. STRATHERN, M. (1998) Novas Formas Económicas: um relato das terras altas da Papua-Nova Guiné, *Mana*, 4 (1), pp. 109-139.
25. STRATHERN, Marylin (2006) *O Género da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora UNICAMP.
26. TRAJANO FILHO, W. (2005) A Sociabilidade de Diáspora: O Retorno, *Série Antropológica*, 380.

### **Introdução**

A entrada de cidadãos estrangeiros em qualquer Estado de acolhimento requer autorização. Em Cabo Verde, a DEF (Direcção de Estrangeiros e Fronteiras) tem a competência de conceder vistos e de controlar a entrada, estadia, permanência e saída de estrangeiros no território nacional.

Este artigo tem como objectivo analisar as condições de entrada e de legalização dos cidadãos oriundos dos países membros da CEDEAO em Cabo Verde. Assim, começa-se com a análise das percepções sobre a entrada e legalização nos seguintes aspectos: as expectativas desses imigrantes face aos requisitos de entrada e de legalização e as atitudes dos cabo-verdianos face à entrada e ao aumento do número dos mesmos. Posteriormente analisar-se-á o matrimónio enquanto estratégia de facilitação do processo de legalização. De seguida, falar-se-á do papel das instituições no apoio à legalização destes imigrantes (as Igrejas, a Câmara Municipal e as associações dos imigrantes) bem como dos próprios imigrantes. Finalmente far-se-á a síntese.

Para a sua realização recorreu-se à análise das entrevistas realizadas na Praia e na Boavista às pessoas e entidades nacionais (12), e aos imigrantes incluindo os dirigentes associativos (10). Isso foi complementado com a análise de algumas reportagens da Televisão de Cabo Verde (TCV) relacionadas com esta problemática. Recorreu-se, ainda, a consultas bibliográficas e recolha de informações estatísticas.

### **Os requisitos de entrada e de legalização em Cabo Verde**

A situação jurídica do estrangeiro no território nacional era regulada pela lei 93/III/90, de 27 de Outubro e foi revista pelo Decreto-Legislativo nº6/97 de 5 de Maio<sup>58</sup>. Os indivíduos que pretendam entrar em Cabo Verde<sup>59</sup> devem possuir um passaporte ou documento válido ao tempo de permanência e um visto de entrada e permanência válido. Devem, ainda, possuir meios económicos suficientes e bilhete de passagem com

---

<sup>58</sup> Decreto-Regulamentar nº 84/2007, de 5 de Novembro, e Decreto-Legislativo nº6/97 de 5.

<sup>59</sup> Informações disponíveis em:

[http://www.policianacional.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=71&Itemid=184](http://www.policianacional.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=184).

regresso confirmado. Consoante os acordos e as situações são exigidos requisitos específicos para cidadãos originários de regiões específicas<sup>60</sup>, dependendo do acordo que Cabo Verde tiver com os países de origem dos imigrantes. Aos cidadãos originários de países membros da CEDEAO é-lhes exigido o Certificado Internacional de Vacina válido. Os senegaleses<sup>61</sup>, caso não possuam passaportes ou outros documentos equivalentes, podem entrar apenas com o Bilhete de Identidade válido.

Aproveitando-se do acordo de livre circulação de pessoas a entrada dos estrangeiros oriundos de países da CEDEAO é crescente e, em resultado disso, há um grande número de estrangeiros ilegais, uma vez que boa parte ultrapassa os 30 dias de permanência no país a que tem direito. Assim, torna-se preciso (re)pensar o processo de legalização, porque estamos perante um movimento no quadro do acordo de mobilidade e de livre circulação e não de permanência. Para entrar e se legalizar eles devem preencher um conjunto de requisitos como, por exemplo, ter um vínculo laboral estável e uma residência fixa e com o mínimo de dignidade. Isso nem sempre tem sido fácil e tem causado sérios constrangimentos à sua legalização e integração no país.

O artigo 3º (§2, Decreto Regulamentar nº11/99, de 09 de Agosto) prevê a supressão do visto para “todo o cidadão da comunidade que deseja estar num Estado membro (da CEDEAO) por um período “máximo de 90 dias”, por um ponto de entrada oficial. Entretanto, o artigo 4º apresenta uma reserva, segundo o qual cada Estado, podendo “nos termos” da sua “lei” e “regulamentos” determinar uma categoria dos “imigrantes inadmissíveis” no seu território. Isto é, a CEDEAO deixa aos membros a competência para a regulação de aspectos fundamentais “quanto ao regime de entrada e permanência de e à concessão do direito de residência de estrangeiros nacionais dos Estados-membros, no pressuposto que existem questões de soberania e razões de Estado que impedem a devolução à comunidade do poder de regulação exaustivo dessa matéria”. Igualmente, o Decreto-Legislativo n.º6/97 de 5 de Maio determina que qualquer cidadão estrangeiro deve entrar no país munido de visto. Porém, no artigo 30º, estabelece que são isentos<sup>62</sup> do visto “os estrangeiros que sejam nacionais de países abrangidos por acordos de supressão de vistos ou de livre circulação e estabelecimento de pessoas de que Cabo Verde faz parte”. No artigo 45º é estabelecido o pedido de

---

<sup>60</sup> Esses requisitos não se aplicam aos titulares do Bilhete de Identidade do funcionário ou agente da missão estrangeira ou Organização Internacional, emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, desde que esteja devidamente visado pela DEF.

<sup>61</sup> Resolução nº151/V/99. Consultar Artigo 1º.

<sup>62</sup> Nova redação do Decreto-Legislativo nº 3/2005, de 1 de Agosto (página 60).

autorização de residência. Os estrangeiros podem, ainda, solicitar a nacionalidade cabo-verdiana caso o desejem<sup>63</sup>.

Os cidadãos oriundos dos Estados-membros da CEDEAO, depois de instalados, têm enfrentado algumas dificuldades, nomeadamente de conseguir a documentação do país de origem para a sua legalização. Só depois de reunir todos os documentos necessários é que poderão dar entrada com o pedido de regularização/permanência.

O resultado das entrevistas mostrou que há pessoas que já residem há mais de 5/6 anos em Cabo Verde e que ainda não conseguiram legalizar-se. Assim, criticam a morosidade no processo de regularização e atribuição de autorização de permanência/residência, dizendo que a lei é bastante dura o que dificulta o processo. Esta é uma situação que contrasta muito com as expectativas iniciais deles de virem a Cabo Verde, o que iremos analisar melhor no ponto seguinte.

### **As expectativas dos imigrantes face aos requisitos de entrada e de legalização**

Dada a possibilidade estabelecida no Tratado da CEDEAO (artigo 68º) de um tratamento especial aos países arquipelágicos insulares e de reduzida dimensão, Cabo Verde tem estabelecido alguns critérios de controlo de entrada e de legalização. Isso tem suscitado algumas críticas da parte desses imigrantes. Como a ideia inicial de boa parte desses cidadãos entrarem em Cabo Verde prende-se com a expectativa de atingir a Europa, eles chegam com a “falsa ilusão” de que é fácil a entrada e a legalização, para depois atingirem os seus objectivos. Esta ideia de trânsito é revelada pelo guineense Júlio, que se mostrava bastante revoltado. Júlio é casado, tem 25 anos e a 3ª classe (isto é, o 3º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico). Veio para Cabo Verde em 2005. Inicialmente disse ter trabalhado na construção civil, mas, hoje, dedica-se à venda ambulante. Ele vive em Sal-Rei, na Boavista, numa casa alugada e partilhada por outros rapazes de origem cabo-verdiana. Em primeiro lugar, disse não ter conseguido atingir os seus objectivos de transitar (já esteve ilegal em Espanha e foi deportado); em segundo lugar, disse ter sido acusado de um crime que não cometeu. Disse sentir-se discriminado por ser o único estrangeiro a viver naquela casa. Afirma que:

---

<sup>63</sup> Consultar Guia do Cidadão, 2009.

(...) Sem a residência eles não te deixam sair. Se saíres com residência legal, não é para ires directamente para a Europa? Não, não dá. (...) tenho o meu passaporte com os carimbos além da residência, fico às tantas em Cabo Verde para ir para outra terra. (...)

“*Outra terra*”. Júlio refere-se à Europa, um sonho do qual não abre mão. Uma expectativa ainda não realizada, mas que continua no seu imaginário. Daí que ele reclama e acusa a morosidade do processo de legalização no país. Defende que esse é o grande obstáculo para os imigrantes. De facto, se nem todos os cidadãos conseguem atravessar a fronteira nacional porque não reúnem todos os requisitos exigidos (nomeadamente bilhete de passagem de regresso confirmado, os meios económicos suficientes<sup>64</sup>), os que conseguem entrar enfrentam sérias dificuldades de legalização. Por isso, ele realça que o principal obstáculo dos imigrantes aqui é a questão da documentação. A sua preocupação fundamental é de conseguir legalizar-se para atingir outros destinos. Ele acredita que assim é mais fácil conseguir visto de entrada no espaço Schengen. Júlio tem a mesma preocupação que a maioria dos imigrantes. Pois, as principais dificuldades apresentadas pela comunidade imigrante têm a ver essencialmente com a sua legalização. Entretanto, se muitos vieram com esta ideia de transitar para a Europa, boa parte afirmou que já desistiu, porque já estão cá há muito tempo e, neste caso, não faz sentido reemigrar e recomeçar do zero.

De entre os requisitos à entrada, exige-se que o cidadão que deseja entrar (supostamente para um período de férias de, no máximo, 90 dias), disponha das condições previstas na lei (ex.: meios de subsistência - 10.000\$00 para cada dia que desejar ficar). Caso não reunir as condições a entrada é-lhe recusada. Ademais, o imigrante deverá pagar mais 10.000 escudos à entrada; se ultrapassar os 90 dias está sujeito à mesma multa ao sair<sup>65</sup>. Quanto aos cidadãos provenientes dos países membros da CEDEAO, passados esses 90 dias é-lhes aplicada esta coima caso não pedirem a sua renovação. Isso tem resultado numa imensa crítica. Muitos deles, um dos quais Júlio, dizem não entender o porquê desta medida:

---

<sup>64</sup> De acordo com a DEF: 20.000\$00 (181.81€) - Por cada entrada; 10.000\$00 (90.91€) - Por cada dia de permanência; (<http://www.policianacional.cv/index.php/estrangeiros-e-fronteira/entrada-e-permanencia>).

<sup>65</sup> Consultar o artigo 83º do Decreto-Legislativo n.º6/97 de 5 de Maio.

(...) entras e dizem-te que três meses, fazes aquele visto, 10 contos. Cada vez que saís daqui e vais para a tua terra pagas mais multa de dez contos. (...) **Mas não explicam porque é que pagam esses dez contos?** (...) como é que vais saber? (...) perguntas à polícia porque é que pagas os dez contos, é isso que está dentro da lei (...)

Contrariamente às afirmações de Júlio, as informações são de que eles já são, a *priori*, devidamente informados em relação à referida multa pelos colegas que já cá estão e, só se paga a multa se o cidadão não tiver o respectivo visto no passaporte. Além desta multa, eles apresentavam mil euros para poderem ver aceite a sua entrada. Porém, nem todos têm aquele dinheiro. Por isso, utilizam diversas estratégias para consegui-lo. Assim, segundo o Agente C<sup>66</sup> da DEF, existem as “*máfias organizadas*” em torno destes movimentos. Têm sido utilizadas diversas artimanhas para contornar os obstáculos. Uma delas é o “*aluguer de dinheiro*”<sup>67</sup>:

Há um montante previsto na lei, que são 10.000\$00 por dia para cada dia de permanência e uma caução de 20.000\$00. Quem não tiver aquela importância recusamos-lhe a sua entrada. Mas muitas vezes também forjam-lhe. Nós sabemos que o forjam. Há casos de pessoas que alugam dinheiro. (...) para apresentar na fronteira e logo que entram, há alguém aqui que vai receber. Viemos a descobrir este aluguer de dinheiro e dinheiro em si, viemos a excluir como um dos requisitos fundamentais para entrar em Cabo Verde.

Segundo nos disse, associaram outros requisitos. Consequentemente, os imigrantes dizem não entender porque é que, mesmo apresentando os mil euros, veêm a sua entrada recusada:

Tínhamos que ver outros requisitos (...) estabelecidos na lei. (...) Há mais requisitos sim e pegamos nele. (...) É por causa do aluguer de dinheiro. (...) uma vez recusamos uma entrada e era uma rabadante que tinha alugado dinheiro. Viajaram juntos, como ele ficou ela ficou preocupada e foi lá dentro perguntar por

---

<sup>66</sup> Os entrevistados da DEF foram identificados pelas letras A, B e C.

<sup>67</sup> Expressões em itálico são do entrevistado.

ele. Dissemos que ele não ia sair. (...) Começou a chorar porque disse que lhe tinha dado dinheiro para vir entregar-lhe aqui. (...) Ela disse não que ela só o quis ajudar, que não o alugou dinheiro, que não era nada disso. Eu disse-lhe a senhora agora vai ficar sem o seu dinheiro para aprender a não emprestar dinheiro aos outros para virem enganar a polícia. (...) Nós estamos a fazer o nosso trabalho e queremos um controle eficaz na fronteira e a senhora está a vir estragar o nosso trabalho. Ela chorou mas depois (...) acabou por reaver o seu dinheiro mas o indivíduo viu a sua entrada recusada.

Cada vez que são constatadas situações como essas, a DEF recorre a um outro requisito legal. Assim, para além dos 1000 euros, exige-se a apresentação do termo de responsabilidade. Porém, os “mafiosos”, de novo, actuam para contornar esta situação, como nos contou o mesmo Agente:

Há de tudo. Optamos pelo termo de responsabilidade que é uma forma de controlo dos estrangeiros em Cabo Verde. (...). Mas para o termo de responsabilidade há máfias. É uma daquelas máfias que descobrimos, que inclusive põem a polícia em causa. Pessoas fazem termo de responsabilidades dão às outras, cobram 25 mil escudos e dizem que 10 mil são para a polícia e 15 mil é para o trabalho que estão a fazer. O QUE É MENTIRA AGORA! As pessoas pensam que é verdade. Que a polícia toma dinheiro (...) Então o Governo tem estado mais duro em relação ao termo de responsabilidade. Estamos a restringir esta negociata para fora. Porque pessoas dizem que 10 mil são para a polícia. O QUE É MENTIRA! E as pessoas acreditam. (...)E eles ficam confiantes se é portanto a polícia que toma dinheiro neles. (...)

Novos requisitos provocaram novamente um descontentamento no seio dos imigrantes, pois, muitos, acreditando estar aptos para a entrada, veêm o seu pedido recusado. E, como nos disse o nosso entrevistado, os “mafiosos” partiram para a *corrupção policial*. Solicitavam ao policial amigo que ajudasse o imigrante a conseguir cartão de residência em troca de dinheiro. Porém, de acordo com o Agente A, “a polícia no seu serviço não pode ter este tipo de procedimento. Até porque ele tem que reunir

todos os requisitos.” Daí que, endurecem-se as leis de imigração, e, conseqüentemente, a situação do imigrante torna-se cada vez mais difícil:

(...) Para entrares em Cabo Verde é também muito, muito difícil. (...) não é porque já tens os mil euros e os 10 contos para pagares a entrada que estás apto a entrar. Não. (...) Muitos já viram recusados as suas entradas. (...) se desconfiarem de alguma coisa não te deixam entrar. (Dirigente associativo senegalês)

Conseqüentemente, as recusas de entrada aumentaram. Só em 2006 foram 250. Em 2007 este número aumentou para 665, (aproximadamente 2,5 vezes superior). Este valor aumentou para 759 em 2008, (cresceu 5%)<sup>68</sup>. O dirigente da associação serra-leonesa reclama dizendo que os imigrantes não são informados das alterações da lei. Ao chegarem ao aeroporto deparam com a “grande surpresa”:

Então porque é que um cidadão chega cá, com o passaporte e todos os documentos (...) e pedem para mostrar dinheiro? (...) eles mudam a lei da fronteira sem avisar ninguém. É ao chegares à fronteira que sabes qual é a lei que tens. **Têm casos de cidadãos da Serra Leoa que viram a sua entrada recusada em Cabo Verde?** Estão muitos. Mas quando são recusados, eles chamam a associação e nem nos dão atenção na fronteira (...)

Apesar do papel mediador das associações, há decisões que competem apenas à DEF. O Agente C informou-nos que nessas questões só lhes compete a eles decidir se aceitam ou recusam a entrada. Afirmou que quando as associações são contactadas, todos os procedimentos já foram tomados, inclusivamente a decisão de recusar a entrada. As entradas não são recusadas apenas aos que vêm pela primeira vez, mas, sempre que justificar. Muitos ao regressarem das férias já viram a sua entrada recusada. Infelizmente, não é só à entrada/saída que são multados, conforme o 118º parágrafo 2 do Decreto-Legislativo nº6/97 de 5 de Maio.

Relativamente à legalização, houve uma altura em que se verificou um impasse entre a DEF e a Direcção Geral do Trabalho (DGT). Enquanto a DEF exigia que o

---

<sup>68</sup> Dados da DEF. Em 2008 as recusas no Aeroporto da Praia (ADP), o aeroporto mais crítico, representaram cerca de 97% (733 casos); no Aeroporto do Sal foram cerca de 3 % (26 casos).

imigrante estivesse a trabalhar para poder ter direito à autorização de residência, a DGT impunha que o mesmo estivesse devidamente legalizado para poder realizar o contrato de trabalho. Nas palavras do Agente A:

O patronato exigia-lhes visto no passaporte (...) nós para legalizar exigíamos que a pessoa tivesse contrato de trabalho. Portanto havia um atirar um contra o outro e ninguém desbloqueava o processo. (...) estivemos a falar com a Directora Geral do Trabalho, (...) onde tentamos desbloquear este processo (...) eram dois pontos críticos (...) Alguém tem que dar pontapé para ceder. Se não cederes, estás a criar um bloqueio estás a dificultá-los na sua vida. E não podemos estar a dificultar-lhes. Acho que Cabo Verde pela sua história também, enquanto país de emigração, tem que saber gerir aquele fenómeno (...)

Para resolver este problema, de acordo com este entrevistado, foi necessário um acordo entre as duas partes de forma a poder facilitar a vida do imigrante “(...) entramos em acordo e eles têm o visto dos 3 meses para facilitar a declaração de trabalho”. Ultrapassados os impasses, deparam com outros constrangimentos. Na Praia era mais fácil ao imigrante apresentar um comprovativo de alojamento. Na Boavista, quase todos vivem no bairro da Barraca onde nenhum dos senhorios é dono legítimo das casas alugadas. Consequentemente, os contratos de aluguer ou não eram apresentados, ou, se apresentados, não serviam para comprovar o arrendamento. Assim, de acordo com este Agente, foi preciso procurar formas de ultrapassar esta barreira:

(...) no processo de documentação é que eles têm dificuldades. (...) Uns ou outros problemas que têm, que é grave, é a questão da habitação. Portanto, exige-se contrato de arrendamento ou de registo de propriedade. Ou pagas renda ou tens registo de propriedade. **ORA, NÃO TÊM NEM UMA COISA NEM OUTRA!** (...). Porque moram naquela zona da Barraca, se pagam renda, é clandestina, as casas da Barraca não são nenhuma delas registadas. Como não são registadas não haverá registo de propriedade. Se pagam renda e vivem dez num cubículo, quem os tem alugado não os dá documento porque não quer que seja levado às finanças. (...) estavam a trabalhar, a situação é precária, obrigava a que fosse assim, e não os podíamos manter na ilegalidade porque no fundo, estamos a perder também.

(...) Hoje vão à Câmara, por questões habitacionais vão tirar um atestado de residência, e aquele atestado de residência, a gente junta ao seu processo e conseguimos-lhes vistos.

Quanto à morosidade no processo de legalização, muitos são aqueles que criticam. O nigeriano José vive há quase 20 anos em Cabo Verde. Ele é proprietário de uma loja de vendas a retalho e disse que sempre trabalhou por conta própria. Hoje emprega pessoas na sua loja, inclusive nacionais. Apesar de já estar legalmente residente, mostra-se muito magoado porque ainda não conseguiu a nacionalidade. Como afirma, tal não tem sido fácil, “Desde 97 que quero fazer/bilhete dizem de cidadão/18 anos a viver em Cabo Verde e ainda não me deram nacionalidade. (...) Num país que já vivi 18 anos!”. Essa é uma situação que pode afectar a integração dos imigrantes. No entanto, pode ser que esse não seja o único obstáculo. Isto é, o dirigente da associação senegalesa sublinha essa morosidade mas, também, acusa os imigrantes de negligência, afirmando que às vezes o problema se deve ao desleixo desses, pois, entram legalmente no país, mas depois não se preocupam com a prorrogação do visto exigida pela lei<sup>69</sup>:

(...) muitos senegaleses quando chegam aqui também não se preocupam com aquele visto de validade de 3 meses, quando documentos estão a faltar não podem ter aquele cartão de residência. (...) Quando vão sair agora têm problemas. É isso mesmo, eles relaxam. (...) quando vão sair e lhes são cobrados aqueles 10 mil começam a arrepender-se. (...) Há aqueles que não ligam. Dizem que não, que não vão ficar cá muito tempo, outras vezes esquecem-se também.

Ele disse que a associação tem ajudado no sentido de facilitar o processo de legalização, bem como a própria integração dos imigrantes. Porém, quando não têm como comprovar que entraram legalmente no país, é mais difícil entregar o pedido de autorização de residência e o pagamento da multa à saída, no aeroporto é evidente. Muitos deles são devidamente informados pelos seus conterrâneos antes da sua vinda, assim, vêm já preparados:

---

<sup>69</sup> Confirmar a mesma afirmação numa reportagem feita pelos TCV no dia 23 de Maio de 2010: [http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id\\_cod=3264](http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=3264)

**Há pessoas que vêm logo com a ideia de ficar e que trazem o registro criminal?** Todos o que têm residência trouxeram. (...) quando estás no Senegal e ligas a perguntar informações para entrares aqui, eles dão-te toda a informação. Já, vale a pena trazeres a documentação toda, porque se não trouxeres, tens que pedir para fazerem e mandarem, isso já é um atraso. (...)a maioria o traz (dirigente associativo senegalês).

De acordo com este entrevistado, circulam informações entre os imigrantes e os candidatos à imigração, sobre as condições de entrada e de legalização. Esta circulação da informação é enfatizada na teoria do capital social, destacando-se “o papel do capital social estruturado em rede” (Góis, 2006). De facto, analisando a situação desses imigrantes em Cabo Verde, constata-se que, além da circulação das informações entre pessoas da mesma origem, à sua chegada, os recém-chegados recebem apoios dos que já residem e pela associação, seja em termos de alimentação, de informações em relação ao processo de legalização, mas igualmente de acesso ao mercado de trabalho, incluindo, em alguns casos, ajudas monetárias. A título de exemplo, vejamos o que disse o dirigente senegalês para o caso específico de seus conterrâneos:

**Mas as pessoas que se tornam em vendedoras ambulantes, têm que ter o mínimo de dinheiro para comprar algo suficiente para vender?** Isso sempre a associação ajuda. Dá uma entrada. Para pagar depois mas é um fundo perdido. É só para os apoiar. (...) Sempre a comunidade senegalesa ajuda uns aos outros. Não se pode estar integrado se te ajudam apenas financeiramente/(...)Tira-se um dinheiro/um colega vem do Senegal com os produtos, vais nele e adquires uma parte para venderes. (...) faz quatro anos que temos uma sede aqui no Sucupira, perto da SEPAMP (...) e temos um restaurante grande aí. Temos então pratos sociais. Fazes uma comida, porque (...) nós sabemos que há senegaleses aqui que não podem comprar um prato de comida; um prato de comida custa 150\$00, quando eles vêm pagam metade do preço e comem um prato de comida normal.

Informou-nos ainda que os que já cá estão apoiam os recém-chegados em vários aspectos, pelo menos nos dois primeiros meses, até conseguirem alguma forma de subsistência. No segundo ou terceiro mês começam a exigir que contribuam. Isto é, esta

“rede permite explicar as ajudas concedidas pelos que estão aos que chegam, ainda que o conhecimento mútuo seja (muitas vezes) inexistente” (Góis, *op. cit.*). Independentemente de serem familiares ou amigos, o facto de terem a mesma origem nacional, étnica, ou cultural, faz com que se apoiem entre si; o recém-chegado é sempre acolhido e apoiado.

As dificuldades de legalização também se prendem, muitas vezes, com a falta recursos por parte do imigrante. Para sair do país e voltar a entrar poderá faltar dinheiro a quem estiver desempregado. Além de comprar as passagens, terão, nos termos da lei, que pagar uma multa de dez mil escudos (100 euros) se ultrapassar os 90 dias<sup>70</sup>. Entretanto, o dirigente senegalês reconhece o apoio que tem sido dado pela DEF, no sentido de perdoar a multa a alguns cidadãos em situações críticas.

Com os constrangimentos ligados à legalização, aumenta o número de ilegais, havendo, conseqüentemente, uma grande discrepância entre o número de entradas e o número de imigrantes legalmente residentes. As estimativas dizem que há cerca de 15.000/20.000 imigrantes ilegais no país (Cf. Teixeira, 2010 e ICMPD, 2009<sup>71</sup>). Porém, em 2008, segundo dados da DEF, havia apenas 6648 estrangeiros em situação regular, contra 5600 em 2007 (aumento de 8%, sendo que a maioria é da CEDEAO). Os dados do Censo 2010 dão-nos conta de 14.373 estrangeiros residentes. Todavia, segundo o Agente A, os pedidos para autorização de residência registados até ao mês de Maio de 2010 eram de, apenas, 7.320 (cerca de metade dos residentes). Esta evolução crescente do número de imigrantes no país é motivo de algumas reacções, por vezes contraditórias da parte dos nacionais que, até há bem pouco tempo, não sabiam o que era ter estrangeiros entre eles, competindo com os nacionais em vários sectores de actividade económica. Iremos desenvolver esta questão de seguida.

### **Atitudes face à entrada e aumento do número dos imigrantes**

O aumento crescente do número de imigrantes tem estado na agenda das discussões dos cabo-verdianos. Uns defendem o controlo da entrada e legalização dos que estão cá, outros são mais radicais e condenam o país por estar a receber estes cidadãos. Na Boavista, a maior parte dos estrangeiros residentes entra por via marítima,

---

<sup>70</sup> O artigo 83º estabelece que uma multa de 10.000 escudos é aplicada ao estrangeiro que ficar em Cabo Verde além do tempo autorizado, sem que no entanto seja descartada a possibilidade de expulsão. A mesma pena é aplicada ao estrangeiro, que ao sair de Cabo Verde provar ter estado em situação de idêntica irregularidade.

<sup>71</sup> Relatório do Internacional Centre For Police Development – ICMPD (2009)

a forma mais fácil e mais barata de circular entre as ilhas. Não existem dados sobre estes movimentos. Eles entram de acordo com a demanda do mercado de emprego. É a lei da oferta e da procura do trabalho, segundo a qual as pessoas saem de lugares onde o desemprego é elevado para lugares onde há necessidade de mão-de-obra, favorecendo o equilíbrio regional (Cf. Furtado, 2006).

Quanto ao número dos imigrantes, Justina é de Santa Cruz, vendedeira ambulante e residente da Boavista há mais de 13 anos. Vive na Barraca com o companheiro e os filhos. Ela mostra sentir-se ameaçada com esta entrada massiva, por isso, defende que se deve restringir a entrada: “não deviam deixar aquela gente aí tomar conta da nossa terra assim. (...) hoje os cabo-verdianos estão todos prejudicados por causa deles.” Outros defendem que devia haver mais controlo de entrada. Por sua vez, Madalena, uma retalhista de Santiago residente na Barraca há 15 anos, que vive em união de facto com um bissau-guineense, entende que tal como os cabo-verdianos que emigram em busca de uma vida melhor, estes imigrantes merecem também ser legalizados a fim de concretizarem os seus objectivos: “como não conseguem ir para outro lugar vêm para aqui que é mais fácil! (...) e vêm buscar a sua vida melhor também”. Neste caso, Cabo Verde seria, supostamente, uma alternativa à tentativa frustrada de imigração desses cidadãos.

Quem é inegavelmente contra a entrada e fixação destes imigrantes é Albino, um ex-subempreiteiro de Santa Cruz e também residente na Boavista há cerca de 13 anos e trabalhador da construção civil. Ele mostrou claramente que não os quer, inclusive atribui culpa a quem lhes permite a entrada, afirmando: “Isso já, não quero que fique aqui nenhum!”. Para ele, o facto de já não estar a trabalhar como subempreiteiro e estar desempregado deve-se à vinda destes imigrantes. Trata-se da polémica questão ligada à concorrência que alguns entrevistados afirmam que os imigrantes fazem aos cabo-verdianos no mercado de trabalho nacional (principalmente no sector de construção civil). Porém, este é um assunto que deve ser analisado com cuidado, a fim de clarificar se se trata realmente de uma concorrência ou uma complementaridade, tendo em conta que boa parte vem preencher os vazios deixados pelos nacionais que recusam fazer trabalhos considerados precários e de baixo prestígio.

Em síntese, todos estão conscientes deste aumento (rápido) do número dos imigrantes, porém, nota-se uma clara divergência de opiniões em relação à sua presença. Se uns são a favor da legalização dos que já cá estão, outros entendem que

devem ser legalizados, mas devendo haver um maior controle na fronteira; alguns mais radicais defendem que não devem ser permitidas, acrescentando que eles devem ser expulsos, independentemente de serem legais ou ilegais.

Relativamente aos indocumentados, os Agentes entrevistados informaram-nos que as entradas indocumentadas/clandestinas (exceptuando aquelas em pirogas), são difíceis devido aos equipamentos altamente sofisticados disponíveis nas fronteiras aéreas. Assim, pode-se concluir que a ilegalidade deve-se, sobretudo, à caducidade do visto de estadia. Neste caso, o dirigente da associação bissau-guineense na Boavista, acusa alguns imigrantes de descuido, porém, ele apela para a sua legalização, tendo em conta que dão um grande contributo para a sociedade cabo-verdiana. Para ultrapassar os obstáculos da legalização, alguns imigrantes são acusados de se casarem com os nacionais unicamente com a intenção de se legalizarem. Fala-se do “casamento de conveniência”, que iremos ver de seguida.

### **O Matrimónio como estratégia de legalização dos imigrantes**

Segundo Góis (2006), existem dois tipos de casamento: “*serious marriage*” (casamento sério) e “*business marriage*” (casamento por conveniência). Ele aponta o casamento entre primos ou entre familiares mais ou menos distantes como forma de unir os familiares a fim de poderem ter acesso mais rápido aos vistos de entrada num determinado país. Em Cabo Verde temos exemplos dos casamentos verificados entre os nativos do Fogo e da Brava residentes nos EUA com primos ou outros familiares a fim de lhes dar direito de entrarem naquele país no âmbito do reagrupamento familiar.

Os casamentos verificados entre os nacionais e os estrangeiros em Cabo Verde, em alguns casos, são vistos como meros “casamentos de conveniência”, isto é, uma forma de facilitar a legalização dos imigrantes em troca de dinheiro, principalmente. Em relação aos imigrantes provenientes de países da CEDEAO, em primeiro lugar, as uniões e os casamentos verificam-se, quase exclusivamente, entre homens imigrantes e mulheres cabo-verdianas. O contrário é raramente observado. A explicação mais habitual é de que essas mulheres são, na sua maioria, casadas; assim, a sua entrada ocorre no âmbito do reagrupamento familiar. Os que consideram que esta união é apenas por questão de “conveniência” defendem que é uma forma de, por um lado, o imigrante conseguir se legalizar o mais rapidamente possível e, por outro, da parte das cabo-verdianas para conseguir uma vida melhor. Isto é o casamento seria uma forma de

conseguir um determinado estatuto, neste caso o estatuto de legal. Mena é de São Salvador do Mundo, retalhista e residente na Boavista há mais de 10 anos; ela disse que foi contra o namoro da irmã com um bissau-guineense, porque, mais tarde ou mais cedo, o cunhado deverá partir, com certeza, deixando a sua irmã sozinha: “Há muitas mulheres que vivem com eles, de repente eles vão-se embora e nenhuma dá conta, eles vão. (...) Enganou-a que ia e voltava e nunca mais voltou/até já arranjou outro homem”. Alberto, um jovem da Praia e funcionário no aeroporto da ilha da Boavista, que se encontra na Boavista há pouco mais de um ano, também reprova veementemente este relacionamento dizendo o seguinte: “CASAMENTO, eu reprovo a forma como isto às vezes acontece porque é tudo negócio. Só para terem documentos”. Adão, um bissau-guineense, subempreiteiro da construção civil e residente em Cabo Verde há dez anos, casado com uma cabo-verdiana, disse que chegou a ser acusado de “casamento por conveniência.” Mas, ele se defende dizendo que só se casou porque a religião e cultura dele não permitem uma relação conjugal, sem casamento:

(...) pensavam que eu ia casar com ela só /para procurar documento. Mas eles não sabem. Numa Igreja Nazarena, como na cultura da Guiné-Bissau, não podes morar com uma mulher sem estares casado com ela. (...) Cultura da Guiné-Bissau, uma pessoa que vai à Igreja, tem que casar antes de ir morar junto. Agora, como eu cometi adultério, morei junto antes de casar, automaticamente obrigou-me a casar. (...) entenderam como/eu estou à procura de documento, é por isso que me casei. Eu falei não: eu se precisar de documento vejo-o de manhã cedo. (...) Tenho amigos lá, tenho muitas pessoas lá, posso fazer residência, posso tê-la. (...) Agora como eu, eu a minha cultura ou a minha religião não me permite morar com a mulher e não casar, tenho que casar. (...) A partir de então as pessoas passaram a entender bem que de facto valia e//valia a pena casar.

Adão casou-se e hoje diz estar bem com a mulher e filha e afirma que as coisas têm corrido bem e, inclusive, a sogra vive com eles. Aguarda a nacionalidade. O dirigente associativo serra-leonês tem a sua loja no Sucupira e aparenta uma condição de vida razoavelmente boa. Está em Cabo Verde há 10 anos. Ele disse que se recusou a casar só por documento. Que só depois de ter em mãos a sua nacionalidade é que ele resolveu casar com uma cabo-verdiana:

**Tiveste nacionalidade devido ao tempo que já cá estás?** Tive por causa do tempo que já cá estou. Porque perguntaram-me também porque não casava com uma cabo-verdiana para ter nacionalidade. Eu disse-lhes, da minha parte, disse-lhes claro, como te estou a dizer. Disse-lhes que não me caso com uma cabo-verdiana por nacionalidade. Terei nacionalidade pelo tempo que já cá estou. (...) deram-me a minha nacionalidade (...), depois casei com a minha mulher (cabo-verdiana).

A situação deste dirigente é bem diferente do que acontece na realidade porque, ao contrário deste dirigente, a maioria desses cidadãos tem dificuldade em, ao menos, se regularizar, por diversas razões, mormente a falta de requisitos exigidos. Talvez o seu estatuto possa ter ajudado. O que não é o caso da maioria dos outros imigrantes.

Ainda, referindo-se ao casamento/uniões, temos o exemplo de Madalena. Na nossa primeira entrevista estava contente e muito satisfeita porque o marido tratava-a muito bem, como também os seus filhos (enteados deste). Elogiava muito os maridos bissau-guineenses, afirmando que qualquer mulher que vivesse com eles diria a mesma coisa, “que eles mesmos são mais do que cabo-verdianos”, que “os *mandjakus* tratam melhor as mulheres” (...). Ela mostrava-se muito satisfeita, feliz e orgulhosa por ter um bom marido. Tal como Madalena, há informações de que a grande parte das mulheres que vivem ou se casam com esses homens já têm filhos de um relacionamento anterior com cabo-verdianos e depois de uma relação fracassada envolvem-se com os imigrantes. Na verdade, todas as mulheres com quem falamos e que vivem com eles afirmaram ter saído de uma relação com um cabo-verdiano e agora mostram-se mais satisfeitas e felizes. Entretanto, depois de tantos elogios, na última ida ao terreno, Madalena mostrava-se bastante desiludida e decepcionada com o marido. Ela disse ter descoberto que afinal ela e as outras mulheres dos imigrantes são apenas “mulheres de imigração.” Segundo contou, descobriu que o companheiro tido ido para a Guiné-Bissau com outra companheira (bissau-guineense) e que também tem lá outra mulher. Por isso, afirmou, “não posso mesmo aceitar um homem que acha que sou inferior a ele (...)”. Também ela gabava-se do dinheiro que o marido lhe dava a si e aos filhos, porém, na segunda visita, ela reconhece que cobrem apenas as despesas feitas em relação a ele:

Apesar de saber que sempre que ele recebe ele me dá dinheiro. Mas aquele dinheiro comes, bebes, lavo. (...) eu não conto com isso porque eu faço isso 2/3 dias, uma semana, menos, porque ele são 2/3 dias que pára aqui. (...) quando eu soube que ele tinha ido à Guiné-Bissau com outra mulher que ele tem na Praia (...) Ele tem quatro mulheres, incluindo eu. Ele entende que é muito querido. Eu se for para ficar só por fingimento, eu fico. Só para tomar o meu dinheiro do fim do mês (...) os meus 100 mil escudos na minha conta todos os meses. Mas não vale ficares com alguém só por causa do dinheiro.

Um dos entrevistados já tinha falado sobre isso dizendo que o dinheiro que eles dão às mulheres é o mesmo que eles gastam na comida, com roupas lavadas, com os amigos que eles levam à casa. Madalena não escondia a sua raiva. Isso mudou a opinião e atitude dela e dos filhos em relação ao companheiro. Ela disse agora não o quer mais. Porém, afirmou que para tentar conseguir segurá-la ele pediu-a em casamento. Independentemente das opiniões das pessoas, o casamento é uma das vias mais fáceis para a legalização. Segundo dados da Direcção Geral dos Registos, Notariado e Identificação (DGRNI), entre 1977 e 2008, foram atribuídas nacionalidade cabo-verdiana a cerca de 681 pessoas (metade foi por casamento)<sup>72</sup>. Outras formas de se conseguir a legalização no país é através do apoio das instituições, como iremos ver de seguida.

### **O papel das instituições no processo de legalização dos imigrantes**

As instituições públicas, privadas e de solidariedade social em qualquer país de acolhimento dos imigrantes têm um papel fundamental no processo de acolhimento e integração. Cabo Verde não foge à regra. As Igrejas, as Câmaras Municipais e as associações têm estado a desenvolver esforços consideráveis no sentido de ajudá-los no processo de legalização e, conseqüentemente, de integração.

As Igrejas sempre tiveram um papel importante nas questões das migrações. No caso da emigração cabo-verdiana, os padres capuchinhos são considerados os promotores da emigração feminina para a Itália na década de 60 para trabalhar em casa de famílias da classe média-alta (Furtado, 2006). Relativamente às Igrejas cabo-verdianas, além de haver uma sensibilização no sentido de promover uma maior

---

<sup>72</sup> Carvalho, 2009.

interacção entre as duas comunidades, elas têm também desempenhado um papel fundamental no processo de legalização dos imigrantes, no apoio a uma habitação condigna, ao emprego, entre outros. Na Boavista, reconhece-se que estes imigrantes vieram preencher os vazios deixados pelos nacionais. O Pastor Nazareno está muito consciente do papel destes imigrantes nas Igrejas, particularmente, na sua. Ele reconhece o seu contributo e as dificuldades que eles enfrentam. Assim, afirma ter interferido junto da DEF no sentido de ajudar-lhes a conseguirem legalizar-se:

Uns tempos estive na Praia, fui ver os seus processos de residência como estão. (...) Há os meninos mesmo da Igreja, há muitos mesmo, (...) uns que têm que ir para a Guiné-Bissau para entrarem de novo, senão não lhes regularizam a sua situação. (...) Infelizmente têm que ter um corredor, eles não têm nenhum corredor, tenho que ir com um advogado lá da Igreja. Para ir sabendo (...) na Igreja tentamos suavizar todos esses problemas.

Ele considera, tal como o dirigente da associação senegalesa, que o desleixo dos imigrantes é uma das principais vias para a sua situação de clandestinidade.

Eles também se relaxam. (...) isso é um problema de todos os imigrantes. Acabam por entrar num país estrangeiro, acabam por pegar o dinheiro, trabalham e acabam por descontraír. (...). Reuni com eles e disse-lhes, vejam, todos que já deram entrada com o pedido, dêem-me (...) aquele recibo (...) acabam por não te trazer. (...) estou a ver o cerco se fechar, as coisas estão a ficar mais difíceis, então eu agora é que estou a correr atrás deles. (...) aqueles que têm na Praia alguns mandaram-me recibo. Outros mandaram-me buscar nas pessoas que tinham na Praia e, tive/ fui lá, fui ao SMF mas são casos extremamente complicados. Falei com um polícia lá que me disse que a comunidade estrangeira, principalmente guineense tem muitas dificuldades.

Isso acaba por reflectir no acesso ao mercado de trabalho que, ao que consta, tem sido cada vez mais difícil. O Pastor chama a atenção para os que não frequentam a Igreja e que são muitos. Para ele, a Igreja é a melhor via para se conseguir legalizar, devido ao trabalho que fazem próximo da comunidade, mas também porque através da

religião muitos conseguem a sua autorização de residência/permanência, só possível através de “um corredor”, afirma. O mesmo reconhece, ainda, o contributo destes imigrantes na Igreja e na sociedade cabo-verdiana e, por isso, afirma ter feito de tudo para ajudá-los. Ou seja, a presença dos imigrantes é considerada uma grande oportunidade que surge perante a Igreja, no sentido de desenvolver acções que promovam os direitos humanos, nomeadamente a bondade e caridade para com os mais pobres e desprotegidos. E, ao mesmo tempo que os imigrantes são apoiados, eles também retribuem.

A Câmara Municipal também tem feito um grande esforço no sentido de apoiar o processo de regularização desses cidadãos. Seja na Praia, seja na Boavista, a opinião generalizada é de que o contributo das autarquias tem sido importante em vários aspectos, a começar pelo apoio à regularização dos imigrantes. Na Boavista, por exemplo, é frequente ouvir expressões como “o presidente é o nosso pai” ou, então, “se fosse só o presidente ele ia querer que todos estivéssemos bem”. Na Praia, a satisfação dos imigrantes também demonstra o papel que a Câmara Municipal tem tido na promoção da sua legalização e, conseqüentemente, sua integração. O dirigente da associação bissau-guineense na Boavista disse que têm tido apoios da Câmara a nível da legalização, do apoio ao desporto, de (in)formações, porque “a câmara reconheceu o contributo desta imigração e disse claramente que tem que nos ajudar”. Apesar disso, há quem tenha opinião contrária e diga que as instituições têm dificultado a legalização dos imigrantes aqui no país.

As associações de imigrantes também têm trabalhado no apoio à legalização, na ajuda para conseguirem um meio de subsistência, e apelado à filiação na associação e ajudado na sua integração. A associação senegalesa, por exemplo, segundo o seu dirigente, tem feito esforços no sentido de apoiar os imigrantes residentes, seja no processo de legalização seja na integração:

O objectivo da associação é tentar integrar os associados. (...) tentar legalizar também os associados. Nós não podemos trabalhar aqui normalmente sem estarmos legalizados. Isso é o objectivo. (...) são os nossos problemas principais. Legalização e integração.

Em relação aos serra-leoneses, devido aos grandes obstáculos por que passavam, a associação teve que tomar uma atitude aqui frisada pelo dirigente, de forma a contornar a situação e facilitar a vida dos mesmos; em concertação com as entidades do seu país de origem, o presidente é que vai tirar documentos de todos os interessados, sendo as passagens e estadia pagas com o fundo criado. Se o imigrante está filiado na associação é mais fácil ele ver uma solução para o seu problema. Caso contrário, além das dificuldades no processo de legalização e de integração fica sem outros benefícios.

O primeiro passo para a resolução do problema ligado à legalização já foi dado com a abertura da legalização extraordinária dos bissau-guineenses. Inclusive, hoje já têm o seu Consulado, depois de muitas solicitações. Os outros imigrantes discordam que tenham dado abertura ao processo de legalização massiva apenas aos bissau-guineenses. Porém, o segundo Agente A, o facto de a Guiné-Bissau ter uma história comum com Cabo Verde pode justificar este procedimento, contudo, afirma que não vai haver discriminação, mas sim prioridades:

“não vejo Cabo Verde vir abrir uma, uma legalização de estrangeiros ilegais e dizer que é tão-somente para os guineenses. Não o vejo porque se calhar vai abrir uma crise diplomática com o Senegal, o que não convém para Cabo Verde como um estado democrático e para política internacional que Cabo Verde tem feito (...)

Neste caso, resta-nos aguardar o desenrolar dos processos para ver se as outras nacionalidades terão também este privilégio depois de concluídos os processos dos bissau-guineenses. No entanto, o imigrante tem de estar completamente aberto e disponível para poder facilitar o seu processo de legalização. No caso de Cabo Verde, apesar do desleixo desses imigrantes (em relação ao visto de estadia) apontado pelo dirigente senegalês, ele admite também que às vezes eles enfrentam algumas dificuldades em trazer o documento do Senegal:

(...) Sempre faltam também documentos do Senegal (...) as pessoas que vêm aqui e vão logo à Boavista nós avisamos que é mais fácil fazer o visto de validade aqui na Praia (...). Às vezes pedimos que mandem só o documento sem aqueles 300\$00 que a associação se responsabiliza (...).não mandam mesmo. (...) Às

vezes têm dificuldades em conseguir emprego para terem mesmo possibilidade de conseguir todos aqueles documentos. (...)

Júlio tem uma opinião diferente e acusa Cabo Verde de estar a dificultar a vida dos imigrantes. Parece que ele culpa este país e as instituições por ainda não ter conseguido concretizar o seu sonho de atingir a Europa. Ele afirmou que os esforços feitos pelos imigrantes são grandes e o que dificulta a sua legalização são as demoras. Apesar disso, há quem diga ter conseguido entrar e legalizar-se em muito pouco tempo, sem ter que passar por todas essas situações. É o caso do dirigente serra-leonês (numa altura em que haviam poucos imigrantes em Cabo Verde). Ele conta-nos como foi desde a sua chegada ao aeroporto até à altura que conseguiu o seu cartão de residência:

(...) quando cheguei ao aeroporto, cheguei na fronteira\*\*, um balcão, nem um polícia estava, só havia uma polícia. Não perguntavam nada, tomavam o passaporte punham carimbo e depois entregavam o passaporte. Iam num quarto pequeno, tomavam o passaporte iam dar carimbo, vinham entregavam-te e diziam-te obrigado. Passavas. (...) Aqui estava sábi, sábi, sábi<sup>73</sup>. Não sei se é porque estão muitas pessoas agora (...) **A multa de 10 contos quando vieste não havia?** Não havia! Saíam lá na fronteira e diziam, todos, todos os estrangeiros que estão cá para subirem lá em cima para tomarem residência (...) eu vim, cheguei a Cabo Verde, em cinco meses consegui residência (...) 50 escudos, ias pagar fazias uma foto, faziam e davam. **Se disseres aos teus colegas agora eles não acreditam.** Se disser aos meus colegas agora eles ficam com raiva.

Isso foi há cerca de 20 anos. O que acaba por explicar essa facilidade. Nessa altura, o problema da imigração não era tão complexo como tem estado actualmente. Porém, outros que conseguiram legalizar-se depois de 5 anos também disseram não ter tido problemas durante este período.

Uma questão que tem sido muito discutida nos últimos tempos tem a ver com a situação das crianças, filhas de pais ilegais que nasceram aqui em Cabo Verde. Consta que devido ao facto de os pais estarem na condição ilegal, elas não têm direito a um documento de identificação nacional. O dirigente serra-leonês disse que não entende

---

<sup>73</sup> Agradável para se dizer.

porque é que as crianças filhas dos imigrantes, nascidas aqui em Cabo Verde não são atribuídas o passaporte nacional. Ele mostra-se indignado com esta situação, e critica a lei cabo-verdiana dizendo que:

Mesmo antes de chegar altura de ir ao liceu, os meninos aqui, temos muitos filhos de estrangeiros aqui, tu mesmo passas e perguntas, eles dizem que os pais é que os mandaram para a sua terra para ir buscar o seu documento na terra dos pais para dar-lhe autorização. (...)

Para esclarecer o assunto da legalização fomos consultar a lei da nacionalidade cabo-verdiana (Lei nº80/III/90 de 23 de Junho). No artigo 8º, alínea b), a lei estabelece que pode optar pela nacionalidade por opção “o indivíduo nascido em Cabo Verde de pais estrangeiros, se estes residirem habitualmente em território cabo-verdiano há pelo menos 5 anos e nenhum deles aí se encontre ao serviço do respectivo Estado. Portanto, esta alínea contempla todos os imigrantes e, no caso dos cidadãos da CEDEAO têm, também, que cumprir esses requisitos. O que não está claro é se os pais imigrantes devem estar a residir legalmente ou não em Cabo Verde. Estando a residir ilegalmente isso pode querer dizer que não estão incluídos neste grupo. Neste caso, esta Lei não é diferente dos outros países de acolhimento. E como exemplo temos a situação em que muitas crianças e jovens descendentes dos imigrantes cabo-verdianos tiveram com a questão da legalização em Portugal.

### **Considerações finais**

A instabilidade na Africa Ocidental é uma das principais razões da mobilidade nessa região. É cada vez maior o número de estrangeiros em Cabo Verde, um país marcado pela insularidade e reduzidas dimensões.

Em primeiro lugar, importa dizer que há uma certa falta de compreensão/informação sobre o que é livre circulação/mobilidade e imigração na região da CEDEAO (é certo que a primeira tem conduzido à segunda). Daí que os cidadãos comunitários entendem que são livres para entrar, circular e fixar residência em qualquer país da comunidade. As medidas tomadas pelo Governo cabo-verdiano acabam por colidir com as expectativas destes imigrantes que descobrem que, de facto,

“a livre circulação não existe”, situação analisada pelos teóricos do capital humano (cf. Furtado, 2006).

Com os requisitos impostos à entrada e fixação são muitas as dificuldades que enfrentam. No entanto, esses candidatos à imigração tentam a sua sorte, na expectativa de conseguirem ultrapassá-las e concretizar o seu objectivo. Nem sempre o conseguem e muitos acabam por se tornar em imigrantes indocumentados. A opinião dos nacionais sobre esta imigração não é uniforme. Uns entendem que devem ser legalizados, mas, ao mesmo tempo, deve ser controlada a entrada, outros entendem que se deve pautar pela livre circulação e ainda há quem defenda a expulsão de todos (ilegais ou não).

Depois de devidamente instalados no país os estrangeiros tendem a utilizar várias estratégias no sentido de conseguirem a sua regularização. No caso dos cidadãos comunitários, parte dos entrevistados nacionais acusam-nos de “casamento por conveniência”. No entanto, alguns defendem que não se trata nada de uma estratégia mas sim de uma prática religiosa e cultural da sua região de origem. Há quem ainda tenha afirmado recusar se casar só para conseguirem se legalizar. No entanto, por se tratar de um dirigente de uma associação, esse é um privilégio de um número bastante restrito, que a maioria não tem.

Considerando o grande número de ilegais residentes, instituições como as Igrejas e a Câmaras Municipais e a própria associação dos imigrantes têm feitos esforços no sentido de ajudar os imigrantes no seu processo de legalização. As estratégias, apesar de diferentes, têm a mesma finalidade: facilitar a vida e promover a integração desses cidadãos comunitários. Entretanto, isso só é concretizável mediante vontade/interesse próprios dos principais interessados. Algumas vezes são acusados de negligência sendo que isso é considerado um dos principais constrangimentos à sua legalização/integração. Outras vezes isso deve-se aos obstáculos criados nos países de origem, onde as associações têm feito um esforço louvável para contorná-los.

E, finalmente, diríamos que estamos perante uma situação de livre circulação/mobilidade que, com o tempo, se transformou em migração definitiva, com vários desafios, seja para esses imigrantes, seja para a sociedade de acolhimento.

## Bibliografia

1. CABO VERDE. BO I Série, N09, 28 de Fevereiro de 2011.
2. \_\_\_\_Decreto-Legislativo n.º 6/97, de 5 de Maio.
3. \_\_\_\_Decreto-Regulamentar n.º 10/99, de 9 de Agosto.
4. \_\_\_\_Decreto Regulamentar n.º11/99, de 09 de Agosto
5. \_\_\_\_Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, e o Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro.
6. \_\_\_\_Protocolo A/A1/5/79 publicado em 7/06/1982, Lei n.º18/II/82. (B.O. n.º 18,4e Suplemento).
7. \_\_\_\_Resolução n.º151/V/99.
8. \_\_\_\_Resolução n.º 151/V/99, de 28 de Dezembro.
9. CARVALHO, F. *Migração em Cabo Verde. Perfil Nacional 2009*. Co-financiada pela União Europeia. Ed. Organização Internacional para as Migrações, 2009.
10. DIRECÇÃO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (DEF). Estatísticas da População Estrangeira com autorização de residência em Cabo Verde. Praia, 2010
11. FURTADO, C. *A emigração em cabo verde de 1974 a 2000: O caso de São Miguel: a emigração o retorno e o desenvolvimento concelhio*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, não publicada) – Lisboa, FLUL, 2006.
12. GÓIS, P. *A emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterão*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. FEUC, Coimbra. 2002. Publicado pelo ACIME em 2006.
13. JODELET, D. (org.). *As representações sociais*; tradução, Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
14. RAPOSO, P.; TOGNI, P C. *Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiros e portugueses: género e imigração* (Estudos OI; 38). ACIDI, Lisboa, Dezembro de 2009.

### Outras fontes consultadas:

- Instituto Nacional de Estatística: [www.ine.cv](http://www.ine.cv)
- Polícia Nacional: <http://www.policianacional.cv>
- Televisão de Cabo Verde: [www.tcv.cv](http://www.tcv.cv)

## **PARTE II**

---



In the search for new paths in culturally sensitive practices, we could take inspiration from Janus, the Roman God of beginnings and transitions who is usually depicted with two heads that allow him to look simultaneously towards the future and back into the past. With two heads facing opposite directions, Janus, the God of transitions, of doors and gateways would thus serve as a constant reminder that when we take one path there is at least one other path that we could have chosen to take instead. By situating himself at the threshold, simultaneously facing both paths, Janus reminds us to look in opposite directions and to keep all gates open. This is the stance that I shall attempt to adopt by looking in towards culture whilst simultaneously looking out away from culture in my analysis of Cape Verdean experiences of maternal and paediatric health in Portugal. The fieldwork was conducted in hospital and health centre settings in the northern town of Porto, over a two year period (2008-10) accompanying around fifteen young student mothers during their medical appointments who were enrolled in vocational training schools and in a private university in Porto.

Let us begin by taking the path that takes us deeper into culture. When, for example, doctors and nurses refer to the developmental speech delays of Cape Verdean infants, recommending that mothers talk more to their toddlers, a more culturally sensitive approach may be to recognize that proximal contact is far more valued in many African cultures than distal contact. To carry baby on the back whilst doing chores in the house constitutes a culturally embodied practice whilst recommending a mother to make time at the week-end to talk more to her baby, may not. This is not to argue that all Cape Verdeans carry their babies on their backs or that none of them talk much to their babies. As Vin Binsbergen (2003:476) points out, behind the illusion of cultural systematics, we find ‘multiple cultural orientations that criss-cross each other simultaneously’. Some mothers choose not to speak in Portuguese to their babies to facilitate their integration into playgroups or childminding schemes. Others speak in Creole to their babies, who are cared for, while mothers work or study, by Portuguese speaking nannies and nurseries. These babies are thus brought up bilingually and, to return to the issue of child development, bilingual children do not reach the

developmental milestones at the same times expected for monolingual children (De Houwer 2009). And we can go further along this path by questioning these expectations in the light of Gottlieb's observations regarding how "a small minority in the world's youth population" – Euro-American and European infants – set the "norm" against which all other infants are measured in child development discourses (2004:234). Although it may be asking too much, in the search for new paths in culturally sensitive practice, for health professionals to question developmental norms, there is still room for the ways in which these norms are applied to be open to cultural variation. The following vignette offers an example of this. Concerned that a Cape Verdean baby was underweight, a paediatrician was enquiring into the baby's diet:

"What do you give him for breakfast?"

"Soup."

"Soup!" exclaimed the doctor in a tone of surprise. "That is not what I told you to give him in the morning. I told you to give him milk".

"Do you eat soup in the morning?" she asked in the form of a rhetorical question expecting her to say "no".

"Yes, I do".

"Oh, right. Well then, give him soup in the morning. What do you put in the soup?"

The questioning continued so that the doctor could get an idea of the baby's daily diet and she finally concluded that the milk intake needed to be increased and asked the mother if she minded substituting the soup with milk for breakfast. The paediatrician explained that the issue was not about him having soup in the morning, it was rather about him not getting enough milk. This displayed an awareness of the danger of two separate issues becoming conflated: soup for breakfast, instead of insufficient milk take could easily be interpreted as the cause of the baby's underweight condition. By the next appointment, baby had put on more weight and the doctor congratulated mother, commenting on how beautiful the baby was looking. This particular example illustrates how doctors may exercise 'cultural competency', avoiding the slippery slope of 'cultural explanation' whereby 'cultural' attitudes and practices become obstacles to overcome. When this occurs, there is a danger of slippage into forms of 'cultural

racism' and of limited outlooks. I have discussed elsewhere (Challinor, 2012a) a doctor's incomprehension of a Cape Verdean woman's refusal to be administered with a contraceptive arm plant, asking me whether the problem was 'cultural or what?'

In her work on health care for infibulated Somali women in Norway, Johansen (2006:530) argues that the efforts of health workers to be culturally sensitive lead to an 'over interpretation of culture' in which the women were seen as 'products of their culture' instead of as individuals who did not necessarily share the same views, concerns and practices. Respect for cultural practices, may in such cases lead to failures in communication. In the context of Cape Verdean culture, for example, some Cape Verdean mothers keep the umbilical cord to boil in water and give the liquid to their babies when they have a serious illness whilst others are repulsed by this practice. Rather than speak of a cultural practice it may therefore be more helpful here to adopt the term suggested by van Binsbergen (2003), by talking of 'cultural orientations' instead.

When culture becomes exotised, biologised (my computer automatically underlines these words in red) and crystallised into meta-narratives that account for everything, then it is time to turn on our heels and walk back in the opposite direction, away from cultural explanations, to try and understand what else is going on. I have examined in detail (Challinor, 2012a) the tendency of health professionals to comment, during appointments, upon the 'weird' names of Cape Verdean mothers and those they choose for their babies. This too takes us down the cultural explanation path, but this time, the focus is on the dominant Portuguese culture from which the health professionals are unable to distance themselves, in which traditional names are highly valued (Pina Cabral with Lourenço 1994). The paediatrician, who took the time to tell the mother that the issue was not about soup for breakfast, displayed the ability to set aside her own reference system.

One of the problems about actively promoting 'cultural competency' is that once the concept of 'culture' has been appropriated it is 'no longer controllable from its original base in science' (Van Binsbergen 2003:479). Too close a focus on 'culture' may produce hollow stereotypes where an individual's 'culture' or supposed lack of 'culture' (remember we have lost control over the concept) is made to blame for undesired outcomes or to account for certain practices.

In her analysis of when doctors in France withhold patient information, Fainzang (2010:106) found that they were far more likely to do so with patients who came from lower social backgrounds; they were more willing to discuss diagnoses and treatments with patients who had, what doctors referred to as, a 'sufficient cultural level'. Promoting culturally sensitive practices may thus not always be about 'culture' but also about social class. In the discussions that followed a conference I gave recently to an audience that included nurses, in which I discussed a case of the withholding of medical information, I was told by one participant that if my research had been carried out amongst Portuguese working class women, my findings regarding their experiences would have been similar to the case I had presented.

Fainzang (2010:110) goes on to conclude that 'inequalities of access to medical information do not result just from the insufficiency of the tools that society gives certain patients to allow them to understand it, but also from the fact that, a priori, information is withheld from patients belonging to certain social milieus'. 'Health literacy' is one of the tools that are often referred to, in connection with the promotion of 'cultural competency' that will help patients to understand medical information. Yet, as Ingleby (2010) has pointed out, the concept of 'health literacy' is also problematic due to its implicit labelling of patients as illiterate and incompetent which takes us back down the cultural explanation path. Let's go for a walk inside a hospital instead.

The waiting room of the hospital where I accompanied around ten women to pre-natal checkups in Porto was often crowded with pregnant women, some sitting on their own, others accompanied by a partner, a relative or a friend; all waiting to hear their names called out over and above the hustle and bustle surrounding them. On busy days, long delays were frequent. Several Cape Verdeans mothers told me they no longer bothered to arrive on time for their appointments because they claimed it made no difference. When a woman's name was finally called out - presuming she was able to make sense of the muffled sound that came out of the loudspeaker and decipher, not only her own name, but also the room number to which she had been summoned—the woman would get up and walk into a long corridor, lined with doors out of which nurses and doctors constantly came in and out, in search of the right door to walk through. I have stood, on several occasions, with Cape Verdean mothers in the middle of the corridor, sometimes fruitlessly asking a busy health professional walking by, which room we should go into. On one occasion I understood room 3 but the mother

understood room 10 (três, dez) so we went to room ten to find a man sitting at a desk, taking off his overall. He looked up at us and without saying a word, shook his head. A few minutes later he walked by in the corridor where we were still lost, but appeared not to notice or care. I eventually discovered that when women were called to “the end of the corridor” this actually required walking through swing doors at the end of the corridor and turning right.

Tiredness, hunger and disorientation expressed itself in the body language of the women I accompanied, revealing hapless resignation to a disorientating system. None of this was due to ‘cultural difference’ or to lack of ‘health literacy’. Now, let’s listen into a health appointment where a doctor asks a Cape Verdean mother if she has any ‘gynaecological problems’ to which the mother replies that she does not. I then accompany the same mother to a chemist where she is denied the medication she requests because she doesn’t have a prescription. I ask her why she didn’t tell the doctor that she had a ‘gynaecological problem’ and she replies that she had not understood the question. Is this lack of ‘health literacy’? I would argue that it is not. Lack of health literacy may be to have ignored the symptoms but this mother attempted to treat them by requesting medication at the chemist. We could also listen in to various paediatric appointments in which the mothers have requested medical attention for themselves and have been told by general practitioners that today is ‘baby day’ and not a day for attending mothers or, by paediatricians, that the doctor is a baby’s doctor and not a doctor for mothers. In most of these cases, it may be more helpful to talk about the promotion of ‘health systems literacy’ (Challinor, 2012b) which takes the focus away from the embodied cultural practices and beliefs of the patient to look at the system: the institutional or organizational obstacles and barriers, the linguistic codes and professional formalities that prevent subjects from exercising their medical citizenship to the full. Promoting culturally sensitive practices is thus not just about ‘culture’ and about social class; it is also about institutional and organizational responsiveness to patients’ needs.

The institutional separation of mother’s from baby’s health, common in many health centres, was not practised in one particular health centre, in which, after the end of the baby’s consultation with the general practitioner, the doctor then asked ‘And what can we do for the mother?’ Compare this to another health centre, in which a rigid separation was zealously practised, even though it was the same doctor who attended

both mother and baby, but in different rooms and on different days. For student mothers from the professional training schools, the consequences of this separation went beyond the inconvenience caused of having to come to the health centre twice: for every medical appointment that entailed missing class, financial deductions were automatically made in the modest grants they were entitled to.

The hospital with the long corridor introduced a digital numbering system which helped to reduce the confusion caused when names and door numbers were not recognized over the loud speaker; whether the system created new kinds of problems remains to be seen. The importance of understanding the system is evident in the following case of a first come, first served policy, in a health centre for one-off medical appointments with whichever doctor is on duty (*consultas de recurso*). Patients who do not have their own family doctor which included a Cape Verdean mother I accompanied, have no choice but to use these appointments. The incidents described are reconstructed on the basis of my field notes.

I arrive at midday and ask a porter sitting at a desk what time can I expect to have a *recurso* appointment. He does not know, I have to go into the corridor where people are waiting and ask how many people there are in front of me, but he thinks there are nine. He explains that I have to wait and cannot leave my name and go. I say that I am here for someone else and he replies as long as I stay there is no problem. I ask if he hands out tokens. He says yes, he does, but only at 1pm. Is this when the appointments begin? No, they begin from 2pm onwards. I walk into the corridor and apart from five or six people, waiting on chairs lined up against the wall, do not see anybody to ask and so sit down in silence on one of the chairs, next to an old man who is reading a book. After a while, a man arrives and before sitting, announces in a loud voice: “Excuse me. Who is the last person for *recurso*?” A woman puts her hand up in the air. Another woman replies, “So, you sir, are number nine” and he sits down. After a few minutes, another man arrives and asks the same question and the penultimate arrival lifts up his hand. Only then do I understand the meaning of the porter’s words and realize that I have been left out of the calculations. So I address the people present “I have been here for a while and am also here for *recurso*”. The woman who administered the numbers replies: “You were talking to the porter for a long time. In that case you are number nine”. She turns to the first man who came in and says “You are number ten” and, looking at the last man who arrived tells him he is now number eleven”. I thank her and

sit down again. Within a minute, another lady arrives, asking who is the last person for *recurso* and man number eleven lifts up his hand. She sits down and counting the people present declares out loud: “So I am number eight”. A woman retorts “No, there are more people”. “There are eleven” informs the woman who appears to have taken charge. The newcomer sits down next to me and gets out her knitting.

It is evident from this description that patients who come for the first time for these appointments may not be aware of how the system works. Note the kind of spontaneous mediation that takes place as one of the patients assumes a leadership role. As shall become manifest below, a number of patients assumed that they were already waiting to be seen by the doctor that morning, but when the porter arrives, they discover that they were simply waiting to receive tokens for appointments in the afternoon.

It is now 1pm. The porter comes to give out the tokens, calling out the numbers and the people indicate who is who. He tells everyone to leave for lunch and to be back for 1.25pm. One of the women exclaims “Go for lunch! My husband is waiting at home for me to have lunch.” She adds in an indignant tone: “People who have their own family doctors it is not fair. They shouldn’t come to these appointments”. The porter replies that the family doctors also have lots of patients”. “You are lucky”, he adds “because I still have some tokens left. He has a maximum of fifteen for the doctor. Sometimes, he has to send six or seven people away when he runs out of tokens. ‘It is not me who makes the rules; it is the government, those in power who should be...’ The woman who complained that her husband was waiting at home for lunch interrupted him “Them? Do you think they know what the health centres are like?” The old man who had been sitting next to me, quietly reading his book the whole time, is now on his mobile phone saying “I have been here since 11.15 and only now have I been given a token and I still have to wait until 1.30.

The impersonality of a first come, first served system which advocates universal equality at the expense of equity (which is a form of addressing difference to achieve equality) appears to weigh on the porter’s conscience; however, the system does not allow him to identify individuals with special needs and he is the one who has to deal with the patients’ complaints even though the porter is not responsible for how the system works. Those who are responsible, those in power, who, as one patient notes, do not have to subject themselves to these conditions are portrayed as privileged, distant, impersonal figures, which also evokes issues of social class.

Three hours later, still waiting for the appointment with the Cape Verdean mother who since arrived, I discover, whilst talking to the porter that he doesn't give priority to anybody: "If I give priority to somebody with diabetes then I also have to give priority to people with heart conditions. He said the other day he felt sorry for a woman who was at the end of her pregnancy and allowed her to jump the queue. The doctor reprimanded him saying "Pregnancy is not an illness". 'So there is no point because I am the one who gets into trouble'.

While we sat waiting, I had noted that there was a small, black and white barely visible notice, posted on a board in the corridor entrance, squeezed amidst larger colourful posters about domestic violence and other issues, which read (my translation):

*Recurso* Appointments at 14 hrs

At 1pm the serial numbers are distributed

At 1.30pm registration takes place.

The notice is barely visible and it takes more than seeing and reading this notice to understand how the system works. This is evident in the reactions of the patients, surprised and annoyed at having to wait for so long when they are told to go for a quick lunch. The spontaneous mediation that occurs, in order to respect the order of arrival, elucidates the impersonality of a system which offers no means of establishing priorities in accordance with potentially different degrees of need.

My description of the workings of this first come first served system elucidates the importance of looking beyond cultural explanation to understand how immigrants relate to health services. The idea that it is only immigrants who fail to grasp the workings of the health system is further challenged in the case of a Cape Verdean couple, Graziela and João, who used their 'health systems literacy' to direct Portuguese patients in a health centre who had also failed to see a notice. João's comment that all that was needed was a bit of creativity to overcome this communication problem, takes us down a slightly different path in which 'culture' is implicitly celebrated as the product of economic hardship. In Cape Verde, he told me, children had to make their own toys and were thus more creative whereas in Portugal everything was bought or given, so they don't develop so much creativity. (see Challinor, 2012b for a full

description). The focus here is not on culture embodied in the individual but rather on culture as a product of wider socio-economic forces.

Cultural competency models that focus on ‘cultural difference’ may obscure structural power imbalances and fail to recognize that biomedicine is a cultural system itself. (Carpenter-Song et al 2007:1363). To view biomedicine as a cultural system adds weight to the notion that patients need to develop ‘health systems literacy’, rather than just ‘health literacy’. One mother told me that in Cape Verde ‘the girls don’t start going for appointments until they are five months pregnant, but it is different here’. Keeping women in, rather than out of, public maternal health services may depend on their level of ‘health systems literacy’. The first time the mother who gave soup for breakfast to her son sought a doctor, she was five months pregnant and it was thanks to a Cape Verdean friend, also a young mother, who suggested that she go. When I asked why she had not gone to see a doctor beforehand, she said it was because she didn’t know anybody, didn’t know the place and didn’t know what she had to do.

After the consultation regarding the feeding habits of her son, the mother commented to me that the doctor’s many questions made her feel jumpy. Her experience contrasts with that of another mother’s reaction who, upon having her first consultation with a new doctor, exclaimed to me afterwards: ‘Now that is what I call a doctor, she asks questions, she wants to know things. I liked her’. The difference in the two reactions lies in their divergent interpretations of the doctor’s intentions. One mother felt threatened and disempowered by the questioning, whereas the other mother felt reassured and empowered by the doctor taking an active interest in her. The differences between these experiences cannot be accounted for in terms of cultural sensitivity through direct observation of the medical appointments; we have seen how careful the doctor was to explain that the issue was not soup for breakfast. It can only be accounted for by taking a wider perspective upon the structural power imbalances of the doctor-patient relationship. After the ‘soup for breakfast’ appointment, the mother told me that one has to be careful with what one says because the nanny had warned her that if they think you are not taking proper care of the baby, they will remove the child from your care. So when the doctor started asking lots of questions she felt it was safer to say as little as possible.

In the work of Moro and her colleagues (2008) with migrant women in France, open meetings are held between mothers and any health professionals in the hospital

interested in participating, with the explicit objective of breaking down power hierarchies, considering any subject worthy of discussion. Although cultural diversity is an important factor in these meetings, the doctors and nurses also share their own personal experiences in an attempt to create an environment that suspends the unequal power relations that traditionally characterize the rapport between doctor and patient (Moro et al 2008:139). Is this a utopia for the Portuguese context which is generally characterized by the unconditional surrender of the patient into the hands of the doctor? Not necessarily. The shift, proposed here, from cultural explanation to intercultural dialogue is also about bridging the gap between ‘lay’ and ‘biomedical’ cultures. If we were to treat the cultural system of biomedicine in Portugal in the same way anthropology now looks at culture; if we were to take inspiration from the way the ancient God Janus looks simultaneously in opposite directions then we would avoid deterministic analyses in which health professionals are seen as products of a biomedical cultural system instead of as individuals who also vary in their understandings and concerns with whom dialogue is also possible. And, if the search for new paths in culturally sensitive practices were backed by the political will to provide the necessary institutional and organizational adjustments and support, then the conditions might be more favourable for enhancing the quality and efficacy of patient access and engagement – be they immigrants or not - with public health services.

## Bibliography

1. CARPENTER-SONG, E. A., Nordquest Schwallie, M. and Longhofer, J. (2007). "Cultural Competence Reexamined: Critique and Directions for the Future". *Psychiatric Services*, 58, 10, 1362-1365.
2. DE HOUWER, A. (2009). *An introduction to bilingual development*. Bristol: Multilingual Matters.
3. CHALLINOR, E. (2012a). "(Ir)responsible Mothers? Cape Verdean Students in the Portuguese Social Care Sector". *International Journal of Migration, Health and Social Care*, Vol. 8 (1), pp. 12 – 21.
4. CHALLINOR, E. (2012b). "Cidadania Médica, Culturas e Poder nos Cuidados Perinatais e Pediátricos de Imigrantes", *Saúde e Sociedade*, Vol. 21 (1), pp. 76-88.
5. FAINZANG, S. (2010). "Patient Information Between Public Space and Anthropology: Ethnography's Contribution to the Debate". *Etnográfica*, 14. 1. 97-114.
6. GOTTLIEB, A. (2004). *The Afterlife is where we Come From: the Culture of Infancy in West Africa*. Chicago: University of Chicago Press.
7. INGLEBY, D. (2010). "Health, Morality and Migrants." Paper presented at the Conference "Who Cares? Reassessing Risk, Vulnerability and the Social Care Sector", ISCTE; Lisboa 22-24 September 2010.
8. JOHANSEN, R. E. B. (2006). "Care for Infibulated Women Giving Birth in Norway: An Anthropological Analysis of Health Workers' Management of a Medically and Culturally Unfamiliar Issue". *Medical Anthropology Quarterly*, 20. 4.516-544.
9. MORO, M; R, NEUMAN, D; RÉAL, I. (2008). *Maternité en Exil: Mettre des Bébé au Monde et les Faire Grandir en Situation Transculturelle.*, França: Éditions la Pensée Sauvage.
10. PINA CABRAL, J. WITH LOURENÇO, N. (1994). "Personal Identity and Ethnic Ambiguity: Naming Practices Among the Eurasians of Macão". *Social Anthropology*, 2. 2. 115-132.
11. VAN BINSBERGEN, W. (2003). *Intercultural Encounters: African and Anthropological Lessons Towards a Philosophy of Interculturality*. Munster, Lit Verlag.

### **Introduction**

The Cape Verdean community in the Netherlands is the third largest of the diaspora. The first Dutch-Cape Verdean immigrants settled in Rotterdam in the 1950s. Like their fellow countrymen who migrated to the US a century earlier, they were seamen employed in the merchant navy who found jobs ashore in Rotterdam. Reflecting a classic example of chain migration, they sponsored the trips of many other newcomers, including family members, friends and acquaintances. Today, there are over 21.000 Cape Verdeans living in the Netherlands (CBS, 2012).

Dutch-Cape Verdeans have been known for many years as “silent migrants”, a label that reflects the host society perception of these immigrants as hardworking, cooperative and quiet-natured (De Freitas, 2008). This image appears to be changing, however. On the one hand, that seems to result from the community’s increasing receptiveness to Dutch society. On the other hand, it may be a consequence of social problems identified with the second generation, which brought the community to the public eye.

This shifting image attests the ongoing diversification of the Dutch segment of the Cape Verdean diaspora. In this paper, we provide a sketch of the socio-demographic profile of Cape Verdean migrants in the Netherlands and look into their ascribed identity, recognition and integration in the host country. As we will argue, Dutch-Cape Verdeans are becoming a multifaceted community whose capacity to express their views and claim their rights is rising. Dutch-Cape Verdeans also face some challenges, however, that need to be addressed.

### **Migration to the Netherlands: the making of a community**

Cape Verdean’s migration to the Netherlands may be described along three phases whose contours have been largely determined by shifts in the immigration policy of the host country and political changes in their homeland. The following provides an account of the main developments taking place in each of those phases and how they shaped the course of migration.

*First phase: from the 1950s to 1975*

Cape Verdean migration to the Netherlands was initiated mostly by young men from the *Barlavento* (Windward) islands, who were trying either to escape the hardships caused by long drought periods or to avoid compulsory military service imposed by the Portuguese colonial rule. Some also left in search of adventure. Attracted by the good labour conditions offered by the Dutch merchant navy they began to move to Rotterdam in the early 1950s (Gemeentearchief Rotterdam, 2002). The first settlers were particularly impressed by the prosperity of the country – the abundance of water, food and work was especially striking when compared to scarcity back home. When word spread that the Netherlands was a virtual ‘paradise’, more men began to seek jobs aboard Dutch ships (Pires, 2006). Hiring Cape Verdeans was also advantageous for Dutch companies for they were hard workers and could be paid lower salaries than seamen from other countries. The post-war boom of the European shipping industry and the massive growth of Rotterdam harbour in the early 1960s served to consolidate the pace of arrival of newcomers: between 1958 and the late 1960s the number of Cape Verdean seamen increased from 20 to 700 (Gemeentearchief Rotterdam, 2002). Equally fast growing was the number of Cape Verdean *pensões* (guest houses), which reached approximately 20 in the 1960s (Choenni, 2004). These *pensões* were essential for the settlement of Cape Verdeans in Rotterdam. There, newcomers found friendship, tips for work, and financial support during hard times. Another emblematic meeting point was the Heemraadsplein, also known as Pracinha d’Quêbrod<sup>74</sup>, where Cape Verdeans gathered to socialise and to go find new jobs. The camaraderie and solidarity expressed during this initial period were key to the formation of the community. Many Cape Verdeans preserve those traits up and until the present day, offering shelter and food to those in need. The second generation, however, has been said to value this benevolent attitude somewhat less. In the opinion of some of the elders, that is linked to a greater sense of individualism (inspired by Dutch culture) and a lower sense of commitment toward the people from the islands, where many of the Cape Verdeans born in the Netherlands have never been.

---

<sup>74</sup> Pracinha d’Quêbrod means literally ‘square of the broke’. In 2001, the municipality of Rotterdam acknowledged the name of the square in both Dutch and Kriolu.

In the early 1970s Dutch immigration policy began to tighten. The lenient regulations of the previous decade were replaced by tighter measures of control and immigrants were requested to obtain a temporary stay permit (MVV) at the country of origin before departure. In addition, the 1973 oil crisis and the ensuing stock market crash led to a world-wide recession which affected the shipping industry in a highly negative way. Recruitment of seamen was curtailed and for Cape Verdeans, immigration to the Netherlands became increasingly more difficult. The independence of Cape Verde from Portugal in 1975 also made Cape Verdeans' entry into Europe more complicated (Carling, 2008a).

*Second phase: from independence to the early 1990s*

The second wave of Cape Verdean migration to the Netherlands began after 1975. Unable to find a place within the new sovereign regime, a different contingent of migrants composed mostly of former military staff, civil servants and school teachers left for the Netherlands. Many of them married Dutch citizens acquiring the right to permanent stay in the country (Gemeentearchief Rotterdam, 2002).

This period was also marked by the start of family reunification. In 1976, undocumented Cape Verdeans residing in the Netherlands received a 'general pardon' and almost 600 were legalised (Da Graça, 1999). In addition, seamen working on Dutch ships for over seven years were given the opportunity to acquire Dutch nationality. Many grasped this opportunity and started bringing their families to Rotterdam. Others, for whom the Portuguese colonial administrators had denied passports at the time of departure from the islands, remained undocumented until the 2000s<sup>75</sup>.

The 1970s saw the start of yet two new Cape Verdean migration flows to the Netherlands. One was composed of Cape Verdeans from Santiago who had been recruited to work in Portugal in the 1960s. When word got out that better working conditions were to be found in the Netherlands, many migrated there to pursue better lives (Pires, 2006). The other flow included almost exclusively Cape Verdean women who had been employed in Italy as domestic workers (Andall, 1999). Upon arrival, they

---

<sup>75</sup> In the period before independence many Cape Verdean men were able to board ships without travelling documents with the connivance of ship captains. Some of them succeed to have passports issued at the Portuguese consulates in Senegal or Greece. Others reached Europe without papers (Pires, 2006). In 2005, given the relatively high number of undocumented seamen in Rotterdam, Project Apoio at Basisberaad Rijnmond launched a programme specifically designed to assist them in acquiring a legal status.

were able to count on the solidarity of their compatriots to get settled. These two flows, combined with the reunification of families that ensued, served to diversify the population of Cape Verdean residents in Rotterdam, both by increasing the number of islands of origin of the residents and by shifting the gender ratio toward a greater prevalence of women.

*Third phase: from 1991 till the present*

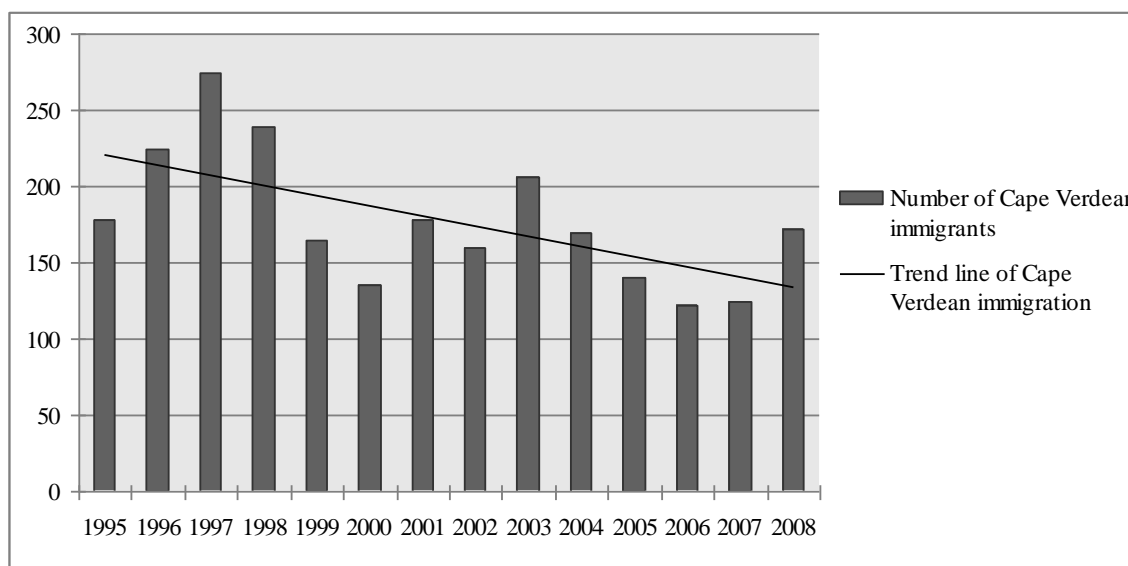
The first multi-party elections held in Cape Verde in 1991 marked the beginning of the third phase of Cape Verdean migration to the Netherlands. Amongst the migrants arriving directly from the islands were, primarily, educated young people seeking to further pursue their studies abroad. Cape Verdean women based in Italy and Portugal continue to arrive. But, in the early 1990s, immigration policy in the Netherlands suffered another restrictive turn: entering the country through family reunification became more difficult and undocumented migrants found it increasingly harder to find employment and to acquire residence permits after a period of illegality. As a result, marriage became one of the main ways of entry into the Netherlands. Similarly to what happened in the US after stringent immigration laws were enforced in the 1920s (Meintel, 1984), many of those unions were 'fixed marriages'. Although some Cape Verdeans married friends and relatives, others had to pay substantial sums for bogus marriages. Aware of this unorthodox 'channel of entry' the Dutch government issued a law in 1994 determining income thresholds for sponsors soliciting family reunification and family formation (Holmes-Wijnker, 1994 *et al.*, 2004). In addition, marriages to non-Western migrants were kept under surveillance by immigration officials.

As pointed out by Carling (2008a), it is important to note that fixed marriages are not a clear-cut phenomenon. Although acquiring a residence permit may have been the main reason behind such marriages, many Cape Verdean women developed a relationship and bore children with their Dutch partners. But fixed marriages could also place people in perilous positions: stories about difficult or even abusive 'bogus partners' became common, both from the side of the newcomer and from the side of the host. There are also instances of Dutch-Cape Verdeans who fall in love during a visit to the islands only to realise later that their spouse intended all along to abandon the marriage once he or she acquired a permanent residence permit, which are only issued after three years have passed.

Restrictions on family formation continue to increase in the 2000s. Between 1993 and 2006, the minimum income required from family formation sponsors almost doubled (Carling, 2008b)<sup>76</sup>. Since 2002, if an application to marry a Cape Verdean is to be made, it must be filed from Cape Verde itself. In 2006, the Civic Integration Abroad Act was introduced stating that all non-EU migrants must have knowledge of the Dutch language and society prior to being admitted into the Netherlands. These measures make it particularly difficult for people who have a low education and scarce financial means to migrate.

In the last decade, the pace of Cape Verdean immigration to the Netherlands has been gradually slowing down (see Graph 1)<sup>77</sup>. The immigration policy shifts just described may be on the basis of that decline.

**Graph 1** Immigration of Cape Verdeans to the Netherlands, 1996-2008



### Socio-demographic profile

In 2009, there were 20.669 Cape Verdeans in the Netherlands. Almost half of them (44%) are second generation migrants (see Table 1). This is indicative of both a

<sup>76</sup> In 1993, Dutch citizens or permanent residents in the Netherlands who wished to sponsor the entry of a non-Western migrant through marriage were required to have a net monthly income of 1.260 guilders, i.e. €572. In 2006, the corresponding amount had been raised up to €1.441. Adjusting for inflation, that constitutes an increase of 93% (Carling, 2008b).

<sup>77</sup> The trend line of Cape Verdean immigration to the Netherlands displayed in the graph was calculated using linear regression analysis.

long cycle of migration of over six decades and, as we noted earlier, a decrease in the pace of new arrivals.

**Table 1** Cape Verdean immigrants by generation and gender, 2008

	Women	Men	Total	%
First generation	6 012	5 438	11 450	56
Second generation	4 473	4 441	8 914	44
Total	10 485	9 879	20 364	100

Source: CBS Statline (2008)

Most Cape Verdeans immigrants in the Netherlands have Dutch nationality (80% in 1996 (Bol, 1998) and many others, particularly the seaman, hold Portuguese passports. This makes it difficult to know if statistics in the Netherlands<sup>78</sup> are able to account fully for all those of Cape Verdean origin living in the country. In addition, according to the last estimates available, about 2000 undocumented Cape Verdeans were residing in the Netherlands in 2000 (Stichting Avanço, 2000).

#### *Geographic distribution*

The majority of Cape Verdeans live in the Rotterdam metropolitan area, where the pioneer migrants first settled (see Table 2). The city of Rotterdam hosts three quarters of the overall Cape Verdean population, most of whom live in the Delfshaven borough (43%). In Delfshaven, one in each ten inhabitants is a Cape Verdean (ISEO/COS, 2003) and it is not uncommon to hear the Kriolu language when walking on the streets. Boroughs such as Feijenoord, Noord and Kralingen-Crooswijk are also home to a fair number of Cape Verdeans. In the past years, there has been a tendency for Cape Verdeans to move from Rotterdam to the suburbs (i.e. Schiedam and Capelle a/d IJssel). This may be explained by problems related to increasing rates of unemployment and social problems in the neighbourhoods where Cape Verdeans originally settled.

<sup>78</sup> The Dutch Central Bureau of Statistics (CBS) defines immigrants as people who were born outside the Netherlands (first generation immigrants) or who have at least one parent born in another country (second generation immigrants). The designation 'allochthonous' is generally employed to refer to immigrants, irrespective of their generation. The term 'autochthonous' is used to refer to the native Dutch.

Only 15% of Cape Verdeans reside in cities outside the Rotterdam metropolitan area. Several hundreds live in Amsterdam and in Zaanstad and somewhat smaller communities live in The Hague and in the coastal town Delfzijl.

**Table 2** Distribution of Cape Verdeans residents by selected municipalities, 2003

	Municipality	Residents	Proportion of total population*
Rotterdam Metropolitan Area	Rotterdam	14 983	76%
	Schiedam	795	4%
	Capelle a/d IJssel	341	2%
Partial total		16 119	82%
Other cities in the Netherlands	Amsterdam	552	3%
	Zaanstad	509	3%
	The Hague	271	1%
	Delfzijl	230	1%
	Other	1 985	10%
Partial total		3 547	18%
Total		19 666	100%

Source: ISEO/COS, 2003

\* Proportion of Cape Verdean residents per municipality calculated in relation to the total Cape Verdean population in the Netherlands in 2003.

### *Age, gender and family*

Given the relatively small size of the Cape Verdean community (when compared with other migrant groups in the Netherlands)<sup>79</sup> and its concentration in Rotterdam, most studies and data available on Cape Verdeans immigrants focus only on the residents of the region of Rotterdam. The socio-demographic data provided next are exclusively concerned with the share of Cape Verdeans living in that region.

Cape Verdeans form a rather young population: 50% are below 34 years of age and only 4% are above 65 (see Table 3). Amongst young Cape Verdeans, who usually

<sup>79</sup> Data and studies on migration in the Netherlands tend to focus almost exclusively on the four largest non-Western immigrant groups: Turks (378.330), Moroccans (341.528), Surinamese (338.678) and Antilleans (134.774). It should be noted that Indonesians (384.497) and Germans (379.559) are actually the largest immigrant groups in the Netherlands. However, they are considered Western migrants and the groups which fall in this category are usually out of the public eye. Although the geographical location and socio-political background of Indonesia would arguably confer it the status of non-Western country, its past colonial links with the Netherlands blur that fact.

identify themselves as Cabo, Rotterdam is known as *Cabostad* or Cabo City. There, Cape Verdeans do not go unnoticed but, when compared with other migrant groups, they are one of the slowest growing groups<sup>80</sup> (ISEO/COS, 2003).

At present, there are more Cape Verdean women than men living in Rotterdam. However, if we consider only second generation Cape Verdeans differences in the gender ratio disappear and if we take the age group above 45 years of age the proportion of men is higher. This indicates that, although Cape Verdean migration was initially led by men, women have taken the lead of migration flows to the Netherlands in recent decades.

**Table 3** Cape Verdeans in Rotterdam by age, gender and generation, 2004

Age	First generation		Second generation		Total
	Women	Men	Women	Men	
0-14 years	100	90	1 657	1 736	3 583
15-34 years	754	652	1 264	1 224	3 894
35-44 years	1 983	1 446	105	116	3 650
45-64 years	1 504	1 758	0	0	3 262
65 years or older	257	337	0	0	594
Total	4 598	4 283	3 026	3 076	14 983

Source: ISEO/COS (2003)

Many Cape Verdean families (27%) in Rotterdam are constituted by only one parent (ISEO/COS, 2003), who is normally the mother. Although authority has traditionally been reserved for the father, mothers take most responsibility for the household, particularly where child rearing is concerned. A study conducted in 1997 estimated that half of the Cape Verdean children are brought up in a single parent family (Naber and Veldman, 1997).

#### *Educational level*

There are still relatively few highly educated Cape Verdeans in the Netherlands. In 2001, only 8% of the Cape Verdean students pursued education in the university

<sup>80</sup> In 1998 there was an increase of 2,2% in the Cape Verdean population. In 2002, the population grew only 1,3%. In that same year the Surinamese population grew 1,9%, the Turkish population grew 2,9% and the Moroccan population grew 4,7% (ISEO/COS, 2003).

(HBO and WO)<sup>81</sup>. The majority (two thirds) enrolled in the lower level of education (MBO), after concluding high school (ISEO/COS, 2003). The Dutch education system is fairly complex and eligibility for each of the streams of education just mentioned, i.e. WO, HBO and MBO, is conditioned by the type of education followed during high school, something which is decided as early as the age of 12. Usually, teachers decide which type of high school education young pupils enrol in but parents can try to negotiate a shift into another type of education when they disagree with the teacher. In recent years, scores of the national education test – the Cito Test – have also become relevant for those decisions.

In 2002, Cape Verdean students scored lower on average than autochthonous students on the Cito Test (48 and 53, respectively). Although Cape Verdeans' scores are somewhat higher than those of students from other migrant groups (e.g. Turks and Moroccans) (ISEO/COS, 2003) they might not be considered high enough by teachers to assign them to the streams of high school education giving access to the higher levels of tertiary education. Indeed, Cape Verdean students are over-represented in the lowest level of high school education (Vmbo)<sup>82</sup>. This may be a result of difficulties with their command of the Dutch language: even though the majority of Cape Verdeans attending school in the Netherlands are second generation migrants, Cape Verdean families tend to speak a mix of Dutch and Kriolu at home (DSO, 2002). In addition, many first generation Cape Verdean parents have a low level of education (see Graph 2) and have jobs with somewhat odd hours (e.g. cleaning, factory work) and they themselves have a poor command of the Dutch language. These circumstances make it difficult for parents to provide the support their children need with education and participate in their activities at school. They are also likely to impair parents' ability to negotiate the assignment of their children to higher levels of high school education with teachers if

---

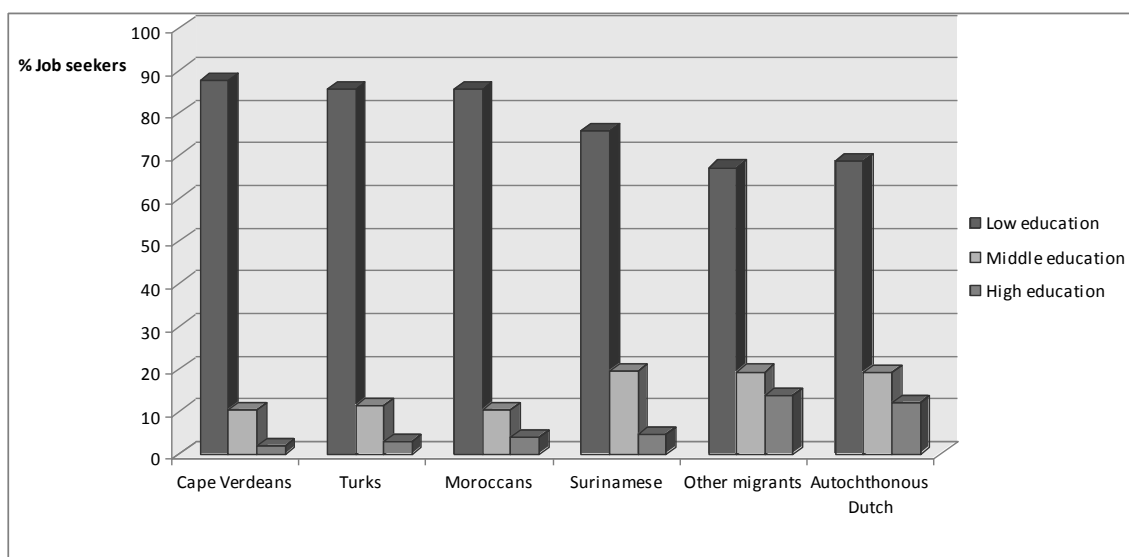
<sup>81</sup> After concluding high school, students in the Netherlands may pursue three types of education: university education (*wetenschappelijk onderwijs* or scientific education, WO), 'higher applied education' (*hoger beroepsonderwijs*, HBO) or 'middle-level applied education' (*middelbaar beroepsonderwijs*, MBO). These three types of education constitute the three possible streams of what is designated tertiary education in the Netherlands.

<sup>82</sup> High school in the Netherlands is divided in three types of education: the 'preparatory middle-level applied education' (*voorbereidend middelbaar beroepsonderwijs*, Vmbo), the 'higher general continued education' (*hoger algemeen voortgezet onderwijs*, Havo) and the 'preparatory scientific education' (*voorbereidend wetenschappelijk onderwijs*, Vwo). Upon completion, Vmbo enables students to pursue further education at the MBO level; Havo prepares them for HBO education; and, Vwo grants access to WO education. It is possible for a student who completed, for instance, a Vmbo high school education to enrol on a HBO programme. However, this is substantially more difficult to achieve than when students enrol on Havo education from the start. For students who complete a Vmbo education, university (WO) is almost out of the question.

doubt arises or to prevent them from being allocated to classes for children with learning difficulties when that is not absolutely necessary<sup>83</sup>.

### *Jobs and income*

**Graph 2** Distribution of first generation immigrants and autochthonous Dutch job seekers in Rotterdam by educational level, 2002



Source: ISEO/COS (2003)

As shown in graph 2, first generation Cape Verdeans are the ethnic group with the highest proportion of people with a low education seeking jobs in Rotterdam<sup>84</sup>. At present, the hardship of life in Cape Verde still forces many young people to drop-out of school to help support their families. However, during colonial times deprivation was even starker and opportunities to study much more limited. Some of the children living

<sup>83</sup> Placing a child with learning difficulties in a special class meant to attend her needs is far from a negative approach. However, when talking to Cape Verdeans whose children have been assigned to ‘special education’ it is not uncommon to hear that teachers justified those referrals based on children’s behaviour problems rather than on their learning difficulties. A common story is that of the teacher who signals the child for Attention-deficit and hyperactivity disorder (ADHD), informs the parents and, without seeking a professional diagnosis, allocates the child to special education on those grounds. In general, Cape Verdean parents tend to look up to teachers and to believe they want the best for their children. Many may feel they lack the ‘expert knowledge’ and/or the legitimacy to contest teachers’ decisions, accepting the assignment of their children to special education without realising that that usually compromises their access to higher education.

<sup>84</sup> The level of education of second generation Cape Verdeans looking for a job is comparable to that of other ethnic groups. This indicates that the overall educational level of the Cape Verdean community has been rising (Choenni, 2004).

in Cape Verde in those times are migrant men and women seeking work in the Netherlands today. Yet, even if low education limits the range of jobs available to first generation Cape Verdeans, in 2002 they were the migrant group with the lowest unemployment rate (12%) (see Table 4). Second generation Cape Verdeans have also more chances of being employed when compared to first generation (Choenni, 2004), which indicates they are better prepared to integrate the Dutch labour market.

**Table 4** Proportion of job seekers in Rotterdam by ethnic group and generation, 2002

Ethnic group	First generation	Second generation	Total
Cape Verdeans	13,6	6,9	12,0
Surinamese	16,0	8,3	14,3
Moroccans	25,7	11,3	22,3
Turks	25,7	11,3	22,3
Other ethnic groups	19,2	4,9	17,0
Autochthonous Dutch			6,6

Source: ISEO/COS, 2003

Cape Verdeans have a low average income because the majority of Cape Verdean workers are employed in sectors in which wages are relatively low: in 2005, 55 per cent of Cape Verdeans were employed as cleaners (28%), factory workers (14%), waiters (8%) or as construction workers (5%) (Pires, 2006). Immigrant entrepreneurship is not a prevalent feature amongst Cape Verdeans. While they make up about 5 per cent of the migrant population in Rotterdam, only 3 per cent of the immigrant-run businesses are Cape Verdean (Choenni, 2004). The largest share of Cape Verdean-own businesses is located in the borough of Delfshaven, which, as we mentioned earlier, is the borough with the highest concentration of Cape Verdean residents in the Netherlands.

### *Faith*

Religion is a relevant element in the life of the Cape Verdean community in Rotterdam. Although it cannot be said exactly what proportion of the community professes which creed, it should be fair to argue that the majority of Cape Verdeans are Roman Catholics<sup>85</sup>. The Igreja Nossa Senhora da Paz (Church of Our Lady of Peace) is

<sup>85</sup> In the mid-1980s, 75% of the Cape Verdeans residing in Rotterdam were Roman Catholics (Bijl, 1985). Although we can assume that many have kept their faith, it is not uncommon to hear of Cape Verdeans

an important reference for many Cape Verdeans. Aside from offering mass in Portuguese, the church is deeply committed to assist, strengthen and empower the community and it has promoted many social, cultural and emancipatory activities over the years. These activities are organised by a group of about a dozen volunteers who work together with the priest and the church's social worker. Among the various initiatives fostered is Casa Tibérias – a place of refuge and shelter for Cape Verdean women victims of mistreatment or in need of support. The church also organises music lessons and a scouts group for the youngsters and offers Dutch language classes for those unable to attend them at official institutions (Pires, 2006).

There is also a fair number of Cape Verdeans who became members of the Igreja Universal do Reino de Deus (Universal Church of the Kingdom of God, IURD) in the last decades. IURD is a charismatic Pentecostal sect originating in Brazil which, among other practices, promotes 'healing by faith'. Affiliation with IURD is subjected to a monthly contribution of ten percent of each follower's produce or income – the *dízimo* (tithe). This has led many people with low incomes to leave the sect because it forced them into debt.

Racionalismo Cristão (Christian Rationalism), a Christian doctrine with spiritualistic influences created in Brazil and with a steady base in Cape Verde, also gathers a substantial number of followers. In Rotterdam, there are two places where the doctrine is practised – the Centro Redentor (Redemption Centre). Three times a week believers gather at the *Centro* to carry out a *limpeza psíquica* or 'psychic cleansing'<sup>86</sup>. This practice is said to bring comfort and a sense of regained harmony to all followers and especially to people who face a great deal of psychosocial suffering (Beijers and De Freitas, 2008).

### *Health status*

A final aspect we wish to address concerns health. For a long period of time little was known about Cape Verdeans' state of health in the Netherlands<sup>87</sup>. A policy plan designed by the Rotterdam's public health authority – GGD Rotterdam – to

---

who changed into other beliefs over time. Some of them converted to the Mormon Church, others to the Universal Church of the Kingdom of God and yet others to Christian Rationalism.

<sup>86</sup> *Limpeza psíquica* is described as a practice of mental hygiene, a way to seek internal balance and spiritual serenity, in which ritual texts are read, higher spirits are summoned and lower spirits are asked to leave.

<sup>87</sup> One exception concerns a study carry out in 1991 about HIV and risk behaviour among Cape Verdeans commissioned by the GGD Rotterdam (van Butte, 1991).

improve health care for migrants in 1991 did not provide any data on Cape Verdean immigrants' health (GGD Rotterdam, 1991). Throughout the 1990s, Cape Verdeans were also excluded from the annual 'city health inquiry' carried out by GGD Rotterdam<sup>88</sup> (Strooij, 1996). When the first studies including Cape Verdeans' perceived health and health care use were published in the early 2000s (see Huiskamp *et al.*, 2000; Dieperink *et al.*, 2002), an alert echoed among professionals concerned with the health of ethnic minorities. According to those studies, Cape Verdeans perceived their own state of health to be poorer than Dutch natives. They also reported more psychosocial problems than the autochthonous population (see table 5). Yet, their use of primary health care (i.e. consultations with general practitioners)<sup>89</sup> was only slightly higher than that observed among Dutch natives and much lower than the number of consultations among any other ethnic group (see table 6).

**Table 5** Deviance mean of experienced health and psychosocial problems in Rotterdam by ethnic group, 1996-2000

	Autochthonous					Cape
	Dutch	Turks	Moroccans	Antilleans	Surinamese	Verdeans
Experienced						
Health	1.00	.61	.77	.89	.86	.81
Psychosocial						
Problems	1.00	1.54	1.32	1.22	1.45	1.19

Source: Huiskamp *et al.*, 2000

**Table 6** Relative frequency of consultations with general practitioners in Rotterdam by ethnic group, 1996-2000

	Autochthonous	Cape
--	---------------	------

<sup>88</sup> According to an informant of the GGD Rotterdam interviewed by Strooij (1996: 94), the 'city health inquiry' did not include Cape Verdean immigrants because information on the different ethnic groups had been collected on the basis of nationality. In the mid-1990s, the number of people living in Rotterdam with Cape Verdean nationality was below the 2000. The informant argued that, given the low amount of Cape Verdean nationals in Rotterdam, no representative data could be delivered on the state of health of that group. In 1995, the Cape Verdean community in Rotterdam was already over the 13.000 people (including Cape Verdeans with Dutch or Portuguese nationalities) and, as it came to be observed later, there was a need to put special attention to the health needs and health care use of the community (see De Freitas, 2006).

<sup>89</sup> In the Netherlands, health care use is dependent on consultation and referral of general practitioners. Only upon the agreement of and referral by those professionals are patients entitled to seek other types of care and specialists. Access and use of primary care are determinant, therefore, for access to secondary care, in which mental health care is included.

	Dutch	Turks	Moroccans	Antillean s	Surinamese e	Verdeans
Consultations with general practitioners	1.00	1.86	1.59	1.51	1.27	1.03

Source: Huiskamp *et al.*, 2000

Where mental health care is concerned, the differences encountered were even sharper. Cape Verdeans' use of mental health services in 1998 was astoundingly low, 70% less than by Dutch natives and other ethnic minorities such as the Turks or the Moroccans (see table 7). In addition, there was also a marked discrepancy in the gender ratio of Cape Verdean mental health care users: women resorted to mental health services 2,5 times more often than men<sup>90</sup>.

**Table 7** Use of mental health care services in Rotterdam by ethnic group, 1998\*

	Autochthonous					Cape
	Dutch	Turks	Moroccans	Antilleans	Surinamese	Verdeans
Men	30	31	43.2	16.7	21.7	8.9
Women	46.1	47	32	18.8	20.7	22.6
Total	36	36.7	36.2	16.9	24.6	15.1

\*Annual figures per 1000 people between 20 and 64 years of age.

Source: Dieperink *et al.*, 2002

These findings led researchers and professionals to raise questions about Cape Verdeans' possible under-use of mental health care, i.e. why were Cape Verdeans making so little use of mental health services if need for that type of care appeared to exist? Studies carried out in the years that followed concluded that Cape Verdeans' under-use of mental health care could be explained by a set of interrelated factors. First, Cape Verdeans experience limited access to mental care as a result of poor information about health care services, incompatibilities in relationships with health professionals,

<sup>90</sup> Illness appears to be experienced in a substantially different way by Cape Verdean women and men. While men only perceive themselves ill when they are no longer able to get out of bed to go to work, women react to lighter symptoms such as fatigue, headaches, weight variation, etc. In addition, women also tend to consult more frequently with general practitioners (GPs) and, if help is needed by someone in the family, it is usually women who seek out to reach it. This is likely to put women in a more favourable position both in what concerns the acquisition of information about health and in what regards the acquisition of referrals for mental health care services from GPs (De Freitas, 2006).

difficulties in negotiating care (De Freitas, 2006) and lack of medical citizenship (see Beijers and De Freitas, 2008). Second, Cape Verdeans benefit from their own circuit of traditional healers as well as from self-devised and community-based solutions such as self-medication and spiritual and religious guidance (Beijers, 2004). The churches and houses of worship we mentioned above play a relevant role at this level. Finally, Cape Verdeans have a deterritorialised perspective over health and health care use and are part of a large diaspora which enables them to seek care across the Dutch borders<sup>91</sup> (De Freitas, 2005). Transnational health care seeking allows the identification and use of the health care Cape Verdeans consider most appropriate to their needs. However, it may also reduce their opportunities to acquire the skills necessary to navigate the Dutch health care system (Beijers and De Freitas, 2008).

In 2000, a community-based project aimed at improving Cape Verdeans' access to mental health care and at advocating for their rights was set up in Rotterdam (Smulders, 2003). This project, named Apoio<sup>92</sup>, has become a key intermediary between Cape Verdeans affected by psychosocial problems and mental health and social care services. A study published recently shows that Cape Verdeans' use of mental health care services has increased 82 per cent between 1998 and 2004, with a growth of 20 per cent just between 2002 and 2004<sup>93</sup> (see Dieperink *et al.*, 2007). Some of these new mental care users found their way to mental health services through Project Apoio. The community's overall knowledge about mental health and mental care provisions also appears to have increased as a result of the initiatives organised within the Project. Furthermore, Cape Verdeans' participation in those initiatives is making the community more visible and giving it a more positive image, not only in the field of mental health but also in society at large (De Freitas, 2008).

The developments just described are likely to explain part of the increase in mental health care use observed among Cape Verdeans. Those figures must, nevertheless, be interpreted with caution: although the number of Cape Verdeans' mental care users is growing, it has not levelled yet with the number of Dutch

---

<sup>91</sup> Cape Verdean immigrants in the Netherlands find transnational health care solutions not only in the homeland but also in Portugal and France. Health care seeking in other European countries is primarily facilitated by solid transnational ties with Cape Verdean immigrants in those countries (De Freitas, 2005).

<sup>92</sup> During the period in which this article was being written, the host organisation of Project Apoio – Basisberaad Rijnmond – opened bankruptcy and the Project was discontinued. Efforts are being made to transfer Project Apoio to another organisation so it can carry on with its activities.

<sup>93</sup> It is important to note that, despite of this growth, in 2004 Cape Verdeans made the least use of mental health care services when compared to Dutch natives and to the largest migrant groups in the Netherlands.

autochthonous users. This disparity may be understood as an indication that the problem of inaccessibility of mental care has not yet been fully resolved, particularly if we take into account that Cape Verdeans report a higher rate of psychosocial problems when compared with Dutch natives. The furtherance of initiatives aimed at improving Cape Verdeans' access to care is, therefore, fundamental for that group to benefit of equity in health.

### **Ascribed identity and social recognition**

As stated already Cape Verdeans in the Netherlands are referred to as *stille migranten* or silent immigrants<sup>94</sup>. This label was coined based on the perception that Cape Verdeans are a group of quiet, hard-working and self-reliant migrants, who fulfil their obligations but are less than assertive when it comes to claiming their rights. The Cape Verdean community has also been generally perceived as somewhat isolated. Its in-group orientation, relative small size and spatial concentration in Rotterdam have given the community little visibility, reaffirming its position as a minority amongst minorities. Nevertheless, whenever Cape Verdeans have become better known, they have usually benefited from a good reputation. In fact, in the early 1990s, immigration authorities described them as well-integrated, asserting that Cape Verdeans were one of the least problematic migrant groups in Rotterdam (Butte, 1991).

The image of silent immigrants attributed to Cape Verdeans has been framed, to a great extent, in relation to first generation immigrants. In recent years, the growth of the second generation and its participation in Dutch society has inspired a more ambiguous portrayal of the community. Young Cape Verdeans raised in the Netherlands do not experience the language barrier their parents did and mingle more with other ethnic groups. They are also credited for further developing and disseminating a genre of music produced by Cape Verdeans living in Rotterdam in the 1980s – *cabo zouk*<sup>95</sup>, making their cultural heritage accessible to other groups. Another interesting aspect of the Cape Verdean youth is their focus in creating an identity of their own. Many

---

<sup>94</sup> The label 'silent immigrants' was first employed by the Rijnmond Association of Immigrant Workers (Stichting Buitenlandse Werknemers Rijnmond) in 1988, which described Cape Verdeans as a 'silent group, who does not let much be heard about it' (see Strooij, 1996: 58).

<sup>95</sup> *Cabo-zouk* is a modern, highly technical, urban dance music style which combines Antillean *zouk* rhythms and romantic lyrics in Kriolu (Hoffman, 2008).

youngsters identify themselves as *cabo*<sup>96</sup>. Although this self-attributed designation finds little appreciation among some of the older Cape Verdeans, for the youth it works as a ‘bridging’ term able to capture both their ethnic roots and the bond they have with the Netherlands. Overall, these are positive developments which attest the community’s increasing aperture to, and integration into, Dutch society. However, in the early 2000s, young Cape Verdean men were singled out by Dutch authorities for criminal behaviour (Butte, 2004). This caught both the community and the police off guard. Until then, there was almost no record of Cape Verdeans’ involvement with crime and, as a Cape Verdean social worker explained: ‘the authorities had never come across Cape Verdeans. They didn’t know us because we were *stille migranten*. They knew we lived in Rotterdam but we were kind of invisible. They had no problems with us’ (De Freitas, 2006). These events may have served to draw attention to the community but in a negative way. That raised considerable concern amongst Cape Verdeans, both because they disapprove of wrongdoing and they want their children to thrive in Dutch society and because they wish to sustain the positive image they have had for decades.

The issue of invisibility brought up in the explanation above has also characterised the Cape Verdean community in the US. Until 1980, Cape Verdeans were not included in the American Population Census, even though they had been in the country for over a century. That lack of recognition can be partly explained by the small size of the Cape Verdean migrant population and its former colonial ties to Portugal. Yet, it was really ‘race relations’ which had the chief role in determining the identity ascribed to Cape Verdean-Americans. According to Marilyn Halter (1993), racial classification in the US has fallen historically within the oversimplified parameters of ‘black’ and ‘white’ and this dichotomy virtually obliterated cultural differences among people of colour. During the initial phase of settlement, Cape Verdeans in the US sought to be recognised as Portuguese-Americans. Yet, mainland Portuguese soon excluded them from their community. Identification with black Americans made little sense to Cape Verdeans who refused to accept a black identity. The outcome of this position and the ensuing lack of identification with one of the two ‘racial poles’ was a never-ending redefinition of their ascribed identity. Over the years, Cape Verdeans were characterised as ‘neither black nor white, but sometimes white, at other times black,

---

<sup>96</sup> The Cape Verdean youth organisation created in Rotterdam in 1994 has, indeed, that very same name, i.e. Jongerenorganisatie Cabo.

African, Portuguese, brown, even green<sup>97</sup> (Halter, 1993: 14). These irreconcilable identities placed them in a fragile social position, hampering their recognition as a distinct minority in the US and, subsequently, inhibiting their entitlement to state developed programmes and funds attributable on the basis of race/ethnic background.

In the Netherlands, the identification and recognition of ethnic minorities does not fall within the boundaries of 'racial identification'. Instead, it is a matter of ethnicity and country of origin. The Dutch usually employ the term *allochthonous* to refer to migrants and their descendants. In its literal sense, the term means 'originating from another country'. Yet, within public discourse in the Netherlands, the term *allochthonous* is usually applied to address only migrants from non-Western countries such as Cape Verde. Non-western migrants are often perceived to share a culture significantly different from (and, sometimes at odds with) that of the autochthonous population.

In spite of the differences in terminology and classification systems, a parallel can be drawn between the social position of Cape Verdeans in the US and that of Cape Verdeans in the Netherlands. As we noted earlier, the label *silent immigrants* was attributed to Cape Verdeans, in part, because they are perceived as diligent and cooperative. Yet, that label also derived from an idea of invisibility, capturing the essence of a community which, in its self-reliance, placed little demands on Dutch public authorities. It might have been for those reasons that there was hardly any mention of Cape Verdeans in migrant policy in the Netherlands until the mid-1990s. This absence should not be understood as entirely negative, for implicit in it was the suggestion of Cape Verdeans as a well-integrated group. However, that very same idea might have obscured the necessity to proceed with a thorough evaluation of the community's needs: as we have seen above, there were almost no data or studies available on Cape Verdeans until the early 1990s but when studies began to emerge the need to improve the community's position in fields such as education and health was obvious. In addition, public authorities' lack of information about Cape Verdeans might have made it more difficult to justify the need for initiatives aimed at promoting community development and emancipation. Similarly to the US, funds in the Netherlands tend to be allocated more promptly to initiatives designed for communities

---

<sup>97</sup> When unable to classify Cape Verdeans by race some referred to them as 'the green people', taking the translation of the name of the archipelago of origin literally (Halter, 1993).

which are acknowledged, organised, and whose needs are properly researched and defined. Problems such as limited access to mental health care and to high education could have been tackled earlier had the community benefited from greater visibility and recognition.

One other aspect which is couched in the label silent immigrants is a certain expectation by society that Cape Verdeans adopt a passive attitude when it comes to claiming rights and advocating for their interests. This characteristic has been contradicted by Cape Verdeans' actions. Over the years, they have become increasingly more committed to improving the living standards of their community. An example of this is the substantial amount of associations and organisations they have initiated in Rotterdam and elsewhere in the Netherlands. Those organisations were set up to respond to the community's various interests and needs and they are viewed as pillars which hold the community together and as sources of self-devised solutions for everyday problems. However, their activities and aims may not always be transparent to the wider society because, like many other ethnic-based organisations, they are essentially targeted at community members (Da Graça, 1999).

Another instance which challenges the passivity ascribed to Cape Verdeans is their engagement in community health improvement. As we noted earlier, Cape Verdeans are increasingly more involved in devising initiatives aimed at promoting (mental) health and fostering access to mental health care through the already mentioned Project Apoio. Among those initiatives are information sessions about mental health, mutual-aid groups, and home visits to people affected by psychosocial problems and in a situation of isolation. Its organisation and implementation are carried out through the direct participation of several dozens of Cape Verdean volunteers who have succeeded in reaching out to community members unable to find assistance in the Dutch mental health care system. But there have been other positive outcomes deriving from Cape Verdeans' participation in mental health. Aside from a more efficient dissemination of information about psychosocial distress and mental care services, the stigma associated with mental illness appears to be gradually decreasing. Furthermore, the rise of a Cape Verdean 'voice' in the field of mental health is in line with the principles currently governing the delivery of health care in the Netherlands which assert the need for care users to adopt an active role in selecting the care they find most appropriate (which implies access to information) and to exert pressure towards a finer

adjustment of services to their needs. Overall, it seems that the circle of silence that once placed Cape Verdeans affected by mental problems at the margins of society is being broken (see De Freitas, 2008). Project Apoio has also been considered a good practice in the field of migrant health, making both the community and its efforts toward emancipation and integration more visible and acknowledged.

### **Integration in the host society**

Migrants' integration may be broadly understood as the weaving of newcomers to the social, economic, cultural, and political fabric of receiving societies. This implies a sustained mutual interaction between migrants and the host society which usually places a demand for change on both parties (Berry, 1999). In what follows we consider Cape Verdeans' integration in light of indicators such as labour market and civic/political participation, educational achievement, and geographical distribution. We also draw attention to the way transnational ties and health may function as an extra set of indicators able to provide further understanding on Cape Verdeans' integration in Dutch society.

Cape Verdeans may be said to have an 'in between position' where integration indicators are concerned, i.e. they usually rank between the largest migrant groups in the Netherlands: Turks and Moroccans on the one hand, and Surinamese and Antilleans on the other (Choenni, 2004).

The 'in between positioning' of Cape Verdeans is particularly noticeable in regard to educational achievement. In 2002, Cape Verdean students scored higher on the national education test than Turkish and Moroccan students but their average grade was lower than that of Surinamese and autochthonous Dutch. Cape Verdeans aged between 17 and 22 are also less likely to drop-out of school when compared to the former two groups. Yet, the proportion of young Cape Verdeans who were not enrolled in any form of education (30%) in 2002 was similar to that of Surinamese and higher than that of autochthonous Dutch (28%) (ISEO/COS, 2003). As we mentioned earlier, many of the parents of Cape Verdean youngsters have not attended school in the Netherlands. Some of them also experience difficulties with the Dutch language. This is likely to be undermining their ability to provide their children support when navigating the complex Dutch education system and with schoolwork. An important aspect to note here is that older first generation Cape Verdeans have not relinquished learning the Dutch language

and many take courses for several years (Strooij, 1996). This is an indicator of Cape Verdeans' aspiration to become more integrated in the Netherlands.

Single parenthood is another characteristic which reflects Cape Verdeans' positioning between the main ethnic minorities. Similarly to the cases of Surinamese and Antilleans, over one fourth of Cape Verdean households are composed by single parent families. This proportion is significantly higher than is found among Turks (11%) and autochthonous Dutch (5%) (ISEO/COS, 2003). Yet, it should be noted that these rates are not so different from those observed in Cape Verde, where 42 per cent of the children are brought up by single parents, usually the mother (Carling, 2008a). This may be explained by the unsteadiness of relationships and Cape Verdeans' understanding of kinship. When describing the notion of *família* (family) in Cape Verde, Åkesson (2008) brings to light the relevance of blood ties and the instability of conjugal relationships. In Cape Verde, it is relatively common for both men and women to switch partners without too much social upheaval. In addition, masculinity has been traditionally associated with polygamous behaviour. Women also keep more than one relationship at the time but they are expected to start new relationships only if they are single. In this context, blood ties have an important role in determining who is considered family and how responsibilities over children are met. When a relationship is discontinued children are usually left to the care of their incontestable kin: the mothers. A similar situation may be occurring in the Netherlands. However, Cape Verdean women in Rotterdam appear to have become less tolerant of polygamist relationships. The Dutch-Cape Verdean alderman of the Delfshaven borough has also stated that this is a problem which needs to be brought into public discussion and that Cape Verdean fathers must take responsibility for their children. Religious organisations also expressed concern over this issue and called for Cape Verdean men to accompany the process of emancipation initiated by women (Choenni, 2004).

Participation in the labour market is one of the most salient aspects of Cape Verdeans' integration: almost 70 per cent of the Cape Verdeans aged 15 to 65 have a paid job (Bijl *et al.*, 2005). This is one of the highest employment rates amongst immigrant groups in the Netherlands<sup>98</sup> and something which attests Cape Verdeans' image of hard workers in Dutch society. The proportion of Cape Verdeans who are

---

<sup>98</sup> All other large immigrant groups have lower employment rates than Cape Verdeans (69,1%). Surinamese have 67,4% of its population employed, Antilleans 59.6%, Turks 54,5%, and Moroccans 48,5% (Bijl *et al.*, 2005).

economically active is still lower than that of autochthonous Dutch (83,5%). This can be explained, to a large extent, by the marked differences found in entrepreneurship patterns: while over 9 per cent of Dutch natives had their own businesses in 2003, only 1,3 per cent of the Cape Verdeans opted to engage on private enterprise (Bijl *et al.*, 2005).

As we noted earlier, Cape Verdeans' tend to have a low average income. This is likely to change in the coming years as second generation Cape Verdeans reach higher educational levels and climb the social ladder. Nevertheless, low incomes limit Cape Verdeans' chances to acquire self-owned houses and condition their transition to better-off neighbourhoods: as we have seen, a great deal of Cape Verdeans are concentrated in a couple of neighbourhoods in Rotterdam. Residential concentration is, however, not necessarily a negative aspect in the life of the community: Cape Verdeans are fond of living side by side with friends and acquaintances, with whom they often organise social and cultural events. Conviviality and solidarity are strong traits exhibited by this community and spatial proximity favours its continuance.

Where civic participation is concerned, Cape Verdeans may be described as an active immigrant group. The first Cape Verdean association was set up back in the 1960s (Da Graça, 1999). Since then, Cape Verdeans have created over 60 associations and organisations divided into the following types: socio-cultural, sports and recreational, religious, homeland development-oriented, and media organisations (Strooij, 2000). The high number of organisations points to Cape Verdeans' commitment to advocate for their interests and to promote their integration in Dutch society. However, it also denotes a certain fragmentation within the community. The island of origin is a relevant element in the definition of first generation Cape Verdeans' identity, who often differentiate between the *badiu* and *sampadjudo* peoples and tend to form organisations along ethnic, religious and/or political lines (Gruijter, 2003). Second generation Cape Verdeans do not seem to share this characteristic with their parents. When they refer to their ethnic roots they usually speak of Cape Verde rather than of the island of origin of their family. Perhaps in the future there will be greater cohesion among Cape Verdean organisations.

The participation of Cape Verdeans in Dutch organisations and politics has been generally low. Although some Cape Verdeans have become public officials at the local and national governments, the community's political participation is not expressive: a

study of participation in local elections in Rotterdam in 2002 pointed to a turnout of 25 per cent among Cape Verdeans. Comparative to other ethnic groups, Cape Verdeans turnout rate was higher than that of Antilleans (20%), but lower than that of Surinamese (30%), Turks (55%) and autochthonous Dutch (60%). Cape Verdean women appear to be more aware of the importance of exerting their voting rights: in that same election, their turnout was considerably higher than that of Cape Verdean men (Van Rhee, 2002; Choenni, 2004).

As we pointed out earlier, in the early 2000s young Cape Verdean men were identified by the police for criminal activities. In hindsight, this may not have come as a surprise at first because there were instances of misbehaviour and, perhaps more strikingly, young Cape Verdeans scored the highest among all ethnic groups in two surveys measuring youngsters' self-reported aggressive and delinquent behaviour in Rotterdam (see Rovers and Wouters, 1996; Bun and Looij-Jansen, 2000)<sup>99</sup>. Judging from those reports it seemed, indeed, that young Cape Verdeans were experiencing difficulties in integrating into Dutch society. However, when matched against the image of 'quiet and cooperative youngsters' ascribed to them by teachers, the police, other ethnic minority youngsters and the Cape Verdean community itself, those concerns appeared out of context. The discrepant views about Cape Verdean youth led to a study aimed at explaining those contradictory perceptions (see Butte, 2004). Yet, in the absence of police registers capable of disaggregating offenders by their ethnicity, it became difficult to reach a clear-cut answer to that question<sup>100</sup>. The study concluded, nevertheless, that although Cape Verdean youngsters benefit from 'protection factors'

---

<sup>99</sup> The surveys were applied to 12 and 13 year old students in a school context.

<sup>100</sup> The study by Butte (2004) offers, however, two possible explanations which proved difficult to verify. On the one hand, the discrepancy found between Cape Verdeans' self-reported involvement with criminal acts and their image of 'quiet youth' may be explained by over-reporting, i.e. young Cape Verdeans may be over-stating their engagement with crime. This would justify their ascription with a positive image as, in practice, they would not commit that much crime. On the other hand, Cape Verdeans' high rates of criminality refer mostly to petty crime (i.e. verbal aggression, small thefts, etc.). This type of crime goes frequently unreported and is less visible. This means that the crime reported by Cape Verdeans would be accurate but most people would be unaware of it. The first explanation cannot be corroborated because police registers of criminal acts account only for nationality and do not include felons' ethnic origin. The majority of second generation Cape Verdeans have Dutch nationality. This makes it difficult to match the offenses they report with their actual participation in crime. It should be noted, however, that being known as 'quiet' may offer an extra motivation for Cape Verdean youngsters to adopt a *stoer gedrag* (tough behaviour) at school as a way to avoid the shortcomings usually associated with falling into an underdog position. This could have led some of the youngsters to over-state their involvement with crime.

such as a high participation in society<sup>101</sup> and the presence of extensive networks of family and friends who watch over them, they are exposed to risk factors which can determine a greater appetite for criminality. Among those factors are problems at home<sup>102</sup>, residence in relatively deprived neighbourhoods, their over-representation in special education and a low level of education (in average). This points to a need for increased attention regarding young Cape Verdeans' integration, particularly in regard to aspects concerned with upbringing and assistance with school. However, linking the youth to crime without caution may lead to stigmatisation and contribute to their segregation. The need for further research on this issue is urgent.

Transnationalism is a predominant feature among Cape Verdean immigrants across the world. Connections to people in the home archipelago have been sustained on the basis of kinship ties, shared values and sentiments, as well as commercial trade (Meintel, 2002; Góis, 2006). With a diaspora outnumbering the population of Cape Verde, almost everyone in the islands has relatives or friends living abroad. Remittances play a relevant role in the economy of the country. In 2000-2001 they accounted for 22 per cent of its national income (Carling, 2005). The *tambor* – a container similar to those used to transport oil, which has recently given the name to a publication about Cape Verdeans' cultural heritage in Rotterdam (see Pires, 2006) – has become a familiar item arriving at Cape Verdean harbours and airports filled with consumer goods unavailable in the islands. *Casas holandesas* (Dutch houses) and *casas americanas* (American houses) built by immigrants stand out on the principal avenues of the Cape Verdean islands. In the last decades, the emergence of new communication technologies and cheaper transportation has intensified transnational connections. Nowadays, it is not uncommon for young second generation Cape Verdeans in the Netherlands to carry out internships in or to organise summer trips to Cape Verde or for first generation pensioners to move back or to spend a couple of months a year in the islands visiting

---

<sup>101</sup> Aside from a high participation in the labour market, Cape Verdeans in general, and youngsters in particular, are quite fond of social events and activities and participate intensively in activities organised within the community (e.g. football) (see Butte, 2004).

<sup>102</sup> As we noted earlier, difficulties encountered by youngsters regarding their upbringing are highly related to the fact that many Cape Verdean youngsters are brought up exclusively by their mothers. Cape Verdean mothers often find it difficult to combine child rearing with work and household tasks in the absence of a father. In addition, Cape Verdean youngsters have also reported to have difficulties coping with the traditional way by which they are raised by their parents. That usually involves strict rules and a demand for obedience, without too much attention for the youngsters' wishes and feelings (see Butte, 2004).

relatives. In addition, Cape Verdeans in the Netherlands have become increasingly more engaged in Cape Verde's politics.

As observed by Carling (2008a), transnationalism is sometimes perceived as unfavourable to integration. However, the maintenance of transnational ties involves financial costs which may not be easily met by Cape Verdeans with a low economic position in the Netherlands. Furthermore, it is likely that community members involved in homeland politics are better informed about and possibly more active in the politics of the host country. The intensity of transnational connections may, thus, offer an indication of the degree of integration experienced by Cape Verdeans, where the greater the ability to sustain such connections the higher the probability of a better social, political and economic position among the actors involved.

To close this section we would like to address the relationship between health and integration. As we pointed out in a previous article, migrants' state of health and migrant health care policies might be used as an indicator of integration (see Ingleby *et al.*, 2005). Successful integration of migrants in health entails, therefore, equality of access to health information, health care, and health participatory mechanisms, actual participation in health care policy, services and community-based projects and the same incidence of health risk factors within immigrant and autochthonous groups after a certain length of stay in the host country. As we discussed earlier, Cape Verdeans experience a poorer state of health when compared with other ethnic groups and their access to health care is limited (De Freitas, 2006). However, where participation in health is concerned they constitute a positive exception when compared to other minority groups: Cape Verdeans participate actively in health through community-based projects (e.g. Project Apoio) (see De Freitas, 2008)<sup>103</sup>. These data may appear somewhat contradictory, i.e. the minority who perceives itself the least healthy has some of the most active citizens in health. Yet, it is precisely among communities experiencing disadvantage in health that participation is more opportune and necessary. That Cape Verdeans succeeded to engage in community-based projects attests their resilience in benefiting from good health and their willingness to exert their rights in the field of health. Nevertheless, much remains to be done in order to tackle the problem of health

---

<sup>103</sup> Ethnic minorities in the Netherlands are under-represented in the participatory mechanisms developed to enable participation in health policy, health care services (i.e. client councils), and health-related community-based projects (De Savorin Lohman, *et al.*, 2000). Cape Verdeans have succeeded to initiate an active participation in health at the community level. It should be noted, however, that like other minorities, Cape Verdeans are still insufficiently represented in health care services.

care inaccessibility and for Cape Verdeans to reach full health integration. As we showed in the previous section, the inability to access appropriate care in the Netherlands drives many Cape Verdeans to seek health care in other countries. Although transnational health care seeking enables access to a broader scope of treatment choices, fostering Cape Verdeans' autonomy and agency in selecting the health services they consider most adequate, it can also contribute for a decrease in contact with Dutch health care. This may delay the acquisition of fundamental information and skills to learn about and figure out the local health system (Beijers and De Freitas, 2008), impairing integration. The continuation and expansion of initiatives such as Project Apoio are essential to pursue this type of integration further.

### **Final Remarks**

The Cape Verdean community in the Netherlands is becoming increasingly more diverse. The growth of the second generation, its greater aperture to other ethnic groups and the diversification of its skills and interests are making way for the emergence of an identity different to their parents'. This is not to say that young Cape Verdeans are losing track of their ethnic roots. On the contrary, there is even talk of an ethnic revival (Carling, 2008b). Many Dutch-Cape Verdean teenagers and young adults are seeking to learn more about Cape Verde, visiting the country, getting engaged in development projects, reinterpreting its music and disseminating its culture. First generation immigrants are also growing more aware of their rights and more vocal in expressing their needs. These developments point out the community's interest in and commitment to becoming more integrated into Dutch society.

Integration entails efforts by and changes among both immigrant communities and the host society. In the case of Cape Verdeans in the Netherlands, health has been one of the fields where mutual efforts toward integration have been more discernable in recent years. On the one hand, public authorities have acknowledged the need to fund interventions focused on improving the accessibility of health care to Cape Verdeans (e.g. Project Apoio). On the other hand, Cape Verdeans have responded to the opportunity of promoting their rights in health by participating actively in those interventions. As a result, the Cape Verdean community is increasingly more visible and recognised within social institutions and that is serving to discard less positive aspects linked to their image as silent immigrants: characteristics such as passivity can

no longer be easily ascribed to Cape Verdeans. We must bear in mind, however, that problems such as limited access to health care and to higher education are not yet fully resolved. This calls for attention from both the community and public authorities to keep investing in community development initiatives aimed at tackling those and other problems. Increased participation in such initiatives is likely to foster Cape Verdeans' awareness toward the need for greater civic participation and to enable them to acquire the skills necessary to become more socially engaged. That can contribute, in return, to enhance their integration into Dutch society and to promote their social mobility.

One final aspect deserving consideration is the association of young Cape Verdean men with criminality. As we observed earlier, there is no clear explanation for the mismatch found between the high involvement in light criminal offences reported by the youngsters and their image of a quiet and co-operative youth. Media coverage of some severe crimes by young Cape Verdeans in recent years has attracted negative attention to the community, putting its positive image somewhat at stake. This makes further inquiry on this problem imperative, for the possibilities exist that those were singular cases or that, indeed, they were just a few among many unrecorded crimes. Nevertheless, to frame a negative image of Cape Verdean youth on the basis of those events is not just precipitate but imprudent. Being linked to criminality can easily lead to stigmatisation. In the absence of certainty regarding the extent of the problem of criminality, efforts can better be placed in assisting the youngsters with finding their way through the Dutch education system and in gathering the conditions necessary for their safe and gratifying upbringing, than in emphasizing their association with social problems.

## Bibliography

1. AKESSON, I. (2008) ‘They are ungrateful!’ Cape Verdean notions of transnational obligations’, in P. Góis (ed.) *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisbon: Observatório da Imigração/ Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
2. ANDALI, J. (1999) ‘Cape Verdean women on the move: “Immigration shopping” in Italy and Europe’, *Modern Italy*, 4(2): 241-257.
3. BEIJERS, H. (2004) People with a mission: Meanings of psychosocial distress of Cape Verdeans in the Netherlands, MA Thesis, Amsterdam: University of Amsterdam.
4. BEIJERS, H. and DE FREITAS, C. (2008) ‘Cape Verdeans’ pathways to health: Local problems, transnational solutions’, in BATALHA, Luis and CARLING, Jorgen (eds) *Transnational archipelago. Perspectives on Cape Verdean migration and diaspora*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
5. BERRY, J. W. (1999) ‘Intercultural relations in plural societies’, *Canadian Psychology*, 40: 12-21.
6. BIJL, W. (1985) *Kaap Verde en de Kaapverdianen in Nederland*, Rotterdam: Museum voor Land en Volkenkunde.
7. STICHTING AVANÇO (2000) *Beleidsplan Stichting Avançaço*, Rotterdam: Stichting Avançaço.
8. Bol, P. (1998) *Migration and major cities policy in Rotterdam*. Available HTTP: <http://www.international.metropolis.net/> (accessed 8 September 2009)
9. BUN, C. AND LOOIJ-JANSEN P. VAN de (2000) *De Rotterdamse Jeugdmonitor: Staat van jeugd brugklassers*, Rotterdam: GGD Rotterdam e.o.
10. BUTTE, D. (1991) *Kleurrijk bestaan. Een inventarisatieonderzoek naar social-culturele achtergronden van Kaapverdianen in Rotterdam in relatie tot de risico's van HIV-infectie*, Rotterdam: GGD afdeling Epidemiologie.
11. BUTTE, D. (2004) *Kaapverdiaanse jongens: Minder agressief en delinquent dan ze zelf aangeven?* Rotterdam: Sector Jeugd GGD Rotterdam en omstreken.
12. CARLING, J. (2005) ‘Transnational family ties and remittances to Cape Verde, Paper presented at the *Conference Cape Verdean Migration and Diaspora*, Lisbon: 6-8 April.
13. CARLING, J. (2008a) ‘Cape Verdeans in the Netherlands’, in L. Batalha and J. Carling (eds) *Transnational archipelago. Perspectives on Cape Verdean migration and diaspora*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
14. CARLING, J. (2008b) ‘Toward a demography of immigrant communities and their transnational potential’, *International Migration Review*, 42(2): 449-475.
15. CENTRAAL BUREAU VOOR STATISTIEK STATLINE (CBS Statline) (2009) *Gegevens over Kaapverdianen*, Voorburg: CBS. Available HTTP: <http://statline.cbs.nl/statweb/> (accessed 8 September 2009)
16. CBS (2012).
17. CHOENNI, C. (2004) *Kaapverdianen in Nederland: een profiel*, ‘s-Gravenhage: Ministerie van Justitie.

18. DA GRAÇA, A.A. (1999) *Een nieuwe horizon. Een onderzoek naar de organisatorische dynamiek van Kaapverdianen in Nederland*, Unpublished PhD Thesis, University of Amsterdam.
19. DE FREITAS, C. (2005) 'Health has no borders': Cape Verdean immigrants in the Netherlands and the transnational quest for health care across Europe'', *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 1 (1): 19-36.
20. DE FREITAS, C. (2006) *Em busca de um bom médico – Quando 'a saúde não tem fronteiras'. Percepções dos Cabo-verdianos sobre profissionais de saúde na Holanda*, Lisbon: Observatório da Imigração/Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME, I.P.).
21. DE FREITAS, C. (2008) 'Do silêncio à participação: cabo-verdianos e saúde mental na Holanda', in P. Góis (ed.) *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisbon: Observatório da Imigração/ Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
22. DE SAVORNIN LOHMAN, J., RIJKSCHROEFF, R., OUDENAMPSEN, D., VERKUYL, L., VAN GELDER, K. AND VAN OVERBEEK, R. (2000) *Evaluatie wet medezeggenschap cliënten zorginstelling*, The Hague: ZonMw Nederland.
23. DIENST STEDELIJK ONDERWIJS (DSO) (2002) *Rapportage over onderwijs*, Rotterdam: DSO.
24. DIEPERINK, C., VAN DIJK, R. AND WIERDSMA, A.I. (2002) 'GGZ voor allochtonen. Ontwikkelingen in het zorg in de regio Rotterdam, 1990-1998', *Maandblad Geestelijke Volksgezondheid*, 57: 87-97.
25. DIPERINK, C., VAN DIJK, R. AND DE VRIES, S. (2007) 'Allochtonen in de GGZ 1990-2004: Groei en diversiteit', *Maandblad Geestelijke Volksgezondheid*, 9: 710-720.
26. GEMEENTEARCHIEF ROTTERDAM (2002) *Sporen van migratie in Rotterdam – Kaapverdianen*. Available HTTP: <http://www.gemeentearchief.rotterdam.nl/sporevanmigratie/> (accessed 10 September 2009)
27. GÓIS, P. (2006) *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Lisbon: Observatório da Imigração/Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME, I.P.).
28. GRUIJTER, M. de (2003) *Community report: Kaapverdianen in Rotterdam*, Utrecht: Verwey-Jonker Instituut.
29. HOFFMAN, J. (2008) 'Diasporic networks, political change, and the growth of Cabo-zouk music', in BATALHA, Luis and CARLING, Jorgen (eds) *Transnational archipelago. Perspectives on Cape Verdean migration and diaspora*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
30. HOLMES-WIJKER, B., BOUWMEESTER, J. AND GROOTSCHOLTE, M. (2004) *Uitvoering van de Wet Voorkoming Schijnhuwelijken*, Leiden: Research voor Beleid.
31. HUISKAMP, N., VIS, H., SWART, W. AND VOORHAM, T. (2000) *Gezondheidskaart allochtonen: Gezondheidsproblemen en preventiemogelijkheden in kaart gebracht*, Rotterdam: GGD Rotterdam, e.o.

32. INGLEBY, D., CHIMIENI, M., HATZIPROKOPIOU, P., ORMOND, M. AND DE FREITAS, C. (2005) The role of health in integration. In: FONSECA, M. & MALHEIROS, Jorge. (eds.) *Social integration and mobility: education, housing and health. IMISCOE Cluster B5 State of the art report*, Lisbon: Centro de Estudos Geográficos, pp. 88-119.
33. ISEO/COS (2003) *Minderhedenmonitor 2002*, Rotterdam: ISEO.
34. MEINTEL, D. (1984) 'Cape Verdean emigration: solution or problem?', *Revista de Estudos Africanos*, 2.
35. MEINTEL, D. (2002) 'Cape Verdean transnationalism, old and new', *Anthropologica*, 44: 25-42.
36. PIRES, D. (2006) *Nha Tambor. Onderzoek naar het cultureel erfgoed van Kaapverdianen in Rotterdam/ Uma investigação sobre a herança cultural dos cabo-verdianos em Roterdão*, Rotterdam: Stichting Avanço.
37. ROVERS, B. AND WOUTERS, M. (1996) 'De nazaten van Pietje Bell: eerste resultaten van een zelfrapportage-onderzoek naar regelovertreding onder Rotterdamse kinderen', *Tijdschrift voor Criminologie*, 38 (1): 24-43.
38. SMULDERS, R. (2003) *Apoio. Een GGZ-consulente voor Kaapverdianen in Rijnmond*, Rotterdam: MIKADO.
39. STICHTING AVANÇO (2000) *Beleidsplan Stichting Avanço*, Rotterdam: Stichting Avanço.
40. Strooij, H. (1996) *Eilanden aan de Maas. De migratie- en integratiegeschiedenis van de Rotterdamse Kaapverdianen*, PhD dissertation, Utrecht: Utrecht University.
41. STROOIJ, H. (2000) 'Eilanden aan de Maas: De Kaapverdische gemeenschap van Rotterdam', in VAN KESSEL, I. and N. TELLEGEN, N. (eds) *Afrikanen in Nederland*, Amsterdam: Koninklijk Instituut voor de Tropen, pp. 43-60.
42. VAN RHEE, M. (2002) *Analyse van de opkomst bij de gemeenteraadsverkiezingen in Rotterdam op 6 maart 2002*, Rotterdam: COS.

### **Introdución**

No Estado español existen na actualidade varias comunidades de orixe caboverdiana, supondo o número de residentes en 2007 a unhas 6.000 persoas, segundo a Embaixada de Cabo Verde en Madrid (2007). Nembargante, segundo os datos oficiais do INE<sup>104</sup>, en 2007 había 2.630 persoas caboverdianas no país. A gran diferenza nestas dúas fontes débese, por unha banda, á inclusión do colectivo de descendentes dos migrantes orixinarios do arquipélago, e por outra, á existencia de diversas nacionalidades no grupo de persoas procedentes do arquipélago e os seus descendentes, que no caso español serían caboverdiana, portuguesa e española e á existencia dun colectivo, máis ou menos amplo, en situación irregular.

Os pioneiros caboverdianos chegaron a terras hispanas no proceso de gran mobilidade de traballadores caboverdianos dentro de Europa, a través da porta lisboeta, na etapa previa e inmediatamente posterior á independencia do país africano, no que se produciu o maior éxodo da súa historia (Carreira, 1983). A súa chegada produciuse a mediados dos anos 70, aínda que unha grande parte deles saíra de Cabo Verde anteriormente á independencia, cun período transitorio de permanencia en terras lusas. Ate a actualidade, os núcleos mais importantes encóntranse nas cidades de Madrid e Zaragoza, nas comarcas leonesas<sup>105</sup> do Bierzo e Laciana, e na costa de Lugo<sup>106</sup>. Xunto coa importancia continuada destes catro enclaves, que podemos considerar históricos, pola súa formación xa nos anos 70, a partir da segunda metade dos 90 e máis acentuadamente na década de 2000, os destinos diversificáronse, aparecendo novos asentamentos.

Este traballo pretende trazar unha análise da evolución dos fluxos caboverdianos no Estado Español, que se foi consolidando como destino estábel, aínda que minoritario

---

<sup>104</sup> O Instituto Nacional de Estadística (INE) ofrece fontes diferenciadas para o estudo das migracións, polo que poden aparecer datos diferentes para un mesmo período, consoante a fonte empregada. Neste caso utilizaremos o Anuario Estadístico de Estrasjería.

<sup>105</sup> O estado español organízase en tres estruturas político-administrativas principais: a Central, as Comunidades Autónomas (divididas en provincias) e a Municipal. León é unha provincia da Comunidade Autónoma de Castela-León.

<sup>106</sup> Lugo é unha provincia da Comunidade Autónoma da Galiza

na diáspora caboverdiana, ao longo das décadas de 80 e 90. Coa viraxe de século, as comunidades asentadas desde os anos 70, experimentan evolucións diferenciadas, cuxa tendencia xeral é de crecemento e diversificación, aproveitando as facilidades do novo marco migratorio entre España e Cabo Verde, nunha altura de estreitas relacións bilaterais.

Partindo dunha exposición sobre os contextos de chegada e asentamento dos e das migrantes pioneiros que lanzaron as bases da futura diáspora caboverdiana en España, realizarase unha reflexión sobre os modos de organización dos fluxos con destino a diferentes lugares da xeografía española, que presentan a procedencia por illa e o xénero como elementos estruturantes desta porción da diáspora crioula.

Dende esa óptica, tentaremos elaborar un retrato dos enclaves históricos da diáspora caboverdiana en terras españolas, realizando unha análise máis pormenorizada nos casos de León e Galiza, os máis estudados, que ofrecen exemplos diferenciados tanto na súa evolución como na organización interna, debido principalmente ao comportamento dos sectores nos que se inseriron laboralmente.

#### **Fontes para o estudo da diáspora caboverdiana em España:**

Sendo a corrente caboverdiana en España unha das pioneiras da emigración subsahariana en territorio español, existindo comunidades con máis de 30 anos de historia, sorprende a escaseza de estudos sobre a súa realidade.

O caso leonés ten sido o máis estudado, constituíndo a tese de doutoramento de Rocío Moldes (1998) sobre a inserción laboral na minería do val de Laciana, a análise máis pormenorizada. Outros autores enfocaron a súa atención cara a outra comunidade asentada na provincia leonesa, en torno á localidade de Bembibre, dende unha óptica que analiza a inmigración caboverdiana na provincia de León conxuntamente coa portuguesa (López e Prieto, 1996; López, 2007), tamén moi importante na zona e no sector mineiro, da que no momento da chegada aínda facían parte. A fonte bibliográfica máis antiga da que temos constancia corresponde a un artigo de Aranda (1994), que pon en relación estas subcorrentes coa de Madrid. Por último, Ubaldo Martínez Veiga (1997), no marco dun estudo comparativo de catro colectivos migrantes, realiza unha análise sobre a inserción dos caboverdianos nas minas bercianas.

Sobre a comunidade caboverdiana en **Galiza** existen algúns traballos da nosa autoría (Fernández<sup>107</sup>, 2004; Oca, 2005, 2007) en forma de comunicacións, artigos e capítulos de obras colectivas, baseadas no traballo de campo antropolóxico, inicialmente en calidade de interventora social e posteriormente como investigadora da súa evolución e integración a nivel laboral, social e cultural.

En contraste cos casos anteriores, as comunidades de Zaragoza e Madrid non teñen sido obxecto de estudos ou investigacións específicas, das que teñamos coñecemento. Coidamos que a súa existencia en grandes cidades ten contribuído a unha falta de visibilidade do colectivo, algo difícil nos casos anteriores, onde o asentamento en pequenas localidades de rexións periféricas, nunha altura de escasa migración subsahariana a España, deu lugar a un fenómeno de alta visibilidade dos colectivos, utilizados frecuentemente como exemplo das relacións interétnicas polos media locais e rexionais.

Os datos oficiais móstranse inadecuados en canto fonte para cuantificar e caracterizar a diáspora caboverdiana no estado español, algo habitual no estudo da diáspora procedente do arquipélago. Neste feito pesan as peculiaridades en canto á nacionalidade, unidas á existencia dun colectivo en situación irregular e á mobilidade transnacional dos e das migrantes.

Temos constatado a ineficacia das estatísticas no caso concreto da Galiza, do que elaboramos e reconstituímos censos en distintas épocas da súa evolución, amosando datos a miúdo diverxentes dos oficiais. Aínda así, debemos acudir ás estas fontes na tentativa de ofrecer unha panorámica da evolución da presenza de persoas caboverdianas no estado español, xa que son os únicos datos existentes a nivel global.

Un dos baleiros de información que encontramos nos datos oficiais, é a inexistencia de cifras referentes ao colectivo caboverdiano con anterioridade á década de 80, na que a súa presenza xa era efectiva e estábel en territorio español. Por outro lado, ate anos moi recentes, os datos referentes ás migracións caboverdianas aparecen dentro da categoría “resto de África”, sendo imposible desagregalos.

Aínda, aos totais de poboación recollida polas estatísticas oficiais deberíase somar o amplo colectivo de persoas nacionalizadas en España<sup>108</sup> nas últimas dúas

---

<sup>107</sup> A autora deste artigo mudou o seu primeiro apelido, Fernández, por Oca, aparecendo ambas referencias bibliográficas.

<sup>108</sup> Os cidadáns caboverdianos necesitan unha residencia legal continuada de 10 anos para poder adquirir a nacionalidade española.

décadas. O colectivo nacionalizado español soma un total de 1.109 individuos entre 1996 e 2007<sup>109</sup>, o que faría aumentar case nun terzo a cifra oficial de persoas caboverdianas en territorio español nese último ano.

Así mesmo, ficaría fóra das estimacións o grupo de nacionalizados portugueses, de difícil rastreo nas estatísticas, así como os caboverdianos que tomaron a nacionalidade española anteriormente a 1996, que polos anos de residencia transcorridos para os pioneiros podería tratarse dun importante colectivo.

Por último, é necesario matizar o caso específico dos descendentes nados en territorio español, un amplo colectivo ao que consideramos parte do fluxo caboverdiano na España, que ate finais dos anos 90 non acostumaba exercer o dereito á nacionalidade española, figurando como caboverdianos, desaparecendo como tales a partir dese período.

### **Procesos de chegada: os fluxos pioneiros**

Ao longo dos anos 70, Portugal foi para as migrantes caboverdianas, alén de destino, a principal porta de entrada no camiño para outros países europeos máis atractivos economicamente. Dende os inicios desta década moitos dos migrantes caboverdianos tentaron pasar a Francia ou Holanda de xeito ilegal, o que supuña atravesar varias fronteiras europeas, máis difíciles de franquear canto máis ao norte se situaban. Nestes países xa fora constituído o embrión das comunidades que irían posibilitar o asentamento de novos coterráneos.

No camiño dende terras lusas ate os países norteeuropeos, España era lugar de paso obrigado. Os dous estados ibéricos partillan unha extensa fronteira (1292 Km), que debía ser atravesada por algunha das múltiples opcións posíbeis, dada a súa amplitude. A entrada en España era ilegal, aínda que, daquela, a persecución da inmigración clandestina non constituíse unha prioridade para as autoridades, existindo certa permisividade, que se mantivo ata 1985, ano de promulgación da *Lei Orgánica de los Derechos y Libertades de los Extranjeros*. A partir desta primeira lei de estranxeiría, España comezou a exercer o papel de vixía das fronteiras exteriores da CEE, papel que se ten acentuado nas décadas seguintes, nas que se aprobaron diversas leis, así como

---

<sup>109</sup> Fonte: Anuario Estadístico, INE.

procesos de extraordinarios de regularización, a semellanza dos outros países comunitarios, nos que moitos migrantes do arquipélago legalizaron a súa situación<sup>110</sup>.

No inicio da década dos 70, os Pirineos constituían unha das fronteiras que separaban a Europa rica e próspera da Europa pobre e subdesenvolvida, neste caso no fin dos reximes ditatoriais de Franco e Salazar. Esta cordilleira equivalía ao que na actualidade supoñen as fronteiras exteriores da UE, como Xibraltar ou o arquipélago canario. Ao longo da fronteira con Franza, a través do País Basco, as redes de contrabando, que sempre existiran, eran unha peza chave nas mallas da migración ilegal. Neste punto confluían outras correntes migratorias ibéricas, entre as cales a portuguesa, mais tamén as procedentes de países do Magreb (Alxeria, Marrocos), con destino a distintos países europeos.

Aínda que a dimensión destes fluxos non era cuantitativamente comparábel á dos migrantes que tentan actualmente entrar na *fortaleza europea*, nen as viaxes tan longas, non estaban exentas de perigos, como atestiguan os arquivos e hemerotecas<sup>111</sup>.

*A partir de la década de 1970, España se convirtió asimismo en un país de tránsito (y de destino) para los emigrantes de otras nacionalidades, en particular para aquéllos que procedían del continente africano; desde entonces, la prensa española se ha hecho eco de forma continuada de la muerte de migrantes que desde Portugal y desde África encuentran en España el trampolín para el tantas veces trágico salto sobre la frontera del Bidasoa (Pereira, 2008:76).*

Os tres estados implicados nos fluxos de portugueses cara o norte de Europa asinaron diversos acordos dous a dous, durante as décadas de 60 e 70. Os acordos bilaterais e leis nacionais referidas ás migracións mudaron frecuentemente, facilitando e/ou reprimindo o fluxo, seguindo os intereses políticos e económicos de cada un dos

---

<sup>110</sup> A Lei de 1985 estivo vixente ate 2000, con diversas mudanzas que foron endurecendo os requisitos de entrada e regularización dos inmigrantes laborais, en consonancia coas directivas da UE, en paralelo co crecemento da porcentaxe de inmigrantes no estado español, especialmente a partir da segunda década dos anos 90.

<sup>111</sup> Por exemplo, na edición do 11/05/1973, o xornal español ABC dá conta da morte de 130 emigrantes clandestinos no ano anterior, sendo 80 deles portugueses e 50 africanos, calificados como negros. Os caboverdianos poderían facer parte deste último grupo, a pesar de teren na altura nacionalidade portuguesa. Na edición do 27/02/1975 infórmase novamente da morte de unhas 50 persoas no ano anterior, nas mesmas circunstancias. Consultado en [www.abc.hemeroteca.es](http://www.abc.hemeroteca.es)

estados implicados. O fluxo portugués a Franza, no que se incluía aos migrantes caboverdianos, caracterizouse nesta época por unha elevada porcentaxe de clandestinos e irregulares, que segundo a análise de Pereira (2008), era tolerada polos tres estados. Moitos dos pioneiros da migración crioula a España ficaron no país como consecuencia do insuceso no paso da fronteira.

Por outra banda, deuse unha chegada de homes caboverdianos a territorio español a partir de 1973/74, inseridos en empresas de construción civil. Esta inserción iniciouse na obra do encoro de Cedillo (Cáceres), no río Texo, en plena fronteira entre España e Portugal, no que participaron empresas de ambos países. En determinado momento, moitos traballadores portugueses (caboverdianos incluídos) pasaron a traballar coas construtoras españolas. Unha vez rematado o seu traballo nesta obra, en torno a 1974, moitos deles continuaron nestas empresas, pasando a traballar a España. Dous foron os destinos máis importantes: Vitoria (País Basco), para participar nas obras da autoestrada do norte (AP1), e Berga (Barcelona), onde se construíu o encoro de La Baells, en cuías obras estiveron ate 1976<sup>112</sup>.

A seguinte gran obra na que participaron estes traballadores foi a construción da central térmica de Andorra (Teruel, Aragón), nos anos 1976 e 77. Nese último ano chegaron á costa de Lugo (Galiza) os primeiros traballadores caboverdianos, para traballar na construción da factoría de Alúmina-Aluminio.

As características da inserción laboral dos homes caboverdianos na altura supuñan unha dinámica de constantes traslados, dunha montaxe a outra, percorrendo a Península Ibérica. Nalgúns destes casos, o seu paso non deixou calquera rastro, xa que, ao funcionar exclusivamente como man de obra de enclave durante o tempo que demoraban as obras, non chegaban a asentarse<sup>113</sup>. Neste contexto era excepcional a chegada de mulleres, aínda que as pioneiras fixeron a súa aparición nesta altura, en moitos casos xunto coas súas crianzas, procurando un lugar de asentamento. A estes traballadores caboverdianos uníronse algúns dos que tiveran má sorte no paso a Franza, inseríndose nas empresas de construción, nomeadamente en Vitoria e Andorra, próximos á fronteira pirenaica.

---

<sup>112</sup> Segundo un dos nosos informantes, a finais de 1975 había un grupo de polo menos 80 homes caboverdianos neste enclave.

<sup>113</sup> Exemplo disto é o caso de **Andorra-Teruel**, onde participaron na construción dunha das cubas da Central Térmica, por volta do ano 1976, residindo nas localidades de Andorra, Calanda e Alcañiz. Unha vez construída, e acabado o traballo, trasladáronse a outros puntos do país. O único vestixio do seu paso por estas terras é a pequena comunidade asentada desde aquela altura en **Alcañiz**, onde ficaron algunhas persoas a traballar na construción civil e nunha fábrica de cerámica.

Outro foco de atracción de man de obra caboverdiana na segunda metade da década de 70 respondeu á procura de traballadores non cualificados para as exploracións mineiras de **León** (nas comarcas<sup>114</sup> do Bierzo e Laciana), onde se foron inserindo dende 1975/76 os traballadores caboverdianos, en torno ás localidades de Bembibre e Villablino. Neste caso, os pioneiros chegaron a través da figura dos *ganchos*, persoas que se dedicaban a atraer man de obra, nomeadamente procedente da rexión transfronteiriza de Trás-os-Montes, para as empresas mineiras leonesas (Moldes, 1998).

A vinda dos pioneiros a territorio español está fondamente ligada á chegada de caboverdianos a Portugal, que frecuentemente continuaron viaxe utilizando as mesmas redes que os emigrantes portugueses, sendo eles propios desta nacionalidade. Os pioneiros da emigración caboverdiana a España correspóndense cos fluxos da 1ª fase definida por diversos autores para a migración caboverdiana en Portugal (Góis, 2006), a dos traballadores convidados, anterior ao 25 de Abril, e a súa extensión nos anos seguintes, de xeito irregular. No caso español, non é relevante a presenza de retornados e repatriados, que autores como Góis (2006) sinalan como característicos da 2ª fase da migración caboverdiana a Portugal, na segunda metade da década dos 70. As elites caboverdianas non escolleron España como destino.

### **Procesos de asentamento das comunidades históricas**

O asentamento permanente das comunidades históricas caboverdianas no territorio español produciuse a partir de 1978, coincidindo co inicio do réxime democrático. Por unha banda, unha parte dos traballadores procedentes de Andorra acabou por instalarse na capital aragonesa (Zaragoza), onde, por tratarse dunha grande cidade, foron absorbidos principalmente polo sector da construción, mais tamén por outros. Por outra banda, unha vez rematada a construción de *Alúmina-Alumínio* no litoral de Lugo, na Galiza, a maioría dos caboverdianos reemigrou cara outros lugares, ficando un pequeno grupo que veu inserirse a partir de 1978 na pesca de altura no porto de **Burela**, ocupando o baleiro deixado polos mariñeiros autóctonos, que mudaron de sector aproveitando a abertura da fábrica (Fernández, 2004).

A continuidade da oferta laboral nas minas leonesas deu pé á chegada de máis homes ás zonas aludidas anteriormente, que se estableceron na zona de xeito permanente, ligados á actividade mineira.

---

<sup>114</sup> As comarcas son entidades supramunicipais, de carácter xeográfico.

Un último asentamento foise conformando en Madrid. Neste caso, a diferenza dos anteriores, non foi a demanda de man de obra masculina a que favoreceu ou impulsou a formación deste enclave, senón a demanda, por parte de familias acomodadas, de mulleres para traballar nas súas casas como internas.

Entre o fin da década dos 70 e o inicio da seguinte, os referidos destinos laborais convertéronse en permanentes, creándose o embrión de comunidades estábeis que perduran ate a actualidade (Zaragoza; Burela (Lugo); Villablino e Bembibre (León); Madrid), que consideraremos as comunidades históricas e máis relevantes da diáspora caboverdiana en España.

Unha vez producido o asentamento dos homes e mulleres pioneiras, todas as comunidades entraron nos anos 80 nunha fase de crecemento, por unha banda a través de procesos de reagrupamento familiar, nas correntes de tipo masculino, e por outra banda, coa chegada de novos traballadores/as e as súas familias, que xa tiveron unha traxectoria prefixada grazas ás redes migratorias (Aranda, 1994). Todas as comunidades, agás Madrid, fóronse organizando en torno a familias nucleares, xurdidas tanto dos procesos de reagrupamento de esposas dende Cabo Verde, como pola creación de novas parellas durante o percurso migratorio. Destas comunidades fai parte un amplo colectivo de descendentes, algúns nados en terras españolas, mais moitos tamén en Cabo Verde e Portugal, no que non nos deteremos neste traballo, sendo nesta altura frecuente o reagrupamento de fillos e fillas que tiñan ficado no arquipélago. Este tipo de organización comunitaria en torno á familia nuclear, coexistiu sempre con grupos minoritarios de homes que partillaban existencia, sen facer vida de parella.

No caso de Madrid, presumimos que non se xeralizaron os procesos de reagrupamento familiar, especialmente nesta época, debido ás características do servizo doméstico en rexime de internado, que supón a convivencia coa familia contratante, co efecto do illamento e a fragmentación das relacións sociais das migrantes. A cadea migratoria impulsada polas migrantes de Madrid facilitou a chegada doutras mulleres, vía Lisboa, de xeito irregular, inseríndose con rapidez no servizo doméstico, no que existía unha grande demanda de internas. Moldes (1998) apunta a unha entrada masiva de mulleres procedentes de Portugal dende mediados dos 80, para inserirse no servizo doméstico. A súa presenza fíxose notar no elevado número de regularizacións no proceso extraordinario de 1991.

O proceso de crecemento das comunidades caboverdianas na España dos anos 80 e 90 nutrírase non só dos procesos de reagrupamento familiar, senón tamén de novos e novas migrantes, xa considerados caboverdianos, para os que a chegada a terras hispanas se continuará a dar preferentemente a través de Portugal, fenómeno que perdurou ate finais dos anos 90. Ate ese momento, os contactos entre a diáspora española e o arquipélago eran difíciles e esporádicos, constituíndo o estado español un destino migratorio pouco recoñecido no arquipélago.

### **Organización da migración caboverdiana em España**

Dende a nosa perspectiva, dous son os criterios principais utilizados como estruturantes da migración caboverdiana no territorio español: a(s) illa(s) de procedencia e o xénero. Respecto da primeira, existen comunidades que se poden caracterizar nitidamente como *badiu* o *sampaiud*<sup>115</sup>, respondendo á orixe identitaria no arquipélago, que distingue aos habitantes de Santiago das das outras illas. No segundo caso, como xa foi apuntado, existe unha diferenciación entre a compoñente maioritaria masculina ou feminina nas comunidades asentadas, que se corresponde cos sectores principais de inserción laboral.

#### **a) *BADIU KU SAMPAIUD, TUDU É KAUBERDIANU***

De acordo con autoras como Fikes (1998, 2000, 2006), existe unha diferenciación da poboación caboverdiana que data do tempo colonial, baseándose nun criterio de tipo racial, que estableceu un *continuum negro racializado*, para protexer a brancura dos portugueses metropolitanos, diferenciando entre negro, mestizo e branco, racializando o estatus aculturado, en base ás illas de orixe (Fikes, 2000:16). Neste esquema, os habitantes de Santiago estarían asociados co estrato negro mentres que os das restantes illas serían considerados pertencentes ao estrato mestizo. Nesta escala estaría implícita unha valoración positiva do elemento branco e negativa do elemento negro, oscilando a poboación mestiza entre ambos, segundo a súa maior ou menor proximidade (subxectiva) a cada un dos polos.

De acordo con esta autora, o goberno colonial aproveitouse historicamente desta diferenciación para realizar unha condución diferenciada dos fluxos migratorios consoante a illa de orixe, co resultado de que os *badiu* protagonizaron principalmente

---

<sup>115</sup> Denomínase *badiu* aos habitantes da illa de Santiago, e *sampaiud* aos das outras illas.

fluxos de tipo forzoso a destinos africanos (São Tomé e Príncipe, Guiné, Angola), mentres que os naturais doutras illas organizaron fluxos de tipo voluntario cara países máis desenvolvidos, tanto no continente americano como no europeo (USA, Holanda, Italia). Só a partir dos anos 60 os *badiu* iniciaron de xeito significativo a emigración europea, con destino á metrópole, que facilitou a súa vinda como contratados, pasando moitos posteriormente a outros países europeos.

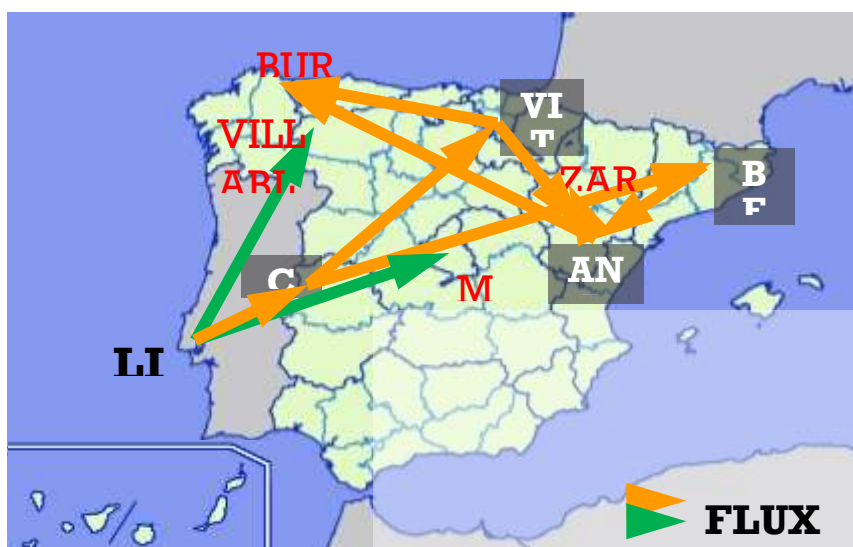
A cuestión insular inflúe na creación de redes migratorias e na configuración dos destinos da diáspora caboverdiana. No caso europeo, os migrantes *badiu* supoñen a maioría dos compoñentes da diáspora caboverdiana en Portugal e Franza, países principais de destino, xunto a outros menos numerosos como Suíza e Luxemburgo. Por outro lado, os habitantes das outras illas migraron preferentemente, dentro do contexto europeo, a Holanda ou Italia<sup>116</sup>.

Unha das particularidades do caso español no conxunto da diáspora caboverdiana en Europa é a coexistencia, dende o inicio do fluxo, de comunidades diferenciadas de ambas orixes. A organización en base á insularidade deu lugar á formación de comunidades de orixe *badiu* (Galiza, Zaragoza), ou *sampaiud* (Madrid, León), sendo as últimas máis numerosas. Este feito dá conta da extrema importancia das redes migratorias nas rutas e na formación e asentamento de comunidades, que sustentan as estreitas relacións dous a dous entre as que partillan a mesma orixe. É importante referir a escasa prevaleta de parellas mixtas, entre migrantes de diversas procedencias no arquipélago.

Estas redes, formadas en base á illa de procedencia, teñen contactos diferenciados á súa vez noutros países europeos nos que hai presenza caboverdiana, de acordo coa prevalencia de naturais das diversas illas.

---

<sup>116</sup> O anterior non implica que non existan caboverdianos de todas as illas en calquera dos destinos citados, mais si unha clarísima maioría dunha ou outra procedencia.



Mapa de destinos dos fluxos pioneiros de caboverdianos en España (anos 70) e localidades de asentamento. Elaboración propia.

No caso español, as correntes de orixe *badiu* están estreitamente ligadas por vínculos de parentesco e veciñanza, procedendo principalmente de localidades e zonas rurais da costa oeste da illa de Santiago (Porto Rincão, Ribeira da Barca, Porto Mosquito, Gouveia) e da zona norte (Tarrafal, Malagueta), sendo moi escasa a presenza de persoas do leste da illa. O seu asentamento definitivo en España produciuse após unha etapa de grande mobilidade, de obra en obra.

No caso das orixes en Barlavento, as redes son menos tupidas, coexistindo diversas subredes, vencelladas ás varias illas, con destaque para São Nicolau e Santo Antão. Proba desto pode ser a existencia, nos enclaves *sampaiud*, de asociacións ligadas á orixe insular, que rivalizan no mesmo espazo comunitario. O asentamento destas comunidades foi máis directo que no caso anterior, como se pode comprobar graficamente no mapa anterior.

A pesar da división anterior, a grande rede caboverdiana sempre existiu como entidade, téndose reforzado os contactos entre os diversos enclaves a raíz da instalación da representación consular de Cabo Verde en Madrid en 1996<sup>117</sup>.

<sup>117</sup> Neste caso merece destacarse o labor do Cónsul Francisco Veiga, que dinamizou extraordinariamente os contactos entre as diversas comunidades. Por outro lado, a abertura do Consulado facilitou a obtencións de documentos do país de orixe.

## **b) A BIFURCACIÓN DE XÉNERO NA DIÁSPORA ESPAÑOLA**

Ao mesmo tempo que a estruturación por illas de orixe, existe unha **bifurcación de xénero**, en canto á preeminencia de mulleres ou homes nas diversas comunidades (Martinez, 1997). Esta bifurcación dáse unicamente no caso do fluxo procedente das illas de Barlavento, xa que no caso do fluxo *badiu* é norma que as mulleres migren seguindo aos seus maridos, unha vez estes se encontren asentados. A división xenérica levou á formación dunha comunidade composta maioritariamente por mulleres provintes das illas anteriormente citadas na capital española, onde se inseriron laboralmente no servizo doméstico.

Coidamos que este caso, escasamente explorado, constitúe un fenómeno semellante ao da corrente feminizada de mulleres caboverdianas de Barlavento en Italia dende os anos 60 (Monteiro, 1997; Góis, 2006; Andall, 2008), que mostra o efecto da globalización e do proceso de incorporación das mulleres dos países do sul de Europa ao mercado de traballo, respondendo á demanda de mulleres migrantes para substituír o labor das autóctonas no ámbito doméstico (Horschild, 2001). Perante a ausencia de investigacións sobre este colectivo, permitímonos establecer como hipótese a existencia de certos paralelismos coa corrente italiana, en canto á escasa incidencia de procesos de reagrupamento familiar, que supuxo para algunhas mulleres o sacrificio de vivir alonxadas das súas crianzas ou postergar a maternidade (Monteiro, 1997). Mais noutros casos, como apuntan diversos traballos (Aranda, 1994; Moldes, 1998), como consecuencia da estreita relación cos homes da minería leonesa, formaron parellas que levaron a un importante número destas mulleres a trocar a capital española polos vales leoneses, para formar familias.

Nos outros casos, as comunidades naceron con base no traballo masculino, primando os varóns ou a estrutura familiar encabezada por un home, unha vez realizados os procesos de reagrupamento familiar. A pesar da masculinización destas tres correntes, a forza da compoñente feminina no fluxo global caboverdiano é evidente. Se observamos os datos fornecidos polos Anuarios de Migracións do INE, podemos constatar unha lixeira e continuada feminización do fluxo caboverdiano a España, considerada de xeito global, o cal se debe, ao noso xeito de ver, a dous factores: en primeiro lugar, á preeminencia da compoñente feminina no fluxo con destino a Madrid, activa dende finais dos anos 70, reforzada co extraordinario aumento da demanda no campo dos servizos de proximidade, consecuencia da globalización. Por outro lado, no

caso das comunidades *badiu*, ate a actualidade foi norma que os homes inicien o proceso migratorio para posteriormente reagrupar ás súas esposas, o que determina a elevada porcentaxe de mulleres nestas comunidades.

A posición das mulleres nos fluxos migratorios en análise será radicalmente diferente conforme veñan en solitario ou como esposas. Isto terá múltiples consecuencias non só na súa vida social e cotiá, senón no propio tratamento dispensado polo estado español á hora de outorgarlles un estatuto legal: as primeiras serán consideradas legalmente como traballadoras, mentres que as segundas serán concibidas como dependentes dos seus maridos, o que impide o exercicio dun emprego legal e dunha documentación propia, dependendo dos homes para a súa renovación.

### **O novo marco migratorio Cabo-Verde – España no Séc. XXI**

A finais da década dos 90, materializouse a posibilidade de migrar legalmente ao Estado Español, tendo como lugar de pasaxe obrigatoria para unha entrada legal en España a cidade de Dakar, sede da embaixada española ante diversos estados de África Occidental. Na capital senegalesa, que veu substituír o papel de Lisboa en canto porta ou espazo de paso entre orixe e destino, as persoas pasaban un tempo indeterminado á espera do visto de entrada no territorio Schengen.

Esta posibilidade abriu unha nova etapa na migración caboverdiana a España, que creceu considerabelmente grazas ao esforzo das familias previamente asentadas, que promoveron a vinda legal de familiares e veciños. Diversificáronse os destinos, aparecendo xunto ás comunidades históricas novos enclaves, nomeadamente en Canarias<sup>118</sup>, Barcelona e Alicante.

A rota a través de Portugal nunca deixou de existir, estando aínda activa na década de 90. Na actualidade xoga un papel marxinal, sendo un paso para as persoas, que entran como turistas, e despois pasan a outros países, onde tentan legalizar a súa situación unha vez en destino, algo moi difícil nos tempos actuais, mais non con anterioridade á década de 2000. A posibilidade dunha emigración regular no novo século propiciou a chegada da maioría das migrantes polas vías legais.

Os contactos entre os dous estados de orixe e destino pasaron nos últimos anos dunha certa indiferenza a unha relación sólida, que ten feito aumentar espectacularmente a

---

<sup>118</sup> Neste caso, reforzouse unha comunidade de antiga residencia no arquipélago canario, próximo a Cabo Verde.

presenza española no arquipélago. Mostra diso son a sinatura do *Acordo Marco de Cooperación en Materia de Inmigración* entre ambos países (Marzo 2007), a instalación dunha Embaixada española e unha oficina técnica de cooperación en Praia no mesmo ano, ou a existencia dunha *Comisión Mixta Hispano-Caboverdiana de Cooperación para o Desenvolvemento* dende esa altura, definíndose Cabo Verde como un dos países prioritarios da Cooperación Española.

Como resultado das relacións bilaterais, e da maior facilidade e seguridade do proxecto migratorio legal vía Dakar, o fluxo experimentou unha vitalidade nunca antes coñecida, tanto no caso de desprazamentos humanos como económicos (remesas), vindo os migrantes caboverdianos a cubrir a demanda de man de obra en diversos sectores, aproveitando a existencia das comunidades históricas. A simplificación da rota migratoria a partir de 2007, que abriu a posibilidade de migrar directamente de Cabo Verde a España de xeito legal, co visto proporcionado pola Embaixada española en Praia, supuxo un abaratamento dos costes do proceso migratorio, pero chegou na antesala dunha forte crise económica que cortou a posibilidade de migrar como novo traballador/a, manténdose unicamente os procesos de reagrupamento familiar, cada vez máis costosos a nivel de requisitos.

As razóns que están tras a nova e intensa relación entre os estados préndense, segundo Valentim (2011) coa política de externalización da migración operada polos países europeos, entre os que España ocupa un lugar destacado, por tratarse dun dos estados que constitúen as fronteiras exteriores da UE.

Na segunda metade da década de 2000, España orientou parte da súa política externa cara os países de África Occidental, nunha tentativa de frear os fluxos migratorios clandestinos con destino ao seu territorio, aprobando en 2006 o denominado *Plan África*. Neste marco, o arquipélago situouse nun lugar relevante, debido, por unha banda, á existencia dunha fronteira marítima con Canarias<sup>119</sup>, e por outra, polo carácter de lugar de tránsito a Europa que ocupa Cabo Verde para os cidadáns doutros países da CEDEAO<sup>120</sup>. Valentim (ibid) afirma que España figura como o principal mentor do endurecemento das leis migratorias do arquipélago para os migrantes doutros países africanos. Haberá que agardar uns anos para analizar os efectos da crise económica

---

<sup>119</sup> Convertida en destino preferente das novas rotas migratorias clandestinas dende África a Europa a mediados de 2000.

<sup>120</sup> Comunidade Económica dos Estados de Africa Occidental, integrada por 15 países, incluíndo Cabo Verde, entre os que existe liberdade de tránsito.

actual na evolución do fluxo caboverdiano a España, que a priori, dada a delicada situación económica do estado español, non parece moi prometedora.

### **A experiencia migratoria en contextos periféricos**

Presentamos a continuación, unha comparativa entre as dúas comunidades máis estudadas no contexto español, León e Lugo, que permiten a análise do que Moldes (1998) denomina un ciclo migratorio completo, por incluír a xubilación dos pioneiros e a chegada á idade adulta da chamada segunda xeración. Un elemento común a estas localidades de asentamento é o seu carácter periférico dentro do territorio español, constituíndo exemplos de zonas emisoras de emigrantes, xa dende os tempos da emigración transoceánica do século XIX. O asentamento de comunidades africanas nestas zonas constitúe unha excepción ás tendencias globais da migración subsahariana a España.

Ambas comunidades, representativas das dúas liñas do fluxo caboverdiano a España, conforme a orixe nas illas, presentan evolucións diferenciadas, que mostran como as condicións e características das sociedades de acollemento dos migrantes constitúen factores moi relevantes no desenvolvemento dos fluxos, que se articulan cos relativos ao contexto de orixe. Dentro de esta multifactorialidade, en ambos casos aparece o ámbito laboral como o determinante na evolución dos fluxos e comunidades. A comparación entre ambas serve tamén como exemplo da fluidez do xénero como elemento estruturante dos fenómenos sociais, neste caso nos procesos migratorios. Partindo de situacións de partida radicalmente diferentes (as mulleres de Madrid, como traballadoras autónomas; as mulleres nos fluxos badiu, como esposas dependentes), o estatuto, papel social e económico das mulleres caboverdianas mudou considerabelmente co paso do tempo, demostrando a plasticidade do xénero en canto construción social dinámica susceptible de ser negociada e reconstruída nos contextos migratorios (Gregorio, 1998; Donato, 2006; Mahler e Pessar, 2006). Se, por unha banda, moitas das migrantes de Madrid abandonaron o seu proxecto migratorio para unirse a un home en León, abandonando o seu traballo e ficando como donas de casa, no caso galego, as mulleres chegadas como esposas conseguiron mudar o seu estatuto de subalternidade grazas á ausencia masculina, gañando espazos non só laborais, mais tamén de representatividade e organización da comunidade.

### a) LEÓN: AS MINAS DE LACIANA E O BIERZO

Como se indicou anteriormente, na provincia de León existen historicamente dúas comunidades caboverdianas diferenciadas, moi próximas xeograficamente: **Villablino** e **Bembibre**, compostas maioritariamente por migrantes das illas de Santo Antão e São Nicolau, baseadas no traballo masculino nas minas de carbón.

Os homes caboverdianos chegaron xunto cun amplo colectivo portugués, para substituír a man de obra local que emigrara a zonas urbanas dentro do país e a países máis ricos do contexto europeo<sup>121</sup>. A inserción laboral dos caboverdianos no sector mineiro, un dos considerados máis perigosos, propiciou a aparición destes dous enclaves. Após o asentamento dos pioneiros, iniciouse o proceso de reagrupamento familiar, que perdurou ate a década de 90. Ambos enclaves mostran unha evolución diferenciada nas tres décadas de existencia, a pesar de ter semellantes condicións de partida, en zonas distantes entre si escasos 60 Km.

Durante a fase inicial de asentamento, produciuse unha *emigración pendular* (Aranda, 1994:105), a través da que os homes residentes nas zonas mineiras de León foron buscar esposas a Madrid, dentro do colectivo de mulleres das mesmas illas de procedencia, coas que nalgúns casos existían relacións previas de namoro, parentesco ou amizade, producindo matrimonios endogámicos, como apunta Aranda,

*Los varones permanecían durante los días laborables en el Bierzo, y cuando llegaba el fin de semana cogían el autobús y se marchaban a Madrid. Allí salían en grupos mixtos formados exclusivamente por personas de su misma nacionalidad. Una vez que se formaba la pareja, ella abandonaba su trabajo y se instalaba con él a vivir en el Bierzo (ibid:102).*

Este fenómeno é semellante ao referido para o caso holandés por autores como Góis (2006) e Monteiro (1997), que relatan como os homes caboverdianos residentes nos Países Baixos, ían procurar esposas a Italia, producíndose en moitos casos a reemigración das mulleres para criar unha familia en Holanda, abandonando o seu proxecto migratorio autónomo na Italia.

---

<sup>121</sup> Existen marcadas diferenzas entre os fluxos referidos: no que toca á súa distribución espacial, os portugueses encóntranse repartidos polo territorio provincial, en contraste cos caboverdianos, concentrados ate datas recentes en dúas localidades; en canto á inserción laboral, mentres que os primeiros traballan en diversos sectores, os segundos fano nun único nicho laboral: a minería (Martínez, 1997:208).

No caso de **Laciana**, a inserción laboral produciuse nunha única empresa, a MSP, no período entre 1975 e 1978. Os mineiros caboverdianos tiveron escasas posibilidades de ascenso laboral ao longo da súa carreira profesional, debido, segundo Moldes (1998) á práctica de dous tipos de discriminación no mundo laboral: o denominado *cierre social de usurpación*<sup>122</sup>, que se combinou cun escaso poder social de negociación (Moldes, 1998). A crise do sector levou ao progresivo peche das explotacións mineiras, téndose acollido a maioría dos mineiros a xubilacións anticipadas, no marco de diversos planos deste tipo, que se sucederon dende 1997, cun importante recorte dos postos de traballo na minería (Moldes, 2008).

O declive económico e demográfico da zona, periférica dentro da provincia de León, fixo que as posibilidades de inserción laboral para colectivo de descendentes foran moi limitadas, polo que a maioría das familias caboverdianas reemigrou cara outros lugares da xeografía española, uns próximos, como **Ponferrada**, centro económico da zona próxima do Bierzo; outros distantes, como Torrevieja (Alicante)<sup>123</sup>. Na actualidade son moi escasas as familias de orixe caboverdiana que ficaron no val.

As mulleres chegadas vía Madrid abandonaron a dimensión laboral, que exercían nos fogares das clases acomodadas madrileñas. Unha vez chegadas a Laciana, construíron un novo papel de “amas de casa”, inexistente na cultura rural caboverdiana, aínda que norma na sociedade de destino, na que é infrecuente o traballo asalariado das esposas dos mineiros. Polo tanto, parte das mulleres migrantes de Barlavento en España, partindo dun proxecto migratorio en solitario, que supuxo a posibilidade de vida e traballo autónomo, abandonaron os seus empregos para irse xuntar aos compañeiros ou maridos, mudando radicalmente a súa posición social e comunitaria.

---

<sup>122</sup> Conceito definido por Parkin (1984), que se refire á exclusión a la que determinados grupos sociales se ven sometidos en razón de sus peculiaridades étnicas, raciales y/o de género. Esta exclusión es una forma de explotación al margen de la propiedad y deriva de la suma de un conjunto de factores históricos y culturales, cuya compleja interacción tiene por resultado que determinados grupos se hallen sistemáticamente sometidos a formas de discriminación y subordinación, basados en la existencia de estereotipos o prejuicios sobre las personas pertenecientes a dicho grupo (Moldes, 1998:317).

<sup>123</sup> A ida destas familias á localidade de Torrevieja debeuse ás campañas publicitarias que se realizaron no val de Laciana por parte de empresas constructoras e inmobiliarias, para promover a adquisición de vivendas nesta localidade por parte dos mineiros pre-xubilados, que gozaban de un poder adquisitivo considerábel, o que levou a moitos habitantes do val a esta zona do Levante español. No caso dos caboverdianos, pesou fortemente a posibilidade de inserción laboral dos descendentes, moi limitada no contexto lacianego, iniciando a creación dunha nova comunidade da diáspora caboverdiana en terras españolas, que foi crecendo ao longo da década seguinte.

O novo papel feminino de dona de casa supuxo o illamento social<sup>124</sup>, dadas as condicións nas que se desenvolve a esfera do doméstico, quefixo que as mulleres se visen fechadas en pisos con todo tipo de utensilios e electrodomésticos, nunha inactividade descoñecida para elas, que será fonte de non poucos problemas de saúde, especialmente depresións (Moldes, 1998), sendo difícil romper este illamento, cuxos efectos perniciosos víronse agravados nas décadas posteriores coa emancipación do grupo de descendentes, que supuxo o fin dun dos papeis primordiais que dotaba de sentido ás súas vidas, o de nais.

Non existen estudos que nos permitan comprobar se, unha vez abandonado o val, as mulleres retomaron a súa dimensión laboral nos novos destinos, unha posibilidade a considerar.

Na comarca contigua do **Bierzo**, a inserción laboral inicial deuse na mesma época que no caso anterior, aínda que a través dunha multiplicidade de empresas, moitas delas de reducida dimensión, situadas no entorno da localidade de **Bembibre**. As condicións laborais nestas pequenas explotacións mineiras difiren do caso anterior, segundo constatou Martínez Veiga

*Las minas se distinguían, y se distinguen, unas de otras por el hecho de que unas son las minas en donde las condiciones de trabajo están y estaban controladas por la Inspección de Trabajo y las organizaciones sindicales, y otras son las que se llaman chamizos, que son empresas más pequeñas, con mucha menor capitalización y con unas condiciones de trabajo mucho menos seguras. Con frecuencia no se hacen contratos escritos, a veces los trabajadores no están inscritos en la Seguridad Social y el trabajo es mucho más eventual, aleatorio y los períodos son más cortos ... Hemos podido comprobar que hay una concentración más grande de caboverdianos en los chamizos que de portugueses, aunque la población portuguesa es mayor que la caboverdiana (Martínez, 1997:209).*

A evolución da minería no Bierzo será tamén diferente ao caso de Laciana. A pesar de que na década de 90 foron fechadas moitas empresas mineiras, acompañadas de xubilacións anticipadas, aínda existen explotacións en activo, nas que continúan a traballar

---

<sup>124</sup> Anteriormente estas mulleres vivían nun certo illamento social, determinado polas características do nicho laboral, o traballo doméstico como internas, que as recluíu, excepto dúas tardes á semana, nas casas dos patróns, dificultando o encontro entre elas e a posibilidade de criar unha familia.

mineiros caboverdianos, tanto da primeira como da segunda xeración. Neste caso, o proceso de declive mineiro non foi tan acentuado, nin provocou o abandono da zona. Bemibre, a diferenza de Villablino, ocupa un lugar central en canto ás comunicacións e presenta unha economía máis diversificada, que permite a inserción laboral noutros sectores.

A semellanza do caso lacianego, unha vez asentados os pioneiros, comezou o proceso de reagrupamento familiar. Algunhas das mulleres dos mineiros bercianos, como no caso anterior, proviñan de Madrid, mudando o seu papel de traballadoras domésticas polo de donas de casa. Outras chegaron de Cabo Verde. Unha vez xubilados os seus maridos, moitas comezaron a traballar fora do fogar, ficando os maridos a cargo dalgúns parcelas domésticas. Actualmente as caboverdianas do Bierzo traballan en sectores como o doméstico, a hostalería ou o industrial.

Bemibre é a sede da *Asociación Cultural Amílcar Cabral*, a máis antiga organización de inmigrantes caboverdianos na España, en funcionamento ininterrompido dende mediados dos anos 80, constituíndo un caso único na historia do movemento asociativo caboverdiano en terras españolas.

Por último, na mesma comarca do Bierzo, na década de 2000, a cidade de **Ponferrada** acolle unha comunidade de importancia crecente. Por unha banda, un grupo de familias procedentes de Laciana veu fixarse nesta localidade a partir dos procesos de xubilación da mina. Pola outra, familiares destas persoas provenientes, ben doutros puntos da diáspora, ben de Cabo Verde, chegaron coa renovación do fluxo na década de 2000.

A presenza de persoas caboverdianas nestas tres localidades da provincia de León estímase actualmente nunhas 700 persoas<sup>125</sup>, aínda que os datos oficiais reflicten unha cantidade inferior (en torno a 500 persoas), como mostra o seguinte gráfico, no que se pode visualizar a evolución destas comunidades en conxunto<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Segundo un dirixente asociativo

<sup>126</sup> Tendo en conta que os datos reférense ao conxunto da Comunidade Autónoma, na que practicamente non existen migrantes de orixe caboverdiana nas restantes provincias que a compoñen.

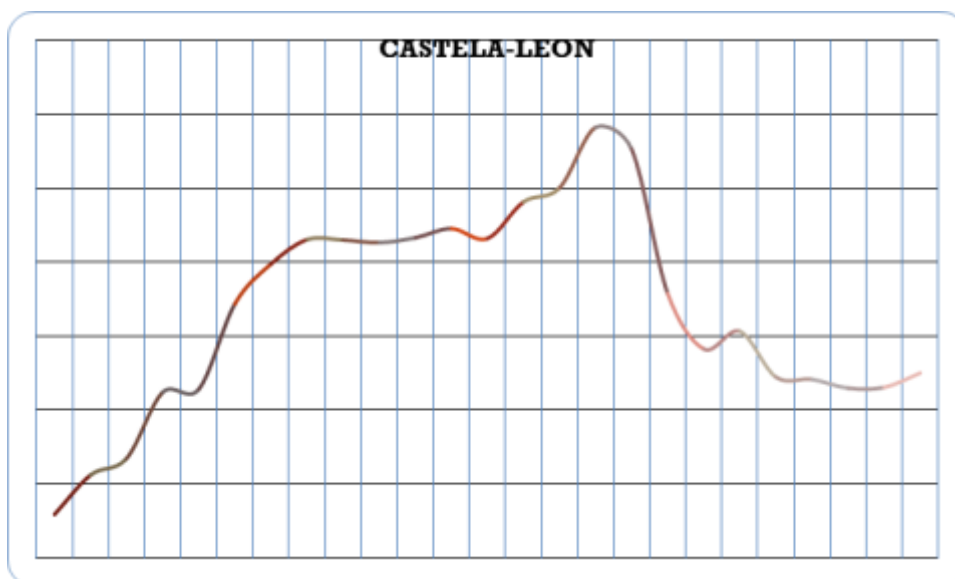


Gráfico 1 Evolución da poboación caboverdiana en Castela-León. 1983-2007.

Fonte: *Anuario Estadístico de Extranjería*, Anuario Migracións varios anos (INE). Elaboración propia.

Apréciase con clareza a evolución de crecemento continuado ate 1998, no que comeza a decrecer abruptamente, como resultado do abandono da zona, especialmente no caso de Laciaña, debido aos procesos de xubilación anticipada iniciados en 1997. A poboación que permanece no fin do período concéntrase en Bembibre e Ponferrada.

### **Galiza: a pesca de altura no porto de Burela**

No caso da Galiza, a comunidade asentouse na localidade costeira de **Burela**, na zona coñecida como A Mariña Luguesa, cunha economía baseada na pesca, industria e servizos. Burela é unha das localidades que máis medraron no seu contexto<sup>127</sup>, nutréndose de migracións de tipo interno e internacional, nas que o colectivo caboverdiano, xunto ao portugués, é pioneiro, con tres décadas de presenza na zona. Partindo dun asentamento inicial en localidades limítrofes, nos anos 90 a comunidade foise concentrando na vila.

A inserción laboral masculina a partir de 1978 no sector pesqueiro, e a chegada de mulleres e crianzas, deu nacemento a unha comunidade que en 2007 contaba, segundo os nosos datos, cunhas 450 persoas de procedencia case exclusiva de zonas rurais da Illa de Santiago.

A evolución do fluxo na Galiza está estreitamente ligada ao desenvolvemento do sector da pesca e do Porto de Burela, onde se inseriu ate mediados da década de 2000 o

<sup>127</sup> Pasou de ter 2909 habitantes en 1970 a preto de 10.000 en 2010.

100% dos adultos caboverdianos. Así, a comunidade foi crescendo devagar ate os anos 90, nos que se produciu unha forte perda de integrantes, debido á crise do sector. A partir de 1998, a revitalización da demanda na pesca, xunto á aparición de novos sectores de inserción, unido á posibilidade dunha emigración legal vía Dakar, aproveitada coa aparición dun facilitador<sup>128</sup>, provocou ao longo da década a triplicación do tamaño da comunidade.

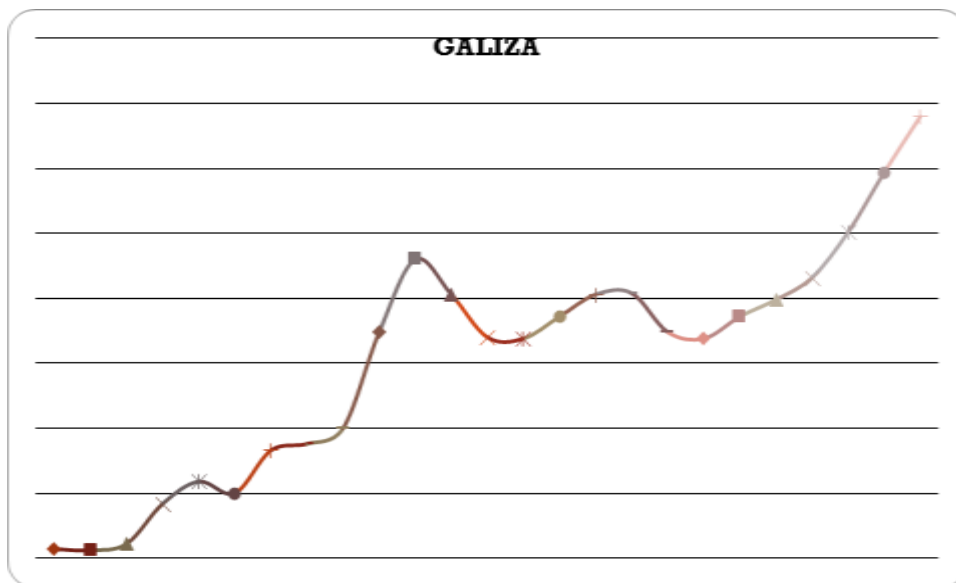


Gráfico 2: Evolución da poboación caboverdiana en Galiza. 1983-2007.

Fonte: *Anuario Estadístico de Extranjería*, Anuario Migracións varios anos (INE). Elaboración propia.

A inserción laboral das mulleres caboverdianas ate finais dos 90, deuse en sectores da economía somerxida, principalmente servizo doméstico, limpeza e hostalaría, pola imposibilidade de obter un permiso de traballo, a causa da súa situación legal dependente dos maridos. O modelo de dona de casa neste caso foi minoritario, aínda que sempre existiu un colectivo de *madresposas* (Lagarde, 2011) en exclusiva.

As características do sector de inserción laboral masculino, en canto á ausencia que supón o traballo na pesca de altura, empurraron as mulleres caboverdianas non só a exercer as figuras de nai e pai nos grupos domésticos, senón tamén os papeis de representación da comunidade, chegando a ocupar a finais dos 90 os cargos directivos da Asociación Cultural TABANKA, nacida en 1987. Unha foto fixa da comunidade, antes do ano 2000, estaría protagonizada por mulleres e crianzas, agás en dous períodos do ano nos que os

<sup>128</sup> Avogado que de xeito privado realiza os trámites burocráticos para a vinda de novos migrantes.

barcos pesqueiros acostuman facer paradas na actividade pesqueira (Maio e Nadal), ocupando temporalmente os mariñeiros caboverdianos un lugar central nos grupos domésticos e na vida comunitaria.

A comunidade foi alvo dende 1998 de diversos proxectos de intervención social<sup>129</sup>, a través dos que solucionaron algúns problemas comunitarios, nomeadamente ligados ao ámbito dos dereitos de cidadanía<sup>130</sup>, apoiando a revitalización da organización comunitaria, após anos de inactividade.

A incidencia da intervención tivo resultados moi positivos na potenciación do papel das mulleres, partindo da súa realidade dentro da comunidade social, intervindo en paralelo en dous ámbitos. Por un lado, o laboral, partindo da súa consideración como mulleres traballadoras (non unicamente esposas e donas de casa), a través de formacións e solución de problemas de legalidade laboral. Por outro lado, facendo saír ao ámbito público as expresións da identidade badía que se tiñan mantido no ámbito privado e familiar, nos que as mulleres cumprían o papel de transmisoras da cultura caboverdiana aos descendentes. Os resultados provocaron unha proxección positiva da comunidade, anteriormente cunha imaxe pública ambivalente, que oscilaba entre a chamada “integración perfecta<sup>131</sup>” e temas ligados á delincuencia e violencia, difundidos polos media. Neste proceso de expresión da identidade badía, naceu como resultado da intervención o grupo musical “Batuko Tabanka”, que simbolizou o empoderamento das mulleres adultas.

Co ? novo século, apareceron novos nichos de emprego, especialmente na construción en sectores feminizados, como o coidado de persoas dependentes e a hostalaría. O anterior provocou unha diversificación dos empregos dos *badiu* de Burela, que accederon á pesca costeira<sup>132</sup> e a sectores como a construción, o que supuxo o fin da ausencia prolongada de parte dos homes. A pesar de que a evolución no novo século seguiu o patrón tradicional de xénero dos fluxos *badiu*, produciuse a chegada dalgúns mulleres en solitario, axudadas polos seus familiares previamente establecidos (irmás,

---

<sup>129</sup> Eu mesma traballei como coordinadora no Proxecto BogAvante (1998/2000), intervención pioneira a cargo da Rede Galega de Loita contra a Pobreza e a Exclusión Social (REGAL). Posteriormente continuei nunha nova intervención, de ámbito municipal (2000/01), que abandonei por desacordos coa súa filosofía de traballo.

<sup>130</sup> Apatriedade dos descendentes nados en territorio español, imposibilidade das mulleres de obter un permiso de traballo independente do marido, falta de acceso aos servizos sociais e recursos do estado.

<sup>131</sup> Referida a unha situación de integración definida interesadamente polo poder político, que non tiña en conta a multidimensionalidade, dinamismo e carácter bidireccional da mesma (Gimenez, 2003).

<sup>132</sup> Que supón a presenza dos mariñeiros en terra de xeito diario ou semanal, en contraste coa pesca de altura, que supón unha ausencia continuada que oscila xeralmente entre os 15 días e os dous meses, dependendo do tipo de capturas.

sobriñas), para aproveitar as ofertas laborais en sectores feminizados que permitían unha migración legal.

Nos últimos anos, coa renovación da comunidade e as novas modalidades de inserción laboral masculina, que supoñen unha presenza constante, a foto fixa da comunidade daría unha visión dunha comunidade composta por elementos masculinos e femininos. O aumento da presenza masculina está a provocar mudanzas nas relacións de xénero, lonxe daquela comunidade feminizada pola ausencia dos homes, na que as mulleres adultas chegadas coa renovación do fluxo xa non teñen o papel preponderante no seo da comunidade do que aínda gozan as pioneiras.

### **A evolución da diáspora caboverdiana en España (1977/2007)**

Se atendemos ao gráfico 3, tendo en conta que as cifras reais deberían ser sensibelmente máis altas, constatamos o reducido tamaño da diáspora caboverdiana en España<sup>133</sup>, a pesar do seu crecemento paulatino.

Como resultado do asentamento durante tres décadas en territorio español, o colectivo caboverdiano é moi heteroxéneo, non só pola presenza de naturais de varias illas, como pola existencia de distintas xeracións no seu seo. No caso das persoas adultas procedentes de Cabo Verde, as diversas vagas de chegada deron como resultado un amplo abano de idades que van, no caso das persoas adultas, dos 18 aos 70 anos, e no caso dos descendentes, dos cero aos 40 anos, existindo unha terceira xeración.

Nos últimos anos a comunidade numericamente mais importante é a de Madrid, aínda que ate a entrada do século XXI este posto estaba ocupado pola comunidade leonesa, que diminuíu considerabelmente a partir de 1998, reducíndose case á metade nunha década. O fluxo leonés non aproveitou as circunstancias do novo escenario migratorio, debido á inexistencia de sectores de absorción da man de obra caboverdiana que substituíse ao traballo nas minas, algo que si aconteceu na capital do estado, onde se activou a vinda de novas e novos migrantes, con destino a diversos sectores. En anos recentes produciuse a concentración espacial dun gran grupo no municipio de Parla, no sur da área metropolitana madrileña.

A unha distancia significativa en canto a dimensión, as comunidades de orixe *badiu*, Aragón e Galiza, ocupan o terceiro e cuarto posto, respectivamente. Ambas

---

<sup>133</sup> En 2007, as 2.630 persoas caboverdianas contabilizadas nas estatísticas oficiais supúñan menos do 1 % da poboación extranxeira residente legalmente en España.

creceron continuamente ao longo dos tempos, experimentando na última década un crecemento máis intenso, aproveitando o novo marco migratorio e demanda de man de obra en determinados nichos laborais e a aparición da figura facilitadora, que a pesar de residir en Burela, traballou tamén para a comunidade aragonesa.

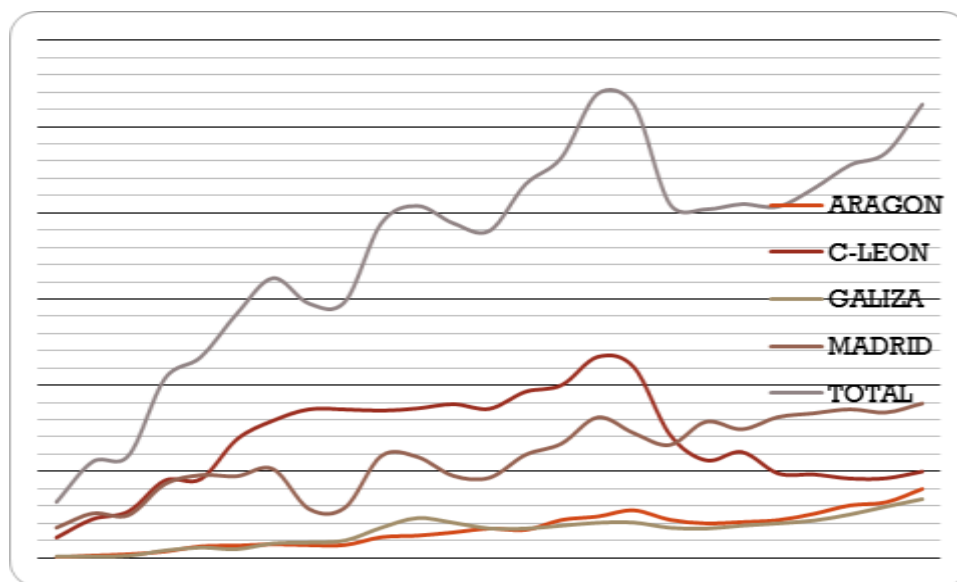


Gráfico 3: Evolución das comunidades históricas caboverdianas en España, 1983-2007 (por CCAA).

Fonte: *Anuario Estadístico de Extranjería*, Anuario Migracións varios anos (INE). Elaboración propia.

As liñas na evolución de cada unha das comunidades mostran graficamente a forza das redes que as conforman, aliñándose de dúas en dúas, segundo a orixe *badiu* ou *sampaiud*, existindo unha complementariedade entre os fluxos, que aumentan e diminuen en forma de espello, decrecendo un deles cada vez que o outro crece, e viceversa.

No caso dos fluxos *badiu*, téñense producido importantes traspases de poboación en diversas alturas, que proban a súa complementariedade. En momentos de crise nalgún destes enclaves, o outro serviu para absorber a poboación. Isto aconteceu a mediados dos anos 90, cando a crise no sector pesqueiro, único nicho laboral para os homes caboverdianos en Burela, provocou unha reemigración que se dirixiu maioritariamente á cidade aragonesa<sup>134</sup>. O impacto da crise económica actual nesta cidade levou a que algunhas familias fixeran o camiño contrario, regresando a Galiza en busca de emprego no mar. A aparición da crise provocou un parón no crecemento continuado da comunidade

<sup>134</sup> Este feito, do que temos constancia a través da elaboración de censos e investigación xeral do proxecto migratorio, non aparece nos datos oficiais coa forza que consideramos que tivo realmente. Segundo os nosos cálculos, unas 100 persoas abandonaron Burela en poucos anos (1992 a 1998), a maioría con destino a Zaragoza.

zaragozana a partir de 2007, que permitiu a confluencia co fluxo galego, aínda en crecemento.

En canto ao peso das comunidades históricas na diáspora española nos últimos anos, o seu conxunto supón aínda o 81% do peso da emigración caboverdiana a España, na que as comunidades de orixe *sampaiud* continúan sendo maioritarias. Dentro delas, Madrid é a comunidade de maior importancia, cun tamaño que case dobra a calquera das outras, acadando un 34% da representatividade.

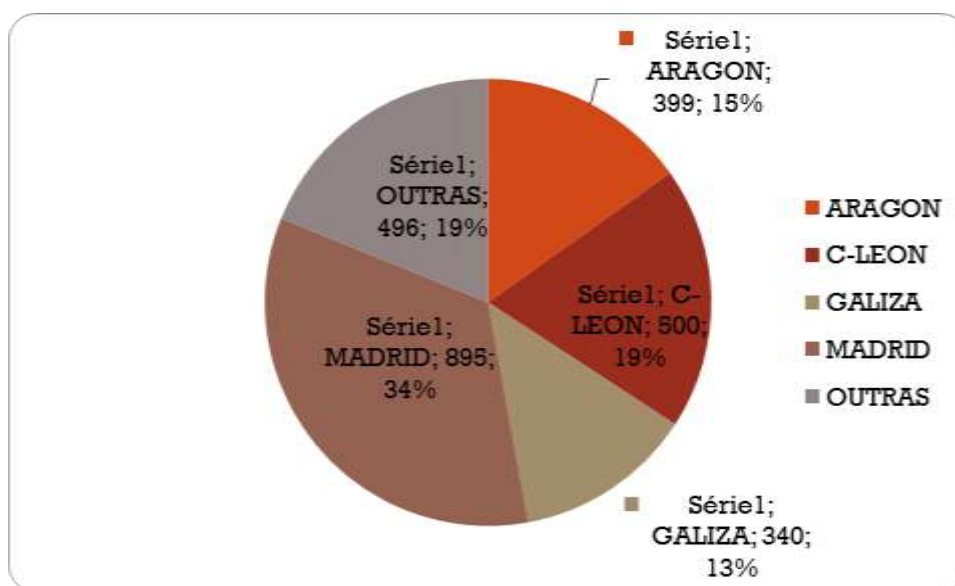


Gráfico 4: Peso das comunidades na diáspora caboverdiana na España - 2007

Fonte: Anuario Estadístico de Extranjería, Anuario Migraciones, varios anos (INE). Elaboración propia.

Os novos destinos, que acadan globalmente unha representatividade do 19%, evidencian a diversificación dos asentamentos, como resultado da renovación da corrente migratoria grazas aos convenios bilaterais, que aproveitou a demanda de man de obra inmigrante por parte de diversos sectores e territorios. Algún destes novos enclaves, como Alicante e Ponferrada, naceron a partir da migración dunha parte importante dos mineiros leoneses no momento das prexubilacións. Noutros casos, como Canarias ou Barcelona, ante a falta de estudos sobre a súa realidade, podemos supor que os elementos estruturantes propostos na nosa análise sirvan como guías para investigacións posteriores.

## Bibliografía

1. ANDALL, J. (2008), "Cape Verdeans in Italy", en Batalha & Carling (eds.), *Transnational Archipelago*, Amsterdam: Amsterdam University Press, pp.81-89.
2. ARANDA, C. (1994), Inmigrantes caboverdianos en el Bierzo, en *Polígonos. Revista de Geografía*, nº 4, pp. 99-105, León: Departamento de geografía de la Universidad de León.
3. CARREIRA, A. (1983) [1977], *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.
4. DONATO, K. et al. (2006), "A Glass Half Full? Gender in Migration Studies", in *International Migration Review*, Volume XL, nº 1, NY, Center for Migration Studies
5. FERNÁNDEZ, L. (2004), "Evolução da comunidade cabo-verdiana residente no Litoral Lugués", en VERDUGO, R., LOIS, R. (Eds), *As migrações em Galiza e Portugal. Contributos desde as Ciências Sociais*, Santiago: Edicións Candeia.
6. FIKES, K. (1998), "Domesticity in Black and White: Assessing Badia Cape Verdean Challenges to Portuguese Ideals of Black Womanhood", en *Transforming Anthropology*, Volume 7, Number 2, pp. 5-19, Association of Black Anthropologists
7. FIKES, K. (2000), *Santiaguense Cape Verdean Women in Portugal: Labor Rights, Citizenship and Diasporic Transformation*, Tese de Doutoramento en Filosofía e Antropoloxía, University of California.
8. FIKES, K. (2006), "Emigration and the Spatial Production of Difference from Cape Verde," en CLARKE, K. e THOMAS, D (eds.) *Globalization and Race*, Duke U Press, pp. 97-118.
9. GIMÉNEZ, C. (2003), *¿Qué es la inmigración?, ¿problema u oportunidad?, ¿cómo lograr la integración de los inmigrantes?, ¿multiculturalismo o interculturalidad?*, Barcelona: RBA
10. GÓIS, P. (2006), *Emigração Cabo-verdiana para (e na) European e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.
11. GREGORIO, C (1998), *Migración femenina. Su impacto en las relaciones de género*, Madrid: Narcea.
12. HOCHSCHILD, A. (2001), "Las cadenas mundiales de afecto y asistencia y la plusvalía emocional", en GIDDENS, A. e HUTTON, W. (eds.), *En el límite. La vida en el capitalismo global*, Barcelona: Kriterion Tusquets, pp. 187-208.
13. LAGARDE, M. (2011), *Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas*, Madrid: Horas y Horas.

14. LOPEZ, L., PRIETO, I. (1993), "Portugueses y caverdianos en España", en *Estudios Geográficos* (vol. 54), pp.75-96, Madrid: C.S.I.C.
15. LOPEZ, L., TURELL, M.T., LAVRATTI, N. (2007), "Las comunidades luso-hablantes portuguesa, brasileña y caboverdiana", en TURELL, M.T., *El Plurilingüismo en España*, Barcelona: IULA, pp. 399-432.
16. MAHLER, S & PESSAR, P. (2006), "Gender Matters: Ethnographers Bring Gender from the Periphery toward the Core of Migration Studies", en *International Migration Review*, Volume XL, nº 1, NY, Center for Migration Studies, pp. 27-63.
17. MARTINEZ, U. (1997), *La integración de los inmigrantes extranjeros en España*, Madrid: Trotta
18. MOLDES, R.(1998), *Relaciones Etnia-Clase: Inmigrantes caboverdianos en las minas de Laciana (León)*, Tese de Doutoramento, UCM: Departamento Sociología III.
19. MOLDES, R. (2008), "The cape verdean community in León : the shift of economic immigrants from the industrial sector to the services sector", in GOIS, P. (org.), *Comunidade(s) cabo- verdiana (s): as múltiplas faces da imigração cabo- verdiana*, Lisboa: Alto Comisariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
20. MOLDES, R., OCA, L. (2008), "Cape Verdeans in Spain", en Batalha & Carling (eds.), *Transnational Archipelago*. Amsterdam: Amsterdam University Press, pp.73-80.
21. MONTEIRO, C.A. (1997), *Comunidade Imigrada. Visão Sociológica. O caso da Itália*, Praia: ICL.
22. OCA, L. (2005), "La inserción versus exclusión de los inmigrantes: retórica y realidad", en Santos Rego, M.(ed) *Estudios sobre flujos migratorios en perspectiva educativa y cultural*, Granada: Grupo Editorial Universitario, pp.171-191
23. OCA, L. (2006), "Modelos de integración social de inmigrantes en Galiza: o exemplo da comunidade caboverdiana da Mariña", en *Fervenzas, Revista Galega de Traballo Social*, nº 9, Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Diplomados de Traballo Social de Galicia, pp. 121-137.
24. OCA, L. (2007), "Badiu na Galiza: mar di homi – tera di mudjeres", en GRASSI, M. e ÉVORA, I. (orgs), *Género e Migrações Cabo-verdianas*, Lisboa: ICS, pp. 99-122.
25. PARKIN, F. (1984), *Marxismo y teoría de clases. Una crítica burguesa*, Madrid: Espasa Calpe.
26. PEREIRA, V. (2008), "España como país de tránsito. El caso de la emigración portuguesa hacia Francia (1957-1974)", en *Migraciones y Exilios*, 9 (75-114), Madrid: AEMIC.
27. VALENTIM, I. (2011), "Cabo Verde y la externalización de la inmigración hacia Europa. Análisis histórico a la luz de la coherencia de las políticas en migración y

desarrollo”, en FRANCO, G. e GARCIA, D. (coords.), *Mujer, educación y migraciones en África*, Madrid: Los Libros de la Catarata

## 10 - Cabo-Verdianos e São-tomenses de ascendência cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe na atualidade: Uma abordagem etnográfica.

JOANA AREOSA FEIO

*"Por um lado eu quero deixar de ser o que sou, ou não sei se ainda sou, ou se já sou mas de outro modo...porque agora já está mais fácil sair e deixar de ser o que se era" (Sérgio Godinho, "Pode alguém ser quem não é")<sup>135</sup>. (sublinhados meus).*

São Tomé e Príncipe formou-se enquanto sociedade a partir de uma economia de plantação, baseada no trabalho escravo<sup>136</sup>, e mais tarde no de "contratados"<sup>137</sup>. Estes vieram inicialmente do Gabão, Costa do Ouro e Libéria e desde inícios do século XX, de Angola, Cabo-Verde e Moçambique (Cf. Seibert, 2001:53). A primeira vaga de contratados vindos de Cabo-verde é de 1903. A sua chegada às roças de São Tomé e Príncipe prolonga-se por todo o século XX, com maior intensidade nos anos 30-40 (devido às graves crises de fome neste arquipélago) e nos anos 50 (cf. Nascimento 2003). Os cabo-verdianos virão de diferentes ilhas, sozinhos ou em família, e desempenharão nas roças, salvo raras exceções, pesado trabalho braçal. Os contratados embarcavam para as ilhas iludidos pela miríade de um contrato de trabalho que teoricamente os deixaria regressar livremente às suas terras. Eram obrigados a trabalhar em condições desumanas e sujeitos a castigos, sendo que muitos, sobretudo os cabo-verdianos, nunca chegaram a ser repatriados, ao contrário do que aconteceu com os moçambicanos e com muitos angolanos. Estas pessoas viviam acantonadas nas sanzalas das roças, distanciadas, a vários níveis, da população são-tomense.

Atualmente é frequente encontrarem-se nas roças de São Tomé, nas antigas sanzalas, cabo-verdianos idosos (mas não só) que foram na sua juventude para o arquipélago, engrossando a mão-de-obra colonial, e que esperam (ainda) a chegada de algum avião.

---

<sup>135</sup> Música do álbum *Pré-Histórias*, de 1972.

<sup>136</sup> Castro Henriques chama-nos a atenção para o papel ativo do "elemento africano" na invenção de São Tomé e Príncipe enquanto sociedade crioula e de economia de plantação, uma vez que os "escravos", geralmente tidos como agentes passivos, não constituíram de modo algum "massas inertes e homogêneas". Pelo contrário, estas pessoas, provenientes de diversas regiões e "áreas culturais", contribuíram ativamente para a constituição da sociedade santomense (2000:39-40-41).

<sup>137</sup> Em 1875, devido às pressões abolicionistas internacionais, sobretudo vindas de Inglaterra, criou-se a categoria de contratados ou serviçais, que vieram a constituir a maior parte da população em São Tomé e Príncipe desde a segunda metade do século XIX.

Foi em 2002, numa visita a uma roça muitíssimo isolada, que se deu um dos encontros mais marcantes da minha relação com São Tomé e Príncipe, encontro marcante e que me acalentou a motivação para continuar um percurso de pesquisa nas ilhas. Foi precisamente um encontro com um cabo-verdiano, que foi para São Tomé contratado, na casa dos 20 anos, e se encontrava, segundo palavras suas, à espera de um avião que o levaria de regresso ao seu país e à sua família, como se se tivesse esquecido que já tinha envelhecido, que o tinham deixado ali, que nenhum avião iria chegar...que a família que deixara para trás já não estaria sequer viva. Sobre este encontro e suas implicações na minha pesquisa, no trabalho de campo antropológico em geral e na sua relação com ética e emoções, discorro num outro texto<sup>138</sup>. O mote ou o âmago por detrás da minha pesquisa nas ilhas, não está de forma alguma distante das roças, nem distante das histórias de vida dos cabo-verdianos e descendentes que tenho conhecido ao longo dos anos no arquipélago.

Hoje em dia, calcula-se que cerca de 50% da população em São Tomé é cabo-verdiana e de ascendência cabo-verdiana, valores que aumentam para 80% no Príncipe. Após o período da independência das ilhas cerca de nove mil cabo-verdianos (Seibert 2001a: 162 in Temudo, 2008: 78) permaneceram em São Tomé e Príncipe, quebrando-se a promessa de repatriamento, por motivos que interessarão analisar. Em 1982, ocorreu uma importante manifestação de cabo-verdianos que exigiam o seu repatriamento, o que seria segundo Eyzaguirre “contra os interesses dos dois países, dado que Cabo Verde não tinha recursos para os receber, e São Tomé e Príncipe, não estava interessado em perder os trabalhadores agrícolas das empresas estatais” (Eyzaguirre 1988: 358). Nascimento refere-se a inúmeras manifestações e protestos relacionados com a exigência de repatriamento por parte das pessoas com contracto, sobretudo cabo-verdianos, em diversos momentos do século XX, quer em São Tomé quer no Príncipe, com consequências gravosas para os mesmos (leia-se 2003: 23-24).

Falemos um pouco de etnicidade. No contexto são-tomense, os forros, consideram-se os “são-tomenses autênticos”, os autóctones ou verdadeiros “filhos da terra”, justificando assim e em grande medida, os seus privilégios. Apostaram desde cedo na criação de uma distância ontológica face aos ex.contratados, distância que teve na sua base as lógicas que imperavam no antigo sistema colonial (Feio, 2008). Os

---

<sup>138</sup> O texto intitula-se “Dos nós na garganta – São Tomé em mim é como sangrar clorofila” (2015) (no prelo).

“africanos do continente” eram considerados seres inferiores, “indígenas”, enquanto os forros e os angolares foram inseridos na categoria de cidadãos. Os próprios cabo-verdianos foram considerados cidadãos pelo regime colonial, porém e devido aos trabalhos que executavam nas roças, quer enquanto capatazes, quer enquanto trabalhadores comuns, em condições semelhantes às dos “continentais”, eram vistos pelos são-tomenses enquanto “outros”. Recordemos que a criação de distância e mesmo de rivalidade entre pessoas e “grupos” foi uma das armas usadas no e pelo próprio regime colonial. O convívio interétnico entre nativos e contratados era punido, sendo que eram os capatazes (moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos) que estavam incumbidos de vigiar essas aproximações. As animosidades eram tão fortes que depois da independência se registaram algumas perseguições feitas por forros e angolares a alguns ex. contratados (sobretudo aos moçambicanos e angolanos), segundo o que me foi revelado em contexto de entrevista. Por outro lado, a realidade terá sido bastante mais dinâmica: havia obviamente interações entre serviçais e ilhéus, nomeadamente através das relações comerciais informais e clandestinas (cf. Nascimento 2003, Seibert 2001). A aposta por parte dos ilhéus forros em se demarcarem face aos serviçais, relaciona-se precisamente com a reivindicação de um estatuto superior ao “escravo” e ao “contratado”, e alinha com a recusa em trabalhar nas roças do colono<sup>139</sup>, num contexto político que abraçava a raciologia e o racismo enquanto ideologia. Assim, a demarcação simbólica dos serviçais seria tanto mais “urgente quanto a tendencial diminuição de diferenças socioeconómicas (...) a que acrescia a “similitude racial” entre ambos os grupos por oposição aos europeus”. (Nascimento 2003:41) (aspas nossas). Este autor, refere que o facto de os cabo-verdianos serem por vezes mais letrados e mesmo considerados mais próximos dos europeus provocaria “mais incómodo nos ilhéus” (2003:41). Do mesmo modo, os cabo-verdianos tentavam distanciar-se dos outros serviçais, tentando sair das roças e juntar-se às comunidades de “ilhéus e fugidos” (cf. Nascimento, 2003:41). Este autor refere-se mesmo a uma “eventual disputa da terra” entre cabo-verdianos e são-tomenses, registada desde finais de oitocentos (2003:43).

---

<sup>139</sup> Convém aqui referir que apesar da recusa são-tomense em integrar a mão-de-obra das roças (uma das razões para a “importação de trabalho” do continente africano e de Cabo Verde), muitas das vezes estes viram-se obrigados a executar tarefas para o colono, sobretudo devido à perda do seu poder socioeconómico e autonomia, com a expropriação dos seus terrenos na segunda metade do século XIX para a implementação das roças de cacau e café proveniente do Brasil. No entanto, tinham as suas próprias comunidades e não ficavam nas sanzalas das roças coloniais.

Na atualidade, os forros evocam simultaneamente – e paradoxalmente – quer um passado de resistência ao trabalho escravo<sup>140</sup> e à luta pela independência, quer um passado de crioulização sociocultural, que os situaria, próximos da “europeidade civilizadora” (Feio, 2008:45-62). Seriam os legítimos donos das terras onde – *idealmente* – trabalhariam os cabo-verdianos e outros antigos contratados.

Como já referido, interessa-nos refletir sobre os processos identitários em São Tomé e Príncipe atual, nas suas variadas dimensões, relacionando “escolhas” identificatórias e diferentes percursos de mobilidade, entre pessoas com diferentes estatutos étnicos e socioeconómicos, tratando-se de olhares dinâmicos e realidades processuais, apreensíveis apenas em vários contextos de interações (cf. Eriksen, 1993:31).

Recusamos a “tendência para reificar grupos como se fossem internamente homogêneos ou mesmo atores coletivos com propósitos comuns” (cf. Brubaker, 2004:8), o que não significa que o mesmo (*a groupness*) não possa ser uma reivindicação de pessoas que se agrupam – também e - por vezes com objetivos e interesses comuns.

Assim, exemplificamos momentos de reforço de certas categorizações, as suas reelaborações, bem como momentos de fraca importância destas mesmas categorias, ou seja, momentos de fraca etnicidade. Segundo Brubaker, a etnicidade “acontece” numa variedade de “lugares” do dia-a-dia: nos encontros, nas categorias práticas, no conhecimento do senso comum, nos idiomas culturais, nas redes sociais, nas formas institucionais (2004:2). A “eticidade do dia-a-dia” poderá tornar-se invisível ao olhar dos estudiosos da ação coletiva ou da violência étnica, mas terá a sua relevância, o que aconteceria necessariamente ao mudar a escala do olhar, a uma dimensão mais pequena, típica da antropologia (2004:2).

Assim, olharemos cabo-verdianos e seus descendentes, já são-tomenses reforce-se, enquanto pessoas inseridas (auto e hetero) em categorizações étnicas que continuam a ter relevância efetiva num quadro de sociabilidades bastante hierarquizado. Mostraremos que a etnicidade também se esbate (momentaneamente), mas não é ignorada, por exemplo, ao nível da participação política formal ou na oferta de um bom emprego. Tal como não é esquecida a pertença a certa família ou a certa classe socioeconómica. Exemplificaremos ainda algumas das estratégias de mobilidade

---

<sup>140</sup> Discurso idêntico aos dos angolares mais velhos, como concluímos na nossa pesquisa de mestrado (Feio, 2008:23-44;63-82).

estatutária levadas a cabo por diferentes atores sociais (investimento nos estudos, casa na cidade, entre outras), num contexto de batalhas diárias.

### **São Tomé e Príncipe na atualidade - alguns dados**

Hoje, quase 40 anos após a independência política do arquipélago, várias são as mudanças estruturais que contribuem para um alargar de novos encontros sociais que implicam a reformulação de referenciais identificatórios, a vivência étnica e interétnica e os próprios percursos.

Destaque-se por exemplo, as migrações das populações das roças para a cidade, como os ex.contratados e seus descendentes, que procuram construir uma casa nas vilas (zonas) e nos bairros periféricos da capital. O ter-se “um pé” (uma casa) na cidade é percebido por estas pessoas, enquanto fundamental para um percurso de ascensão social e étnica, o que é comum às várias gerações.

Regista-se ainda (em menor grau mas relevante) um movimento contrário: forros e angolares, com menos recursos, procuram trabalho nas roças desde a sua nacionalização (no pós-independência), com as empresas estatais<sup>141</sup>, e posteriormente, com a privatização das terras e a contínua distribuição desigual (da terra) (Leia-se a este propósito Temudo, Nascimento, Seibert, Eyzaguirre).

“Muito embora fosse já membro do FMI desde 1977, o governo santomense só em 1985 inicia um processo de liberalização económica, adotando um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) a partir de 1987 (Seibert 2002a: 828). É também na década de 1980 que o governo inicia um primeiro processo (1985-1989) de privatização da terra – que decorreu de forma «arbitrária». Em 1989 só cerca de um terço desta terra se encontrava em cultivo (Seibert 2001a: 229 e 2001b: 831 in Temudo, 2008:11).

“(…) tendo ocorrido casos em que o Estado se reapropriou das parcelas muito produtivas, para depois as deixar de novo abandonadas (Eyzaguirre 1988:353 in Temudo, 2008: 79) ”. “Porém, o PPADPP não foi concebido como um projeto de reforma agrária ou de desenvolvimento rural, mas antes como um projeto de distribuição de terras que prioritariamente deveriam ser atribuídas aos antigos trabalhadores. Mais do que um projeto de privatização da terra, foi um projeto de

---

<sup>141</sup> Muitos membros do Governo (da elite forra), acabam por ter acesso às terras maiores e mais produtivas, das quais se apoderam. Muitos forros irão trabalhar nas empresas estatais e em troca receberão lotes.

«privatização da agricultura» (FAO & WB 2000: vi in Temudo, 2008:80). Na verdade, muitos trabalhadores ex. contratados que dedicaram toda uma vida de trabalho árduo nas roças coloniais (e depois nas empresas estatais com a nacionalização das roças no pós-independência), não receberam lotes alegando-se a idade avançada ou o facto de serem muitos novos (filhos e netos de ex. contratados), o que também intensificou o processo de êxodo rural, a par de uma difícil vida na agricultura de subsistência sem apoios estatais (desestruturação da economia, ausência e degradação de estradas, atribuição de lotes de terra pouco férteis ou encapoeirados). São Tomé e Príncipe importa hoje quase 90% do que aí se consome.

Registamos ainda enquanto mudanças estruturais: as emigrações e as imigrações. Assiste-se já a partir de meados dos anos 80 às migrações internacionais de pessoas de diferentes estatutos, quer seja para estudar<sup>142</sup>, quer uma emigração de natureza económica para países como Portugal, Cabo-Verde e Angola, e mais tarde Reino Unido, França, entre outros. Alguns cabo-verdianos e seus descendentes começaram a viajar, tendo como destino as suas terras ou as dos seus pais, acabando porém, a grande maioria, por regressar a São Tomé (falarei deste tópico mais à frente) ou a reemigrar para Angola, Gabão, Senegal, segundo o que nos é relatado.

Estes fluxos provocam sem dúvida, alterações no modo como as pessoas convivem. Uma das pessoas com quem residí, Josefina, uma jovem são-tomense forra que estudou em Paris, conta a certa altura como passou a conhecer muitos dos “hábitos dos cabo-verdianos e descendentes” [já são-tomenses portanto] devido precisamente à sua estadia em França, onde “convivia com muitos”, o que não acontecia anteriormente. “Agora já é *normal* e frequente”, revela.

Outra mudança estrutural relaciona-se com um maior acesso ao ensino, por parte das novas gerações de “descendentes” mas não só, também por parte das novas gerações de angolares e de principienses e de forros mais humildes. Note-se que o consulado de Cabo Verde em São Tomé está a atribuir bolsas de estudo<sup>143</sup> para os descendentes de cabo-verdianos, quer para São Tomé, como para Cabo Verde. Alguns estudantes optam por Cabo-verde, nomeadamente aqueles do Príncipe, por não terem onde ficar em São Tomé (a tal casa na cidade), conforme o que nos revela o cônsul de Cabo Verde.

---

<sup>142</sup> O governo são-tomense “oferece” bolsas de estudo para Portugal, Cuba, França, entre outros.

<sup>143</sup> O consulado oferece cem bolsas de estudo por ano, para estudos universitários.

“Agora há descendentes de ex. contratados com acesso à escola, ao contrário do que aconteceu num passado recente”, referem-nos em entrevista, pelo que há toda uma nova reflexividade cultural<sup>144</sup> nas novas gerações, o que possibilita também o acesso a um leque de escolhas e de identificações para além das “tradicionais”, contribuindo para uma maior abertura social.

Há uma nova reafirmação da cabo-verdianidade em São Tomé e Príncipe, que está muito relacionada com a recente valorização de Cabo Verde no arquipélago, muito feita a partir de imagens exteriores, como demonstrarei mais à frente, o que contribui para um novo “statement étnico”: “tenho orgulho em ser cabo-verdiano”, que se já se ouve entre as mais novas gerações (3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> gerações de descendentes). Surgiram recentemente alguns jovens em grupos musicais que cantam em crioulo de Cabo Verde e se reafirmam enquanto descendentes. Apostam na “saída” das roças e do que estas representam e representaram na vida dos seus pais e avós. A par destes novos grupos musicais, de sucesso fugaz porém, surgem outras atividades laborais como djs e animadores, guias turísticos, motoqueiros, protagonizadas em grande medida por membros das novas gerações de descendentes de ex.contratados. Muitos valem-se do seu conhecimento das zonas rurais, para darem a conhecer aos turistas (que cada vez mais visitam as ilhas), “São Tomé real”, com todas as implicações que este tipo de turismo traz.<sup>145</sup> São Tomé e Príncipe tem apostado muito no desenvolvimento do turismo à escala global<sup>146</sup>, sobretudo nos últimos anos. Se por um lado, surgem estas novas “saídas” laborais, como o motoqueiro, o motorista ou o guia turístico (até o segurança ou o mediador ou mesmo o “moço de recados”), o que também altera e a vivência interétnica (entre descendentes de cabo-verdianos e americanos, franceses, italianos, por exemplo) e o seu mundo referencial, por outro lado, não deixam de ser trabalhos de “desenrasque” e de alguma, se não bastante, subalternidade. Ou seja, as melhores profissões continuam de algum modo – ainda – pouco acessíveis e sujeitas a fechamentos étnicos e de classe. Por outro lado ainda, estas práticas propiciam modos de se fugir da roça e vir “sair na cidade”, como me dizem. Porém, estes jovens não deixam de ser extremamente mal vistos, sobretudo por forros de “classe média e alta”:

---

<sup>144</sup> Eriksen (1993,1998) escreve sobre os modos como a literacia potencia a reflexividade cultural.

<sup>145</sup> As principais unidades hoteleiras das ilhas organizam inclusive “excursões às roças”, às antigas casas senhorias e às sanzalas, onde residem muitos habitantes. Pretendemos desenvolver este tópico, problemático, na nossa tese.

<sup>146</sup> São Tomé tem vindo a ser considerado um dos mais “exóticos” destinos turísticos, nomeadamente por parte da CNN, mas não só.

“Joana, não ande com motoqueiros<sup>147</sup>, são pessoas que a gente não conhece”, “São pessoas de roça, são pessoas de rua”, dizem-me com preocupação.

Voltando ao tema da terra.

Como já se referiu, houve recentemente uma aproximação de forros mais humildes ao desempenho de atividades agrícolas (e conseqüente venda de produtos) nos subúrbios da cidade capital e nas vilas, tal como fazem os cabo-verdianos e descendentes. Na verdade, é uma atividade feita por quem consegue arranjar um pedaço de terra que permita (ou ajude a) sobreviver. Viemos a encontrar também nas roças, junto de ex. contratados e descendentes, várias famílias de forros, que ocupam ruínas de antigos hospitais e casas senhoriais. Assim, os mais excluídos, independentemente da pertença étnica, aproximam-se no que diz respeito à atividade ocupacional, e à zona de residência, independentemente da etnicidade: “forro tá a virar angolar<sup>148</sup>, forro tá a virar cabo-verdiano” (cf. Temudo, 2008:78-79).

Irei agora expor parte da minha observação de práticas de convivência prolongada com pessoas de diferentes estatutos, em casa de Rosa e familiares, uma família forra de “classe média”, onde vivi no início de 2012, num bairro muito perto da cidade capital. Residi ainda em 2012 em casa de Maria, na sua recém-inaugurada vivenda localizada também perto da capital<sup>149</sup>. Maria tem cerca de 40 anos. É descendente de cabo-verdianos que vieram enquanto contratados para as roças. Tem dois filhos pequenos e é divorciada. É licenciada e tem uma ótima posição profissional. Cresceu na roça até aos 8 anos e veio com essa idade residir para um subúrbio da capital, onde a sua mãe construiu uma humilde casa de madeira. A sua mãe tornou-se vendedora ambulante no mercado da cidade. Sendo Maria a filha mais nova (juntamente com um irmão), únicos residentes da cidade, pode estudar, ao contrário das restantes irmãs (na altura já maiores de idade), que permaneceram nas roças. Irei assim expor as minhas vivências em ambas as casas (de Rosa e de Maria), bem como os meus encontros e entrevistas nas roças, nas vilas, nos arredores da cidade, na cidade, com

---

<sup>147</sup> Este foi um dos meus principais meios de deslocação nas ilhas em 2012, o que constitui uma mais-valia para a análise que me encontro a elaborar.

<sup>148</sup> Sobre os “Forros-pescadores” (a pesca seria a profissão “natural” dos angolares segundo a etnoteorias locais), leia-se Feio, 2008: 46-82.

<sup>149</sup> Quer Rosa quer Maria vivem em bairros étnica e socialmente mistos, porém Rosa vive na parte privilegiada do seu bairro, destinada a funcionários públicos e ou reformados da função pública, enquanto “a zona” de Maria é bastante heterogénea, o que é bem notório na diferença de casas ali existentes.

José<sup>150</sup>, Josefina, Arlindo, Rui, Inês, Augusta, Beatriz, Papá João, Joana, Ana, entre outros, partindo dos meus diários de campo bem como de alguns excertos de entrevistas.

### **No Quintal de Dona Rosa**

Como já foi referido, a família de Rosa é uma família forra “de classe média”, residente numa confortável vivenda de cimento, na zona nobre de um bairro perto da capital. Rosa tem sessenta anos. É viúva de um funcionário público, forro, e é a própria reformada da função pública. Vive com os seus dois filhos, Josefina e João.

Josefina de 35 anos, é solteira e não tem filhos. Tirou uma licenciatura em administração pública em Paris, onde viveu 9 anos. Trabalha como secretária. João tem 36 anos, também é solteiro e não tem filhos. Formou-se em Cuba, e está ativamente à procura de trabalho.

Rosa possui algumas roças ou glebas (roça di forro), algumas eram dos pais<sup>151</sup>, outras do falecido marido, porém “apenas uma está cultivada, entregue a *um cabo-verdiano*, que está lá a tomar conta”, refere Rosa, o que é de resto é um discurso muito comum. (itálicos meus). O “cabo-verdiano” surge-nos representado enquanto aquele que de facto colocaria a mão na terra enquanto empregado de outrem.

Junto da família de Rosa, pude observar sociabilidades entre pessoas com o mesmo estatuto e entre pessoas de diferentes estatutos étnicos e socioeconómicos, que decorrem diariamente no seu quintal, onde se janta, almoça e convive. Atentei ainda nos referenciais identificatórios explicitados e valorizados em certos momentos por estas pessoas, os três membros da família com quem residi, e as visitas regulares da casa. São momentos de convívio íntimo entre pessoas que partilham neste espaço - e à mesa - refeições, estórias e afetos, constituindo estas pessoas uma família extensa que cultiva de forma intensa relações de interajuda, relacionados com o capital social de cada um. Neste quintal, valorizam-se várias dimensões da identidade social, para além da étnica<sup>152</sup>, como a identidade nacional (ser são-tomense; partilham muitas das representações sobre o país), a identidade de género (ser mulher), a identidade religiosa. Valoriza-se ainda a posição socioeconómica (percursos de mobilidade ascendente), os

---

<sup>150</sup> Todos os nomes são fictícios.

<sup>151</sup> O seu pai era agricultor na sua própria gleba, na zona da Trindade, e acabou por ser uma das vítimas do terrível Massacre de Batepá, em 1953.

<sup>152</sup> Estas identificações podem coexistir e coexistem com discursos e práticas de reforço de pertença étnica.

consumos, nomeadamente alimentares, os debates diários sobre a terra, a troca de conhecimentos sobre a mesma, sobre a agricultura, sobre os usos de plantas medicinais, entre outros.

Interessa-nos perceber o que une Rosa e os seus dois filhos, Maria (descendente de cabo-verdianos), José (descendente de cabo-verdianos<sup>153</sup>), os Tios Ana e Alberto (forros), Joelma, mãe de Maria, e Arlindo (de ascendência angolar, forra e brasileira), sujeitos que se querem e tratam como “família”, como os próprios referem inúmeras vezes. Interessará contrapor as descrições “do que os une” com outras, que as contradizem.

No confortável quintal da sua ampla vivenda, Rosa recebe regularmente a visita de dois descendentes de cabo-verdianos, criados em roças e agora residentes na capital, ambos com um percurso social de ascensão, um mais que outro, como se descreverá. Outra visita assídua da casa é um empresário de sucesso da construção civil, Arlindo, 40 anos, misto de angolar, forro e brasileiros e que está a apoiar a construção da casa de Josefina, numa das zonas mais prestigiadas da capital, onde o próprio reside. Arlindo, cuja esposa está já vários anos fora do país, conheceu Rosa por intermédio da esposa, pois ambas frequentavam a mesma igreja e faziam parte do mesmo grupo coral.

Visitam-nos ainda um ilustre casal de forros, Tio Alberto e Tia Ana; ainda uma tia materna de Rosa com o marido e as filhas, e vários colegas de João.

Todos os dias mais alguém bate ao portão à hora de almoço. É uma batedela quase em surdina. É um menino,<sup>154</sup> cerca de 10 anos, descalço e roto, que vai buscar almoço. Nunca foi convidado a entrar, ou a sentar-se à mesa connosco e espera pelo almoço no portão do quintal, sem proferir palavra ou olhar-nos diretamente. “Ele nem na escola anda! Você viu cabelo dele?!” dizem. “É uma vergonha! Cabelo assim?!”, são os comentários, que o próprio ouve. Um dia João disse: “Chega aqui menino, vem ver chicote!” e riam muito. A criança mantém-se silenciosa, reparo na barriga, cada vez maior, e não no bom sentido, cresce a barriga à medida que cresce a apatia. “Não se esqueça de devolver as caixas, ouviu bem?!” grita-lhe Rosa.

Rosa fala sempre da importância da comida, da fruta-pão, do tipo de peixe, do calulu, da importância da “comida caseira e tradicional”. Porém, não deixa de cozinhar

---

<sup>153</sup> Tem cerca de 50 anos. Foi criado numa roça onde viveu até aos 30 anos. Depois conseguiu arranjar casa na cidade (e emprego) e tornou-se vizinho de Rosa. O seu é um percurso suado e muito batalhado, como descreveremos em pormenor mais à frente.

<sup>154</sup> Filho de uma sobrinha direta de Rosa (filha da irmã).

ocasionalmente a cachupa (considerado “o prato” tradicional de Cabo-Verde), por considerar mais “económico e fácil de fazer”. Também “uso a fuba”, apesar de não considerar típico, como é a fruta-pão ou a banana assada. Inclui ainda na sua ementa, pratos considerados europeus, por mão da filha, que cozinha “massa de cotovelo com manga cortada, atum, milho e alface”. “Na Europa come-se muito assim”, diz Josefina à mãe. Valoriza muito os consumos de produtos do intermar, afamada mercearia portuguesa, onde adquire, a custo (produtos muito caros), alguns produtos que oferece às visitas mais cerimoniosas, como os tios Ana e Alberto<sup>155</sup>.

Lembro-me de Maria passar a fazer o mesmo na casa nova: “eu agora só uso chá de loja”, dirá, o que na verdade não será bem assim.

Apesar da relativa abertura de práticas no que respeita ao cozinhar-se comidas que não são “suas” (*catchupa é de Cabo Verde, fuba é de tonga, salada é de europeu*), há comidas que não se comem em casa de Rosa e que se repudiam veemente, como os búzios do mato<sup>156</sup>, elementos que fazem parte da alimentação dos mais pobres, sobretudo dos residentes nas roças. Há, sem dúvida, a ideia de que a roça é um local de “liberdade promiscua”, um local onde as pessoas são pouco higiénicas, mais rudimentares e primitivas. Só na roça (no que esta representa) se poderia comer o tal búzio do mato.

“É, é bom a gente sentir livre e à vontade, ir ate à roça, beber vinho da palma, gritar, fazer barulho à vontade. Fim-de-semana, é bom para ir à roça ver as cabo-verdianas”, ouvi numa galeria de arte da cidade capital.”; “Saí de casa em direção a xxx, onde mora Rosa. Passei por uns militares em frente ao quartel, 3 homens, 2 mulheres jovens, todos fardados, uma moça dizia “búzio do mato! Você sai para o mato e ele fica olhar você”. Um rapaz, sentado no muro, não fardado, respondeu: “Eu na roça, eu como memo! Tou na roça memo!”. (Excerto de diário de campo, Janeiro 2014, São Tomé). Ou seja, está num lugar onde “tudo seria permitido, gritar, beber, até à rudeza de se comer o impensável, ultrapassando os “limites da “cidade/civilização”. Estar na roça, é “estar in *between*”, “é deixar de ser o que se era”, como reza a música de Godinho. São porem visitas salvaguardadas: *o estar* na roça, não é nunca *o ser* da roça, o que se evita

---

<sup>155</sup> Para esta família é extremamente importante o facto de se ter em casa para consumo próprio e para servir às visitas produtos importados como o Nescafé, sumo Compal, licores ou fruta importada como a maçã, que só oferecem a determinadas pessoas com quem fazem mais cerimónia.

<sup>156</sup> Diz-se que se alimentam de fezes humanas.

a tudo o custo. Estar na roça, “ir lá ver cabo-verdianas”, um “desporto exótico de fim-de-semana”, que os próprios hotéis promovem.

José, um dos meus interlocutores às roças (onde viveu até tarde) e visita de casa de Rosa, dir-me-á que nunca mais conseguiria viver “nesse ambiente, por causa das casas comboio, não há privacidade alguma, ouve-se tudo, não gostei”. Por outro lado dirá também que nas roças as “pessoas são mais puras”, o que nos remete para um ideário problemático de pureza intocada, rude e primordial.

Em São tome e Príncipe, uma distinção importante que se faz entre pessoas e “grupos” prende-se com o facto de se catalogarem sujeitos enquanto “pessoa da roça” (muito desprestigiado) versus “pessoa de vila, zona ou cidade”. Várias vezes observámos que algumas meninas (“de roça”) que passam a habitar a residência das “senhoras” da cidade que as aceitam para lugares de empregadas ou ajudantes, que podem estudar simultaneamente veem por vezes na frequência escolar da cidade ou vila, não tanto (ou não só) uma oportunidade para estudarem mas também e sobretudo um modo para deixarem de ser (vistas) enquanto “miúdas de roça”. Observámos o mesmo sentimento junto de meninas<sup>157</sup> que saem das roças, e passam a viver em congregações religiosas das vilas ou cidade. É mais um modo “de sair”, “e deixar de ser o que se era”. Voltemos à comida.

Há uma constante hiper-vigilância no que diz respeito ao que se come. Ouve-se muito “eu não como em qualquer lado, não conheço higiene dessa pessoa”, e várias vezes presenciei refeições a serem (mais ou menos discretamente) recusadas, nomeadamente por parte de Rui, um forro “com orgulho” (como se designa) que por vezes me acompanhou às roças. Rui, que conheço desde 2002, não come “qualquer comida, por não saber a origem”. Mais do que referir-se à origem da comida em si, Rui, com quem falei deste assunto inúmeras vezes, refere-se sim à origem da própria pessoa que confeciona determinado prato. Este é um contexto social de forte desconfiança face “aos outros”, que não se sabe quem são, os não-identificados, e que podem ser os “seres das ruas”, os empregados, os seres das roças, os “gabões” ou estrangeiros, os não-

---

<sup>157</sup> Lembremo-nos, por exemplo, as freiras de São João de Angolares, aí instaladas há cerca de 20 anos e que recebem meninas das roças mais isoladas do Distrito de Caué (sul da ilha). As meninas que recebem são sobretudo descendentes de terceira e 4ª geração de ex. Contratados cabo-verdianos. Algumas destas jovens veem a oportunidade de viverem em São João de Angolares, não tanto como uma hipótese para o facto de estudarem no ciclo, mas enquanto uma estratégia de conhecerem novas pessoas, nomeadamente rapazes (angolares) com quem idealizam casar e engravidar, o que idealizam enquanto uma estratégia de fuga à pobreza extrema dos locais de onde vêm.

autóctones, o que revela uma forte hierarquização social que se reflete também, por vezes, em linhas étnicas.

No quintal da casa, fazem-se todas as refeições: no centro, há uma grande mesa de madeira e vários bancos e cadeiras. Ao lado da mesa, do lado a apontar para o portão, estão três cadeirões de madeira feitos à mão pelo tio materno de Rosa e uma mesa de apoio, onde costuma estar o rádio e ocasionalmente uma das duas televisões da casa. No quintal há ainda uma parte de lavanderia, onde a empregada passa a maior parte do tempo. Esta está proibida de cozinhar, tarefa exclusiva da dona da casa. Na parte detrás do quintal, afastadas da mesa onde se come e conversa, estão capoeiras com galinhas, onde se vão buscar ovos “frescos” e várias plantas medicinais usadas nos pratos que rosa elabora, bem como diversas árvores de frutos.

São vários os fatores que aproximam pessoas de diferentes pertenças: a vivência na cidade ou “ter um pé na cidade”,<sup>158</sup> espaço de cultura e bem considerado, onde se pode ter acesso à escola e a outras oportunidades (anteriormente considerado apenas “lugar de forro”), as posições socioeconómicas e as profissões, o género, a idade, as habilitações escolares, a frequência de espaços comuns de prestígio como determinada Igreja ou as festas do banco X. As intensas redes de interajuda são ainda mais necessárias num país onde predomina a corrupção e onde o acesso a certos serviços é constantemente minado. Registámos um sentimento de indignação e revolta para com o seu país que é consensual e une estas pessoas. São frequentes as discussões sobre a política no país, levadas a cabo sobretudo por Arlindo, João e José, mas das quais todos participam. Afinal, são todos são-tomenses. É importante analisar em profundidade a relação entre etnicidade e classe, e a relação entre etnicidade e capital social, o que nos ajudará a entender quer a diluição - temporária - da identificação étnica, quer o seu reforço. Ajudam-se do seguinte modo:

Rosa toma ocasionalmente conta dos filhos de Maria e tomou a tempo inteiro no ano passado, altura em que Joelma, mãe de Maria, viajou para Cabo-verde, onde ficou um ano. Maria ajudou a cuidar de uma tia materna de Rosa e apoiou-a aquando das mortes do seu marido e mãe, a que esta assistiu em situação de doença prolongada. Rosa recebeu Maria em sua casa nos meses atribulados do divórcio da mesma e por diversas vezes as ouvi a partilhar histórias e opiniões consensuais sobre “a bandidagem

---

<sup>158</sup> Consequência da migração das roças para a cidade da mãe de Maria, do pai de Arlindo (o pai de Arlindo foi feitor em várias roças), e do percurso de “saída” de José.

dos homens são-tomenses”, unindo-se enquanto mulheres. Arlindo orienta as obras de finalização da construção da casa de Maria, apoia a construção da casa de Josefina que é precisamente ao lado da sua, para além de apoiar esta família em todas as ocasiões e em coisas tão simples (e tão simbólicas) como o ato de trazer fruta e legumes frescos das roças<sup>159</sup> - numa base diária - que visita durante o dia devido ao seu trabalho. O mesmo faz José, cuja visita é menos frequente (Arlindo faz ali todas as suas refeições, porque a esposa está fora do país) até porque o próprio já não reside na cidade<sup>160</sup>. Arlindo é ainda padrinho do filho mais novo de Maria. Arlindo, conheceu Rosa, como já referi, por intermédio da esposa, pois ambas frequentavam a mesma igreja. Também Maria e José são muito religiosos. Maria frequenta porém a Igreja da Conceição, também na capital, e José foi catequista “já em adulto virei-me para a fé”, contar-nos-á “mas ainda não estou como Dona Rosa, que tem fé madura”. Nenhum dos filhos de Rosa frequenta porém a igreja sem ser em datas muitos especiais, apesar de ambos terem a bíblia sobre a cama. Eyzaguirre escreverá que quer para “os “tongas”<sup>161</sup>, quer para os “caboverdianos”, cujas ligações sociais e políticas com a maioria forra no poder são fracas “a agricultura itinerante representa uma oportunidade de adquirir rendimentos consideráveis, que são depois reinvestidos numa rede de parentesco que pode servir para os integrar mais completamente na sociedade nacional” (Eyzaguirre 1986:125), (sublinhados meus), o que me faz pensar em Arlindo, em José, na ame de Maria, em muitas outras pessoas.

Em Julho de 2012, escrevi: “Rosa vai visitar a festa de Ribeira Afonso, com uma amiga. Fiquei muito admirada, Dona Rosa em Ribeira Afonso. Vi na Televisão que é uma festa religiosa, de homenagem a Santo Isidoro, o Santo da Agricultura. Assim já percebo. Josefina também vai, mas não se mistura, palavras suas, fica em casa de uma amiga pois na rua “é muita confusão”. De facto, o que une estas pessoas – e desune e causa lutas diárias – prende-se precisamente com a posse da terra e da agricultura. Na televisão reparei que estava não só o bispo nessa festa como “muitas figuras ilustres da nossa praça”, como se diz por aqui. A luta pela terra não podia ser um assunto mais em

---

<sup>159</sup> A roça une (de onde - também - vêm os alimentos, os conhecimentos sobre a terra e as plantas medicinais), a roça divide (“ser da roça”).

<sup>160</sup> José reside agora numa casa no campo, ainda em obras. Mantém, porém um pé na cidade, onde tem casa, e um pé na roça, onde cultiva um terreno seu. Maria também não é tão regular em casa de Rosa, até porque o seu horário de trabalho não o permite.

<sup>161</sup> Arlindo dir-me-á em entrevista que há quem o considere tonga.

cima da mesa nos dias que correm. E não terá sido sempre assim? Basta recordar a história das próprias ilhas”. (Excerto de diário de campo, Julho de 2012, São Tomé.)

Já em 2014, vim a perceber que há algo mais que une Josefina e José. Ambos estão a batalhar para conseguir mais uns lotes de terra que já compraram a pequenos agricultores<sup>162</sup>, cabo-verdianos, por intermédio de José “lido muito bem com eles”, dir-me-á. Este está ser um processo demorado e que estará mesmo parado, pois de repente surgiram novas pessoas a reclamar as terras que José e Josefina já compraram e pagaram. Estas são pessoas ligadas à administração pública e membros de “famílias poderosas”, contam-me.

Em 2014, fui passear com Josefina. Esta tinha de ir a Fernão Dias, a uma zona com agricultores. Fomos então a casa de “Papa João”, um cabo-verdiano que conseguiu sair da roça e ergueu uma casa própria, de madeira, à beira de um campo que cultivava.

“Conseguiu erguer essa casa há dois anos” conta Josefina à mãe Rosa, no nosso regresso a casa. “Mamã, ele dantes ficava em casa no chão mesmo. Morava muito mal, sem condições. Mamã ele agora tá bem, tem tudo plantado. Esse homem é muito trabalhador”. Desde que Josefina o conheceu, por motivos de trabalho, aos poucos foram tornando-se amigos, diz. Rosa, agora só compra no mercado diretamente das mãos da mulher de papá João, pois sabe de onde vêm os legumes e como são tratados. “Gente trabalhadora” dizem. “É. Mulher dele, fica lá no mercado a vender. Quietinha. Ela é bem quietinha. Coitada” ri, Rosa. “É mulher batalhadora mesmo”. “É, essa gente trabalha mesmo. Ela vem todos os dias de lá para vender no mercado, todos os dias vai e vem”. Diz Rosa. “A mãe dele era de Cabo Verde, trabalhou muito nas roças, nas dependências. Ele ainda chegou a trabalhar também”, reitera Josefina.

“Mamã, ele explica plantas todas, sabe muito esse senhor!”. “É.” Confirma Rosa.

Josefina conta que o visita de dois em dois meses, e abastece-se de uma data de produtos que este lhe oferece “abóbora, tomate, beringela, chá chalela, chá outro”, e “plantas medicinais também. Sabe muito esse homem!”. Em troca Josefina levou bules e garrafas de plástico de água vazias, pois eles têm de ir apanhar água longe (a casa não

---

<sup>162</sup> “Mais do que crédito ou subsídios a fundo perdido, o que atualmente os pequenos agricultores reivindicam é o apoio para o escoamento da sua produção, o abastecimento do mercado em fatores de produção a preços não especulativos e ainda ajuda na desmatação, nos casos em que receberam parcelas completamente encapoeiradas” (Temudo, 2008:85).

tem água nem luz). Registei o seguinte diálogo do nosso encontro em casa de papá João:

“Ao chegarmos, papá ficou muito satisfeito.

Mimi, uma amiga de Josefina que nunca mais voltei a ver diz:

“Estamos aqui, só com fé”.

Papá João: tem de ter fé, se não, não avança. O peixe miúdo nunca ganha nada... estamos aqui mas só com fé.” Mimi concorda. Josefina (e eu) também.

Mimi demonstra grande conhecimento sobre plantas e seus fins medicinais o que conquista a confiança e respeito do papá e de outro senhor cabo-verdiano que também lá está. Ela fica visivelmente contente, conta que foi criada numa roça e que vem de uma família humilde. Lá por estar na cidade, não se esquece, diz.

“Eu também fui criada roça!”, insiste Mimi.

“Ela é muito esperta!” Dizem papá João e o seu amigo.” (Excerto de diário de campo, Abril de 2014, São Tomé).

“Muitos destes agricultores (forros) alegam mesmo que aprenderam a trabalhar a terra com amigos cabo-verdianos.” (Nota rodapé 9, Temudo, 2008: 78).

Escrevi ainda o seguinte no diário: “cabo-verdianos e forros, une-os uma forte ligação à terra e à natureza e ao poder e uso das plantas. Um discurso/interesses que ultrapassa(m) nacionalidades/etnicidades, e que no caso dos cabo-verdianos tem muito a ver com a sua atividade profissional como no caso de alguns forros (lembrar que os pais de Rosa eram agricultores nas suas próprias terras, como muitos são-tomenses, desde sempre). Josefina e Rui, José, têm um verdadeiro interesse nestas atividades, no caso de José mais ligado à própria sobrevivência, desde que ficou desempregado na cidade, no caso de Josefina por vezes é puro lazer. Mas para ambos é uma atividade para à qual olham com muito respeito, também por estar muito associada às atividades dos seus ascendentes. Josefina pode porém referi-lo apenas ocasionalmente. “Eu gosto, às vezes, plantar no meu quintal” diz Josefina. José dir-me-á o mesmo, porém não corresponde bem às suas práticas efetivas, pois de momento, sem emprego, tem mesmo de trabalhar a terra para sobreviver”. (Excerto de diário de campo, Abril de 2014, São Tomé).

### **Em casa de Maria**

Como já foi dito, Maria estava a acabar de construir a sua casa de cimento, onde eu também residi em 2012. A casa na cidade, é um dos símbolos do poder estatutário e

do seu percurso de ascensão: o ter a *sua* própria casa e o ter uma casa em cimento o que será de resto uma ambição comum aos restantes são-tomenses. Este é um projeto de uma vida para a maioria das pessoas (poucos o concretizam), em que cada obra, cada remendo, equivalem a uma determinada fase no percurso da vida de uma pessoa e de uma família. A construção de uma casa é regra geral um trabalho de uma vida (lembre-se que as casas de José, cidade e “campo”, ainda não estão terminadas, nem a enorme vivenda de luxo de Josefina, cujas obras estão em curso há uns 10 anos). A casa de Maria, recém-inaugurada foi decorada tendo em conta as opiniões de um casal de amigos franceses e de uma portuguesa, Mariana, a quem esta pediu opiniões regulares como pude observar no período que antecedeu a inauguração. Também deu muita importância às sugestões de Rosa e Josefina.

Maria chamou da “roça”<sup>163</sup> uma menina, sua sobrinha, de cerca de 16 anos. Joana é filha de um irmão de Maria, emigrado há muitos anos em Angola, e de “uma angolara”<sup>164</sup>. Maria dir-me-á que a menina vem estudar no liceu da cidade mas isso acabou por nunca acontecer<sup>165</sup>. Joana, tratava da casa, cozinhava e tomava conta dos filhos de Maria, de 8 e 5 anos. Nas férias da Páscoa, esteve ainda em nossa casa outra jovem da mesma idade, residente numa roça bastante isolada. Joana e esta jovem, chamemos-lhe Ana, disputavam inúmeras vezes o seu estatuto: “Mas tu és angolara! Como vais saber preparar em condições o sumo de Maria?!”, dizia Ana. “Cala-te, e você?! Cabo-verdeana da roça!”. Uma tarde, depois do lanche, começaram a falar de cores de pele, com os filhos de Maria presentes. O mais velho acabou a chorar por Ana ter dito que este era “muito preto”, dado ao seu tom mais escuro. O miúdo ficou muito magoado. Mais tarde, Maria soube do ocorrido e disse ao filho “Para a próxima dizes que és escuro, mas que és um preto fino!”. Nesta conversa Joana, que tentou defender a criança, colocou-me esta questão: “A Ana pode ser clarinha, mas em Portugal, somos todos pretos, não é Joana?!”<sup>166</sup>.

É comum a diferença de estatutos (socioeconómicos e até étnicos) entre familiares até relativamente próximos. Maria que completou os estudos com sucesso (licenciada) e tem hoje uma ótima posição profissional, tem várias irmãs mais velhas (a

---

<sup>163</sup> Na verdade é de São João de Angolares, mas Maria chama a esta vila “roça”. A própria Joana acabará por fazer o mesmo.

<sup>164</sup> Tive ainda o privilégio de acompanhar Joana na sua casa em São João de Angolares.

<sup>165</sup> Foi-me dito que não seria possível inscrever Joana no liceu devido à sua idade (Joana só tinha o 6º ano incompleto), a não ser que esta tivesse aulas de noite.

<sup>166</sup> Joana visitou Portugal integrada num grupo de “dança tradicional de Angolares” junto com outras crianças de Angolares num festival que ocorreu no parque das nações.

diferença de idades é enorme, filhas de pais diferentes) que nunca conseguiram estudar e trabalharam arduamente nas roças. Se Maria é já considerada são-tomense (embora descendente), a sua irmã mais velha é olhada enquanto “cabo-verdiana de roça”, onde habita, sendo ainda vendedora de mercado. No percurso de Maria teve extraordinária importância ter crescido na cidade desde os 8 anos, sendo a última filha, pois teve acesso à escola. A mobilidade de Maria é a mobilidade projetada da sua própria mãe, que beneficia hoje em dia da posição da filha. Joelma está a frequentar aulas de alfabetização na cidade, apesar de querer desistir, porém Maria insiste para que não o faça.

Estas famílias diferenciadas são de resto algo muito comum entre os são-tomenses (lembramos o menino sobrinho de Rosa). “Sobes na vida, deixa de ser teu irmão automaticamente” comentam vários entrevistados, forros<sup>167</sup>.

Arlindo diz o seguinte referindo-se a uma ilustre família forra “pessoas da família deles, que não estudavam, eles renegam. Pessoa não estuda e vai continuar a pertencer essa família? Não. Não pertence mais”.

O ato de “pegar” uma “menina da roça”, sua parente ou não, é uma prática muito comum entre os forros de várias gerações “ir à roça pegar uma cabo-verdiana para morar na cidade”, oiço isto desde 2002. Maria fará o mesmo, talvez para se afirmar enquanto são-tomense.

Uma noite, antes de jantarmos disse-me: “ A Mariana - uma portuguesa - também tem uma menina como eu tenho a Joana. Hoje vamos levá-las a sair”, conta toda orgulhosa.

Um outro dia, ao almoço, esta comenta com Arlindo que veio almoçar connosco:

- *“Agora vou começar a fazer como dona Rosa e congelar os restos [da comida] e depois fazer coisas com o que sobrar”.*

“Num outro dia, à noite, escuta-se a falar na televisão uma nutricionista brasileira que agora esta sempre a aparecer, ditando “o que se deve e o que não se deve comer”. Maria diz-me: “Eu também tenho muito cuidado com o que como e cozinho, quando estava em casa da minha mãe eu zangava muito com ela, são outros hábitos. Mas depois deixei disso, porque estava sempre a chateá-la”. (Excerto de diário de campo, casa de Maria, Abril de 2012, São Tomé).

---

<sup>167</sup> Dizem-me que isso é muito comum entre os forros e menos entre os angolares.

A recente relativa valorização da cabo-verdianidade (a música, a comida, etc.) faz-se sentir muito por meio de referências exteriores: imagens e informações difundidas pela televisão e rádio; o que contam os que lá vão; as recentes imigrações de cabo-verdianos e angolanos no arquipélago e a própria presença do consulado de Cabo Verde e as atividades que organizam e as associações de cabo-verdianos que apoiam. Hoje, Cabo-verde é em São Tomé considerado um país “muito mais desenvolvido e organizado que São Tomé”, como me relatam inúmeras pessoas<sup>168</sup>, o que implicará um novo modo de olhar para as pessoas com estas ascendências, apontamos como hipótese a problematizar melhor. Porém o Cabo Verde atual, não seria o Cabo Verde da Mãe de Maria ou dos restantes ex.contratados. E se assim é, que ecos da valorização chegam a estas pessoas? O mesmo escutarei em relação aos angolanos ex.contratados e seus descendentes nas ilhas, com quem também convivi na Roça Monte Café e noutras localidades. “Não vais dizer que aquele tonga, assim todo roto, é de Angola ou vais?!”, Dir-me-ia Joaquim, um amigo forro. “Eles agora querem vir para a cidade, pedir nacionalidade angolana!”, diz-me chocado, referindo-se aos descendentes de angolanos que vivem em situação igualmente precária e similar à dos ex. contratados cabo-verdianos ou moçambicanos (em muito menor número).

Curiosamente ou não, são os dois descendentes de cabo-verdianos, Maria e José, os que mais se distanciam entre si. Por exemplo, na inauguração da casa de Maria, todos foram convidados exceto José. Este sentiu-se ofendido e confidenciou-o comigo, numa das nossas visitas de moto às roças. Ambos vêm de famílias muito humildes, nasceram e cresceram em roças e por isso Maria não o terá convidado “*ela quer esquecer o passado, a pobreza e então só se quer dar com certo tipo de pessoas*”, explica.

Uma noite, em casa de Rosa, todos juntos ao jantar, Maria ao ver chegar José, com os óculos novos colocados, refere em tom de gozo:

- “Um cabo-verdiano de óculos?! É um cabo-verdiano esperto!”, comentário que provocou a risada geral.

### **JOELMA, mãe se Maria – que retorno a Cabo Verde?**

---

<sup>168</sup> Há inclusive vários estudos neste sentido, como por exemplo Cabo Verde e São Tomé de Armindo Espírito Santo ou *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*, de Manuela Cardoso.

Mãe de Maria, Joelma, é uma cabo-verdiana de 70 anos, que veio para São Tomé trabalhar para a roça Água-izé. Hoje habita nos arredores da cidade. Com a independência do país, mudou-se com os dois filhos menores para um bairro perto da cidade, onde construiu uma casa de madeira, e tornou-se vendedora no mercado da cidade, como muitos cabo-verdianos e descendentes e outros trabalhadores das roças. Joelma conta, como muitos outros, que já não há lugar para si em Cabo verde, não se sentiu bem no seu regresso a Cabo Verde, como de resto nos revelam vários entrevistados. Esteve lá em 2009, e ficou um ano. “Não me senti lá bem...dava trabalho aos familiares, já tou cansada, não posso trabalhar, e ficava lá na casa deles a dar trabalho“. Diz também “o país já não é o mesmo, não tenho lá ninguém. Os meus filhos tá aqui”. Outra entrevistada, Inês, dirá, no mesmo sentido “Eu tive em Cabo Verde também, um ano (...) Eu não tenho nada lá! Para mim não tem nada lá em Cabo Verde. Já tou há muito tempo aqui em são Tomé, a gente vai de avião só, não tem nada, família também não tem como nos ajudar, vive a desenrascar também, não dá, para viver lá custa.” Não tiveram direito a lotes de terra, apesar de terem trabalhado a vida toda nas roças “quando gente dividiu terra eu já era reformante<sup>169</sup>, não davam. E nós que veio com pai e mãe não pode tomar!”, refere Inês.

Regista-se uma franca necessidade de trabalhar até à morte, para sobreviver, por parte de muitos ex-contratados, o que alguns confundem com “identidade de trabalhador”, uma espécie de ethos (ou passará mesmo a ser uma dimensão identificatória, por não haver alternativa?). Com a reforma insignificante que recebem, que escolhas podem na realidade fazer?

### **JOSÉ (roças, cidade, aldeias, campo, casa de dona rosa)**

José<sup>170</sup>, quase 50 anos. Tem o 11º, frequentou o liceu já adulto (aulas à noite), e tem ainda aulas de francês, assim como Maria. Foi um dos meus introdutores às roças,

---

<sup>169</sup> Reformante ou reformada. A reforma dos ex. contratados é cerca de 3 a 30 euros, por parte do governo de São Tomé e cerca de 10 euros por parte do governo de Cabo Verde. Note-se que os atrasos são frequentes e que por vezes os residentes das roças, em idade muito avançada, não tem sequer possibilidades de vir receber esse dinheiro à cidade, quando este chega. O drama das reformas – ou da falta delas - é também comum a muitos são-tomenses.

<sup>170</sup> José era em 2012 técnico de terreno de uma ONG francesa. Era intermediário entre a ONG e as populações das roças, inserido em projetos de melhoramento das infraestruturas básicas das mesmas, como a construção de lavandarias, chafarizes ou latrinas. Entretanto ficou desempregado e virou-se de novo para a agricultura, já em 2014. “Fui o primeiro a ser despedido, dirá.” Porquê?!”. E responde: “sou o único cabo-verdiano e não há como esconder isso!”.

onde nasceu e conhece como as palmas das suas mãos. José tem “um pé na roça outro na cidade”. Conseguiu casa na cidade “graças a um senhor cabo-verdiano que como sabia que eu era descendente, e que era difícil para nós arranjar terreno na cidade, ele me vendeu um pequeno espaço que fazia parte de um campo de cana”. “Ele disse quando eu conseguisse alguma coisa na roça que eu trouxesse de vez em quando, e em troca dava-me o espaço, para eu cultivar, porque aqui era tudo cana. Havia só as casas pré-fabricadas, onde vive Dona Rosa”. “Eu vou buscar frutas, abacate, papaia, jaca, fruta-pão, banana madura, na roça onde fui criado, é lá que tenho 15.000 metro quadrados de terra. Ainda é um bocadinho longe, sim. Consegui “ganhar lote de terra” já eu estava na cidade”. “Pessoal da roça deu meu nome”.

Sobre ter conseguido arranjar emprego na cidade, diz: “Apenas 10% dos descendentes de cabo-verdianos conseguem isto, e é preciso ‘já ter entrado’ na cidade, o que não é nada fácil, para um cabo-verdiano”. Está a construir uma casa no campo, onde reside agora, numa zona isolada e fora da roça, mas relativamente perto da capital. A casa ainda está em obras, mas José acampa “até porque já fui campista”, ri-se. Até ter migrado para a cidade, estudou até 4ª classe, conforme as possibilidades dos seus avós, “pois não havia dinheiro para pagar os transportes todos os dias até à cidade”. Assim, acabou os estudos já em adulto, a trabalhar. Considera que o seu caso foi quase uma exceção, reforçando o papel dos estudos na ascensão e a importância de ter uma casa na cidade<sup>171</sup>. Os colegas da sua idade continuam presos à roça e sem estudos, diz. José, que se identifica enquanto “são-tomense descendente de cabo-verdianos”, refere também que “hoje em dia já estou a sentir são-tomense”. Hoje em dia, escrevo, que deixei a miséria da roça onde cresci, é o que imagino que pensa. “Fui crescendo, a querer ser um grande jogador, para poder ir para Portugal, perto da minha mãe, porque o visto era muito difícil (...). Minha avó tinha um filho, era mais novo que eu. Depois eu não podia estudar mais, porque não havia escola no distrito, na zona. Na altura só havia escola na cidade capital. E ela não tinha condições para me pagar transporte nem tinha familiares na cidade para poder continuar os estudos”. Ainda no que respeita à sua identificação, profere: “Pelo que já me disseram...eu sou uma mistura de cabo-verdianos, são-tomenses e portugueses, ou seja, de europeus. Tive muitos amigos europeus, como os

---

<sup>171</sup> A casa está inacabada e as obras paradas, mas está bastante habitável e foi onde ficou enquanto trabalhava na cidade e estudava ao mesmo tempo, o que considera ter sido uma grande ajuda no seu percurso.

leigos para o desenvolvimento, convivi em casa deles, em passeio etc. Depois, mais tarde, vim a trabalhar com voluntários franceses, familiarizei muito com eles e vim a notar que depois de 22 anos já não sabia qual era a minha identidade”. “Eu tenho um amigo francês que me disse ‘você é um pouco estrangeiro, você não é muito parecido com os são-tomenses’”. “Mas, sabes, hoje já não há tanta vergonha nem o viver escondido, hoje os cabo-verdianos decidiram sair. Vendem os produtos que cultivam lá, na comunidade da zona rural e trazem para a cidade, e familiarizam com os são-tomenses, através de venda e compra, não é? Há familiarização. Já não se escondem tanto...” (sublinhados meus). “Chamavam cabo-verdianos de gabão. Eu, que gostava muito de futebol, meti-me numa equipa de Santana, Santana futebol clube, mas dois anos depois continuavam a não me porem a jogar porque me chamavam gabão, e que não era um bom jogador por ser gabão! É estupidez, não é? (...). “Renunciei à minha nacionalidade, para lutar mais por São Tomé, para ver se tenho mais formas de enfrentar, com a nacionalidade são-tomense já não me iriam criar dificuldade, em trabalhos e tal. A minha mãe é que tinha pedido para mim, tive nacionalidade cabo-verdiana mas eu quando cresci, devido a essa história toda eu fui renunciar àquela nacionalidade, como meu assento de nascimento está em São Tomé, voltei a ficar são-tomense.”<sup>172</sup>”

## **ROÇA BERNARDO FARO – 1º dia**

### **Junho, 2012, São Tomé**

“Chegámos à roça de manhãzinha, eu e José. A estrada para cá chegar é completamente esburacada. Viemos numa moto todo-o-terreno e foi difícil. José conhece toda a gente. Muitas pessoas estão ainda no mato, a cultivar. Dizem-me que em lotes distantes, mais de uma hora para lá chegar. Começam a chegar aos poucos por volta das 13h00 (...).

---

<sup>172</sup> “Segundo a lei, os que estavam aqui antes da independência têm direito a nacionalidade. São considerados são-tomenses em direito. Podem votar, desde que adquiram a nacionalidade. O problema é que muitos que vieram como contratados não têm a nacionalidade. Não que não tenham esse direito, mas por uma ou outra razão, as vezes falta de dinheiro para tratar dos documentos, é todo um processo para se levar a cabo. Custa cerca de ...100 euros. Todo o processo”, esclarece José.

Faustino e Júlia, um casal de cabo-verdianos de quase 80 anos, residem na antiga casa senhorial, em ruínas. Temos de subir uma longa escadaria até chegarmos a eles. Dali de cima, vê-se toda a roça, as antigas sanzalas, onde residem os restantes habitantes. Arrepia. Faustino foi feitor no tempo colonial. Está visivelmente cansado.<sup>173</sup> Está também quase cego. Tem um rádio muito antigo, que transporta consigo, mas sem pilhas. Não sabe quando poderá comprar outras novas. Fala pouco. Olhos caídos. Acaba por me dizer uma frase que não esqueci. Disse-me isto: “o mais triste, foi eu nunca ter feito amigos. Não por não querer, por não poder. Eu não podia ser da confiança de todos”. Júlia ouve isto, não se espanta. Diz que sim, com a cabeça. De novo o arrepio.

(...)

Júlia está descalça, cheia de lama. Estava a cultivar algo para dar de comer aos porcos e cabras que têm. Também está muito cansada, mas não pode parar. Não há reformas. (...).

Por volta das 13h começam a chegar as filhas deste casal, escadaria acima. Também elas moram lá em baixo. Põe-se a fazer tarefas da casa: a estender roupa, a varrer. Sobem e descem, em azáfama. Também começam a subir as escadas bebês muito pequenos, e Adriana, uma neta do casal com 8 anos. Não teve escola esta manhã. A escola é noutra roça, a uma hora de distância. Depois de acabar a primária é que vem a complicação: só há ciclo em Santana (casa das madres), ou quem pode e tiver familiares na cidade, vai. Ainda não sabem como vai ser. Outra neta, de 13 anos, mostra-me a roça. Diz que está na escola na cidade, mas que veio ficar a semana na roça, pois não aguentou as saudades. Mostra-me as obras de uma ONG: um secador de cacau, um chafariz ainda em obras. Outro, também em obras, destinado à lavagem de roupas. Agora têm de usar uma torneira “ali ao fundo”, enquanto a obra não acabar.

Passo pelas casas, cumprimento as pessoas. Como uns ovos com a filha de Faustino em sua casa, nas antigas sanzalas, com uma sensação de forte constrangimento. Levei salsichas e pão na mochila, que partilhamos. O José também vem comer connosco. Lá fora, muitos meninos subnutridos às portas das casas. Já são 15h, ninguém parece estar a almoçar para além de nós”.

---

<sup>173</sup> Viria a falecer em 2014.

“ (...) Lembro-me que no caminho para cá chegar vimos várias crianças com físgas, na outra mão morcegos e passarinhos. Escrevi isto no telemóvel, para passar para aqui: “A brincadeira aqui é apanhar o que comer e não só por desporto ou lazer”.

(...)

“Já mais perto das 16h visito uma senhora descendente de moçambicanos, muito idosa. Conta-me que não lhe deram lote. Mais uma, penso. Ao seu lado, reside uma cabo-verdiana também muito idosa, que diz que ajuda a vizinha, como pode. Está a preparar qualquer coisa para comer: “fruta-pão, matabala e banana”, é o que tem ao lume a assar. Começam a chegar várias crianças (seus netos), para comer. Sentamo-nos as três, numas cadeiras na rua, a jogar conversa fora, até que começa a chover intensamente. Á nossa frente, uma vendedora<sup>174</sup> de peixe (veio da cidade.), com um balde grande à cabeça. Parece bastante alcoolizada, como várias outras pessoas com quem me fui cruzando. Grita com alguém, está à espera que lhe paguem. Diz que hoje já não regressa à cidade, não fez dinheiro que chegue. Dormirá noutra roça, tem lá familiares, diz. Também “na estrada” da sanzala, uma jovem muito grávida. É filha da senhora descendente de moçambicanos. Esta explica-me que a moça mora longe (*há ainda mais longe?* penso) veio até aqui por estar quase a dar à luz e precisa que o “pai de filho” a venha buscar e levar até à cidade, onde está o hospital. A jovem recebe um telefonema, que todos ouvimos. Era o homem a dizer que não a podia vir buscar! Esta fica completamente transtornada e grita “está na cidade, na boa vida, a beber”, andando de um lado para o outro. Pergunto à sua mãe o que fazer. Esta responde que “é esperar só”. Está a ficar noite (em STP anoitece por volta das 17h30), e depois das 18h nenhum carro vai ali, nem carrinha ou táxi (note-se que não há ambulâncias). Muita gente morre assim, sem estrada, sem acesso ao hospital. Entretanto chega um padre português, a contraluz. Vamos todos para uma capela muito antiga, a única luz é a de uma vela. A filha mais velha de Faustino canta algo. Os outros calados. Faustino e Júlia não faltam também, com as suas melhores roupas, mais gastas é impossível. Desfazem-se, como as casas, como...tudo ali. Estão muito hirtos, postura elegante. Faustino traz um chapéu, que retira muito respeitosa ao entrar na igreja. Lembro a sua casa, as suas palavras. Emociono-me, mas disfarço. A falta de luz ajuda. Mais tarde saberei que o padre vem uma vez ao mês, sabem quando é o dia que vem, pois este vai antes a uma

---

<sup>174</sup> Chamadas de palaiês.

outra roça, ainda mais distante, e assim a notícia se espalha. Um miúdo é batizado. Colocam água na cabeça e já está. Os pais do menino choram. “Deus há-de tomar conta dele”, dizem. Acaba a missa. Durou uns vinte minutos. Nós seguimos para baixo, completamente às escuras, eu e José”.

### **Algumas notas em forma de conclusão**

Apesar de alguma mobilidade por parte das gerações mais novas de descendentes de cabo-verdianos (já são-tomenses, portanto, e de angolares, principiensens e descendentes de ex.contratados de outras nacionalidades, como descendentes de angolanos), há a persistência de estereótipos e esta mobilidade é sempre relativa. As categorias étnicas e os pressupostos que as encerram continuam a fazer a demarcação de uns e outros, e bloqueiam em certa medida – mas não em termos absolutos – os percursos de mobilidade social e estatutária.

Hoje em dia, os cabo-verdianos e seus descendentes, são ainda descritos como “os mais trabalhadores” e são associados ao trabalho agrícola desenvolvido quer nos lotes de terra que integram as roças, quer nos terrenos baldios dos arredores das cidades e aldeias, mais “dados ao trabalho”, e nomeadamente ao “trabalho braçal”, ideia persistente entre os próprios. Realidades aparentemente contraditórias mas coexistentes como o elogio da cabo-verdianidade inspirado muito nas imagens do exterior, e noutros fatores, como descrevemos. Porém, esta valorização categórica é coexistente com a imagem do cabo-verdiano “di tempo”, “o que veio”, mais rude porque da roça, distante do cabo-verdiano atual.

Ainda no que diz respeito à auto-percepção dos cabo-verdianos e descendentes, encontrámos quer discursos, de cabo-verdianos ex. contratados de 1ª geração, que se reclamam de uma identidade portuguesa e crioula, discurso que é diferentes entre os descendentes de segunda e terceira geração, que reclamam de algum modo a sua ligação a África e às terras dos seus ascendentes, bem como a outros países como por exemplo Portugal, o Reino Unido, França, os Estados Unidos da América, o Brasil, de onde vêm, por exemplo, alguns dos filmes e ritmos musicais ouvidos no arquipélago ou a capoeira, atividade que atrai cada vez mais descendentes dos trabalhadores das roças e começa mesmo a ser praticada nas roças mais isoladas, como pudemos observar (a par do futebol). O Portugal evocado e valorizado por estes descendentes também não é o mesmo dos seus avós, é um Portugal que os liga aos mais famosos jogadores de futebol,

que os liga à Europa (“a ponte é um passagem”) de onde viriam os “ritmos” de uma modernidade idealizada à qual reivindicam pertencer.

## Bibliografia

1. BRUBAKER, R. (2004). *Ethnicity without groups*, EUA, Masaryogya Universzta.
2. COHEN, A. (ed.) (1974). *Urban Ethnicity* London, Tavistock.
3. CONSTANTIN, F. (1989). “Condition Swahili et identité politique, commentaires sur l'éternelle genèse d'une non-ethnicité”. In: *Les Ethnies ont une histoire*, Paris, Khartala pp. 337-347.
4. ERIKSEN, T. H. (1993). *Ethnicity and Nationalism. Anthropological Perspectives*, Londres, Pluto Press.
5. ERIKSEN, T. H. (1998). *Common Denominators – Ethnicity, Nation-Building and Compromise in Mauritius*. Oxford & New York, Berg.
6. EYZAGUIRRE, P. (1988) “Competing Systems of Land Tenure in an African Plantation Society”, in R. Downs & São Reyna, eds, *Land and Society in Contemporary Africa*, Hannover, N.H., University Press of New England : 340-361.
7. FEIO, J. A. (2008). *De Étnicos a “Étnicos”: Uma Abordagem aos “Angolares” de São Tomé e Príncipe* - Dissertação de Mestrado em Antropologia, Colonialismo e Pós-colonialismo, orientação de Gerhard Seibert, Lisboa, ISCTE-IUL.
8. CASTRO HENRIQUES, I. C. (2000). *São Tomé e Príncipe – A Invenção de uma Sociedade*, Lisboa, Vega.
9. NASCIMENTO, A. (2002). *Poderes e Quotidiano nas Roças de S. Tomé e Príncipe de finais de oitocentos a meados de novecentos*, Lousã, Apoio de Sociedade de Promoção de Investimentos.
10. NASCIMENTO, A. (2003) *O Sul da Diáspora: Cabo-verdianos em Plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique*. Praia, Presidência da República de Cabo Verde.
11. SEIBERT, G. 2001. (1999), *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Vega.
12. TEMUDO, M. (2008). “De serviçal a camponês - A persistência das desigualdades sociais em São Tomé e Príncipe”, *Lusotopie* XV (2), 71-93.

### **Introdução**

A coexistência de pessoas e grupos marcados pela diversidade étnica, social, cultural, geográfica, religiosa e linguística é um tema que gera controvérsias acrescidas nas sociedades hodiernas. Se pensarmos na coexistência de um dos grupos se imigrantes mais enraizados temporalmente na sociedade portuguesa, como os cabo-verdianos, sendo que muitos têm a nacionalidade portuguesa não deixa de ser interessante verificar que a sua visibilidade científica, social e política na sociedade portuguesa é menor nos anos mais recentes so que nas décadas de 80 e 90. Esta reflexão não se centra exclusivamente nos imigrantes de Cabo Verde, sendo antes uma análise que procura dar a conhecer numa perspetiva mais macro os movimentos migratórios que têm por destino o nosso país, articulando-se com uma análise micro localizada num dos concelhos da área metropolitana de Lisboa, evidenciando-se a presença dos cabo verdianos nesse concelho.

Assim sendo, o texto organiza-se em dois andamentos: na primeira parte faz-se uma análise retrospectiva dos movimentos migratórios que têm por destino o nosso país a partir da década de 80 do século XX e até 2012. Na segunda parte (2º andamento), apresentam-se alguns dados derivados de um estudo sobre os imigrantes, nomeadamente cabo-verdianos em comparação com outras nacionalidades, residentes no concelho de Oeiras, atendendo a indicadores de caracterização socio-demográfica e profissional, de integração funcional e auto avaliação da sua inserção na sociedade de acolhimento.

### **Retrospectiva sobre os fluxos migratórios em Portugal desde os anos 80**

Em 2009, cerca de 3 milhões de pessoas imigraram para um Estado-Membro da EU. Os últimos dados disponíveis revelam um declínio substancial da imigração em 2009 em comparação com 2008. Importa referir que estes valores não representam os fluxos migratórios de/para o conjunto da UE, dado que incluem também os fluxos entre diferentes Estados-Membros. No entanto, mais de metade das pessoas que imigraram para Estados-Membros da UE, cerca de 1,6 milhões de pessoas em 2009, residiam

anteriormente fora da EU (Eurostat, 2012). O Reino Unido apresentou o maior número de imigrantes (566 500) em 2009, seguido da Espanha (499 000) e da Itália (442 900); pouco mais de metade (50,3 %) de todos os imigrantes nos Estados-Membros da UE encontravam-se nestes três países. No que se refere à população residente, o Luxemburgo registou o maior número de imigrantes em 2009 (31 imigrantes por 1000).

Nos anos 80, alguns dos países comunitários da Europa Mediterrânica (Itália, Espanha, Grécia e Portugal) passam a configurar-se como lugares de imigração, quando anteriormente eram, de forma quase exclusiva, fornecedores de mão-de-obra. Encontrase nestes países e principalmente em Portugal uma espécie de sincronia e concomitância entre os fenómenos da emigração e da imigração.

A maior visibilidade do fenómeno imigratório e a sua concentração em alguns espaços territoriais, como a Área Metropolitana de Lisboa e a região do Algarve, é algo que se torna mais perceptível a partir da década de 80. Até meados dos anos 60 o número de estrangeiros a residir em Portugal é reduzido e restringe-se a algumas nacionalidades. A entrada de Portugal na EFTA e a existência de uma “maior abertura ao investimento estrangeiro trouxe para o país profissionais e quadros dirigentes vindos da Europa mais «desenvolvida», e uma emigração massiva de portugueses para a mesma Europa criou espaço nalguns sectores de mercado de trabalho, sobretudo na construção civil, para a vinda de imigrantes africanos, provenientes particularmente de Cabo Verde” (FEANTSA, 2002, p. 8).

Mas, foi a partir dos meados dos anos 70 que se tornou mais significativa a presença de estrangeiros entre nós, sobretudo na sequência da descolonização já que entre os cidadãos portugueses que regressaram à metrópole, também chegaram estrangeiros que alegavam motivos económicos para a sua entrada e razões relacionadas com a turbulência política e militar. Tradicionalmente, subsistiam fluxos vindos de Espanha (devido às tradicionais ligações fronteiriças de carácter comercial, como por exemplo, com a Galiza, em virtude ainda da Guerra Civil espanhola, etc.), Inglaterra e de outros países europeus (ligações comerciais associadas a atividades económicas específicas, como o vinho do Porto e a acontecimentos político-militares), assim como, das ex-colónias estudantes universitários e trabalhadores para alguns sectores especializados, provenientes, por exemplo, dos PALOP.

O nosso país foi, com efeito, marcado por várias vagas migratórias, correspondentes a períodos temporais e a populações imigrantes diferenciadas (em

origens nacionais, características sociais e recursos). De facto, o crescimento do número de estrangeiros a residir legalmente em Portugal tornou-se mais expressivo ao longo da década de 80, do que na seguinte. Efetivamente, é nos anos 80, que a imigração se torna num dos fenómenos com mais visibilidade na sociedade portuguesa, não tanto pelo seu volume, mas sobretudo pela sua incidência territorial e impacto (Baganha e Góis, 1999, p. 229) social, cultural, económico e até político. Assim, em 1981, a percentagem de estrangeiros a residir em contexto nacional representava cerca de 0,6% (54 414). Passados 10 anos, esse valor subiu para 1,2% (113 978), registando-se as menores taxas de crescimento em 1997 com 1,4%, e em 1998, com 1,6%. Em 2001, os estrangeiros já representavam 2,1% (219 215) e os últimos dados, ainda que provisórios, referentes a 2008 indicavam 4,1% estrangeiros residentes em contexto nacional (total de 440.277) e mais recentemente 3,9% (417.042 em 2012) (SEF, 2008 e 2012). Contudo, a importância quantitativa dos estrangeiros a residir em Portugal tem vindo a decrescer ligeiramente deste 2010.

Voltando às décadas de 80 e 90, é entre 1982/83, períodos em que se acentuaram as crises políticas em Moçambique e Angola<sup>175</sup> que se regista o acréscimo mais significativo (+ 15%, em 1983), seguindo-se os anos de 1994 (+ 14,7%) e 1993 (+10,8%). As taxas de crescimento registadas nestes dois anos estão relacionadas com os processos extraordinários de regularização de imigrantes, que ocorreram em 1992/93, mas também com o dinamismo da economia nacional, com ciclos económicos mais favoráveis entre 1992/94, com continuação em 1996, registando-se mesmo uma aceleração da atividade económica<sup>176</sup>. Porém, regista-se uma clara desaceleração das taxas de crescimento da imigração entre 1996 e 1998 (de 2,7%, passou-se em 1997 para 1,4% e 1,6% em 1998), voltando a subir em 1999 (7,3%). Não há uma relação direta e linear entre ciclos de crescimento económico e volume dos fluxos migratórios. Para além disso, há sempre um hiato temporal entre o momento da chegada dos imigrantes e o momento em que se realiza o registo oficial da sua entrada.

---

<sup>175</sup> Em Moçambique o conflito armado que opôs o exército de Moçambique (FRELIMO) à RENAMO (desde 1976) só terminou em 1992 com o Acordo Geral de Paz. Em Angola desde 11 Novembro de 1975 e durante 27 anos ocorreram várias guerras civis que opuseram o MPLA e a UNITA.

<sup>176</sup> O relatório do Banco de Portugal atesta esta situação, assim como o crescimento do emprego, essencialmente no sector dos serviços, principalmente, entre 1981 e 1993 com a criação de meio milhão de empregos, pp. 22, [http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel\\_96\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel_96_p.pdf) (consultado a 1 de Setembro de 2013).

Fazendo uma análise mais pormenorizada à informação estatística, e atendendo às regiões de origem das populações imigrantes, os fluxos mais intensos de imigrantes laborais e profissionais entre 1981 e finais dos anos 90, são provenientes dos PALOP, do Brasil e de alguns países da UE. Os fluxos migratórios com origem no continente africano intensificam-se de forma substancial a partir de 1988. O crescimento mais significativo dos imigrantes provindos dos PALOP regista-se no ano de 1994 (+ 14 225 indivíduos), o que está estreitamente relacionado com o primeiro processo extraordinário de regularização. Em 1991, África contribui com 40,2% de estrangeiros e os nacionais dos PALOP representam mais de 90% do total de africanos residentes no nosso país. Logo a seguir ao continente africano, surge o continente europeu com o 2º maior contingente, nomeadamente de europeus da UE. Esta população imigrante é composta não só de reformados, mas também de profissionais e de quadros qualificados, em muitos casos acompanhados por familiares (Peixoto, 1998). Trata-se obviamente de uma migração diferente em grande medida facilitada pela liberdade de circulação de pessoas e profissionais no espaço da UE desde 1 de Janeiro de 1993. Entre os provenientes do continente americano, os oriundos do Brasil representam cerca de 59% desta população imigrante. Por outro lado, assiste-se, entre 1981 e 1991, a um reforço dos fluxos protagonizados pelos nacionais do Brasil, atraídos certamente pelo estatuto que Portugal adquiriu em 1986, com a adesão à CEE (Peixoto, 2001). Para J. Peixoto (2001) esta condicionante criou um novo ambiente económico propício ao investimento direto estrangeiro e ao aparecimento de novas iniciativas económicas e por isso favorável à fixação de profissionais qualificados.

Num espaço de 20 anos consolida-se a presença entre nós não só dos africanos, mas sobretudo dos brasileiros. Na perspetiva de Malheiros (in Barreto (org.), 2005, p. 255), após a década de 80, a vaga migratória avolumou-se e diversificou-se (com brasileiros, chineses, indianos e com uma maior representatividade de angolanos e guineenses), concluindo o autor que “progressivamente, a imigração dos PALOP e do Brasil passou a ser impulsionada principalmente pelas necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente nos segmentos não qualificados dos serviços e da construção”. Os fluxos dos PALOP e do Brasil parecem configurar aquilo que pode ser designado como um sistema migratório internacional ligado pela língua portuguesa (Peixoto, 2002). Mesmo a imigração europeia está historicamente ligada a Portugal por via de

intensas transações culturais, sociais e económicas, sedimentadas num processo de longa duração.

Um dos grupos imigrantes com maior representação em Portugal é o dos brasileiros, embora a história da imigração oriunda do Brasil para Portugal não seja recente, tem vindo a alterar-se nos últimos anos. Os primeiros fluxos com alguma relevância situam-se entre meados da década de 80 e meados da década de 90, nesta época a imigração brasileira era em grande parte composta por profissionais qualificados em áreas como *marketing*, publicidade, informática ou estomatologia, por exemplo (Malheiros, 2007, p. 25).

Posteriormente a esta fase aflui a Portugal uma segunda vaga de imigração brasileira, caracterizada pelo seu fluxo mais intenso (vindos de Minas Gerais, algumas zonas de Goiânia e Estado de S. Paulo) e por uma inserção laboral em profissões menos qualificadas (Peixoto e Figueiredo, 2007, p. 98-103) e em segmentos do mercado de trabalho mais informal. Desde 2007 que os brasileiros constituem o grupo estrangeiro dominante em Portugal.

Várias explicações são avançadas por Padilla (2009) para esta forte presença de imigrantes brasileiros em Portugal: uma delas remete para a proximidade cultural a nível da língua, religião e outras tradições, resultado dos processos de colonização e evangelização. Outra causa apontada prende-se com os movimentos migratórios de natureza laboral de Portugal para o Brasil, situados entre os finais do século XIX e meados do século XX, movimentos estes que implicaram um contra-fluxo migratório, ainda que não protagonizado pelo próprios migrantes mas pelos seus descendentes. É ainda considerado relevante o aumento do controlo fronteiriço levado a cabo pelos EUA a partir do 11 de Setembro de 2001, que fez com que Portugal se tornasse uma segunda opção como país de destino.

Para King e Ribas-Mateos (in Barreto (org.), 2005, p. 195), Portugal ao localizar-se no Mediterrâneo e Sul da Europa enfrenta “duas trajetórias de pressão migratória na geografia global contemporânea da migração internacional: do Sul (do Norte de África e mais além) e do Leste (da Europa de Leste e mais além)”. Neste contexto, Portugal partilha e congrega com outros países desta região da Europa, características atrativas para a imigração que são de “natureza informal”, a saber: um mercado de trabalho segmentado, a existência de um Estado-Providência frágil e a manutenção do papel de uma sociedade familista (embora em declínio), “em que o

estatuto e o prestígio da família permanecem importantes, apesar da separação funcional e geográfica da família alargada como uma unidade de apoio mútuo” (King e Ribas-Mateos, in Barreto (org.), 2005, pp. 191-2).

A composição do quadro das principais populações estrangeiras com residência regularizada não sofre mudanças estruturantes entre 1981 e 1991. Contudo, detetam-se algumas tendências para a diversificação dos fluxos, como evidenciam os acréscimos registados na proporção de europeus extra-comunitários, africanos não PALOP, brasileiros e asiáticos em geral. Contudo, as modificações mais significativas começam a esboçar-se já em meados da década de 90, consolidando-se no começo do século XXI. Traçando de forma breve os contornos deste processo de diversificação, observa-se que a imigração cabo-verdiana tem vindo a perder peso nos fluxos migratórios ao longo dos últimos 30 anos, embora mantenha a supremacia no que respeita aos estrangeiros em situação regular que são portadores de AR (Autorização de Residência, em 2001). Se em 1981, constituía cerca de 38,6% dos estrangeiros, em 2001, esse valor não vai além de 22,3%. A informação estatística mais recente indica que os cabo-verdianos representavam em 2012, apenas 10,3% dos estrangeiros residentes, contra 25,3% dos provindos do Brasil e 10,6% da Ucrânia (SEF, 2012). Segundo dados do SEF em 2007 os brasileiros tornam-se no grupo estrangeiro dominante com residência ou permanência legal em Portugal (SEF, 2007).

Embora Portugal se enquadre num contexto migratório cada vez mais globalizado, é notória a consolidação do sistema migratório “lusófono” (Malheiros in Barreto (org.), 2005), dada a persistência de as quatro principais nacionalidades de origem dos estrangeiros (com AR’s) se inscreverem no espaço geográfico, cultural, político e simbólico dos países de língua oficial portuguesa.

A partir de 2002, torna-se mais notória a presença até aí discreta e quase impercetível de estrangeiros com residência legalizada e oriundos dos países da Europa de Leste. Se em 1999 a Ucrânia possuía apenas 123 indivíduos com residência legalizada, a Rússia 448, a Moldávia 3 e a Roménia 224, em 2004 os mesmos países registavam efetivos da ordem dos 917, 1 360, 1 144, 1 124 indivíduos, respetivamente.

Entre 2000 e 2004, as transformações estruturantes na dimensão e composição da população estrangeira devem-se essencialmente à emergência de novas vagas migratórias que entraram em território nacional e que aqui permaneceram ao abrigo do

processo de concessão de AP's (Autorizações de Permanência)<sup>177</sup>. Entre os estrangeiros que dispõem de Autorizações de Permanência verifica-se que entre 2001 e 2004 foram concedidos 183 832 títulos de permanência temporária a uma diversidade enorme de nacionalidades. Segundo Rui Pena Pires (2002, p. 156), a informação estatística disponível sobre os imigrantes com AP's apresenta sérias limitações já que não permite “conhecer a distribuição por anos das entradas dos imigrantes a quem foram concedidas aquelas autorizações, também não é possível refazer a série temporal da imigração.” A informação estatística disponível indica que o maior afluxo de estrangeiros registou-se em 2001 (principalmente entre Outubro e Novembro), a partir do ano seguinte assistiu-se a um abrandamento, e até a uma desaceleração progressiva no volume de pedidos de AP's. No entanto há alguma controvérsia entre os investigadores nacionais não só quanto ao momento em que se iniciou a entrada, bem como o de maior afluência, destes fluxos em contexto nacional. Pires (2002) considera que a sua entrada e fixação ocorreu entre 1998/99, embora só mais tarde a sua presença se tenha refletido nas estatísticas oficiais. No entanto, as evidências empíricas que podem ser encontradas em bibliografia recente sugerem um maior dinamismo entre 2001 e 2002, facto que foi constatado por Lucinda Fonseca et al. na região do Alentejo Central (in Baganha e Fonseca (eds.), 2004, p. 94). Num outro estudo também recente mas de carácter intensivo Maria Ionnis Baganha et al. aponta os anos de 2000 e 2001 como os de maior afluência de imigrantes do Leste da Europa (in Baganha e Fonseca (eds.), 2004, p. 32).<sup>178</sup> De facto, entre 2001/2004, os ucranianos foram de longe a população imigrante que revelou um maior dinamismo em termos de pedidos de AP (Mendes, 2010) tendo-lhes sido concedidas 64 730 AP's, seguindo-se ainda que a uma longa distância os brasileiros (37 951) e os moldavos (12 647).

---

<sup>177</sup> Foi um mecanismo legal criado pelo DL N° 4/ 2001 de 10 de Janeiro, que autorizava a permanência de estrangeiros que aqui se encontravam, não titulares de visto adequado, mas que reunissem as seguintes condições: a) ser titular de contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho com informação favorável do IDICT; b) não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses, c) não ter sido sujeito de afastamento do país e se encontre no período subsequente de interdição de entrada em Portugal; d) não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação Schengen por qualquer das partes contratantes; e) não estar indicado para efeitos de não admissão no sistema de informações do SEF. A nova lei da imigração revogou o regime das AP's (DL N° 34/ 2003 de 25 de Fevereiro).

<sup>178</sup> Este estudo baseou-se na aplicação de um inquérito por questionário a 816 “imigrantes de Leste” residentes em território nacional. O processo de recolha de informação decorreu entre Junho e Dezembro de 2002, tendo-se validado cerca de 735 questionários (in Baganha e Fonseca (eds.), 2004, p. 32).

Estes fluxos inesperados e com uma certa imponência, até pelo seu volume são designados por Fonseca (2005, p. 72) como a “nova corrente migratória”. Malheiros (in Barreto (org.), 2005, p. 262) faz alusão a esta vaga migratória como que configurando uma “terceira fase migratória” associada a um sistema de imigração em formação, que “está longe de estar consolidado, com vários contornos pouco claros (sustentabilidade, contornos e fixação geográfica, intenções de estabelecimento no país, intensidade de circulação...)”. Rui Pena Pires (2002, p. 163) defende acerrimamente a ideia de que estes imigrantes são indispensáveis ao funcionamento de vários segmentos da economia nacional, nomeadamente daqueles que ainda se baseiam na exploração intensiva do trabalho, dado o relativo esgotamento das reservas de trabalho ao nível do mercado interno, bem como da continuidade da emigração dos ativos jovens para o exterior, a baixa taxa de fertilidade, a difícil substituição de gerações e a acelerada feminização da população ativa, são alguns dos fatores que justificam o recrutamento da mão-de-obra de leste, dos PALOP e brasileira que assim suprime as carências nacionais.

No começo dos anos 2000 teve início uma nova fase de imigração para Portugal, a esta data deram entrada dezenas de milhares de imigrantes com origem no leste europeu. Em 2001 os efetivos imigrados oriundos desta região suplantaram as Autorizações de Permanência dos imigrantes africanos e europeus (Mendes, 2007). Estes imigrantes eram oriundos de países como a Ucrânia, a Moldávia, a Roménia e a Rússia e outras ex-repúblicas da URSS. O extraordinário deste fluxo foi a inexistência de laços históricos, culturais ou económicos entre Portugal e estes países. Vários motivos são apontados para este fenómeno: as diferenças nos salários praticados em Portugal relativamente aos praticados nos países de origem; a existência de “agências de viagens” que facilitavam a viagem para Portugal; a ideia publicamente difundida de que haveria um período de regularização extraordinário em 2001 e o grande investimento que foi feito em Portugal nesta época na área da construção civil e obras públicas (Expo 98, da auto-estrada para o Algarve, do Porto 2001, do empreendimento do Alqueva, do EURO 2004, etc.), investimento que implicou um elevado recrutamento de mão-de-obra (Baganha *et al.*, 2004: 96-99). Actualmente um segmento relevante destes imigrantes do leste europeu que deram entrada em Portugal entre 2001 e 2003 já regressaram ao seu país de origem ou re-emigraram para países terceiros (Baganha *et al.*, 2009: 131-132).

O fluxo migracional com origem na China não é recente, contudo, começou a ganhar visibilidade nos anos 80, sendo nesta época protagonizado principalmente por oriundos da região de Zhejiang. No início dos anos 90 este fluxo registou um aumento considerável passando Portugal a acolher imigrantes de diversas regiões da China. Os motivos para a imigração chinesa são diversificados e não específicos para Portugal, uma vez que a China se tornou um país típico de emigração com diversos países de destino. Duas grandes causas podem ser apontadas para o fenómeno: por um lado, durante o período da Revolução Cultural (1966-1976), as políticas de emigração eram restritas (dai o aumento nos anos 80); acresce que o desenvolvimento económico que se tem verificado na China nos últimos anos tende a ocorrer nas zonas costeiras, enquanto a população do interior continua a viver com dificuldades. Embora grande parte da imigração China-Portugal seja de índole laboral, com inserção profissional em negócios étnicos (lojas e restaurantes), existe também um número considerável de estudantes (Oliveira, 2002).

Os indianos e paquistaneses com residência legalizada e contabilizados pelo SEF representam apenas uma parcela reduzida dos membros das comunidades de origem indiana fixados em contexto nacional (Malheiros, 1996). De facto, a maioria dos indivíduos pertencentes às comunidades indianas instaladas em território nacional possui a nacionalidade portuguesa. É possível encontrar várias vagas migratórias protagonizadas por estas comunidades, tendo como destino o nosso país. Um segmento considerável é proveniente das ex-colónias de África e protagonizou processos migratórios em 1974-5. A sua inserção na sociedade portuguesa remete portanto para um contexto histórico bem delimitado, e relacionado com o desmoronamento do Império Português em África. Segundo Jorge Macaísta Malheiros (1996, p. 12) a fixação destas comunidades entre nós ancora na lógica do Império Colonial Português, e a sua instalação com um carácter mais sedimentado e efetivo radica no processo de descolonização. De facto, uma parte significativa dos cidadãos de origem indiana instalada em Portugal é originária de Moçambique. Esta dinâmica tem-se mantido até à atualidade, embora com origens diversas: chegam, por um lado, indivíduos provenientes de Moçambique e de outros países da costa oriental de África, outros, provêm diretamente do Paquistão, da Índia e, mais recentemente, do Bangladesh. Na perspetiva de J. Malheiros, até 1975 a comunidade indiana em Portugal era relativamente homogénea, composta na sua maioria por advogados, médicos e estudantes, quase todos

descendentes de famílias abastadas de Goa (*idem*, p. 13). Após essa data, ocorre um acréscimo significativo de cidadãos de origem indiana, tendo-se diversificado as suas origens e as suas práticas económicas. Entre as comunidades de origem indiana que se fixaram no nosso país, é possível identificar a existência de quatro subgrupos: os hindus, os ismaelitas, os muçulmanos e os goeses e mais recentemente os sikhs.

A população estrangeira residente em Portugal totalizava 417042 cidadãos (Stock provisório) em 2012, o que representa uma diminuição do stock da população residente face ao ano anterior. Como nacionalidades mais representativas surgem o Brasil (105622 residentes), Ucrânia (44074), Cabo Verde (42857), Roménia (35216), Angola (20366) e Guiné-Bissau (17759). Para a evolução decrescente da população estrangeira residente em Portugal, contribuem diversos fatores como a alteração dos fluxos migratórios, a crise económica e financeira, a re-emigração, o regresso ao país de origem e a aquisição de nacionalidade portuguesa (SEF, 2012).

### **Análise micro local: os cabo-verdianos e outros imigrantes no concelho de Oeiras**

Sobre os cabo-verdianos<sup>179</sup> que vivem em Portugal, Luís Batalha (2008, p. 25) afirma que este se encontram dispersos por várias e diferentes pequenas comunidades, cuja existência se verifica sobretudo ao nível das vizinhanças de bairro. Assim sendo, e deixando o plano nacional, e cingindo-nos à esfera local, iremos aqui dar conta de alguns dos resultados derivados de um estudo que incidiu sobre um dos concelhos da área metropolitana de Lisboa que concentra um quantitativo não despidendo de imigrantes cabo-verdianos e que se fixaram neste concelho desde a década de 70. O concelho em análise abrange uma área de 45,8 km<sup>2</sup> e estima-se que no ano de 2008, altura em que o estudo<sup>180</sup> aqui retratado foi levado a efeito, a população residente fosse de 172 021 habitantes. Nesse mesmo ano, registava-se um total de 10.100 estrangeiros residentes (3561 brasileiros, 2373 cabo-verdianos, 554 ucranianos, 469 angolanos). Em 2012, evidencia-se uma evolução decrescente, totalizando Oeiras 9774 estrangeiros, mantendo-se o elenco dos grupos dominantes: os brasileiros (3332), cabo-verdianos

---

<sup>179</sup> A respeito dos imigrantes cabo-verdianos, a maior parte dos estudos situam-se nas décadas de 80 e 90 (Filho 1980, Amaro 1986, Saint-Maurice 1993 e 1997, França 1992, Mendes 1992, Carita e Rosendo 1993, Gomes 1999, Esteves e Caldeira 2000, Gomes 1999, Batalha 2004, Góis 2006 e 2009a)

<sup>180</sup> Projecto “estudo de diagnóstico e caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para a dinâmica de desenvolvimento dos municípios”, por adjudicação da Câmara Municipal de Oeiras ao CIES/ISCTE.

(2294), ucranianos (530) e angolanos (457). De realçar que até 2007, os cabo-verdianos foram a “comunidade” mais representativa.

### *Aspetos Metodológicos*

No âmbito do estudo que aqui iremos dar conta, procedeu-se à aplicação de 422 inquéritos por questionário a imigrantes residentes no concelho de Oeiras, sendo que 203 (48%) eram cabo-verdianos. Para tal, foi desenhada uma amostra por quotas, com base nas nacionalidades dos estrangeiros residentes no momento do Recenseamento Geral da População de 2001, tendo a definição das quotas o objetivo de garantir uma relação de proporcionalidade entre a amostra e o universo. As quotas propostas eram apenas indicativas, tendo em conta a desatualização dos dados em que nos baseámos para calcular as mesmas, por outro lado também fomos constrangidos a sobre e a sub-representar algumas nacionalidades. A nacionalidade brasileira foi sobre representada estrategicamente, devido ao elevado número de brasileiros que tem vindo a dar entrada em Portugal nos últimos anos, constituindo o maior contingente de estrangeiros a residir entre nós. Para o preenchimento das quotas o critério-base foi a nacionalidade dos inquiridos; em situações de dupla nacionalidade sendo uma delas a portuguesa, atendemos à nacionalidade não-portuguesa; registou-se o caso singular de um inquirido com dupla nacionalidade angolana e cabo-verdiana, que não foi contabilizado no preenchimento das quotas. No referente aos inquiridos com nacionalidade portuguesa, tivemos em linha de conta a sua naturalidade. Tomando como referência o total da população estrangeira com nacionalidade de um país fora da UE, cujo total, em 2001, segundo o Recenseamento Geral da População, era de 7.334 indivíduos, recolhemos 422 inquéritos válidos, tendo-se apurado um erro máximo de  $\pm 5\%$  ( $E=0,046$ ) com um nível de confiança de 95%, o que nos permitiria extrapolar os dados da amostra para o universo de referência caso estivéssemos perante uma amostra aleatória.

Por estarmos perante uma população de difícil acesso, as metodologias de inquirição convencionais com recurso a amostras aleatórias não seriam viáveis. Assim, recorreremos a um método semelhante ao que Lages et al. (2006, p. 52-53) consideram de amostra focalizada, em que, numa primeira fase, são selecionadas *a priori* zonas onde sabemos que iremos encontrar população a inquirir, numa segunda fase deslocamo-nos a essas zonas com equipas de inquiridores. Para conseguir obter uma amostra o mais heterogénea possível foi necessário conhecer e diversificar os locais de inquirição.

Assim, a primeira fase do trabalho de campo permitiu preparar o momento seguinte, tendo-se mapeado as principais zonas do concelho, onde se poderiam encontrar possíveis inquiridos; este levantamento baseou-se nos dados dos últimos Censos ao nível de freguesia, na informação oriunda do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Oeiras sobre os bairros e zonas de residência dos imigrantes e nas diversas entrevistas exploratórias que realizámos no local em análise.

A população a inquirir consistia em imigrantes com idade igual ou superior a 16 anos com nacionalidade ou naturalidade de um país não pertencente à União Europeia. Naturais de países fora da União Europeia que posteriormente tenham obtido nacionalidade de um desses estados também poderiam ser inquiridos. Uma exceção seria aplicada no caso de indivíduos com nacionalidade portuguesa, naturalidade de um dos PALOP, em que um dos progenitores tivesse nascido em Portugal. Indivíduos com estas características não seriam inquiridos devido à sua proximidade cultural com Portugal e à sua ascendência portuguesa.

A recolha de informação decorreu entre 3 de Novembro e 4 de Dezembro de 2009, a equipa foi composta por 18 inquiridores (alguns destes eram residentes em Oeiras e em alguns bairros com maior concentração de imigrantes e dominavam o crioulo de Cabo Verde). A abordagem aos inquiridos foi feita maioritariamente na via pública (ruas, praças, paragens de autocarro), em estabelecimentos comerciais (cafés, restaurantes, etc.), em instituições locais e, em algumas situações, os inquiridos preferiram responder em sua casa. A duração da aplicação do questionário variou, em média, entre 15 a 45 minutos.

### *Elementos de caracterização social e demográfica*

Sobre o local de nascimento dos inquiridos (Tabela 1) cerca de metade dos respondentes nasceu em Cabo Verde (49%), apenas 5 nasceram em Portugal (4 deles em Oeiras e um em Lisboa) O segundo país mais representado é o Brasil onde nasceu quase 1/5 (19%); em terceiro lugar surge Angola, com 13% dos respondentes.

**Tabela 1: Naturalidade dos inquiridos**

<b>Países</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Moldávia	4	1,0
Ucrânia	5	1,2
Angola	57	13,7

Cabo Verde	203	48,7
Guiné	19	4,6
Moçambique	18	4,3
São Tomé e Príncipe	15	3,6
Outros países africanos	4	1,0
Brasil	79	18,9
Outros países americanos	4	1,0
Ásia	8	1,9
Não responde	1	0,2
<hr/>		
Total	417	100

Nota: questão aplicada apenas a nascidos no estrangeiro.

Parece haver alguns desníveis entre a proporção de homens e de mulheres de acordo com os países de origem, embora no geral entre os respondentes prevaleçam as mulheres, existem, no entanto, situações onde esta disparidade é maior, no caso extremo temos o contingente oriundo do Brasil, onde a relação de masculinidade é de 27%, embora seja conhecido que a imigração brasileira se feminizou nos últimos anos (Malheiros, 2007, p. 28-29; Padilla, 2007, p. 114-117). É perceptível um maior equilíbrio entre a proporção de homens e de mulheres cabo-verdianos com uma relação de masculinidade de 95%. Analisando o estado civil de acordo com a naturalidade dos imigrantes inquiridos percebemos que os africanos e os brasileiros são tendencialmente solteiros enquanto os europeus de leste e asiáticos são maioritariamente casados, embora se deva ter em conta a fraca presença destas nacionalidades entre os inquiridos (6 em 9 e 5 em 8 respetivamente).

Tabela 2: Indicadores sociodemográficos por naturalidade dos inquiridos

Indicadores	Europa de Leste		Angola		Cabo Verde		Outros PALOP		Brasil		Ásia	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
<b>Sexo</b>												
Feminino	5	55,6	38	66,7	102	50,2	30	57,7	61	77,2	5	62,5
Masculino	4	44,4	19	33,3	101	49,8	22	42,3	18	22,8	3	37,5
Relação de masculinidade		80,0		51,4		97,1		73,3		27,4		60,0
<b>Grupo etário</b>												
10-19	-	-	1	1,8	3	1,5	2	3,8	4	5,1	-	-
20-29	1	11,1	12	21,1	31	15,3	10	19,2	26	32,9	2	25,0
30-39	5	55,6	13	22,8	22	10,8	9	17,3	28	35,4	2	25,0
40-49	3	33,3	9	15,8	39	19,2	10	19,2	16	20,3	2	25,0
50-59	-	-	14	24,6	48	23,6	15	28,8	4	5,1	1	12,5
60-69	-	-	5	8,8	29	14,3	3	5,8	1	1,3	1	12,5
70-79	-	-	2	3,5	24	11,8	2	3,8	-	-	-	-
>80	-	-	1	1,8	7	3,4	1	1,9	-	-	-	-
<b>Tipo de população segundo idade (Potencialmente) activa</b>												
Idosa	9	100,0	52	91,2	157	77,3	46	88,5	78	98,7	8	100,0
	-	-	5	8,8	46	22,7	6	11,5	1	1,3	-	-
<b>Estado civil</b>												
Casado	6	66,7	12	21,1	54	26,6	11	21,2	19	24,1	5	62,5
União de facto	1	11,1	12	21,1	36	17,7	11	21,2	15	19,0	1	12,5
Solteiro	1	11,1	22	38,6	75	36,9	19	36,5	35	44,3	1	12,5
Separado de facto	-	-	1	1,8	4	2,0	2	3,8	3	3,8	-	-
Divorciado	1	11,1	2	3,5	6	3,0	1	1,9	6	7,6	-	-
Viuvo	-	-	6	10,5	20	9,9	3	5,8	-	-	-	-
Não responde	-	-	2	3,5	8	3,9	5	9,6	1	1,3	1	12,5
<b>Total</b>	9	100	57	100	203	100	52	100	79	100	8	100

Quando se cruzam as idades dos inquiridos com variáveis como o sexo e a naturalidade (Tabela 3) torna-se claro que existem algumas diferenças, sendo de destacar que os cabo-verdianos são os mais velhos (46,7 anos); em contraponto, os inquiridos oriundos do Brasil são os mais novos com uma idade média de 29,8 anos, seguidos dos europeus de leste (33,1 anos) e dos asiáticos (38,3 anos); enquanto os naturais dos outros PALOP apresentam idades médias a rondar os 40 anos, sendo que os angolanos são os mais novos dos PALOP (42,5 anos). Estes valores eram expectáveis dado que os cabo-verdianos constituem um dos grupos imigrantes que há mais tempo se fixou em Oeiras, mais concretamente desde anos 70 do século XX, enquanto os fluxos migratórios provindos da Europa de Leste, Brasil e Ásia são relativamente recentes e tendencialmente de natureza laboral

**Tabela 3: Média das idades de homens e mulheres segundo o país/região de naturalidade**

<b>Países</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>Total</b>
Europa de Leste	31,5	34,8	33,1
Angola	44,2	40,2	42,5
Cabo Verde	48	45,3	46,7
Outros PALOP	43,8	42,8	43,4
Brasil	31	27,9	29,8
Ásia	37,7	39,0	38,3

Embora a distribuição espacial da população imigrante no concelho de Oeiras não siga um padrão uniforme e homogéneo, é possível assinalar algumas zonas de maior concentração da população imigrante, como a freguesia de Porto Salvo, local de residência de 30% dos inquiridos, assim como a de Carnaxide onde reside 16% da amostra. São ainda de evidenciar Oeiras e São Julião da Barra e Paço de Arcos, com 12% de residentes, respetivamente. A distribuição das diferentes nacionalidades pelo território concelhio é deveras heterogénea (Tabela 4), já que cerca de metade dos cabo-verdianos estão instalados em Porto Salvo e 21% em Carnaxide. No caso dos angolanos cerca de um terço destes (8 em 23) reside na freguesia de Paço de Arcos e 30% (7 de 23) na freguesia de Porto Salvo. Africanos com nacionalidade de outros PALOP dispersam-se por Porto Salvo, Carnaxide, Oeiras e São Julião da Barra. No que toca aos brasileiros, embora Algés seja a freguesia de maior concentração desta nacionalidade (44%), encontrando-se o remanescente disseminado por outras freguesias.

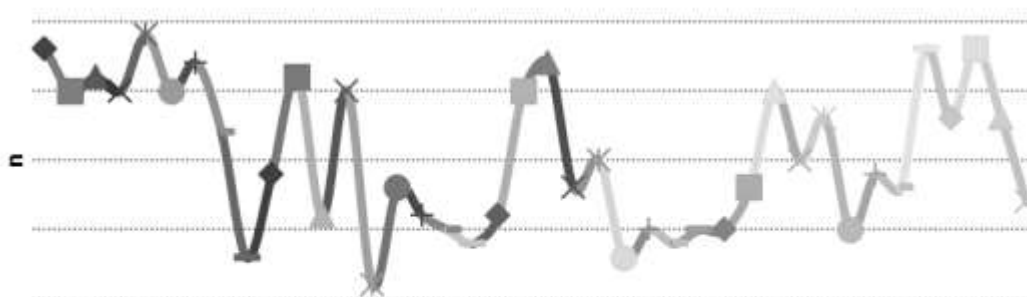
**Tabela 4: Nacionalidade dos inquiridos por freguesia de residência (% em coluna)**

Freguesias	Angola		Cabo Verde		Outros PALOP		Brasil		Dupla		Portuguesa	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Algés	-	-	1	1,0	-	-	28	43,8	6	8,6	-	-
Barcarena	2	8,7	-	-	-	-	4	6,3	3	4,3	1	1,4
Carnaxide	3	13,0	22	22,2	4	22,2	5	7,8	17	24,3	12	16,2
Caxias	1	4,3	3	3,0	1	5,6	4	6,3	5	7,1	5	6,8
Linda-a-Velha	-	-	-	-	-	-	8	12,5	-	-	2	2,7
Oeiras SJB	2	8,7	13	13,1	5	27,8	-	-	12	17,1	11	14,9
Paço de Arcos	8	34,8	11	11,1	3	16,7	12	18,8	9	12,9	10	13,5
Porto Salvo	7	30,4	49	49,5	5	27,8	3	4,7	18	25,7	33	44,6
Total	23	100	99	100	18	100	64	100	70	100	74	100

Nota: as freguesias com frequências mais reduzidas foram suprimidas.

Observando os anos em que os inquiridos chegaram a Portugal, é possível perceber que o fluxo migratório não se configura como um contínuo ao longo do tempo, com efeito, é possível detetar diversas oscilações no número de entradas em Portugal. Da análise ao Gráfico 1 ressaltam os picos de sentido ascendente em 1974, 1976 (onde provavelmente se devem incluir os “retornados”), 1990, 2005 e 2009 e uma inversão de tendência no sentido de declínio em 1978, 1983 e 1993.

**Gráfico 1 - Ano de chegada a Portugal (valores absolutos)**



Tendencialmente, o primeiro local de residência para 70% dos inquiridos foi o concelho de Oeiras, seguindo-se por ordem decrescente: Lisboa, Sintra, Loures, Amadora e Cascais. Estes resultados indicam que estamos perante indivíduos com um padrão residencial marcado por uma certa estabilidade geográfica e por um certo enraizamento no concelho em estudo.

Os imigrantes distribuem-se de forma desigual pelos diferentes níveis de escolaridade (Tabela 5), observando-se assim, algumas discrepâncias de acordo com o

país de onde os imigrantes são oriundos. De ressaltar os baixos níveis de escolaridade dos cabo-verdianos, sendo que 64% possui no máximo o 1º ciclo E.B. completo, os restantes africanos dos PALOP detêm níveis de escolaridade mais elevados, tendendo a concentrar-se no 3º ciclo. Os naturais do Brasil possuem maioritariamente o diploma do ensino secundário. No caso dos asiáticos 5 dos 8 inquiridos possuíam qualificações escolares ao nível do 3º ciclo ou secundário. Os europeus de leste caracterizam-se por possuir graus de escolaridade acima dos restantes imigrantes uma vez que 8 dos 9 inquiridos possuía no mínimo o ensino secundário.

**Tabela 5: Grau de escolaridade do inquirido por naturalidade (% em coluna)**

Grau de escolaridade	Europa de Leste		Angola		Cabo Verde		Outros PALOP		Brasil		Ásia	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Nenhum ler/escrever	-	-	3	5,3	55	27,2	4	7,7	-	-	1	12,5
Pré-escolar	-	-	1	1,8	8	4,0	1	1,9	1	1,3	-	-
1º ciclo	-	-	13	22,8	67	33,2	9	17,3	5	6,4	1	12,5
2º ciclo	1	11,1	6	10,5	26	12,9	7	13,5	7	9,0	1	12,5
3º ciclo	-	-	19	33,3	25	12,4	16	30,8	10	12,8	3	37,5
Secundário	4	44,4	9	15,8	13	6,4	7	13,5	41	52,6	2	25,0
Curso médio/profissional	1	11,1	2	3,5	2	1,0	2	3,8	5	6,4	-	-
Superior	3	33,3	4	7,0	6	3,0	6	11,5	9	11,5	-	-
Total	9	100	57	100	202	100	52	100	78	100	8	100

### ***Indicadores de inserção profissional***

Analisando as profissões desempenhadas pelos imigrantes de acordo com a sua nacionalidade (Tabela 6) constatamos que a inserção profissional não é independente da nacionalidade do trabalhador, pois os inquiridos com nacionalidade angolana ou de outros PALOP (exceto Cabo Verde) inserem-se prevalentemente nos grupos do “pessoal dos serviços e vendedores”, “operários e artífices” e “trabalhadores não qualificados”. A distribuição da inserção profissional dos cabo-verdianos assemelha-se à dos restantes PALOP com a particularidade de se encontrar ainda mais concentrada nos grupos dos “operários e artífices” e “trabalhadores não qualificados”. Estas evidências empíricas são consentâneas com a análise evolutiva da inserção destes imigrantes no mercado de trabalho efetuada por Sónia Pereira (2009) ao evidenciar que “os trabalhadores dos PALOP, e, em particular, de Cabo Verde, mantêm uma posição dominante sobretudo nas atividades que empregam um volume maior de trabalhadores: construção de edifícios e obras de engenharia civil (maioritariamente para os homens) e

limpezas (maioritariamente para as mulheres). Mas é entre o trabalho doméstico e a construção que se verifica maior similitude, em algumas características do emprego e nos padrões de evolução recente. (...) No caso da construção civil existe uma aliciante acrescida constituída pelas possibilidades de especialização e progressão profissional e material, aliada às oportunidades de criação de pequenas empresas próprias ou do trabalho por conta própria, numa perspetiva empresarial”.

Os inquiridos de nacionalidade brasileira caracterizam-se por uma inserção profissional mais especializada no grupo do “pessoal dos serviços e vendedores” (59%); embora e à semelhança dos africanos também desempenhem funções como “operários e artífices” (9%) e “trabalhadores não qualificados” (17%) destacam-se dos anteriores por conseguirem alguma inserção profissional nas posições mais qualificadas e no grupo do “pessoal administrativo”. No caso dos inquiridos com dupla nacionalidade e com nacionalidade portuguesa o padrão assemelha-se muito ao dos africanos, talvez por muitos destes imigrantes serem de origem africana, contudo, a sua singularidade reside na menor proporção de operários e artífices, na maior concentração no grupo dos trabalhadores não qualificados e na relativa representatividade do grupo dos administrativos e superiores.

**Tabela 6: Profissão atual do inquirido por nacionalidade (% em coluna)**

Profissões	Angola		Cabo Verde		Outros PALOP		Brasil		Dupla		Portuguesa	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Diretores e quadros dirigentes	-	-	3	3,4	-	-	2	3,0	-	-	1	1,5
Profissões intelectuais e científicas	1	4,5	-	-	-	-	2	3,0	1	1,4	2	3,0
Técnicos e profissionais intermédios	1	4,5	2	2,2	-	-	3	4,5	3	4,2	4	6,0
Pessoal administrativo	1	4,5	2	2,2	-	-	3	4,5	2	2,8	5	7,5
Pessoal dos serviços e vendedores	6	27,3	15	16,9	5	38,5	39	59,1	18	25,4	15	22,4
Trabalhadores da agricultura e pescas	-	-	4	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Operários e artífices	5	22,7	29	32,6	4	30,8	6	9,1	15	21,1	12	17,9
Operadores de instalações máquinas e montagem	2	9,1	5	5,6	-	-	-	-	3	4,2	6	9,0
Trabalhadores não qualificados	6	27,3	29	32,6	4	30,8	11	16,7	29	40,8	22	32,8
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>89</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>66</b>	<b>100</b>	<b>71</b>	<b>100</b>	<b>67</b>	<b>100</b>

Nota: Perguntas apenas aplicada apenas aplicada a ativos com profissão, desempregados, reformados, e inválidos/doentes permanentes.

As estratégias acionadas pelos imigrantes na obtenção de emprego apresentam algumas similaridades e algumas diversidades de acordo com nacionalidade destes (Tabela 7). A semelhança é que, independentemente da nacionalidade o modo mais frequente é através de amigos ou familiares do mesmo grupo étnico. Nos angolanos a singularidade detetada reside no recurso frequente a anúncios de emprego, comparativamente ao observado nos restantes nacionais dos PALOP. Estes últimos combinam a rede familiar/amigos da mesma etnia com amigos e conhecidos portugueses, possivelmente por estarem sediados em Portugal há mais tempo que os angolanos, possuindo assim uma maior rede inter étnica e capital relacional (ou uma menor capacidade para obter emprego através de vias mais formais como através de anúncios). As estratégias na inserção no mercado de trabalho utilizadas pelos imigrantes de nacionalidade brasileira assemelham-se às dos angolanos uma vez que apresentam uma proporção elevada de indivíduos que recorreram aos amigos e familiares da mesma etnia e aos anúncios de emprego. Os inquiridos com dupla nacionalidade ou nacionalidade exclusivamente portuguesa apresentam uma maior heterogeneidade nos meios de obter emprego, o que pode evidenciar a posse de um maior volume de capital social (e mais diversificado), são estes grupos também os que apresentam maiores proporções de empregabilidade através de meios formais/semiformais, pois 12% dos que têm dupla nacionalidade obtiveram o emprego atual através de serviços de emprego e 28% dos imigrantes naturalizados devem o seu emprego atual a anúncios de emprego.

**Tabela 7: Como obteve o emprego atual por nacionalidade (% em linha)**

Países	Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico		Através de patrão (português ou imigrante)		Através de amigos/conhecidos portugueses		Resposta a anúncio		Serviços de emprego	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Angola	6	42,9	2	14,3	1	7,1	4	28,6	1	7,1
Cabo Verde	17	47,2	2	5,6	8	22,2	6	16,7	3	8,3
Outros PALOP	5	55,6	-	-	3	33,3	1	11,1	-	-
Brasil	21	55,3	1	2,6	5	13,2	11	28,9	-	-
Dupla	12	37,5	1	3,1	8	25,0	7	21,9	4	12,5
Portugal	12	50,0	1	4,2	2	8,3	6	25,0	3	12,5
Total	73	47,7	7	4,6	27	17,6	35	22,9	11	7,2

Nota: questão só aplica a ativos na profissão, n=14 (Angola), n=36 (Cabo Verde), n=9 (Outros PALOP), n=38 (Brasil), n=32 (Dupla), n=24 (Portugal).

Quando o modo como foi obtido o emprego atual é cruzado com o tempo de permanência em Portugal verificamos que existe um ligeiro aumento na obtenção de emprego pelas vias mais formais (resposta a anúncio e serviços de emprego), contudo, estas proporções continuam a ser baixas e o recurso dominante para obter emprego continua a ser por via da rede co-étnica independentemente do tempo em Portugal. Com o intuito de perceber se existem diferenças na estabilidade profissional entre os diversos grupos de imigrantes cruzámos a variável vínculo contratual com as nacionalidades mais representadas (Tabela 8); concluímos, assim, que entre os cabo-verdianos a proporção de contratados sem termo supera em mais do dobro os contratados com termo, o que revela algum grau de segurança e estabilidade laboral por parte deste grupo. De ressaltar que os casos de trabalho sem contrato são reduzidos e quando existem os seus protagonistas são naturais do Brasil, Angola, Cabo Verde e outros PALOP. No caso dos brasileiros, angolanos e africanos dos outros PALOP (exceto Cabo Verde), os quantitativos para os contratados a termo e sem termo estão equiparados.

**Tabela 8 - Vínculo contratual do inquirido por nacionalidade (% em linha)**

Países	Contrato sem termo		Contrato com termo		Trabalho sem contrato		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Europa de Leste	6	66,7	3	33,3	-	-	9	100
Angola	17	47,2	16	44,4	3	8,3	36	100
Cabo Verde	54	71,1	20	26,3	2	2,6	76	100
Outros PALOP	11	50,0	9	40,9	2	9,1	22	100
Brasil	30	46,9	29	45,3	5	7,8	64	100
Ásia	5	100,0	-	-	-	-	5	100
Total	123	58,0	77	36,3	12	5,7	212	100

Nota: pergunta apenas aplicada apenas aplicada a ativos com profissão.

### ***A participação eleitoral***

Observando o comportamento eleitoral dos imigrantes de acordo com a sua nacionalidade (Tabela 9) verificamos que é nos cabo-verdianos, em particular, e entre os oriundos dos PALOP no geral, que se verificam as maiores proporções de participação eleitoral. De acordo com o princípio da reciprocidade presente na Lei Fundamental, a atribuição de direitos políticos a imigrantes só sucede em relação a cidadãos que sejam originários de países que também confirmam esses direitos aos cidadãos portugueses. Atualmente, esta prerrogativa só foi acionada com Cabo Verde e Brasil (ou seja, cabo-

verdianos e brasileiros podem votar e ser eleitos nas autárquicas). Assim, não surpreende que os cabo-verdianos sejam os mais participativos, mais curioso é a fraca participação dos cidadãos brasileiros.

De salientar que há uma discrepância entre o número de imigrantes que podem formalmente votar e aqueles que se auto declaram como votantes, sendo estes em maior número, o que se deve também ao facto de a pergunta patente no inquérito por questionário não ser clara para os inquiridos, assim e apesar de alguns deles não terem esse direito formalmente consagrado não deixaram de expressar o exercício desse direito. Nesse sentido, as subseqüentes tabelas referentes à participação eleitoral contemplarão apenas naturais do Brasil e de Cabo Verde.

**Tabela 9: Exercício do direito de voto nas eleições por naturalidade (% linha)**

Países	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Europa de Leste	1	11,1	8	88,9	9	100
Angola	30	55,6	24	44,4	54	100
Cabo Verde	121	60,5	79	39,5	200	100
Outros PALOP	27	52,9	24	47,1	51	100
Brasil	3	3,9	74	96,1	77	100
Ásia	6	85,7	1	14,3	7	100
Total	187	47,1	210	52,9	397	100

A nacionalidade dos inquiridos parece determinar a participação eleitoral uma vez que são os inquiridos com nacionalidade portuguesa e dupla nacionalidade os que apresentam maiores proporções de votantes (73% e 66%, respetivamente).

**Tabela 10: Exercício do direito de voto nas eleições por nacionalidade (% linha)**

Países	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	n	%
Cabo Verde	49	48,0	53	52,0	102	100
Brasil	2	2,9	67	97,1	69	100
Dupla	41	66,1	21	33,9	62	100
Portugal	32	72,7	12	27,3	44	100
Total	124	44,8	153	55,2	277	100

Nota: apenas foram considerados para a análise naturais do Brasil e de Cabo Verde; qui-quadrado significativo ( $p \leq 0,01$ )

### *Auto avaliação do nível de Integração e línguas faladas*

Ao cruzarmos a auto avaliação do nível de integração em Portugal pela nacionalidade (Tabela 11) verificamos que são os inquiridos com nacionalidade dos PALOP (exceto Angola e Cabo Verde) os que fazem uma avaliação menos positiva da sua integração, seguidos dos brasileiros. No caso dos cabo-verdianos mais de metade insere-se nas categorias “plenamente/ muitíssimo integrado” ou “ muito integrado”, de destacar ainda que os angolanos são os imigrantes que mais positivamente avaliam o seu nível de integração, uma vez que mais de  $\frac{3}{4}$  se posiciona nas duas categorias superiores, valores superiores aos observados para os inquiridos com dupla nacionalidade ou nacionalidade portuguesa.

**Tabela 11: Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por nacionalidade (% em linha)**

Países	Plenamente/ muitíssimo integrado + muito integrado		Integrado		Pouco integrado + nada integrado		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%
Angola	21	77,8	6	22,2	-	-	27	100
Cabo Verde	65	58,6	41	36,9	5	4,5	111	100
Outros PALOP	6	33,3	10	55,6	2	11,1	18	100
Brasil	31	42,5	36	49,3	6	8,2	73	100
Dupla	53	61,6	29	33,7	4	4,7	86	100
Portugal	63	74,1	20	23,5	2	2,4	85	100
Total	239	59,9	141	35,3	19	4,8	399	100

Procuramos ainda apreender o uso que os imigrantes fazem da sua língua nacional e de línguas locais associadas às suas origens étnico-nacionais e a utilização que fazem da língua da sociedade maioritária (país de receção). Neste contexto de análise, procurou-se saber quais as línguas mobilizadas pelos imigrantes, quantas e quais as línguas que os imigrantes falam em casa e em outros contextos de interação, bem como, o recurso a cursos de língua portuguesa.

Verifica-se que mais de metade dos inquiridos (53%) assinala que apenas fala uma língua em casa, sendo também recorrente o número dos que conjugam duas línguas no quotidiano doméstico (41%), pouco frequentes (2%) são os indivíduos que falam 3 línguas em contexto doméstico. Pressupõe-se assim que para além da língua materna, os imigrantes mobilizem uma 2ª língua nas suas transações comunicacionais em contexto

doméstico. Os casos em que não é indicada nenhuma língua tratam-se provavelmente de pessoas que vivem sós, e que por isso responderam que não falavam em casa.

Cerca de 90% dos inquiridos indicaram que falam português em casa, a língua mais falada depois do português é o crioulo, especialmente o de Cabo Verde (43%), o que não é surpreendente tendo em conta quer a representatividade dos cabo-verdianos na população imigrante de Oeiras, quer o facto do crioulo de Cabo Verde estar extremamente difundido em alguns contextos locais, a ponto de ser falado por outros africanos e até autóctones não cabo-verdianos.

**Tabela 12: Total das línguas faladas em casa**

<b>Línguas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Português	365	89,5
Crioulo Cabo Verde	177	43,4
Crioulo da Guiné-Bissau	12	2,9
Inglês	8	2
Moldavo	4	1
Ucraniano	4	1
Outras línguas	31	7,2

Nota: resposta tratada como múltipla, n=422.

No caso das famílias que apenas falam uma língua em casa (Tabela 14), a grande maioria fala português (82%), no entanto, verifica-se que em algumas famílias a língua mais utilizada em contexto familiar é o crioulo de Cabo Verde, mas em proporção reduzida (12%).

**Tabela 13: Língua falada em famílias que só falam uma língua em casa**

<b>Línguas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Português	185	82,2
Crioulo Cabo Verde	28	12,4
Ucraniano	4	1,8
Chinês	2	0,9
Moldavo	2	0,9
Crioulo da Guiné-Bissau	1	0,4
Manjaco (Guiné-Bissau)	1	0,4
Línguas de São Tomé e Príncipe (forro, lunguyé e angolar)	1	0,4
Outras línguas	1	0,4
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>100</b>

Nos casos das famílias que falam duas línguas em casa destaca-se a menor importância do português como língua principal passando assim a ter nestas famílias um papel secundário, enquanto o crioulo de Cabo Verde ocupa um lugar de centralidade na comunicação em contextos domésticos. De referir a este respeito que por parte de alguns professores persiste ainda a tendência para avaliar com uma conotação negativa o uso dos crioulos, como foi evidenciado num estudo de caso levado a cabo numa escola do 1º ciclo EB em Oeiras (Ferreira, 2008: 143) em que, segundo alguns docentes entrevistados, “o crioulo tende a ser visto como um português mal falado, que interfere com a aprendizagem da língua portuguesa”. Contudo, várias pesquisas internacionais atestam que o bilinguismo pode ser encarado como uma mais-valia, tanto a nível relacional (permite aos jovens comunicar com familiares e membros do grupo étnico, nomeadamente com os mais velhos que não dominam o português) como a nível cultural (é essencial para os imigrantes da segunda geração manterem alguma relação com a cultura do país de origem ou de origem dos pais). Mais concretamente, estudos desenvolvidos nos EUA (Portes e Hao, 2006) provaram que o bilinguismo fluente está associado a melhores relações familiares e adaptação psicossocial.

### ***Racismo e discriminação***

Quanto às representações sobre os fenómenos do racismo e da discriminação em contexto nacional, num primeiro momento os imigrantes foram questionados sobre se alguma vez se sentiram alvo de atos discriminatórios em Portugal, os que responderam afirmativamente indicaram os contextos em que tais atos ocorreram, para além destas questões, os inquiridos foram solicitados a posicionar-se sobre se em geral os imigrantes são discriminados em contexto nacional. Quase metade dos inquiridos (46%) entende que desde que está em Portugal já foi alvo de atos de discriminação por motivos étnico-raciais.

O sentimento de discriminação parece não ser idêntico para todos os imigrantes, verificando-se diferenças de acordo com o país de origem (Tabela 14), assim, os imigrantes que menos vezes declararam ter sido discriminados foram os cabo-verdianos (36%) e os europeus de leste (2 dos 9 inquiridos). Em contraposição, os imigrantes de naturalidade brasileira são os que mais se sentem discriminados (67%) seguidos dos angolanos (55%).

Tabela 15 Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por naturalidade (% em linha)

Países	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Europa de Leste	2	22,2	7	77,8	9	100
Angola	32	56,1	25	43,9	57	100
Cabo Verde	73	36,1	129	63,9	202	100
Outros PALOP	24	46,2	28	53,9	52	100
Brasil	53	67,1	26	32,9	79	100
Ásia	3	37,5	5	62,5	8	100
Total	186	45,8	220	54,2	406	100

No estudo feito por Luís de França em 1992 parece haver um nível de inserção razoável, no entanto, num plano mais geral e abstrato, os cabo-verdianos entrevistados revelam que a interação é sentida, maioritariamente, como francamente negativa e expressa em sentimentos e emoções que vão da inquietação à agressão. A hostilidade era mais comum em espaços públicos, como cafés, restaurantes, transportes e a na rua. A perceção de que os imigrantes são geralmente discriminados em Portugal apresenta algumas diferenciações de acordo com o país de origem dos respondentes (Tabela 16). No caso dos naturais do Brasil (48%) e de Angola (45%) a perceção de que os imigrantes são muitas vezes discriminados está mais presente, no extremo oposto, encontramos o discurso da não existência de discriminação mais recorrente entre os naturais de Cabo Verde (13%) e dos outros PALOP (12%).

Tabela 16: Perceção de discriminação étnico-racial dos imigrantes no geral por naturalidade (% em linha)

Países	Sim, muitas vezes		Sim, algumas vezes		Não		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%
Europa de Leste	2	22,2	6	66,7	1	11,1	9	100
Angola	26	45,6	29	50,9	2	3,5	57	100
Cabo Verde	69	36,3	97	51,1	24	12,6	190	100
Outros PALOP	17	34,7	26	53,1	6	12,2	49	100
Brasil	38	48,1	40	50,6	1	1,3	79	100
Ásia	1	14,3	6	85,7	-	-	7	100
Total	152	39,0	204	52,3	34	8,7	390	100

### **Algumas notas conclusivas**

Situando-nos num contexto de crescente decréscimo do número de imigrantes em Portugal e atendo-nos essencialmente à presença dos imigrantes cabo-verdianos no concelho de Oeiras, olhando para a evolução do fenómeno migratório no concelho de Oeiras, é possível dizer que aqui se conjugam dois cenários migratórios relativamente distintos no tempo e no espaço.

O *primeiro cenário*, com maior peso, consiste nos imigrantes oriundos dos PALOP, especialmente, de Cabo Verde, trata-se de pessoas já residentes no concelho há vários anos, uma vez que a maior intensidade deste fluxo deu-se a seguir a 1974 e desde então tem vindo a decrescer gradualmente. Muitas destas pessoas instalaram-se inicialmente em bairros de barracas como a Pedreira dos Húngaros ou o Alto de Santa Catarina, atualmente esta população reside em bairros de realojamento espalhados pelo concelho. Já em 1995, um estudo do DEPIAP-CEPAC, evidencia uma concentração global dos imigrantes dos PALOP nos distritos de Lisboa e Setúbal, sendo que os imigrantes cabo-verdianos apresentavam maiores concentrações nos concelhos de Amadora e Oeiras. A nível da estrutura etária estamos perante uma população que, em grande parte, se encontra em idade ativa, contudo, devido à longa permanência em Portugal, já coexistem três gerações de imigrantes africanos, existindo assim para além da população ativa, o que corresponde aos jovens, filhos e netos da primeira geração de migrantes, os reformados que já terminaram o seu ciclo laboral.

A inserção profissional destes imigrantes tem vindo a alterar-se de forma expressiva; assim sendo, no início da sua permanência entre nós grande parte dos homens inseriu-se profissionalmente na área da construção civil e obras públicas, enquanto as mulheres se dedicaram aos serviços e trabalhos não qualificados; contudo, na segunda geração, os segmentos de inserção no mercado de trabalho tendem a diversificar-se existindo nos mais jovens um maior peso dos que se inserem profissionalmente na área dos serviços, hotelaria e em profissões mais qualificadas, provavelmente resultado do aumento dos níveis de escolaridade atingidos (embora ainda aquém da população autóctone).

Quanto à perceção subjetiva sobre o seu nível de integração, notámos que no geral a avaliação é positiva, embora pareçam existir diversas variáveis que influenciam este sentimento de integração, como o sexo (sendo que os homens consideram-se mais integrados), a nacionalidade (a pesar para o lado dos naturalizados e dos angolanos) e o

tempo de instalação em Portugal, uma vez que o sentimento de integração é concomitante com o tempo de permanência em Portugal. Consideramos também pertinente aprofundar o conhecimento sobre o uso das línguas por parte das comunidades imigrantes. A este respeito, concluímos que pouco mais de metade dos inquiridos (53%) fala apenas uma língua em casa e em cerca de 40% dos lares falam-se duas línguas. Quando apenas se fala uma língua esta tende a ser o português, quando são faladas duas línguas a que surge em primeiro lugar é o crioulo de Cabo Verde. No que diz respeito aos contextos onde são usadas as línguas, percebemos que o recurso exclusivo a uma outra língua que não a portuguesa é muito reduzido, sendo as situações mais comuns o uso exclusivo da língua portuguesa ou, então, o uso alternado da língua portuguesa e de outra língua.

O *segundo cenário* migratório que tem marcado este concelho é composto por fluxos migratórios que tiveram como destino Portugal, no início dos anos 90 do século passado, constituídos na sua grande parte por pessoas provenientes do Brasil, da Ásia e dos países da Europa de Leste. Estes grupos, embora diferentes entre si, apresentam diferenças relevantes quando comparados com os primeiros imigrantes africanos. A nível de idades encontram-se maioritariamente em idade ativa, visto estarmos perante uma imigração tendencialmente laboral. A nível profissional os brasileiros destacam-se dos restantes pela sua forte inserção profissional na área dos serviços. No que toca ao grau de escolaridade estes imigrantes mais recentes possuem tendencialmente qualificações escolares mais elevadas do que os primeiros. A sua localização territorial não se encontra tão concentrada em determinadas freguesias e bairros, tendendo a caracterizar-se por padrões residenciais mais diversificados e dispersos no território concelhio e optando preferencialmente por recorrer ao arrendamento formal.

## Bibliografia

1. BAGANHA, I. (1996). *Immigration Insertion in the Informal Economy. The Portuguese Case (First Report)*. Coimbra, CES.
2. BAGANHA, I. e MARQUES, J. C. (2001). *Imigração e Política. O Caso Português*. Lisboa, Fundação Luso-Americana.
3. BAGANHA, I. E; GÓIS, P. (1999). “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 229-280.
4. BAGANHA, I., et al., (2004a). “The Unforeseen Wave: Migration from Eastern Europe to Portugal”. In Baganha e Fonseca (eds.). *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisbon, Luso-American Foundation, pp. 23-39.
5. BAGANHA, I., et al., (2004b). “Immigrants and the Labour Market: The Portuguese Case”. In Luso-American Foundation (pub.), *Metropolis International Workshop - Proceedings*, Lisbon, pp. 89-120.
6. BANCO DE PORTUGAL (1996). Disponível em: [http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel\\_96\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel_96_p.pdf) (consultado a 1 de Setembro de 2013). [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
7. BATALHA, L. (2008). ”Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade”.in Góis, Pedro org.) (2008). *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa, ACIDI, pp. 25-36.
8. CASTLES, S. (2000). *Ethnicity and Globalization*. London, Sage Publications Ltd.
9. CORKILL, D. e M. EATON (1999). “Multicultural insertions in a small economy: Portugal’s immigrant communities”. In Baldwin-Edwards, M. e Arango, J. (eds.) *Immigrants and the informal economy in Southern Europe*. London, Frank Cass Publishers, pp. 149-168.
10. DEPIAP-CEPAC (1995). *Imigração e Associação, associações africanas, outras associações e instituições ligadas a imigração na área metropolitana de Lisboa*. Lisboa, CEPAC.
11. ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO.
12. FEANTSA Fédération Européenne d’Associations Nationales travaillant avec les Sans-Abri (2002), *European Observatory on Homelessness National Report 2001-2002 - Portugal, Belgium*.
13. FERREIRA, L. É. (2008). “O direito ao sucesso: jovens cabo-verdianos no contexto educativo português”. In Góis, Pedro (org.). *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa, Ed. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.137-154.
14. FONSECA, M. L. (2007). “Inserção Territorial – urbanismo, desenvolvimento regional e políticas locais de atracção”. In Vitorino, António (coord.). *Imigração: oportunidade ou ameaça?*, Fundação Calouste Gulbenkian, Estoril, Principia, pp.105-150.
15. FONSECA, M. L. et al., (2004). “Immigration to Medium Sized Cities and Rural Areas: the Case of Eastern Europeans in the Évora Region (Southern Portugal)”. In Baganha, I. e Fonseca,

- Maria Lucinda (eds.). *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisbon, Luso-American Foundation, pp. 91-118.
16. FRANÇA, L. (ed.) (1992). *A Comunidade Cabo-verdiana em Portugal*. Lisboa, Instituto de
  17. GÓIS, P. (2008). “Entre *Janus e Hydra de Lerna*: As múltiplas faces dos cabo-verdianos em Portugal”. In Góis, Pedro (org.). *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa, Ed. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp. 9-24.
  18. GÓIS, P., e MARQUES, J. C. (2007). *Estudo Prospectivo sobre os Imigrantes Qualificados em Portugal*. Lisboa, Ed. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
  19. INE (2008). Estatísticas Demográficas. Disponível em: [http://62.48.187.114/snig-educ/ficheiros/INE/EDemograficas\\_2008\\_2%5B1%5D.pdf](http://62.48.187.114/snig-educ/ficheiros/INE/EDemograficas_2008_2%5B1%5D.pdf) [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
  20. KING, R. e RIBAS-MATEOS, N. (2005). “Migração Internacional no Mediterrâneo: «o Modelo do Sul da Europa»”. In Barreto, António (org.), *Globalização e Migrações*. Lisboa, ICS, pp. 191-221.
  21. LAGES, M. F., Verónica M. Policarpo, José Carlos L. Marques, Paulo Lopes Matos e João Homem Cristo António (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas*. Lisboa, Ed. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
  22. MACHADO, F. L. (1991). *Etnicidade em Portugal. Aproximação ao caso guineense*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE, Policopiado.
  23. MACHADO, F. L. (1992). “Etnicidade em Portugal - contrastes e politização”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 12, pp. 123-136.
  24. MACHADO, F. L. (1995). “As Noites de Sociologia”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 17, pp. 175-185.
  25. MACHADO, F. L. (1999a). “Imigrantes e estrutura social”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 29, pp. 51-76.
  26. MACHADO, F. L. (1999b). *Contrastes e continuidades. Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
  27. MACHADO, F. L. (2002). *Contrastes e Continuidades – Migrações, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras, Celta Ed.
  28. MACHADO, F. L. (2003). “Imigração e Imigrantes em Portugal: parâmetros de regulação e cenários de exclusão”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 41, pp. 183-188.
  29. MACHADO, F. L. (2007). “Jovens como os outros? – processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal”. In Vitorino, António (coord.) *Imigração: oportunidade ou ameaça?* Fundação Calouste Gulbenkian, Estoril, Principia, pp.170-197.
  30. MACHADO, F. L. (2009). “Quarenta anos de imigração africana: um balanço”. In *Ler História: Emigração e Imigração* (número especial), nº 56, pp.135-165.
  31. MALHEIROS, J. M. (Junho de 2004). “Brasileiros em Portugal. A Segunda Vaga (1998-2003)”. ACIME, *Boletim Informativo*, 19.

32. MALHEIROS, J. M. (2007), “Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos”. In MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.11-37.
33. MALHEIROS, J. M. (1996). *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa, Ed. Colibri.
34. MALHEIROS, J. M (2000). “Segregação Socioétnica na Região Metropolitana de Lisboa”. *Sociedade e Território*, 30, pp. 27-36.
35. MALHEIROS, J. M (2001).“ ‘Nova’ imigração e desenvolvimento regional: situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas”, sem mais referências.
36. MALHEIROS, J. M (2005). “Jogos de Relações Internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global”. In Barreto, António (org.), *Globalização e Migrações*. Lisboa, ICS, pp. 251-272.
37. MENDES, M. M. (2007), *Representações face à discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucranianos na Área Metropolitana de Lisboa*, tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
38. MENDES, M. M. (2010). *Imigração, identidades e discriminação: imigrantes russos e ucranianos na área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
39. MENDES, M. M. (coord.) (2011). *Estudo de diagnóstico e caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para a dinâmica de desenvolvimento do município de Oeiras*. CIES/ISCTE, ACIDI e CM de Oeiras. Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col%20Portugal%20Imigrante/14.Oeiras.VF.pdf>, pdf [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
40. OLIVEIRA, C. R. (2002). “Chineses in Portugal: na immigration cartography” in Fonseca, Maria Lucinda et al. (eds.). *Immigration and place in mediterranean metropolises*. Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp.229-254.
41. OLIVEIRA, C. R. (2008). “Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: o caso dos empresários de origem cabo-verdiana”. In Góis, Pedro (org.) *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.67-86.
42. PADILLA, B. (2007). “A imigração brasileira em Portugal: considerando o género na análise”. In MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, 113-134.
43. PADILLA, B. (2009). "As migrações latino-americanas para a Europa: uma análise retrospectiva para entender a mobilidade actual". In Padilla, Beatriz e Maria Xavier (orgs.). *Migrações - Migrações entre Portugal e América Latina*, nº 5 (número temático), Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp. 19-35.
44. PADILLA, B, e MENDES, M. M. (no prelo). “Cosmopolitismo, migrações e diversidades: cenários e configurações na investigação e na acção”. In *Fórum Pesquisas “CIES-IUL: vinte e cinco anos e o futuro”, 2010, Agendas para o Futuro (II): Mobilidades, Diversidades e Redes*. Lisboa, Mundos Sociais.

45. PEIXOTO, J. (2002). VII Congresso luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais “As Linguagens da Lusofonia, 2-6 Setembro de 2002, Rio de Janeiro, Brasil (comunicação oral).
46. PEIXOTO, J (1998). *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa, UTL/ISEG.
47. PEIXOTO, J. (2001). “The International Mobility of Highly Skilled Workers in Transnational Corporations: The Macro and Micro Factors of the Organizational Migration of Cadres”. *International Migration Review*, Vol. 35, Nº 4, pp. 1030-1053.
48. PEIXOTO, J. e FIGUEIREDO, A. (2007), “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal” in MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.87-111.
49. PEREIRA, S. (2009). Que lugar para os trabalhadores de origem africana no mercado de trabalho em Portugal? Análise do impacto das ‘novas’ vagas de imigração. Tese de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
50. PIRES, R. P. (2002). “Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 39, pp. 151-166.
51. PORTES, A. e LINGXINHAO (2006). “O preço da uniformidade: língua, família e adaptação da personalidade entre a segunda geração de imigrantes”. In Portes, Alejandro, *Estudos sobre as migrações contemporâneas – transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa, Fim de Século, pp.117-150.
52. SEF (2007), Relatório de actividades. Imigração, fronteiras e asilo. Disponível em: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2007.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2007.pdf), [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
53. SEF (2008), Relatório de imigração, fronteiras e asilo. Disponível em: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2008.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2008.pdf), , [Acedido em 1 de Setembro de 2013].
54. SEF (2012), Relatório de imigração, fronteiras e asilo. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>, [Acedido em 1 de Setembro de 2013].



## Notas Biográficas

---

**Iolanda Évora** doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Investigadora integrada do CEsA/CSG do ISEG, Universidade de Lisboa, integra a Comissão de Política Científica da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de Língua Portuguesa e foi membro fundador do GIS, Grupo Imigração e Saúde de Portugal. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Tem conduzido pesquisa sobre migração, diáspora, género e processos psicossociais de trabalho. Co-editou os livros “Género e Migrações Cabo-Verdianas”, “Trabalho, sociabilidade e geração de rendimento no espaço lusófono” e “As Ciências Sociais em Cabo Verde. Temáticas, abordagens e perspectivas teóricas”.

**Andréa Lobo** doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Realizou pesquisa sobre organização familiar em contexto de emigração feminina na sociedade crioula de Cabo Verde. É professora do Departamento de Antropologia da universidade de Brasília desde 2009. Seus interesses de pesquisa recaem nos fluxos transnacionais de pessoas, recursos, valores e bens em conexão com as formas locais de sociabilidade – organização familiar, configurações domésticas, relações de género e parentalidades. É autora do livro “Tão Longe Tão Perto. Famílias e Movimentos na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde” e tem várias publicações sobre o tema dos trânsitos migratórios cabo-verdianos e as relações familiares.

**Odair Varela** professor auxiliar e investigador no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais [ISCJS-CV]; professor convidado na Universidade Pública de Cabo Verde [Uni-CV]. Licenciado em Relações Internacionais, mestre e doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais (CES) e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC); e tem um pós-doutoramento em Ciência Política na Faculdade de Direito e Ciência Política da *Université du Québec à Montreal* (UQAM-Canadá). É o vencedor do *Prémio Fernão Mendes Pinto* (edição 2013) e recebeu também, no mesmo ano, uma Menção Honrosa do Júri do *Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Portuguesa*. Trabalha sobre os seguintes temas: Pós-

Colonialismos em África: Poder e Conhecimento; Participação Local na Justiça; Estado Moderno em África e Governação Estatal; e Migrações Internacionais

**Ângela Coutinho** é investigadora no IPRI / Universidade Nova de Lisboa e no CEIS20 - Universidade de Coimbra. Obteve o doutoramento em História da África Negra Contemporânea pela Universidade de Paris I – Panthén-Sorbonne, em 2005. De 2001 a 2003 leccionou na Universidade de Paris X – Nanterre, em França. Entre 2004 e 2007 foi docente no ensino superior privado em Cabo Verde e de 2007 a 2013, bolsista de pós-doutoramento da FCT/ Ministério da Ciência, Portugal. Actualmente, leva a cabo um projecto de investigação sobre a presença de judeus de Marrocos e Gibraltar em Cabo Verde, promovido pela "Cape Verde Jewish Heritage Project, Inc." e outro sobre a participação de mulheres cabo-verdianas na luta pela independência, financiado pela Fundação Rosa Luxemburgo. Colabora com o CIDAC (Portugal) e com as Fundações Amílcar Cabral e António Canuto (Cabo Verde).

**Celeste Fortes** é doutora em Antropologia Social e Cultural na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Investigadora do Centro de Formação em Género e Família da Uni-CV e do Centro em rede de Investigação em Antropologia (CRIA, Portugal). Investigadora do GNT – Cabo Verde, pelo CODESRIA e co-organizadora da publicação: Fonseca, Carmelita e Fortes, Celeste (2011) *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*. Praia, Edições Uni-CV. Tem vindo a desenvolver pesquisas sobre migração, diáspora e transnacionalismo cabo-verdiano, relações de género, classe e etnicidade entre os cabo-verdianos e identidade e cultura expressiva cabo-verdiana.

**Clementina Furtado** é professora auxiliar e investigadora na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutora em Ciências Políticas e Sociais - Universidade de Cabo Verde/Universidade Livre de Bruxelas (2012). É directora do Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) da Uni-CV, desde 1 de Agosto de 2013. Interessa-se pelas pesquisas nas áreas de Migrações,

Género e Desenvolvimento. É Membro do Conselho Nacional da Imigração (CNI) e Membro do Conselho Nacional de Emigração e Desenvolvimento (CONED).

**Elizabeth Challinor** é licenciada em línguas e literatura – francês, espanhol (Oxford 1988), mestre em desenvolvimento rural e social (Reading 1993) e doutorada em Antropologia Social (Sussex 2001). É investigadora auxiliar no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) no polo da Universidade do Minho onde coordena o grupo de investigação Governança, Política e Quotidiano. As suas áreas de interesse incluem a antropologia médica, as migrações, políticas públicas e a antropologia do desenvolvimento (trabalhou para uma ONG em Angola de 1990 a 1992). Trabalha desde 2008 junto da comunidade cabo-verdiana estudantil no norte de Portugal e junto dos seus familiares em Cabo Verde investigando questões relacionadas com as relações de cuidar, a identidade, as pertenças, e a maternidade.

**Cláudia de Freitas** é investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e da EPIUnit – Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP). É licenciada em Psicologia Clínica pela FPCEUC, mestre em Migrações e Estudos Étnicos pela Universidade de Amsterdão e doutorada em Ciências Sociais pela Universidade de Utrecht. Integrou a *International Migration, Integration and Social Cohesion Research Network* (IMISCOE) e faz parte da rede Europeia COST IS1103 *Adapting European Health Systems to Diversity* (ADAPT). A sua investigação centra-se em questões relacionadas com saúde e migrações, participação dos cidadãos em saúde, cuidados de saúde centrados na pessoa e políticas de saúde. Estudou diferentes aspectos da migração cabo-verdiana na Holanda entre 2003-2011. É financiada pela Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) (SFRH/BPD/80530/2011).

**Joana Areosa Feio** é licenciada e mestre em Antropologia pelo ISCTE-IUL com a tese «De Étnicos a ´Étnicos`: Uma Abordagem aos ´Angolares` de São Tomé e Príncipe». É doutoranda em Antropologia Social e Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tendo beneficiado de uma bolsa FCT. Encontra-se a finalizar a Tese de Doutoramento sobre Etnicidades, Mobilidades, estilos de vida e práticas de convivialidade em São Tomé e Príncipe, numa perspetiva longitudinal. Tem realizado

trabalho de campo antropológico em São Tomé desde 2002. A par da pesquisa sobre este arquipélago, tem desenvolvido trabalho de investigação enquanto antropóloga em diversos projetos nacionais e internacionais, integrando equipas multidisciplinares. Tem ainda desenvolvido trabalho sobre o método etnográfico, fotografia e diários de campo, destacando-se a Exposição “isto não é São Tomé”, realizada em 2013 em Lisboa.

**Luzia Oca González** é doutora em Antropologia Social pela Universidade de Santiago de Compostela (USC), com a tese: "Cabo-verdianas em Burela (1978/2008). Migração, relações de gênero e intervenção social ". Docente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) desde 2004 e investigadora do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD). O seu trajeto profissional tem-se repartido entre a docência, a investigação e diversos projetos de intervenção social com base em metodologias participativas com perspectiva de gênero e enfoque do empoderamento, na Galiza e Cabo Verde. Autora de diversos trabalhos de investigação e publicações sobre a comunidade cabo-verdiana da Galiza, recebeu o Prémio Vicente Risco de Ciências Sociais em 2014 com um trabalho baseado na sua tese, publicado em 2015 com o mesmo título.

**Maria Manuela Mendes** é doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e Professora Auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (FAUL). É investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) desde 2008, onde tem desenvolvido investigação nas áreas da etnicidade, estudos ciganos, imigração, exclusão social, desenvolvimento local, realojamento e territórios desqualificados. É ainda membro colaborador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) da FAUL e do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto (ISFLUP).

**2016**  
**CEsA/ULisboa, Portugal**